

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
Departamento de História**



**CUANHAMA:  
ESTRATÉGIAS INTERNAS E PRELÚDIO DA PERDA DA SUA AUTONOMIA  
(1900-1915)**

**Isildo Gouveia Martins**

Dissertação

Mestrado em História

Especialidade de História de África

**2015**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
Departamento de História**



**CUANHAMA:  
ESTRATÉGIAS INTERNAS E PRELÚDIO DA PERDA DA SUA AUTONOMIA  
(1900-1915)**

**Isildo Gouveia Martins**

Dissertação orientada pelo Professor Doutor José da Silva Horta

Mestrado em História

**2015**

## **RESUMO**

Desde que se fixaram no seu actual território, que se encontra distribuído pelas regiões sul e norte das repúblicas de Angola e da Namíbia, os cuanhamas criaram e fortaleceram as suas instituições e abandonaram algumas delas para agilizarem os mecanismos da sua sociedade. O seu grande salto qualitativo aconteceu quando começaram a acumular grandes riquezas, respeitantes aos produtos procurados pelo comércio internacional e pelos produtos que adquiriam aos estrangeiros.

Por volta de 1891, o povo cuanhama começou a sentir a pressão exercida pelos portugueses com o objectivo de ocuparem os seus territórios. Os africanos responderam a esta pressão impedindo, durante vinte e quatro anos, os estrangeiros de alcançarem os seus propósitos.

Este trabalho tem como objectivo saber quais foram as estratégias utilizadas pelos cuanhamas nas suas relações com os europeus e como foi a sua evolução, após os primeiros contactos, de maneira a manterem a sua autonomia. Os africanos privilegiaram a via diplomática para evitarem um confronto militar com os portugueses e impedirem a ocupação do seu território, mas, tendo em conta a progressão daqueles, os cuanhamas, dentro das suas possibilidades, armaram-se e prepararam-se para o conflito bélico.

Em 1915, os africanos estavam enfraquecidos por não terem conseguido fazer frente às catástrofes ambientais que geraram fome, tumultos sociais e milhares de mortos que conseqüentemente contribuíram para a queda do principal objectivo do povo cuanhama, ou seja, a defesa do seu território. Apesar de todas estas contrariedades, enfrentaram os portugueses na sua caminhada para o sul e criaram-lhes grandes dificuldades, pois estes nem sempre tiveram em consideração a capacidade militar dos cuanhamas. Contudo, o povo cuanhama acabou por ser derrotado nas cacimbas da Môngua, o que conduziu à desagregação das elites dirigentes e à perda de influência dos espaços africanos e de algumas das suas instituições.

**Palavras-chave:** Cuanhama, 1900-1915, Mandume, Instituições Cuanhamas, Comércio Internacional, Administração Colonial, Guerra.

## **ABSTRACT**

Since settled in their current territory, which is distributed to the south and north regions of the Republics of Angola and Namibia, the Kwanyama created and strengthened their institutions and left some of them to streamline the mechanisms of their society. Their qualitative leap happened when they started accumulating great wealth, represented by the products demanded by international trade and the products acquired to foreigners.

Around 1891, the Africans began to feel the pressure exerted by the Portuguese in order to occupy their territories. The Kwanyama responded to this pressure by preventing foreigners, for twenty-four years to achieve their objectives.

This work aims to know what were the strategies used by Kwanyama in their relations with European and how it has developed, after the first contact, in order to maintain their autonomy. The Africans privileged the diplomatic channels to prevent the occupation of their territory and to avoid all possibilities of military confrontations with the Portuguese, but, based on the progression of those, sought to arm themselves and prepare to war.

In 1915, Africans were weakened because they weren't able to cope with environmental disasters that led to famine, social unrest and thousands of dead. Consequently Kwanyama's main objective falls apart, namely the defense of their territory. Despite all these setbacks, the Kwanyama faced the Portuguese on their journey to the south and created them great difficulties, because the Portuguese have not always considered the military capacity of Africans. Still the Kwanyama were defeated in the ponds of Môngua, which led to the breakdown of the elites leader and the loss of influence of African spaces and some of its institutions.

**Keywords:** Kwanyama, 1900-1915, Mandume, Kwanyama Institutions, International Trade, Colonial Administration, Warfare.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>PARTE I – CONFIGURAÇÕES INTERNAS E SUAS TRANSFORMAÇÕES</b>	
<b>1. O Cuanhama, as organizações políticas e de governação em 1900.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Estratégias diplomáticas e a imigração de estrangeiros .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 As instalações militares e religiosas dos estrangeiros .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 As alianças regionais ou o Ovambo independente.....</b>	<b>29</b>
<b>2.3 O significado dos autos de vassalagem .....</b>	<b>36</b>
<b>3. Alterações económicas e sociais pautadas pelas relações externas .....</b>	<b>42</b>
<b>4. A liderança dos chefes no comércio externo .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1 O alargamento das fronteiras económicas .....</b>	<b>50</b>
<b>4.2 O lançamento de impostos .....</b>	<b>52</b>
<b>4.3 A criação de gado bovino, caprino e equino.....</b>	<b>55</b>
<b>4.4 A fome, as revoltas e a emigração .....</b>	<b>59</b>
<b>5. O exército como garante do estado cuanhama .....</b>	<b>63</b>
<b>5.1 O papel do exército na adesão à economia internacional .....</b>	<b>65</b>
<b>6. O comando do exército perante os desafios exógenos .....</b>	<b>67</b>
<b>6.1 Os efectivos e a mobilização.....</b>	<b>74</b>
<b>6.2 O treino militar e o seu arsenal .....</b>	<b>76</b>
<b>PARTE II – GUERRA E DESAGREGAÇÃO</b>	
<b>1. Os objectivos portugueses para o Cuanhama em 1900.....</b>	<b>80</b>
<b>2. A acção do exército português.....</b>	<b>87</b>
<b>2.1 A rede de fortes em redor do Ovambo .....</b>	<b>93</b>
<b>2.2 O efeito da derrota de Naulila .....</b>	<b>96</b>
<b>2.3 O comando do exército.....</b>	<b>102</b>
<b>2.4 Os efectivos e o seu material de guerra .....</b>	<b>108</b>
<b>3. As batalhas entre os cuanhamas e os portugueses.....</b>	<b>113</b>

<b>3.1 As estratégias e as táticas utilizadas.....</b>	<b>117</b>
<b>3.2 A derrota dos cuanhamas e o abandono de Ondjiva.....</b>	<b>121</b>
<b>3.3 A repressão portuguesa.....</b>	<b>125</b>
<b>3.4 A desintegração do exército cuanhama .....</b>	<b>127</b>
<b>3.5 O fim da autonomia dos cuanhamas.....</b>	<b>131</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>147</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>158</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>161</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>167</b>
<b>CRONOLOGIA .....</b>	<b>175</b>

Em memória da Clara Vieira, minha companheira, e dos meus amigos, estudantes universitários da Huíla, que tombaram na luta pela independência de Angola, Eugénio Martins “Ciccio”, Isaiás Estêvão e José Sequeira “Cubas”, de quem nunca me esqueci e que me ajudaram, ao longo da minha vida, pelo seu exemplo e coragem.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação não é apenas o resultado do meu empenho, mas o conjunto dos esforços, apoios e incentivos de várias pessoas que não posso deixar de agradecer:

Ao Senhor Professor Doutor José da Silva Horta, pelo seu acompanhamento e pelas suas sugestões que foram de extrema importância para a definição e execução desta dissertação e pela disponibilidade que me concedeu, apesar do seu horário muito preenchido.

Aos trabalhadores do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Histórico Ultramarino, Sociedade de Geografia de Lisboa e da Biblioteca Nacional de Portugal, pela sua atenção e disponibilidade que me dispensaram.

À Congregação do Espírito Santo, na pessoa do Padre Mónico, pela sua amabilidade e disponibilidade que sempre manifestou.

Aos meus filhos, Tetembwa e Iuri Filipe, pelo grande apoio e pelo grande estímulo que me têm dado ao longo dos anos.

## INTRODUÇÃO

No início do século XX, os portugueses não controlavam uma vasta área do sul do território da sua colónia de Angola, conhecida por Ovambo, tendo em consideração as fronteiras, definitivas e provisórias, fixadas pelas potências europeias na Conferência de Berlim. Nessa altura, os interesses coloniais portugueses começaram a colidir com os interesses dos cuanhamas, devido à pressão do comércio internacional e à necessidade das potências coloniais darem cumprimento aos acordos celebrados na referida reunião internacional.

Muitas destas questões não estão ainda convenientemente esclarecidas pela historiografia contemporânea sobre Angola, na perspectiva da História de África, visto que permanecem envoltas em muitas dúvidas por se encontrarem explicadas ou apenas relatadas por exploradores, religiosos, militares, comerciantes e historiadores que tinham uma visão eurocêntrica baseada em conhecimentos rudimentares da vida e da língua falada pelos africanos. Isto quer dizer que partiam de uma série de pressupostos mal definidos que acabavam por diminuir a contribuição dos cuanhamas para a história regional e mundial.

Entre os historiadores que se ocuparam do tema, ressalta o contributo fundamental de René Pélissier no estudo dos documentos portugueses, embora as suas teses tenham uma perspectiva, muitas vezes, eurocêntrica, em contraponto com o que é defendido pelos historiadores africanos, em especial namibianos e sul-africanos. O seu trabalho fica-se, fundamentalmente, pela descrição da evolução da colonização e das campanhas militares portuguesas no território actual da República de Angola.

Nas suas obras, o historiador francês, adjectivou negativamente a maior parte dos eehamba do Ovambo, como por exemplo Mandume, sucedeu a Nande e governou de 1911 a 1915, a quem tratou como sádico, tirano, mentalmente instável e que odiava tudo o que era católico, ou seja português, por ser a favor das missões protestantes. Estas posições eram idênticas à dos militares e autores portugueses que escreveram sobre a invasão portuguesa. Pélissier não se debruçou sobre a evolução da sociedade e das instituições cuanhamas, a importância das operações militares okasava, cobrança coerciva de tributos, e osipolela, operações militares de alargamento do território económico, na sua economia e a sua integração no comércio internacional. Não teve em grande consideração o efeito da fome, dos tumultos sociais e da emigração no desfecho dos combates, quando os problemas das populações se reflectem no seio das organizações militares. Tudo isto pode ser verificado ao longo das obras do historiador francês, em especial, na *História das Campanhas de Angola*, onde dedica uma parte aos cuanhamas e aos seus chefes.

Em contraponto, os historiadores africanos, em especial namibianos e sul-africanos, têm optado por estudar a evolução e a perda de autonomia dos poderes regionais, consumada pela conquista militar e consequentes processos de territorialização pelas potências europeias e a catástrofe provocada pela derrota sofrida pelo exército cuanhama.

Veja-se o caso da historiadora Patricia Hayes que publicou vários trabalhos sobre a história da África do Sul, Namíbia e Sul de Angola. Destes, a título de exemplo, destaca-se, “*Efundula and History: Female Initiation in Pre-colonial and Colonial Northern Namibia*” onde analisa, de entre outras situações, as implicações da efundula, festa de iniciação das raparigas, em toda a estrutura social cuanhama, a estratificação daquela sociedade e as simetrias entre a “nobreza” pré-colonial e o posterior controlo colonial. No mesmo texto, a historiadora sul-africana atribui a Mandume o papel de reformador e de inovador na defesa da efundula como meio de acabar com as convulsões sociais que se arrastavam desde o governo de Nande, devido à fome, num período de grande pressão externa.

Por sua vez, Napandulwe Shiweda, historiadora namibiana, no seu trabalho “*Omhedhi: Displacement and Legitimacy in Oukwanyama politics, Namíbia, 1915-2010*” estudou a resistência dos cuanhamas, a acção das autoridades coloniais inglesas que decretaram o fim da “instituição da monarquia”, palavras da autora, tendo nomeado em sua substituição um conselho de chefes que governou segundo as directrizes inglesas, imposta aos cuanhamas da Ovambolândia, para facilitar a emigração de trabalhadores para o sul da sua colónia.

Outros historiadores, daqueles dois países africanos, defendem também que a consolidação das fronteiras coloniais levou à divisão da sociedade cuanhama e à morte de Mandume, por se ter oposto à existência das fronteiras impostas pelas forças europeias.

Este trabalho posiciona-se junto dos trabalhos dos historiadores africanos que procuram a verdade histórica e a valorização da história dos seus povos, embora um pormenor nos afaste, pois evitamos usar a terminologia europeia que é utilizada por alguns deles e que em nada valoriza a história e as línguas dos africanos. Um ohamba não é um rei e não governa um reino. De resto, temos a mesma perspectiva de dar relevo ao esforço dos africanos de mostrarem ao mundo que têm a sua história que é importante para a reconstrução dos seus países e que deve ser relatada pelos seus próprios meios. Não se trata de mostrar uma história de heróis, sem mácula, mas de homens e mulheres que contribuíram para a evolução da humanidade com as suas virtudes e os seus erros.

Neste trabalho procurou-se contribuir para a jornada iniciada por grandes historiadores africanos, dos quais se destacou Cheikh Anta Diop, na luta contra a visão eurocêntrica e hegeliana de que os africanos não têm história nem qualquer movimento de desenvolvimento.

Nesta perspectiva, procurou-se estudar as estratégias dos cuanhamas para se manterem enquadrados no comércio internacional, sem perderem a sua autonomia. Foi também estudada a desintegração da sociedade cuanhama, após ter oferecido uma grande resistência às forças invasoras de Portugal, e a sua incapacidade para vencer as catástrofes ambientais e sociais.

Este trabalho está balizado entre os anos de 1900 e 1915 e dividido em duas partes. Na primeira parte, “Configurações internas e suas transformações”, é descrita a chegada dos cuanhamas e o território onde viviam em 1900, as estratégias utilizadas para manterem os estrangeiros afastados do seu território, onde as missões religiosas eram permitidas, embora fossem controladas, e a recusa de terem no seu território aquartelamentos militares de forças estrangeiras. Estas acções foram desenvolvidas, tendo subjacente a ideia de evitar conflitos com os europeus, pelo que assinaram vários autos e tratados de vassalagem para garantirem a continuação das boas relações com os estrangeiros. Também foram estudadas as alianças com os outros poderes e o desejo destes dirigirem um Ovambo uno e independente, assim como a evolução económica, o crescimento do comércio com os estrangeiros, o controlo exercido pelos eehamba (plural de ohamba, o mais alto representante dos cuanhamas a quem os portugueses tratavam por soba), o crescimento da riqueza do cuanhama pela cobrança de impostos e da expansão dos seus territórios através da acção do seu exército. O ohamba tinha um controlo não apenas das pessoas, mas de um espaço territorial, bem definido nos seus limites, espaço de que efectivamente se apropriava ao mesmo tempo que com ele era cosmologicamente identificado pelos seus dependentes (ver *infra* 1. da Parte I). Por fim, analisámos a criação de gado, o efeito das secas cíclicas e da fome, a organização e recrutamento dos efectivos do seu exército e o lançamento de impostos tinham também uma função de tributos, por reflectirem uma forma de afirmação e reconhecimento do ohamba e da centralidade do seu poder.

A segunda parte, “Guerra e desagregação” encerra a análise dos objectivos políticos e económicos da administração colonial para o Cuanhama, a acção das tropas portuguesas, a sua organização, os seus efectivos e os meios que dispunham, as derrotas que sofreram na sua marcha para o sul da colónia, os confrontos entre cuanhamas e portugueses, a repressão portuguesa e o desagregar da sociedade cuanhama.

Para este trabalho foram analisados os relatos das pessoas que, directa ou indirectamente, estiveram ligadas aos acontecimentos ocorridos no Cuanhama, nos primeiros anos do século XX. Deste modo procurou-se reunir e reler os testemunhos de missionários, militares e governantes portugueses e viajantes à luz de uma perspectiva da História de África,

sublinhando as dimensões do contexto subregional económico, em correlação com o meio ecológico, as relações sociais e políticas tecidas no Cuanhama.

As fontes utilizadas foram os relatórios dos governadores do distrito da Huíla, documentos da administração e do exército. Nos relatórios, foram transmitidos conhecimentos sobre as tradições, organização militar e política, agricultura, recolção, pesca e criação de gado. Nos documentos da administração e do exército, verificámos os receios dos portugueses em relação a outras potências europeias e a ajuda que Mandume tentou obter no Sudoeste Africano, junto das autoridades inglesas.

Foram também utilizados artigos publicados por militares, religiosos e comerciantes que combateram ou que visitaram e viveram no Ovambo e que nos deixaram testemunhos de encontros com os soberanos cuanhamas, o retrato da região, das suas gentes, dos exércitos, dos combates e das dificuldades das duas partes.

Por fim, na bibliografia, foram considerados trabalhos de académicos europeus e africanos, religiosos e membros da administração colonial que nos ofereceram os seus conhecimentos, estudos, análises e opiniões sobre a região do Cuanhama e o seu povo, a ocupação do território, os intervenientes nos combates e a desagregação da sociedade cuanhama após a derrota, em 1915.

Convém sublinhar que este trabalho é apenas uma contribuição para o estudo da sociedade cuanhama e da sua luta contra os invasores europeus na defesa da sua autonomia, uma vez que há lacunas nas fontes por não existirem documentos do Cuanhama relacionados com a actividade do seu governo, do seu exército e de outras instituições. Para além disto, não foi possível nesta etapa da investigação uma recolha, no terreno, de tradições orais. Há também áreas específicas que estão por estudar, como a preparação e a experiência de liderança militar de Mandume, visto que os eehamba estavam proibidos de comandarem as suas tropas em combate e por não existirem provas de que tenha sido educado nas artes castrenses pelos omalenga (plural de lenga, chefe militar e conselheiro do ohamba) ou de que tenha sido instruído pelos alemães. Ainda relacionado com a actividade militar e tomando em consideração a composição da coluna portuguesa, comandada pelo general Pereira d'Eça, em 1915, de que o ohamba tinha conhecimento, têm de ser estudadas as razões que o levaram a não atacar em força nos primeiros dias, quando o seu exército não estava desgastado e tinha algum ascendente sobre as tropas estrangeiras, o que permitiu que os portugueses viessem a consolidar as suas posições. Este momento afigurou-se decisivo na viragem histórica do Cuanhama no período que este trabalho pretende reconstituir.

## **PARTE I - Configurações internas e suas transformações**

## 1. O Cuanhama, as organizações políticas e de governação em 1900

Durante o século XVII, a África Austral foi cenário de um grande movimento migratório empreendido por vários povos, que no decurso das suas viagens, tiveram encontros com os povos das regiões por onde passavam o que lhes proporcionou trocas de experiências, absorção de novos conhecimentos, e confrontos armados pela posse dos territórios em que se propunham fixar. Os vencidos eram obrigados a partir e, por vezes, tinham de vagar por várias regiões na procura do melhor lugar para se instalarem.

Desse imenso grupo migratório faziam parte os cuanhamas, que após vaguearem por várias regiões, fixaram-se, até aos nossos dias, na região conhecida por Ovambo ou Owambo, que abrange uma grande parte da província do Cunene, na actual República de Angola, e uma região mais pequena do norte da hoje República da Namíbia, conhecida por Ovambolândia. Os cuanhamas sediados no sul de Angola estão “cercados” por outros povos do Ovambo, tendo a oeste o Cuamato, a sudoeste o Dombondola, a norte o Evale, a nordeste o Cafima e a sul a fronteira com a Namíbia.

Não se conhece a origem exacta do nome Ovambo, embora muitos autores defendam que o nome foi dado pelos hereros. No entanto, se a maioria está de acordo quanto à origem do nome, o mesmo não acontece com o seu significado, visto que continua a gerar muitas dúvidas, pelo que, a título de exemplo, citamos três autores que demonstram essas diferenças. Enquanto Märta Salokoski cita um comerciante sueco para dizer que, “there is no agreement on the origin of the name “Ovambo”. T. H. Een, a Swedish trader travelling in the area in the 1860s, held that the name was originally given by the Herero cattle-keeping neighbours living further south to indicate the area in the north inhabited by agriculturists.”<sup>1</sup> Ramiro Ladeiro Monteiro diz-nos que a região foi batizada pelos hereros e explica-nos a etimologia do nome “Ova-ambo ou ovambo é uma palavra composta pelo prefixo *ova* (plural) e pelo radical *mbo*, que significará avestruz.”<sup>2</sup> Desta explicação, podemos inferir que literalmente, Ovambo, significa “os das avestruzes” ou “os que vivem com as avestruzes”. Por sua vez, monsenhor Keiling defendia que “o nome «Ovambo» vem da palavra «Octchilambo», pequeno saco que se leva no caminho, para transportar a comida ou outra coisa. Do va-ambo fizeram Ovambo.”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> SALOKOSKI, Marta, *How Kings are made – how kingship changes. A study of rituals and ritual change in pre-colonial and colonial Owamboland, Namibia*, disponível em <http://ethesis.helsinki.fi/julkaisut/val/sosio/vk/salokoski/howkings.pdf>, acessado a 15.11.2014, pp. 63 e 64.

<sup>2</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *Os Ambós de Angola antes da independência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994, pp. 70-71.

<sup>3</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, *Quarenta anos de África, Fraião – Braga*, Edições das Missões de Angola e Congo, (s.d.), p. 141.

O Ovambo é uma região plana, com um clima seco, parecido ao do deserto do Kalahari, quente durante o dia e frio durante a noite, com pouca pluviosidade e grandes períodos de estiagem, de solo arenoso e argiloso<sup>4</sup>, com ligeiras elevações arborizadas que não são inundadas durante a efundya, ou seja, as inundações do Ovambo provocadas pelas águas do rio Cuvelai e de algumas mulolas, cursos de água temporários, que transbordam dos seus leitos na estação das chuvas.<sup>5</sup>

Nestes territórios, a que chegaram liderados pelo ohamba Mushindi,<sup>6</sup> e onde permaneciam no ano de 1900, ergueram os seus eumbos, propriedade de um agregado familiar semelhante a uma quinta, e fixaram as raízes de um povo hospitaleiro, aguerrido, orgulhoso da sua terra e das suas tradições.

“Comtudo os nossos Quanhama parecem tão pouco envergonhados tão completamente á sua vontade, tão convencidos de que a sua apparencia é perfeitamente correcta que acabamos por nos persuadir do mesmo.”<sup>7</sup>

Embora os solos da sua nova morada fossem pobres e sentissem grandes dificuldades devido à falta de chuvas, cultivavam massango, massambala, feijão makunde, abóboras e outros produtos agrícolas. Para uma melhor rentabilidade dos terrenos, não os trabalhavam com grande profundidade, adubavam-nos com estrume e faziam uma grande rotação para não esgotarem as terras destinadas à agricultura. Nas florestas ricas em frutos silvestres colhiam entre outros: maboques, munhandes e ngongos, e durante a efundya pescavam uma grande quantidade de peixes; quando as águas baixavam, formavam-se lagoas que eram verdadeiros viveiros de peixes, em especial, de bagres e rãs. “N’estas cacimbas [poços de água] se cria algum peixe, não só bagre, como um a que no Brasil (provincias do sul) chamam trayra (...).”<sup>8</sup> Nas zonas mais elevadas que não eram alagadas, onde erguiam as suas habitações, criavam porcos e as manadas de gado bovino e caprino.

---

<sup>4</sup> SILVA, J. Lino da, Habitat e aspectos vários da vida Cuanhama, Separata da Revista Portuguesa de Geografia, Finisterra, Volume X, nº 19, 1975, disponível em, [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1975-19/19\\_02.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1975-19/19_02.pdf), acedido a 10.06.2014, p. 55.

<sup>5</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Colectânea de artigos dispersos, Volume II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 393.

<sup>6</sup> YAKULEINGE, Gaudêncio Félix, *O sacro-religioso nos ritos de infância e adolescência de ovakwanyama*, disponível em, <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9363/1/disserta%C3%A7%C3%A3o%20intermedi%C3%A1ria.pdf>, acedido a 03.05.2014, p. 7.

<sup>7</sup> LECOMTE, Ernesto, Padre, “Chronica ecclesiastica e missionaria, os quanhama”, *Portugal em África (Revista Científica)*, vol. 9, nº 97, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1902, pp. 32-33.

<sup>8</sup> BROCHADO, Bernardino José, “Descrição das terras do Umbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e outras, contendo uma idéa da sua população, seus costumes, vestuários, etc.”, *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não official, Série I, Fevereiro de 1864 a Dezembro de 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 191.

Para além da baixa pluviosidade, o Ovambo era vítima de secas cíclicas. A 3 de Agosto de 1915, o coronel Alberto Salgado escrevia no seu diário, “o gentio da região está com fome. Continua a dificuldade da água.”<sup>9</sup>

Aqui alteraram o quadro das suas instituições de acordo com as necessidades com que se iam deparando, como aconteceu com a abolição da circuncisão dos rapazes e a alteração da pena para as grávidas antes da *efundula*, ou seja, as suas instituições eram a cristalização do resultado das várias fases da sua evolução e dos contactos que iam estabelecendo com outros povos. “The second great shift in the fortunes of *efundula* with regard to central power came with the liberalisation of the penalty for transgression, for illegitimate or premarital pregnancy.”<sup>10</sup> Sobre a circuncisão no Cuanhama, ver mais abaixo o testemunho da viagem de Bernardino José Brochado, ao Ovambo, em 1850.

Segundo Ramiro Ladeiro Monteiro, na sociedade cuanhama “Os indivíduos que constituíam a sociedade de então podiam considerar-se agrupados em três classes: a primeira era formada pelos nobres [isto é, os membros de linhagens que tinham algum acesso ao poder político] e compreendia os régulos ou *sobas*, seus conselheiros e dignitários; a segunda englobava todos aqueles que, não sendo nobres, podiam dispor livremente das suas pessoas, isto é, o povo propriamente dito; e a terceira era constituída pelos escravos, isto é, os prisioneiros feitos em razias e os que, por si ou por qualquer membro da sua família, saldavam as suas dívidas ou pleitos com a servidão.”<sup>11</sup>

Tradicionalmente, o ohamba e toda a sua “corte” tinham um protocolo e insígnias que os distinguiam do resto da população, o que conjugado com a planta das embalas, moradia do ohamba, revelava uma sociedade muito hierarquizada. “Todo o viajante que chega a estas terras tem de esperar, na fronteira, licença do rei para penetrar até êle.”<sup>12</sup> As embalas de formato circular, tinham à sua volta os campos agrícolas e de pasto. No centro da embala estava a moradia do chefe, o que representava o poder que dele emanava, em torno do qual tudo girava, noutros sectores separados por muitos corredores estavam as moradias dos outros habitantes da embala e os currais. “A estrutura da povoação permite entender que existe uma hierarquia, tanto mais complexa, quanto mais forte é o poder do chefe e a intermediação do

---

<sup>9</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *O Sul de Angola no início do século XX*. Cadernos de Guerra. Coordenação de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, Edição do CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 214.

<sup>10</sup> HAYES, Patricia, *Efundula and history: Female initiation in pre-colonial and colonial Northern Namibia*, <http://web.uct.ac.za/org/gwsafrica/knowledge/patricia/efprint.htm>, visitado a 30.09.2014.

<sup>11</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 232.

<sup>12</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, Ano II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1926, p. 25.

aparelho que o rodeia”<sup>13</sup> Os eehamba e os ovene vomikunda, governador de uma mucunda, semelhante a governador de um município, era designado pelas autoridades coloniais por seculo, usavam divisas que os identificavam como pessoas importantes, quer fossem distintivos ou algum sinal físico como barba ou penteado. “O Nande [sucedeu a Weyulu ya Hedimbi e governou de 1904 a 1911] usava uma tirinha de couro com nós, privativa do soba (...). Os homens de certa importancia usam pera. Não gostam de parecer velhos; quando os cabelos brancos começam a aparecer arrancam-nos com uma pinça, que quasi sempre trazem ao pescoço.”<sup>14</sup>

No topo da hierarquia estava o ohamba, comandante geral dos exércitos que podia declarar a guerra e que detinha todos os poderes de estado. Segundo as leis cuanhamas o ohamba estava impedido de comandar pessoalmente os seus exércitos e de se ausentar do seu território. Se houvesse algum diferendo com os seus vizinhos, era enviada uma embaixada<sup>15</sup> com plenos poderes para resolvê-lo em nome do ohamba, como fez Nande, em 1907, ao enviar uma embaixada ao Humbe com o intuito de não permitir a degradação das relações com os portugueses. Sobre esta embaixada enviada por Nande (ver *infra*, 2.2 da Parte I.).

O ohamba não exercia os poderes que lhe estavam atribuídos de uma maneira absoluta, pois o n’gundafana, conselho consultivo, podia opor-se a algumas medidas, uma oposição que podia estender-se à designação do novo ohamba.

O conselho era soberano em relação à designação do ohamba, porque era uma questão jurídica que carecia de confirmação pelas mais altas individualidades cuanhamas. Embora a sucessão obedecesse à linhagem matrilinear, depois da morte de um chefe, era aberto, uma espécie, de período de disputa eleitoral, no qual podia haver vários candidatos. “O Nande, soba do Cuanhama, morreu e que, como é natural e lógico, o povo se dividiu em três partidos que se degladiam.”<sup>16</sup> Durante esse período, um dos candidatos podia arregimentar um número suficiente de pessoas importantes que pudessem influenciar a votação a seu favor, sendo preterido aquele que estava mais bem colocado pela linha sucessória.

---

<sup>13</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *Em busca dos sítios do poder na África Centro Ocidental. Homens e caminhos, exércitos e estradas, (1483-1915)*, International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History, Berlin, 24-26 September 2003, disponível em, [http://www.zmo.de/angola/Papers/Maria\\_Santos%205-7-2006.pdf](http://www.zmo.de/angola/Papers/Maria_Santos%205-7-2006.pdf), acessado a 15.05.2014, p. 2.

<sup>14</sup> ALMEIDA, João de, “Os cuanhamas”, *Boletim das Missões Civilizadoras*, Sernache do Bomjardim, Instituto de Missões Coloniais, nº 3, 1920, p. 30.

<sup>15</sup> DOBLER, Gregor, “Boundary drawing and the notion of territoriality in pre-colonial and early colonial Ovamboland”, *Journal of Namibian Studies*, 3 (2008): xx – xxx, [https://www.ethno.uni-freiburg.de/dok/publikationen\\_dobler/dobler\\_territoriality\\_jns.pdf](https://www.ethno.uni-freiburg.de/dok/publikationen_dobler/dobler_territoriality_jns.pdf), acessado a 15.10.2014, p. 7.

<sup>16</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, 2ª edição, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1936, p. 253.

Assim, após a morte de Nande, em 1911, apresentaram-se três candidatos: Canhime, Nambinga e Mandume, que seria aclamado o soberano do Cuanhama, porque o primeiro terá morrido numa discussão com partidários de Mandume e o segundo, aliado da administração colonial, foi derrotado por não reunir condições para ser eleito<sup>17</sup>.

Nas restantes situações, a audição do conselho dependia do carácter mais ou menos autoritário do ohamba mas, em princípio, as consultas eram feitas com regularidade.

O provérbio cuanhama “Ikumba kumba yoñhosi ihai imbi engolo okunwa - Os urros do leão não impedem a zebra de beber água”<sup>18</sup>, deixa patente a ideia de que havia limites para os eehamba exercerem o seu poder, e que as pessoas podiam apresentar as suas questões e protestos directamente ao seu soberano. Na maior parte das vezes, o ohamba não tomava uma decisão sem consultar os seus conselheiros e, segundo o padre Carlos Estermann: “O Hamba raras vezes se encontra em desacordo com os seus conselheiros, conformando-se geralmente com a opinião destes. Dão-se mesmo casos de prevalecer a opinião do conselho contra a do Hamba.”<sup>19</sup> Isto é, por outras palavras, prevalecia o princípio do exercício do poder por consenso.

O conselho consultivo era constituído por omalenga, ovone vomikunda e outras pessoas mais velhas que vivessem na embala do chefe. “Nos casos mais graves o soba consulta sempre o futuro sucessor, os sèculos seus predilectos ou confidentes e as pessoas da família e fidalgos mais importantes.”<sup>20</sup> Destes grupos destacavam-se os omalenga, devido ao peso da instituição militar dos cuanhamas. Muitos deles acumulavam o cargo de chefe militar com o de ovone vomikunda. Eram os omalenga que tinham de organizar a okasava, cobrança coerciva de tributos, e a osipolela, operações militares para a captura de produtos que se destinavam ao comércio externo. Pode-se dizer que os omalenga foram os grandes guardiões das leis e das tradições dos cuanhamas, opuseram-se fortemente à entrada de estrangeiros, incluindo a entrada das missões. As posições assumidas pelos omalenga não agradavam aos europeus que os adjectivavam negativamente como fez o monsenhor Keiling ao dizer que, “Hamálua [irmão do ohamba Nande] (...) manifestava maus instintos, devido principalmente à maligna influência dos seus conselheiros, que eram os homens mais velhacos do Cuanhama. Como já no tempo de Nambadi [ohmaba que governou entre 1882 e 1885 e que sucedeu a Chipandeca],

---

<sup>17</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, 2º Tenente de Marinha, *Distrito da Huíla, Relatório do governador, ano de 1912*, Coimbra, Ministério das Colónias, Biblioteca e Arquivo Histórico, Imprensa da Universidade, 1918, p. 12.

<sup>18</sup> MITTELBERGER, Charles, Padre C.S.sp., *A sabedoria do povo cuanhama em provérbios e adivinhas, Cunene – Angola*, Edição L.I.A.M., Caritas Portuguesa, (s.d.), p. 90.

<sup>19</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Colectânea de artigos dispersos, Volume I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983, p. 147.

<sup>20</sup> ALMEIDA, João de, “Os cuanhamas”, *Boletim das Missões Civilizadoras*, op. cit., p. 28.

os velhos (que entre os cuanhamas se chamam «lengas»), eram inimigos figadais da missão.”<sup>21</sup> Os omalenga eram considerados inimigos, porque não agiam de acordo com os interesses dos missionários e das autoridades portuguesas. Porém, se eles mudassem de posição passavam a ser considerados amigos e aliados. Nande quando era herdeiro presuntivo não era bem visto pelos portugueses, por se ter insurgido contra o içar da sua bandeira na embala do ohamba. Depois da sua entronização adoptou uma política diplomática, com pequenas cedências, que não desagradavam aos portugueses, pelo que passou a ser considerado um amigo.

Para além do conselho, o ohamba também era apoiado pelo que os escritos da época designam de “corpo ministerial”. Segundo dizia o monsenhor Keiling, em 1915, Mandume tinha “330 ministros, sendo 300 espalhados pela terra e os outros 30 ao lado de si.”<sup>22</sup> Este “corpo ministerial” controlava todo o território que estava dividido em mukundas e eumbos. Ainda segundo aquele sacerdote o Cuanhama, no mandato de Mandume, compunha-se de 250 mukundas e cada uma albergava 30 a 40 habitações.<sup>23</sup> Grande parte dos 300 ministros espalhados pelo território, seriam os governadores de mucundas.

As instituições cuanhamas não eram de todo fechadas, porque podiam ser alteradas de acordo com o protagonismo que as pessoas e elas próprias passavam a ter. Assim, um soldado que se destacasse em combate, mesmo que não fosse cuanhama, podia ascender na hierarquia militar podendo chegar a lenga ou a governador de uma mucunda. “O sobado bem como os sêculos são hereditarios; no entanto estes podem também ser nomeados pelo soba, presenteando-os com as terras; como exemplo, temos o T’chiapope, antigo guerrilheiro, e que segundo dizem, nem cuanhama é.”<sup>24</sup>

A circuncisão, momento chave do ritual da iniciação masculina, foi sempre muito importante para todos os povos sediados no sul do território da actual República de Angola. Nos ovimbundos, por exemplo, a circuncisão era tão importante que deu origem aos otyilombos, uma instituição guerreira de cariz mais ou menos secreto. Para os cuanhamas, a circuncisão também foi muito importante até meados do século XIX. Na sua deslocação ao cuanhama, em 1850, Bernardino José Brochado revelava que “n’estas terras não são

---

<sup>21</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 30.

<sup>22</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, Ano III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1927, p. 162.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 163.

<sup>24</sup> ALMEIDA, João de, “Os cuanhamas”, *Boletim das Missões Civilizadoras*, *op. cit.*, p. 28.

circumcidados senão os Sobas, e três ou quatro empregados seus principaes.”<sup>25</sup> O último ohamba a ser circuncidado foi Haimbili, falecido em 1863<sup>26</sup>.

Com o fim do ritual de iniciação, um jovem passava à idade adulta quando cumpria um contrato de trabalho na Damaralândia, pois no regresso estava mais capacitado para cuidar da sua família e de adquirir ou aumentar o seu património.<sup>27</sup>

Quando os cunhamas necessitavam de um homem circundado que fornecesse o seu sémen para a efundula, iam requisitá-lo aos outros povos, em especial aos nganguelas, porque as mulheres, sem se aperceberem, bebiam cerveja natural com o fluído orgânico masculino diluído para assegurar a sua fertilidade<sup>28</sup>.

A efundula sempre se fez, aliás as leis e tradições relacionadas com o casamento e a vida sexual, em especial a das mulheres, foram as que menos mudaram, pois visavam preparar a jovem para a vida de mulher adulta, com o objectivo de a tornar o suporte da família que deveria assegurar a sua continuidade quando os homens partiam para a guerra e mais tarde quando fossem contratados para trabalharem no exterior. As canções das cerimónias, eram verdadeiros manuais de preceitos que visavam a preparação da mulher para o casamento de maneira a garantir, no futuro, a continuação da família, a educação das crianças, a vida da casa, os trabalhos do campo, e a produção de louças de barro entre outras actividades. “Who led the songs containing many social lessons for the initiates now entering full womanhood.”<sup>29</sup>

A mulher era o centro da família e o garante do controlo dos seus membros e dos seus bens, principalmente quando os homens partiam para as operações militares ou para o Tchimporo. Nessa altura, a população dos eumbos era constituída, essencialmente, por mulheres, e crianças e elas assumiam a direcção das suas aldeias. Assim, a sua importância tornava-se ainda maior, em virtude das funções e das tarefas que tinham de executar.

A importância do papel desempenhado pela mulher, levava os quimbandas a usarem os seus poderes e a sua influência junto do ohamba para impedir que elas fossem para as missões, o que evitaria que a sociedade cuanhama perdesse um elemento de tão grande importância para a manutenção do equilíbrio social, económico e político, pois os valores transmitidos por influência dos sacerdotes cristãos conduziam à subversão das tradições dos cuanhamas.

---

<sup>25</sup> BROCHADO, Bernardino José, *op. cit.*, p. 192.

<sup>26</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 101.

<sup>27</sup> HAYES, Patricia, *Efundula and history: Female initiation in pre-colonial and colonial Northern Namibia*, *op. cit.*

<sup>28</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p 111.

<sup>29</sup> HAYES, Patricia, *Efundula and history: Female initiation in pre-colonial and colonial Northern Namibia*, *op. cit.*

Os quimbandas constituíam outra instituição, hierarquizada com as suas várias especialidades que se complementavam entre si, com forte influência na vida dos cuanhamas e, em conjunto com os omalenga, fizeram tudo para impedir que os jovens, de ambos os sexos, fossem para as missões e que aderissem às igrejas cristãs. Insurgiam-se contra o clero cristão, em especial o católico, e os seus princípios por recusarem os costumes e as tradições do seu povo e ao facto de imporem a religião cristã e os costumes europeus. Por outro lado, a ida dos jovens para as missões podia gerar desequilíbrios sociais e representavam perdas para o sistema de educação das crianças, de efectivos das forças armadas e de mão-de-obra para uma série de actividades. Os quimbandas “andavam pelas libatas proclamando astuciosamente que tinham um remédio, que impedia a gente de morrer de morte traiçoeira; mas que quem tinha comido êste remédio já não podia receber o batismo, senão a morte era certa. A pessoa, que tinha comido o tal feitiço, não podia morrer envenenada, ficava invulnerável mesmo contra as mordeduras das serpentes; mas tudo isso com a condição de nunca aceitar o batismo, pois os dois remédios não ficavam bem um ao lado do outro.”<sup>30</sup>

Para regular e harmonizar a vida do povo cuanhama, as suas instituições foram criando, ao longo dos tempos, um conjunto de leis e de regras que estavam plasmadas nos contos, nos provérbios e nas adivinhas, como se pode observar no provérbio que reflecte o direito de propriedade e o obrigatório envolvimento da família do faltoso. “Osikolo iha solele k’epata. Uma dívida não apodrece: os parentes hão-de pagá-la.”<sup>31</sup> Isto quer dizer que os crimes eram cometidos contra uma família, pelo que as responsabilidades deveriam ser imputadas ao autor do crime e à respectiva família.

No final do século XIX, os cuanhamas começaram a ser enviados para trabalharem no exterior, principalmente para a Damaralândia, nas minas de cobre de Ottavi, onde permaneciam um ano inteiro, e quando voltavam traziam fazendas, dinheiro, roupas de corte europeu e falavam, relativamente bem, em alemão.<sup>32</sup> Voltavam com mais capacidade financeira o que lhes permitia adquirirem gado e ascenderem aos círculos do poder e às famílias mais abastadas. Aliás, o período de regresso dos emigrantes era marcado por um grande crescimento da riqueza do Cuanhama, através do pagamento do imposto que incidia sobre a autorização para emigrarem, pelas poupanças privadas dos mineiros. “Ovambo chiefs were anxious to gain maximum profit from the migrant labour system: Workers left in

---

<sup>30</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, *Quarenta anos de África*, op. cit., p. 53.

<sup>31</sup> MITTELBERGER, Charles, Padre C.S.sp., *A sabedoria do povo cuanhama em provérbios e adivinhas*, *Cunene – Angola*, op. cit., p. 115.

<sup>32</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, op. cit., p. 153.

structured groups, under a leader, and remained together during the period of employment, thus maintaining cohesion and discipline on line reminiscent of raiding parties. «Gifts» had to be made to the kings on return, a system reminiscent in form and intention to earlier taxation of long-distance traders and of raiding parties.”<sup>33</sup> A ida dos emigrantes para o território do antigo Sudoeste Africano trouxe também alterações culturais que se reflectiram no mundo dos negócios e nas relações com os estrangeiros. Principalmente nos negócios com os alemães, sentiam-se mais seguros nas operações que contratavam por falarem o seu idioma. Muitos viajantes que visitaram o Cuanhama relataram que era normal encontrarem cuanhamas a cumprimentarem os europeus em português e alemão, na tentativa de identificar as suas nacionalidades e o idioma em que deviam dialogar.

Para além do poder militar, político e administrativo, o ohamba exercia um rigoroso controlo sobre o comércio externo, era ele que determinava quais os territórios de caça que podiam ser utilizados para arrecadarem peles e marfim, os produtos que podiam ser transaccionados, os territórios onde se podiam realizar operações de compra e venda e, por fim, os preços que deviam ser praticados, os meios e as modalidades de pagamento.

No Cuanhama, de uma maneira geral, havia poucos crimes e abusos<sup>34</sup>, porque a religião funcionava como um inibidor do crime. Ninguém queria entrar em colisão com os seus ascendentes já falecidos. Estas razões, conjugadas com o facto de a justiça ser praticada, normalmente, de uma maneira equilibrada, o que fazia com que não houvesse um sistema prisional.<sup>35</sup> A justiça era aplicada em última instância pelo “soba” e os seculos resolviam os casos mais simples, pois nos casos mais graves agiam apenas como mediadores entre o acusado e o ohamba.<sup>36</sup>

O crime era reparado com algo semelhante ao que o tinha provocado. A justiça de primeira instância era aplicada pelo ovene vomikunda da mucunda a que pertenciam o arguido, os seus familiares e a vítima. Em casos mais difíceis, recorriam a um ovene vomikunda mais poderoso e só se dirigiam ao ohamba em casos de grande dificuldade. O ohamba recebia as partes e com a ajuda do conselho sentenciava. “Estes processos verbais e sumários são extremamente rápidos, e as sentenças, são quase sempre justas.”<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *Journal of African History*, 44 (2003), pp 211-39, disponível em, <https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/4847/ASC-1293873-016.pdf?sequence=1>, acedido a 10.05.2014, p. 222.

<sup>34</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, pp. 146-147.

<sup>35</sup> Idem, p. 146.

<sup>36</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 362.

<sup>37</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p. 147.

Ao mesmo tempo que o povo cuanhama ia consolidando as suas raízes, também foi traçando as suas fronteiras “para melhor compreensão geográfica destas regiões, que as diversas tribos não estão, nunca imediatamente contíguas umas às outras. São sempre cercadas por uma floresta, que as separa, floresta deshabitada, embora o seu solo seja tão fértil como restante, e duma tal extensão, que são precisos ordinariamente dois ou três dias para as atravessar.”<sup>38</sup> No Ovambo as fronteiras eram delineadas por faixas largas, despovoadas e desmilitarizadas, que serviam apenas para separar os territórios dos diversos povos da região. Mais tarde, as pessoas que cometiam infracções, como os pais solteiros e os ladrões, eram enviadas para a “terra de ninguém”. Como esclarece Gregor Dobler, “The stark contrast between cultivated land and wilderness Galton sketches is reproduced in early political maps of the area. Travellers’ and missionaries’ maps showed the different Ovambo kingdoms as more or less well-defined areas surrounded by large stretches of no-man’s land.”<sup>39</sup> Convém esclarecer que este historiador designa por “reinos do Ovambo” a forma política dos vários povos daquela região africana que eram liderados por um ohamba, com as suas fronteiras perfeitamente demarcadas, onde funcionavam organizadamente as suas instituições políticas, militares, económicas, sociais e religiosas que regulavam e satisfaziam as necessidades dos seus habitantes. Esta terminologia costuma ser utilizada por historiadores namibianos, sul-africanos e por alguns académicos europeus que estudam a história daquela região.

Embora controlassem o seu território, tinham uma fraca densidade populacional e devido à sua extensão a terra era um recurso abundante, ao contrário da Europa que era densamente povoada e a terra era um recurso escasso, sendo uma das razões para o grande controlo das fronteiras para que os vizinhos não ocupassem os espaços que não lhes pertenciam.<sup>40</sup> Por estes motivos, os cuanhamas não controlavam as fronteiras como os europeus, pois não tinham postos e guardas fronteiriços e privilegiavam o controlo das pessoas. “Qualquer cuanhama, antes de sahir da terra, pede licença ao soba ou século.”<sup>41</sup>

Quando havia problemas de fronteiras, as embaixadas dos povos vizinhos encontravam-se no meio da zona neutra e abatiam um boi que enterravam no local, o que passava a ser um marco.<sup>42</sup> Dobler explica o processo de construção de marcadores territoriais e a forma como eles se repercutiam no exercício do poder no Ovambo: “With the years, the markers grew into mounds that formed visible landmarks separating two kingdoms: border

---

<sup>38</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, *Viagens na Cimebásia*, Luanda, Edição do Museu de Angola, 1953, p. 105.

<sup>39</sup> Sobre a definição e controlo dos territórios dos diferentes “reinos” e a deportação de criminosos para as regiões fronteiriças, cfr., DOBLER, Gregor, *op. cit.*, pp. 5-7.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>41</sup> ALMEIDA, João de, “Os cuanhamas”, *Boletim das Missões Civilizadoras*, *op. cit.*, p. 29.

<sup>42</sup> DOBLER, Gregor, *op. cit.*, p. 9.

markers that stressed both the will to peaceful co-existence and the territorial boundaries between two political unities. The presence of these markers, together with the prohibition confining the king to his territory, is a clear indication that domination in pre-colonial Ovamboland was not solely over people, but extended over a well-defined territory which sometimes stretched well into the wilderness.”<sup>43</sup>

Na verdade, os cuanhamas sabiam perfeitamente quais eram as suas fronteiras e, em 1915, quando tiveram conhecimento da progressão da coluna portuguesa, comandada pelo general Pereira d’Eça, com o objectivo de invadir e ocupar o seu território, o ohamba dos cuanhamas ordenou imediatamente o encerramento das suas fronteiras. Monsenhor Keiling, no regresso da viagem em que se encontrou com Mandume, deixou-nos o retrato de uma das fronteiras que os cuanhamas tinham fechado, “às nove, portanto, estávamos no que podemos chamar as trincheiras; e eram-no verdadeiramente, pois o caminho achava-se fechado por todos os lados, a fim de impedir os brancos de entrarem de novo nesta terra. Tivemos um trabalho incrível para abrir passagem através dos espinheiros, abrolhos, troncos de árvores e ramos entrelaçados... Além de que de um e outro lado do caminho viam-se as árvores ligadas por uma corda, feita de casca de árvore, de onde pendiam tôdos os feitiços (...) às 11 horas estávamos no Evale.”<sup>44</sup> Mandume sentiu necessidade de proteger as suas populações e os seus patrimónios, pelo que teve de investir na segurança das suas fronteiras. Esta medida do ohamba não visava apenas a defesa contra os estrangeiros, pois também era importante para a manutenção do controlo interno. Para isso, os cuanhamas não recorreram apenas aos amuralhados de troncos e espinheiras que os militares costumavam usar, mas também à ajuda de entidades mais poderosas que os homens comuns, para blindarem as fronteiras e tornarem-nas intransponíveis.

## **2. Estratégias diplomáticas e a imigração de estrangeiros**

Nos primeiros contactos com os cuanhamas, os portugueses foram bem recebidos, mas com algum distanciamento, pois não passavam do cumprimento do protocolo imposto pelos africanos, que consistia numa audiência para a apresentação de cumprimentos e a troca de presentes que ocorria fora da embala, num lugar designado pelo ohamba. Aos europeus eram oferecidas cabeças de gado e omalodo, bebida alcoólica feita de massambala gelada, que, por sua vez, ofereciam armas, cavalos, missangas e fazendas. As missangas, as roupas e os tecidos

---

<sup>43</sup> Idem, p. 10.

<sup>44</sup> KELING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, Ano III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1927, p. 66.

eram considerados sinais exteriores de riqueza e de beleza. Estes bens só podiam ser adquiridos por proprietários de muitas cabeças de gado e pelas pessoas que estavam ligados ao ohamba por laços familiares ou de trabalho. Em 1900, a “rainha” Nda Kioli, mãe de Nande, recebeu o padre Lecomte e encomendou-lhe missangas que seriam pagas com bois, “o principal, diz a Rainha, é que venham muitas com que eu possa tecer uma cinta que me caia até aos joelhos. Ficarei assim linda, lindíssima!”<sup>45</sup> Quando D. João, Bispo de Angola, visitou o Cuanhama, em 1910, foi recebido pela “princesa” Anyagha, prima de Nande, e quando “recebeu o presente que lhe entreguei em nome do Governo Portuguez, dignando-se de ter n’esse momento uma phrase finamente espirituosa e lisonjeira. – Ah! Exclamou ella, agora já não podem dizer que sou pobre!”<sup>46</sup> Por outro lado, algumas roupas de corte militar com ornamentos parecidos a dragonas, divisas militares com franjas douradas que ornavam os ombros dos militares europeus, as armas e os cavalos vincavam o poder dos chefes e dos indivíduos mais abastados. Posteriormente, os portugueses deixaram de oferecer armas, pólvora, cartuchos e cavalos, devido ao incremento das operações militares, pois as armas oferecidas podiam voltar-se contra eles.

O facto do primeiro encontro ser marcado pela apresentação de cumprimentos e da troca de presentes, não significava que no primeiro encontro não ficassem apalavrados alguns assuntos que, normalmente, costumavam ser tratados em encontros posteriores. Na sua primeira viagem ao Cuanhama, em 1879, o padre Carlos Duparquet, da Congregação do Espírito Santo, visitou primeiramente a “princesa” Chinona, irmã do ohamba Chipandeca, sucedeu a Siefeni e governou até 1882, para lhe pedir que mandasse um emissário à embala do soberano com o intuito de lhe pedir uma audiência.

Passados três dias, os emissários regressaram com a resposta de que o missionário podia seguir para ser recebido pelo ohamba. O regresso tardio dos emissários ficou a dever-se às grandes festividades que decorriam naquele território, o que impossibilitava a recepção do missionário.

Obtida a autorização, o padre da Congregação do Espírito Santo despediu-se da “princesa” e rumou à embala de Chipandeca, tendo acampado no lugar indicado pelo chefe, próximo da sua embala, onde permaneceu durante seis dias sem o ver, pois segundo o padre

---

<sup>45</sup> LECOMTE, Ernesto, Padre, “Chronica ecclesiastica e missionaria, os quanhamas”, *Portugal em África*, vol. 9, nº 97, *op. cit.*, p. 33.

<sup>46</sup> D. JOÃO, Bispo de Angola e Congo, *Visita pastoral do Bispo de Angola*, Humbe – Dongoena - de 06 a 16 de Setembro de 1910, Além Cunene - Cuanhama – de 20 de Setembro a 07 de Outubro de 1910, Diocese de Angola e Congo, Visitas Pastoraes, em 1910, Loanda, Imprensa Nacional de Angola, 1912, p. 160.

Duparquet, o ohamba era “quase invisível para os estrangeiros.”<sup>47</sup> Isto fazia parte do protocolo, pois a obrigação do missionário se deslocar para junto da embala do soberano, a indicação do lugar em que devia acampar, a “invisibilidade” do ohamba e a troca de mensagens, faziam parte das cerimónias protocolares e serviam para realçar a sua autoridade e o seu poder. O visitante só entrava na embala no dia seguinte ao primeiro encontro e se o ohamba entendesse convidá-lo.

Entretanto, todos os dias o padre recebia presentes do ohamba e não retribuía, até que ao sexto dia recebeu um mensageiro que lhe transmitiu a preocupação do soberano, porque ainda não tinha recebido o presente do religioso. Este mandou imediatamente a mensagem de “que também lhe havia trazido um presente, se bem que não tivesse vindo com o intuito de negociar no país, mas unicamente para o visitar; mas que tinha empenho em ser eu a oferecer-lho pessoalmente, para o que não tinha mais que indicar-me o dia e a hora em que poderia conceder-me audiência”<sup>48</sup>

Este compasso de espera servia para as autoridades africanas conhecerem os visitantes, ver como reagiam, o que pretendiam e o que podia beneficiar com o visitante. As cerimónias protocolares avançavam segundo as iniciativas do ohamba. O monsenhor Keiling deixou-nos um comentário sobre a obrigação de cumprir as indicações do ohamba. “Talvez neste ponto alguém se admire de pedirmos licença ao potentado negro, mas lembre-se que estamos em 1900 e pingo e que o Cuanhama não estava ainda ocupado pelas autoridades portuguesas. O leitor já esteve em relação com os habitantes de Trás-os-Montes? Sabem, portanto, o que eles dizem? «Para àquem de Marão, mandam os que cá estão»! Pois o que nestes é prosápia (...) era nos Cuanhamas realidade.”<sup>49</sup>

Depois das duas partes terem trocado uma série de mensagens, o padre Duparquet acabou por ser recebido pelo soberano, tendo-lhe pedido para edificar uma missão nos seus territórios, o que foi aceite por Chipandeca. Em seguida, o missionário católico ofereceu-lhe uma “bela espingarda de dois canos, para a caça ao elefante, no valor de 250 frs. O Rei que é grande apreciador de espingardas, de que tem uma colecção de cerca de 1.500 de todas as espécies.”<sup>50</sup> Todavia, a missão só foi edificada muito mais tarde, no governo de Nambadi, sucessor de Chipandeca, que entretanto tinha morrido.<sup>51</sup>

---

<sup>47</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, *op. cit.*, p. 107.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 107.

<sup>49</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 30.

<sup>50</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, *op. cit.*, p. 108.

<sup>51</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 27.

Os visitantes estavam obrigados a cumprir rigorosamente o protocolo. O padre Keiling avisava que o não cumprimento das leis vigentes naqueles territórios punha em causa a segurança do estrangeiro que prevaricasse.

Desde sempre, todos os povos do Ovambo tentaram por todos os meios impedir que os europeus vagueassem livremente e que permanecessem por muito tempo nos seus territórios. Isso era bem visível na acção dos cuanhamas e dos cuamatos, os dois maiores povos do Ovambo, e os que mais se destacaram na resistência contra a invasão dos estrangeiros. Inicialmente, os cuamatos eram mais radicais pressionando, persistentemente, os cuanhamas para expulsarem todos os europeus, independentemente da sua nacionalidade e da sua actividade. Os cuamatos, em 1891, eram os mais perigosos vizinhos dos Portugueses.<sup>52</sup> Na entronização de Nande os cuanhamas pronunciaram-se contra os brancos e os cuamatos ofereceram “ao soba Nande o seu auxílio e apoio, contanto que destruísse a missão.”<sup>53</sup> Segundo Pélissier, na opinião do padre Lecomte, “só os Cuamatos e os Vales eram de temer”<sup>54</sup>

Aos europeus não era permitido que vivessem no Cuanhama com carácter definitivo, mesmo as missões estavam sempre sob vigilância. Quando os cuanhamas obtinham informações, ou se pressentiam que qualquer medida das missões, fossem portuguesas ou alemães, pudesse transformá-las em aquartelamentos que servissem de abrigo aos exércitos dos seus países, expulsavam os religiosos e os catecúmenos e, em seguida, queimavam tudo para impedir que as forças estrangeiras concretizassem os seus objectivos. Em 1912, os espíões cuanhamas, nas palavras de monsenhor Keiling, informaram Mandume, a partir do Lubango, que estava a ser preparada uma força militar portuguesa para invadirem o seu território. Segundo o monsenhor Keiling a referida mensagem chegou antes do ofício do governador da Huíla, em que era exigido à missão católica do Cuanhama, “custe o que custar, se deverá manter nesse ponto do Cuanhama até à chegada das fôrças do exército da República (...)”<sup>55</sup> Entretanto, os missionários tinham começado a fazer obras na missão do Evale, o que indiciava que a do Cuanhama seria ocupada pela força que marchava a partir do Lubango. Mandume ficou indignado e mandou ocupar a “fronteira norte do Cuanhama e destruir todas as casas da missão (...)”<sup>56</sup>

---

<sup>52</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 183.

<sup>53</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 33.

<sup>54</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 190.

<sup>55</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 37.

<sup>56</sup> Idem, p. 38.

Em 1909, o capitão Artur Moraes, Director dos Serviços de Etapas, esta unidade tinha a missão de construir e abastecer uma série de postos ao longo do percurso que ligava Moçâmedes ao Cunene, para apoiar uma expedição ao Cuanhama que estava projectada para esse ano, apercebeu-se de que os missionários alemães estavam a distribuir alimentos no Ovambo, devido à fome que assolava aquele território. Numa tentativa de anular o protagonismo dos alemães, pediu autorização ao governador do Distrito da Huíla, onde estava incluído o Cuanhama, capitão João de Almeida, para proceder à distribuição de alimentos pelas populações. Obtida a autorização de João de Almeida, mandou prevenir o ohamba, Nande, de que o iria visitar. Após ser recebido pelo chefe cuanhama e terem cumprido todos os requisitos protocolares, passaram à distribuição dos alimentos pelas mucundas indicadas por Nande<sup>57</sup>. Alguns dias depois, o ohamba aceitou assinar um auto de vassalagem que foi rubricado com data de 14 de Abril de 1909 (sobre o significado atribuído pelos eehamba aos autos de vassalagem ver *infra*, 2.3.).

Depois de assinado o auto de vassalagem, faltava a Artur de Moraes alcançar o seu objectivo principal, que era obter a autorização de Nande para edificar um forte militar que fecharia a linha de etapas que ele estava a construir e que serviria de apoio à expedição que os portugueses estavam a preparar para ocupar o Cuanhama. Calmamente, o oficial português resolveu aguardar por uma boa oportunidade para expor as suas pretensões.

“Assim, no dia seguinte, com a presença apenas do tenente Viriato Lobo, do Amálua [irmão de Nande], de dois *lengas* e dos intérpretes falei ao soba sobre o assunto, respondendo-me ele: Que consentia que fosse para junto da *embala* um representante de *Muene-Puto* [refere-se ao Rei de Portugal, é uma expressão aportuguesada do kimbundu], mas que tinha receio que fossem soldados, não fossem eles meter-se com as mulheres, pois metendo-se com elas o povo ficava zangado.”<sup>58</sup> Porém, René Pélissier diz que os portugueses obtiveram autorização para instalar uma linha telefónica e que não falaram na construção do forte.<sup>59</sup> Nande “não queria combater os portugueses, mas também não se desejava indispor com os cuamatuis; dêste modo ficou a missão exposta a cada instante às violências dalguns fanáticos, que à missão atribuíam a ocupação do Cuamatui.”<sup>60</sup> Todo o Cuanhama tinha conhecimento dos inúmeros desacatos causados pelos soldados portugueses por assediarem as mulheres dos

---

<sup>57</sup> MORAES, Artur de, Major, *Memórias de Angola*, 2ª edição, Casal de Cambra, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2007, pp. 149-150.

<sup>58</sup> *Idem*, p. 154.

<sup>59</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 219.

<sup>60</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 35.

diversos povos do Ovambo, Humbe e Gambos. Num desses desacatos, em 1897, soldados portugueses, do pelotão do tenente Conde de Almoester, violaram mulheres de um eumbo do Humbe, o que provocou a revolta da população que atacou e dizimou todo o pelotão do exército português. “O pelotão do Conde de Almoester foi o último a iniciar a viagem de regresso, precisamente a 11 de Dezembro de 1897. Os militares que os precederam na retirada continuaram na senda dos desacatos, das injúrias e dos maus tratos a homens e mulheres, e chegaram mesmo a prender um “Seculo” muhumbe (...)”<sup>61</sup>

Nande e o seu conselho de omalenga não queriam os estrangeiros no seu território e sabiam que tinham de defender o seu povo, pelo que utilizaram o argumento da defesa das mulheres, porque era uma situação evidente e recorrente. O argumento do ohamba ilustra bem as manobras diplomáticas empreendidas pelos dirigentes cuanhamas que procuravam afastar os estrangeiros sem os afrontar directamente. Nande foi muito criticado na época, caso do monsenhor Keiling<sup>62</sup>, acusado de ser indeciso, nomeadamente por não optar pelo apoio aos portugueses, ponto de vista luso-cêntrico que, modernamente, René Pélissier<sup>63</sup> reproduziu. Na verdade, durante a governação de Nande, o Cuanhama estava numa situação muito difícil com os portugueses a construírem uma cintura de fortes à sua volta e com uma grande fome que grassava na região, o que o obrigou a fazer pequenas cedências no âmbito da sua política diplomática. No entanto, o ohamba mostrou-se sempre decidido ao recusar os aquartelamentos portugueses no seu território e as ajudas “bélicas” dos cuamatos. Mesmo em relação à sua imagem, Nande nunca permitiu que fosse visto como subalterno dos portugueses. Depois de rubricar o auto de vassalagem, deixou-se fotografar na companhia dos militares portugueses Artur de Moraes e Veriato Lobo, de Hamálua e de um lenga. “No verso da fotografia, manuscrita pelo punho de Artur de Moraes, lê-se a seguinte nota: «O Nande não quis ficar ao centro do grupo para não dizerem que estava preso.»”<sup>64</sup>

Durante a governação de Weyulu, o Cuanhama foi visitado por dois oficiais do exército português, o tenente da marinha Filipe C. Dias de Carvalho e o tenente Francisco Teixeira de Azevedo, em Setembro de 1902, que lhe ofereceram uma bandeira que esteve hasteada por um dia. “Essa bandeira foi no dia seguinte rasgada por Nande, o irmão de Weyulu.”<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *A Colonização do Sul de Angola 1485-1974*, Mira-Sintra, Gráfica Europam, Lda, 1998, p. 179.

<sup>62</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 35.

<sup>63</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 190.

<sup>64</sup> MORAES, Artur de, Major, *op. cit.*, p. 154.

<sup>65</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 184.

Esta situação não era nova, já acontecera com Weyulu e com os eehamba que o antecederam. Weyulu chegou a ajudar os portugueses contra os cuamatos, em 1891, e deu protecção à missão que os missionários católicos haviam construído na Matadiva, junto à embala da “rainha” Ddatioli.

Porém, quando os omalenga começaram a trabalhar “clandestinamente” para fazerem os missionários espiritanos saírem do território Cuanhama, Weyulu não saiu em sua defesa, mas, depois dos missionários se afastarem, o ohamba continuou a manter uma postura amigável, sem nunca intervir. Os omalenga trabalhavam incessantemente para expulsar os missionários (sobre este assunto ver *supra* 1.), tendo a situação piorado depois da morte, em Junho de 1903, da “rainha” Ddatioli, mãe de Weyulu, Auficu, Nande e Hamálua. Os chefes militares “sentindo-se mais à vontade depois da morte da rainha, começaram a molestar os missionários.”<sup>66</sup> “O Weyulu, já a envelhecer, não parece ter vingado a afronta feita aos seus protegidos (...)”<sup>67</sup> Os padres ao sentirem que a situação era insustentável pediram autorização ao ohamba para transferirem a missão. “O soba Eyulu autorizou a transferência da missão de Matadiva, acrescentando que íamos proteger dêste modo o Cuanhama contra as incursões da gente do Evale, como já os havíamos protegido contra as dos alemães.”<sup>68</sup> A morte de Weyulu, a 20 de Setembro de 1904 deixou os missionários “um tanto alarmados”<sup>69</sup>

Os europeus sempre que possível construía as suas instalações, missões, casas comerciais e aquartelamentos, junto das habitações de altas individualidades africanas, pois sabiam que assim ficavam estrategicamente mais protegidos por quem lhes dava guarida. Porém, quando o seu protector desaparecia a situação podia alterar-se drasticamente, o que veio a acontecer com a morte da “rainha” Ddatioli, agravado pelo facto de Weyulu estar velho e de já não ter capacidade para se impôr ao crescente poder dos omalenga. De facto, foi no final da governação deste ohamba que os omalenga começaram a formar um poder paralelo que se agravou durante o mandato de Nande e que, mais tarde, Mandume teve de combater.<sup>70</sup> Neste cenário os missionários acabaram por se afastar, embora tenham continuado a ser molestados, porque eram considerados por algumas instituições cuanhamas como elementos nocivos para o seu povo, pelo que não os queriam por perto.

---

<sup>66</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 30.

<sup>67</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 185.

<sup>68</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 30.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 32

<sup>70</sup> KREIKE, Emmanuel, *Re-creating éden, land use, environment, and society in Southern Angola and Northern Namibia*, Portsmouth, Heinemann Reed Elsevier Inc., 2004, p. 47.

## 2.1 As instalações militares e religiosas dos estrangeiros

As missões religiosas eram bem recebidas pela “corte”, mas os omalenga, os quimbandas e a maioria dos herdeiros presuntivos não queriam as missões nos seus territórios, pois imputavam aos missionários as culpas dos seus desaires. Muitos dos herdeiros presuntivos opunham-se às missões antes de assumirem o poder, como numa operação de captação de apoio para a sua entronização e, quando assumiam o poder, tornavam-se menos radicais. Estas posições dos herdeiros resultavam do controlo rigoroso que era exercido sobre eles pelo ohamba, e por não terem acesso directo ao comércio externo e, conseqüentemente, aos padrões de prestígio. O padre Duparquet relatava na sua obra “Viagens na Cimbebásia” que o ohamba Chipandeca temia Nambadi, o seu herdeiro, “como a um pretendente perigoso e não lhe permite que trate facilmente com os europeus.”<sup>71</sup> Nande sucessor de Weyulu foi considerado pelos portugueses, enquanto herdeiro presuntivo, como intratável e perigoso, porém quando assumiu o poder adoptou outra postura e os portugueses passaram a achá-lo mais amigo e compreensivo.

O ohamba e a sua “corte”, ao autorizarem a permanência das missões, faziam-no com um grande dilema porque, por um lado, traziam conhecimentos que eram um valor acrescentado ao seu prestígio e dos familiares respectivos, havendo casos em que os únicos alunos na abertura da escola da missão eram os filhos do ohamba. Por outro lado, a autorização era dada no âmbito da sua política diplomática, com as cedências possíveis, englobada nos objectivos de resistência e de afastar os militares estrangeiros e a ocupação. Os omalenga e os quimbandas opunham-se, pois sabiam que os interesses dos missionários eram coincidentes com os das autoridades coloniais. Aliás, as autoridades coloniais davam muita importância à acção das missões na cristianização das populações e, conseqüentemente, na sua cativação para que abandonassem os seus costumes e tradições, de maneira a que lhes fossem ensinados os costumes dos europeus, pois como diziam as autoridades coloniais e os missionários, “a civilização vem pela evangelização pela catequese.”<sup>72</sup>

Para os africanos que se opunham à religião cristã, quimbandas, omalenga e outros, isto conduzia inevitavelmente à substituição da sua religião pela dos estrangeiros e, conseqüentemente, ao fim das suas tradições e das suas leis. Segundo Patricia Hayes, Mandume proibiu o casamento cristão das jovens que não tivessem feito, primeiro, a festa de iniciação das raparigas. O chefe terá argumentado que a quebra das tradições dos seus

---

<sup>71</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, *op. cit.*, p. 129.

<sup>72</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, *op. cit.*, p. 78.

antepassados provocaria a sua morte.<sup>73</sup> Foi uma luta dura que lançou um grande alvoroço entre os missionários e os africanos cristianizados. Na sua luta para esmagar as religiões “pagãs”, os missionários proibiam as festas e os nomes africanos. Uma das festas mais importantes dos cuanhamas era a da iniciação feminina que os padres reprimiam ferozmente. Os missionários não queriam que as jovens participassem na efundula e impunham que elas não usassem os trajes, penteados e cosméticos que era costume usarem nas várias fases da festa. Proibiam-nas também de trabalharem ao domingo e obrigavam-nas a tomarem um nome cristão depois do baptismo. Convém dizer que isto era um procedimento adoptado pelos missionários desde o início da evangelização do sul da colónia portuguesa e era aplicado nas missões implantadas no Cuanhama e em todas as missões espalhadas pelo resto do Ovambo. Deve-se dizer também que os rapazes iam para as missões com a concordância dos pais, enquanto às raparigas isso não era permitido, pelo que tinham de fugir. Isto tinha como resultado que os rapazes mantinham a ligação com as suas famílias, ao contrário das raparigas. Por estes motivos, os pais, por vezes, tinham de usar a força para recuperar as filhas para que pudessem participar na efundula.<sup>74</sup>

Ainda assim, nada impedia que as pessoas, ao abrigo das suas casas e das matas, continuassem “clandestinamente” a professar as suas religiões tradicionais. Embora esta dupla religiosidade, em algumas situações, colocasse às pessoas alguns problemas materiais e de consciência. Devemos também considerar que os principais opositores às missões cristãs eram membros de instituições de poder e como tal, eram organizações conservadoras que se opunham ao aparecimento de novos valores sociais. Para eles a acção dos cristãos era sempre negativa, mesmo nos casos de dupla religiosidade.

Perante tão grandes alterações trazidas pelos sacerdotes europeus, quimbandas e lengas estavam preocupados com as eventuais reacções dos seus antepassados. A acção dos missionários começava a alterar a vida dos cuanhamas, o que perturbava profundamente a autoridade das elites, o seu sistema económico e social, com especial incidência na captação de património pelos membros mais abastados da hierarquia daquele povo, de onde se destacavam os omalenga. “Os velhos [os omalenga também eram assim designados] viam na missão e no incremento, que ela tomava, a ruína da sua autoridade própria. Deixavam-na medrar, porque

---

<sup>73</sup> HAYES, Patricia, *Efundula and history: Female initiation in pre-colonial and colonial Northern Namibia*, op. cit.

<sup>74</sup> MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, Christianity, and Colonialism in Ovamboland*, Cape Town, David Philip Publishers (PTY) Ltd, 2002, p 113.

não podiam fazer de outro modo; mas nos conluios secretos, quando longe de ouvidos indiscretos, não escondiam a má vontade que lhe tinham.”<sup>75</sup>

Por outro lado, a Igreja Católica queria que fossem libertadas as pessoas que aprisionadas durante as operações osipolela, operação de guerrilha para alargamento do território económico dos cuanhamas. Todos os governantes cuanhamas sabiam o que se passava, ou seja, que essas pessoas eram utilizadas para pedirem resgates às famílias, vendidas ou utilizadas como mão-de-obra barata.

O ohamba e os herdeiros passavam diplomaticamente o assunto aos omalenga, que logo exigiam o pagamento de um resgate para a libertação dos prisioneiros. Mas a pressão dos missionários acabava por influenciar chefes e herdeiros que usavam o seu poder para libertar pequenos grupos, o que, mesmo assim, acabava por causar algumas perdas no sistema económico cuanhama.

A pressão e os novos hábitos impostos pelos missionários acabavam por condicionar o livre funcionamento de alguns órgãos de soberania cuanhama, pois corriam o perigo de não realizarem as mais valias pretendidas ou de não obterem a força de trabalho que esperavam. Como dizia D. Eduardo André Muaca, Arcebispo de Angola, “Todos os países coloniais dos séculos XIX e XX procuraram aproveitar a colaboração dos missionários para a acção social a desenvolver junto das populações nativas, principalmente nos domínios da instrução e da assistência sanitária. Mas quiseram que essa colaboração se estendesse também ao domínio político, colaborando com as autoridades civis para dar aos povos colonizados um cunho cultural e mentalidade de harmonia com a própria nação.”<sup>76</sup> Convém acrescentar às palavras de D. Eduardo Muaca que a colaboração dos missionários também era prestada às forças armadas portuguesas, como foi o caso da missão do Cuanhama quando esteve para ser ocupada pela tropa portuguesa, com o apoio dos Espiritanos, congregação católica, e das actividades “colaboracionistas” do padre Lecomte.<sup>77</sup>

Era uma luta contínua dos chefes militares ajudados pelos quimbandas para defenderem a sua soberania o que, por vezes, passava por perturbar e criar instabilidade nos trabalhos das missões, de tal maneira que os missionários acabavam por partir. Os quimbandas sentiam o seu poder ameaçado pelos missionários o que transparecia nas recomendações que faziam aos que

---

<sup>75</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 27.

<sup>76</sup> MUACA, Eduardo André, D., *Breve história da evangelização de Angola 1491 – 1991*, Cucujães, Secretariado Nacional das Comemorações dos 5 Séculos, 1991, p. 53.

<sup>77</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, pp. 34-35.

eram batizados e aos não batizados. Os primeiros deveriam tomar um antídoto para anular os sacramentos cristãos e jurar ao quimbanda que abandonariam a religião cristã e aos segundos bastava jurarem que nunca seriam batizados. “Quem era cristão a-fim-de não morrer depois de ter comido o feitiço, devia desbaptizar-se, isto é, jurar ao feiticeiro, que nunca mais praticaria a religião católica, para os não batizados, êles ou os pais deviam jurar nunca receber o baptismo”<sup>78</sup> Por sua vez, os omalenga provocavam e chegavam a disparar contra o pessoal das missões, como aconteceu na missão do Evale em que mataram um dos seus membros. Weyulu, ohamba do Cuanhama, tinha dado autorização aos missionários da Congregação do Espírito Santo para se mudarem para o Evale. “Quem não ficou nada contente com a nossa vinda para êste lugar, foi o soba do Evale, o famoso Cavongélua, que tinha pouca vontade de nos ver no caminho por onde passavam os seus, quando iam assaltar as libatas. Resolveu, por isso, declarar-se nosso inimigo e determinou enviar uma guerra contra a missão, a ver se se desistia da empresa. No dia 2 de Dezembro, às 7 horas da manhã, vieram alguns guerreiros espreitar em volta do nosso acampamento. Parecendo-lhes favorável o momento, fizeram fogo (...)”<sup>79</sup>

Todavia, em relação à implantação das missões, a posição dos eehamba acabou por prevalecer, pelo que no Cuanhama e no Evale, o segundo estava submetido pelo primeiro, foram edificadas missões católicas e protestantes, oriundas de Portugal e da Alemanha.

Como já foi dito, embora tivessem o aval da “corte”, não significava que as missões não estivessem sob vigilância. Quando em Janeiro de 1912 correu a notícia que militares portugueses iam ocupar a missão para atacar o Cuanhama. No dizer de monsenhor Keiling este era apenas um boato, o certo é que os padres espiritanos da missão resolveram aumentar a estação de Nacaeque para onde se deviam retirar durante a expedição. Mandume, ao tomar conhecimento da situação, mandou um seu ministro dar ordens aos missionários para retirarem os seus bens, pois queria incendiar a missão, para impedir que as tropas portuguesas a utilizassem como aquartelamento.<sup>80</sup> Posteriormente, monsenhor Keiling reconheceu que o governo português tivera a intenção de ocupar a missão.

Se em relação às missões havia posições diferentes, em relação aos aquartelamentos havia apenas uma posição, não permitir a construção de aquartelamentos estrangeiros no território cuanhama.

---

<sup>78</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, *Quarenta anos de África*, op. cit., p. 53.

<sup>79</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, op. cit., p. 31.

<sup>80</sup> Idem, p. 37.

Em Janeiro de 1915, o padre Keiling visitou o Cuanhama e numa das conversas que teve com Mandume perguntou-lhe: “Poderei reconstruir em breve a nossa antiga missão? Não, me respondeu êle muito prontamente. A tua missão traziam-me a ocupação portuguesa e eu essa não a quero. Tens uma missão no Evale, chega. Não preciso doutra. Não há dúvida, *Mandume* não esqueceu, nem esquecerá o que se passara em 1912, quando o govêrno quis ocupar a nossa missão (...).”<sup>81</sup>

Em 1911, o governador do distrito da Huíla, Alfredo Frederico de Albuquerque Felner, numa informação confidencial, datada de 19.05.1911, informava o chefe do Estado Maior, em Luanda, que tinha mandado uma missão diplomática ao Cuanhama, chefiada pelo tenente da armada Silva Nunes, para negociar a ocupação com Mandume. A missão ficou no Cafu e enviou uma mensagem a Mandume a solicitar uma audiência, para apresentar os seus cumprimentos. A partir dos contactos que os portugueses estabeleceram com os cuanhamas, enquanto aguardavam pela resposta do ohamba, ficaram com a ideia de que a ocupação seria aceite. A audiência foi concedida e os militares portugueses foram muito bem recebidos por Mandume mas quando lhe colocaram o assunto da ocupação, o ohamba negou-se terminantemente a consenti-la.<sup>82</sup>

Esta posição do chefe cuanhama não significava que ele fosse mais amigo dos alemães da Damaralândia, hoje Namíbia, como sempre foi acusado pelos portugueses, por ter estudado numa missão protestante alemã. Aliás, “when Mandume became a headman, he controlled the district surrounding a Lutheran mission station. And one of his first acts was expelling the community's most illustrious Christian (...).”<sup>83</sup>

Na verdade, o ohamba apenas não queria militares estrangeiros no seu território, independentemente da sua nacionalidade e esta era uma posição basilar dos cuanhamas, que não permitiam o aquartelamento de militares e de construções que pudessem, eventualmente, ser utilizadas pelos exércitos invasores.

Um exemplo que caracteriza perfeitamente esta posição foi noticiado pelo *Jornal de Mossamedes*, em 1892, dando a conhecer aos seus leitores que “o sobba do Quanhama expulsara das suas terras os missionários allemães que ali se haviam estabelecido, constando

---

<sup>81</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, *op. cit.*, p. 161.

<sup>82</sup> FELNER, Alfredo Frederico de Albuquerque, *Informação, confidencial, do governo do districto da Huíla para o estado maior, Loanda, missão diplomática ao “Cuanhama” – Incidentes junto à fronteira “Luso-Alemã”*, Arquivo Histórico Militar, 2ª Divisão, 2ª Secção, nº 2, Caixa 18, 1911-1912, Governo do Districto da Huíla, confidencial nº 62, p. 1.

<sup>83</sup> MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, Christianity, and Colonialism in Ovamboland*, *op. cit.*, p. 141.

mais que a razão d'este procedimento, tinha sido motivado por os referidos missionários pertenderem construir uma muralla circundando as casas de sua habitação.”<sup>84</sup>

Em relação à existência das missões católicas e protestantes no Cuanhama, havia acusações recíprocas dos alemães e dos portugueses de que os cuanhamas preferiam a outra parte. Os portugueses tinham uma missão no Evale e diziam que os africanos preferiam os germânicos, visto que recebiam apoio político e militar e, em compensação, tinha-lhes sido permitido a construção de várias missões protestantes no Cuanhama.

As chefias do povo do Ovambo preferiam as missões que não eram católicas, porque a sua ligação ao aparelho militar dos alemães não era tão evidente como a ligação dos missionários católicos ao exército português, visto que os alemães não tinham grandes efectivos na Ovambolândia.

Por outro lado, os religiosos das missões que não pertenciam à igreja católica casavam, tinham filhos e formavam catequistas e pastores africanos, o que, para os africanos, podia funcionar como uma rampa para a sua afirmação no xadrez político da região. É possível que os africanos aderissem às igrejas protestantes à procura de uma nova fonte de poder espiritual, mas também é verdade que aquelas igrejas criavam as condições para que isso acontecesse, o que os católicos não faziam.

A política portuguesa em relação aos africanos era muito repressiva e muito diferente das autoridades coloniais da actual Namíbia, que lhes reconheciam alguma autonomia. Por estas razões, aos olhos dos africanos, a vida nas missões protestantes, fossem alemãs, americanas ou finlandesas, eram mais aceitáveis. Segundo o arcebispo católico, D. Eduardo André Muaca, “o problema do clero indígena é dos mais graves e delicados na actividade missionária. As dificuldades tanto vinham dos evangelizados como dos evangelizadores. Sobretudo os familiares dos evangelizados difilmente aceitavam as exigências da vida consagrada. Os evangelizadores, por sua vez, estavam imbuídos de preconceitos que os levavam a não acreditar que o negro pudesse desempenhar dignamente as funções sacerdotais. Existem relatórios sobre tais preconceitos nos arquivos.”<sup>85</sup> Uma das razões que levava as famílias a oporem-se às “exigências da vida consagrada” era precisamente o casamento, pois tinham dificuldade em aceitar que um homem estivesse impedido de constituir família.

No seu testemunho sobre esta questão, o coronel Carlos Roma Machado não deixou de criticar a política colonial portuguesa ao afirmar: “Infelizmente o ponto fraco desta região, a

---

<sup>84</sup> “Cuanhama”, *Jornal de Mossamedes*, nº 181, de 15.05.1892, Anno – XI, p.3. [Quinta notícia da segunda coluna]

<sup>85</sup> MUACA, Eduardo André, D., *op. cit.*, p. 21.

sua nódoa negra, é a questão indígena, que sempre mais ou menos foi causa das grandes despesas que com expedições tem havido, expedições que em alguns casos não teriam sido necessárias se se tivessem seguido para com o indígena uma política muito diferente, daquela que em tôdas as épocas com êle temos seguido, e se se tivesse olhado com mais cuidado ao trabalho de sapa dos nossos vizinhos alemães.”<sup>86</sup> Mais adiante, reafirma a sua posição dizendo que “desde o início da Ocupação, adoptou-se com o povo Cuanhama política muito diferente da de atracção, que o modo de ser dos nossos vizinhos nos aconselhava a seguir”<sup>87</sup>

Há indícios de que os alemães teriam tentado interferir na questão luso-cuanhama, incitando os africanos contra os portugueses, conspirando contra a autoridade portuguesa e desenvolvendo actividades de espionagem que eram dirigidas pelo vice-cônsul alemão no Lubango<sup>88</sup>, e a tentativa da Alemanha, em parceria com a Inglaterra, de se apoderar de Angola se os créditos concedidos a Portugal passassem a crédito vencido. “Desde 1898 que havia um acordo anglo-germânico de «partilha» do Império Português, devido às suas dificuldades financeiras. Portugal pretendia pedir um empréstimo à Bolsa de Londres e a Alemanha cobriria, tendo como garantia os rendimentos das Alfândegas portuguesas coloniais. Caso Portugal não pudesse pagar, uma boa parte de Angola e Moçambique seria incluída no Império colonial Alemão”<sup>89</sup>

No entanto, muitos dos reveses que os portugueses sofreram ficaram a dever-se mais às suas más políticas para com os africanos do que à ingerência dos germânicos nos assuntos internos da sua colónia portuguesa. Os portugueses viviam em constante sobressalto com os rumores sobre as pretensões territoriais dos seus vizinhos. Quando os alemães capitularam, no Sudoeste Africano, frente aos ingleses, imediatamente os funcionários portugueses viram que os novos vizinhos ambicionavam subtrair-lhes a colónia de Angola.

O ultimato inglês alterou profundamente as relações da metrópole com as colónias, pois “marcou o início do «Século XX Português». Um século eminentemente colonial, elemento que o distinguiu não só do século XIX, como também da restante história

---

<sup>86</sup> MACHADO, Carlos Roma, Coronel de Engenharia, “A região Cuamato-Cuanhama celeiro do planalto. Sua questão indígena e relação com a fronteira sul de Angola. Repovoação e cultura”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, Ano III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1927, p. 76.

<sup>87</sup> Idem, p. 78.

<sup>88</sup> MATTOS, Norton de, *Memórias e trabalhos da minha vida*, Volume I, Lisboa, Editorial Marítimo Colonial, Lda, 1944, p. 138.

<sup>89</sup> APARÍCIO, Alexandra, “O último reino independente de Angola e a fixação da fronteira sul (1910-1926)”, *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África, sob a direcção de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, p. 225.

européia,<sup>90</sup> e que lançou as bases de um nacionalismo que era “colonial, antes de ser monárquico, republicano ou salazarista.”<sup>91</sup> O ultimatum obrigou Portugal a virar-se mais para as colónias que passaram a ser o seu parceiro privilegiado e a lançar um conjunto de medidas para consolidar a sua posição no terreno. Neste sentido, organizou-se em função desses novos objectivos, mantendo-se como o centro de toda a política que ligava Portugal às colónias, tendo, por vezes, tomado medidas restritivas ao desenvolvimento económico dos seus territórios espalhados pelo mundo, para esta relação não se alterasse.<sup>92</sup> Por outro lado, o trauma do ultimato fazia com que os seus vizinhos fossem uma preocupação constante e motivo de muitos boatos. Foi isto que aconteceu, depois da capitulação dos alemães, da agora Namíbia, assinada a 9 de Julho de 1915, entre o comandante alemão Victor Franke e o general inglês Botha. Os militares portugueses, sediados na colónia de Angola, começaram a recear uma invasão britânica. A 8 de Novembro de 1915, o governador de Angola enviou ao Ministro das Colónias um telegrama confidencial, dando conta que o “estado espírito autoridade sul continua ser receio absorção futura por União sul Africana incluindo até o de uma invasão armada ainda que não imediata.”<sup>93</sup>

## **2.2 As alianças regionais ou o Ovambo independente**

Por várias vezes, os portugueses mostraram-se preocupados com a, possível, existência de uma grande aliança do Ovambo. Em 1907, quando Roçadas derrotou os cuamatos, os portugueses propalaram a existência de uma grande aliança dos ovambos, mas naqueles confrontos “a «liga ovambo», tão temida pelos Portugueses, ia realizar-se, mas muito parcialmente (...)”<sup>94</sup>. Ainda assim, não há certezas de que a, eventual, participação dos cuanhamas ao lado dos cuamatos, tenha resultado de uma decisão do seu estado-maior, o que a ser verdade, impede de se falar em alianças, pois ter-se-ia tratado de uma participação da responsabilidade individual dos lengas que participaram nos combates. Nos combates de 1915, os cuanhamas terão combatido com “10 000 a 12 000 espingardas (Mauser, Martini,

---

<sup>90</sup> PIMENTA, Fernando Tavares, *Portugal e o século XX, estado-império e descolonização (1890-1975)*, Porto, Biblioteca das Ciências Sociais, Edições Afrontamento, 2007, p. 9.

<sup>91</sup> Idem, p. 9.

<sup>92</sup> Idem, pp. 9-10.

<sup>93</sup> Telegrama nº 672, do Governador-Geral (08.Nov.1915), Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério das Colónias – 6ª Repartição, 1H, Cx. nº 798.

<sup>94</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 207.

Kropatschek, etc.).”<sup>95</sup> Ora, este número de armas é, sensivelmente, o que a maior parte dos relatos atribuem aos cuanhamas sem qualquer reforço.

Devemos também ter em conta, a fraca resistência, devido à fome, que os evales e cuamatós ofereceram, quando os portugueses atravessaram os seus territórios, de que se falará mais adiante. Por outro lado, não há provas concludentes de que tenha existido ou que os povos da região tenham pensado numa grande aliança, e mesmo sobre as alianças pontuais também não existem provas evidentes, pois não temos conhecimento de tradições orais dos povos do Ovambo que nos falem dessa possível aliança, havendo apenas versões portuguesas sobre este assunto.

Isto não significa que alguns evales, cuamatós e outros povos do Ovambo não tenham integrado as forças cuanhamas e que estes não tenham combatido ao lado dos seus vizinhos.

Os cuamatós sempre se ofereceram voluntariamente aos cuanhamas para ajudarem a expulsar os europeus. Oficialmente, tanto quanto se sabe, essa ajuda nunca foi aceite, uma vez que os cuanhamas não queriam ser os primeiros a disparar num eventual confronto com os portugueses (sobre este assunto ver *supra* 2.). Deve-se ter em consideração também que os dois maiores povos do Ovambo, cuanhamas e cuamatós, andavam muitas vezes desavindos e que durante muito tempo os cuanhamas temeram os seus vizinhos, o que os levou a combater ao lado das tropas do major Padrel contra os cuamatós, em 1891.<sup>96</sup>

Como já se disse, há apenas documentos do lado português, sem provas claras, de que os cuanhamas terão tomado parte nos combates contra a coluna de Alves Roçadas. Um desses relatos foi feito pelo padre Keiling nos *Boletim da Agência Geral das Colónias*: “A princípio zombavam os cuanhamas do esforço tentado pelo govêrno para submeter os aguerridos cuamatús e faziam notar que êstes eram da mesma família que os hereros, que tanto faziam suar os alemães, ali ao lado. Não acreditavam na possibilidade da vitória dos brancos e mesmo um certo número dêles, capitaneados pelos “lengas” Calola e Makili, foram-se juntar aos cuamatús.”<sup>97</sup>

René Pélissier refere-se aos “reforços cuanhamas (onze ou doze *lengas* com perto de 4000 homens sob a autoridade de Makir, um dos principais devastadores de Caconda, sem que

---

<sup>95</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, 1ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 372.

<sup>96</sup> NASCIMENTO, J. Pereira do, Médico da Armada Real, “Da Huilla ás terras do Humbe, (notas a lapis), Maio de 1891, da Huilla para o Humbe, (continuado do numero antecedente), Capitulo VI, na fortaleza, 27 de Junho”, *Jornal de Mossamedes*, Anno – XI, nº 190, Mossamedes, 01.10.1892, p. 3. [coluna 2].

<sup>97</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, *op. cit.*, p. 34.

se saiba se partiram com a aquiescência de Nande).”<sup>98</sup> Não há provas concludentes de que Calola, Makir e os outros omalenga tenham tomado parte nos combates, mas se isso aconteceu, Nande teve conhecimento, provavelmente, porque era o chefe supremo do exército cuanhama e só a ele competia decidir sobre a participação dos seus militares no conflito, pois os omalenga só tinham autonomia para lançar operações de cobrança de tributos e de alargamento dos seus territórios na procura de novos produtos.

Ainda assim, é possível que os referidos chefes militares cuanhamas tenham liderado as suas tropas à revelia do ohamba, porque depois da fome de 1897 e da pressão do comércio externo, as operações de guerrilha tiveram um crescimento muito grande o que deixou os omalenga quase fora de controlo. O professor Jan-Bart Gewald diz que “the work of Hayes, [Patricia] and others indicates that by the early 1900s the *omalenga* in the Ovambo kingdom of Kwanyama had acquired such power that they were virtually beyond of effective control of the king. In addition, these men enjoyed little support from their subjects.”<sup>99</sup> Mais adiante, o mesmo autor afirma, “Prior to the 1915 famine, Ovambo societies were in turmoil. Ever-increasing raiding and taxation in response to the demands of external trade (...)”<sup>100</sup>. Na verdade, os omalenga eram os líderes das operações militares encarregadas da cobrança coerciva de tributos e de alargamento do território.

Após a derrota infligida pelos portugueses aos cuamatos, Nande, por precaução, enviou ao Humbe uma comitiva que foi recebida por João de Almeida, chefe dos portugueses, numa tentativa de “fazer esquecer a má impressão causada pela participação dos contingentes cuanhamas na resistência dos Cuamatos em 1907.”<sup>101</sup> Com esta operação diplomática, Nande tentou não deixar que as relações com os portugueses se degradassem por ter dado autorização aos seus efectivos de combaterem ao lado dos cuamatos, ou reparar os actos de indisciplina dos seus chefes militares.

Independentemente de terem existido, ou não, alianças pontuais, nunca chegou a existir uma grande aliança dos povos do Ovambo para combaterem os invasores europeus, mas poderá ter existido a ideia do Cuanhama governar um território independente, que devia englobar todos os chefes da região na sua dependência. Pode-se verificar nas páginas seguintes que Mandume tinha o controlo do Ovambo, como por exemplo, quando Muatilefu,

---

<sup>98</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 207.

<sup>99</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 215.

<sup>100</sup> Idem, p. 216.

<sup>101</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 216.

“soba” do Eval, cercou a missão do monsenhor Keiling e este o avisou de que se queixava a Mandume se a missão não fosse deixada em paz. Também Caripaluli que ajudara Roçadas contra o seu povo foi pedir a Mandume para ser “amnistiado”.<sup>102</sup> A maneira como os missionários e as autoridades coloniais se referiam ao poder do ohamba do Cuanhama, deixava patente que Mandume era o verdadeiro homem forte do Ovambo.

A pouco e pouco, os cuamanhas passaram a controlar os outros povos do Ovambo, sem que estes se tenham revoltado. Os cuanhamas eram o povo da região que executava o maior número e as mais extensas operações militares para a abertura de novos territórios de colecta dos produtos procurados pelo comércio internacional, acabando por imporem o seu controlo aos povos que eram vítimas dessas operações. Por estas razões e devido à proximidade, os seus vizinhos eram os que estavam mais sujeitos ao controlo dos cuanhamas. Em 1908, após a derrota infligida por Alves Roçadas aos cuamatos, Nande perseguiu o “soba” cuamato Sihetekela,<sup>103</sup> e fê-lo por duas razões: manter boas relações com os portugueses e desvincular-se dele para ter o controlo do Cuamato, visto que Sihetekela estava enfraquecido,<sup>104</sup> pois grande parte do seu arsenal caíra nas mãos dos portugueses, o que deixou Roçadas, “surpreendido com o aparecimento de tantas armas entre o gentio”<sup>105</sup>. Isto, não quer dizer que o ohamba não voltasse a recuperar a sua capacidade combativa e o seu prestígio. Por exemplo, Sihetekela voltou a empreender uma forte guerrilha contra os portugueses e conseguiu, “em 1908 e 1909, repelir todas as tentativas do comandante militar do Cuamato para se apoderar dos «rebeldes», que não desarmavam.”<sup>106</sup>. Depois de uma derrota militar, há sempre “oscilações” sociais, onde aparecem opositores dispostos a aproveitar um “certo vazio do poder” para tentarem impor-se e traidores como Caripaluli que procuravam tirar proveitos do serviço prestado aos colonos. Nesta situação, Sihetekela, inteligentemente, retirou-se para as matas para estabilizar os seus acompanhantes, conquistar apoios e organizar as suas forças para a guerrilha. De certa maneira, o cenário era-lhe adverso porque o ohamba vizinho, Nande, perseguia-o, o que tornava a situação mais difícil.

Os evales, por exemplo, eram controlados pelos cuanhamas e o seu ohamba obedecia a Mandume. Em Dezembro 1914, Muatilefu, lenga que nessa altura desempenhava as funções de Chefe do Evale, em substituição do seu irmão de Eyangêlua que tinha sido preso pelos portugueses, cercou a missão católica do Evale e exigiu que lhe entregassem os soldados

---

<sup>102</sup> Idem, pp. 224-225.

<sup>103</sup> Idem, p. 216.

<sup>104</sup> Idem, p. 210.

<sup>105</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, p. 198.

<sup>106</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 224.

portugueses da guarnição do forte do Evale, que sobreviveram ao seu violento ataque.<sup>107</sup> Segundo monsenhor Keiling, “pretextando a amizade do Rei do Cuanhama, que era neste momento o senhor absoluto de todo o Ovampo e de quem o chefe Muatilefu não era mais do que um simples vassalo. Mostrei-lhe que incorreria no desagrado do seu real amo e senhor se fizesse o menor mal à missão. Êste argumento surtiu o efeito por que suspirava.”<sup>108</sup>

Muatilefu reconhecia a autoridade de Mandume, pelo que não se esqueceu de lhe entregar dois militares brancos, um deles tinha a patente de sargento, que tinha capturado ao exército português quando desbarataram a coluna que retirava do forte de Cafima.<sup>109</sup>

Segundo monsenhor Keiling afirmou nos relatos que fez da sua visita ao Cuanhama, em 1915, Mandume era o verdadeiro líder de todo o Ovambo. Durante a conversa que mantiveram, o ohamba prometeu ao sacerdote castigar todos os membros do grupo, constituído por cuamatos, evales e cuanhamas, que tinham importunado a vida da missão católica confirmando a autorização de permanência da missão dos padres do Espírito Santo no Evale.

Quando se despediram, o soberano assinou o seu nome no caderno de apontamentos do religioso, numa demonstração de que o havia recebido e que devia servir de “salvo-conduto” para atravessar o Ovambo<sup>110</sup>.

Na viagem de regresso, quando monsenhor Keiling dava conhecimento que tinha estado com Mandume, muita gente deixava de ter uma atitude agressiva e tornava-se cordial e hospitaleira, e até Muatilefu lhe ofereceu hospedagem, quando dias antes tinha cercado a missão católica.<sup>111</sup>

Desde os primeiros contactos com os europeus que todos os eehamba do Cuanhama procuraram fazer um “jogo” diplomático, cauteloso e equilibrado, de maneira a defender o seu território e o seu povo. Se os cuanhamas tentavam defender-se, os europeus tentavam infiltrar-se para ocupar o território. Com o passar do tempo, as pretensões das duas partes geraram uma pressão muito grande sobre os intervenientes. Nande, o antecessor de Mandume, foi o primeiro a ser fortemente pressionado, o que lhe exigiu uma grande habilidade diplomática, para manter o seu território inviolável sem degradar os contactos e as relações comerciais que mantinha com os europeus, para poder continuar a armar-se. Nande e todos os outros

---

<sup>107</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, *op. cit.*, p. 142.

<sup>108</sup> *Idem*, p. 145.

<sup>109</sup> *Idem*, p. 144.

<sup>110</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, *op. cit.*, p. 58.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 68.

eehamba, com estes jogos diplomáticos, procuravam explorar as divergências existentes entre os colonizadores europeus, por isso assinou acordos com os portugueses, alemães e enviou uma embaixada aos ingleses. Com esta acção evitou a guerra entre o Cuanhama e as potências coloniais.<sup>112</sup>

Foi nos governos de Weyulu e de Nande que as osipolela conheceram um maior incremento, o que fez aumentar rapidamente a riqueza dos cuanhamas e, conseqüentemente, a sua capacidade de negociar com os estrangeiros.

A partir de 1907, todos os seus vizinhos tinham sido derrotados pelos portugueses e tinham perdido a sua capacidade militar, pelo que restava o Cuanhama como a única potência política e militar do Ovambo. É de realçar que os portugueses tinham derrotado os vizinhos dos cuanhamas, mas não dominavam os respectivos territórios. O ohamba cuanhama, embora fosse acusado pelos portugueses de ser indeciso, e pelos alemães de ser amigo dos portugueses, conduziu inteligentemente a diplomacia do seu povo, sem embarcar nos conselhos radicais dos cuamatos. Nande e Mandume conheciam perfeitamente o apetite dos europeus pelos seus territórios e a maneira desumana como tratavam os africanos.

Numa das conversas que monsenhor Keiling teve com Mandume falou-lhe sobre as constantes operações de guerrilha dos cuanhamas. “Todavia, ajuntou com certo ar malicioso, se o *Muene Putu* houvesse, uma só vez que fôsse, dado uma trepa nos cuanhamas já estes não voltariam tão facilmente. Mas parece que os brancos têm medo dos cuanhamas, assim como os alemães dos hereros. É isso que lhes dá coragem.”<sup>113</sup>

Mandume conhecia muito bem a situação na Damaralândia e sabia perfeitamente que os alemães tinham massacrado os hereros e os namas. Com a visão que Mandume patenteava, não é muito credível que favorecesse os alemães.

Recordemos que Mandume não deu autorização a monsenhor Keiling para reconstruir a missão do Cuanhama, porque lhe trazia a ocupação portuguesa e ao sacerdote bastava aquela que tinha no Evale, o que demonstra o poder que exercia na região.<sup>114</sup>

Por estas razões, as suas relações com os portugueses não eram muito diferentes das que mantinha com os alemães e posteriormente com os ingleses. É verdade que, em certos períodos, os alemães tiveram melhor aceitação que os portugueses, o que era explicado pela “independência” dos religiosos alemães em relação aos militares que tinham uma muito fraca presença no Ovambo.

---

<sup>112</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 46.

<sup>113</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, *op. cit.*, pp. 158-159.

<sup>114</sup> Idem, p. 161.

Podemos supor que Mandume pensava que os alemães e os portugueses tinham os mesmos objectivos com estratégias ligeiramente diferentes para alcançá-los, embora achasse os segundos mais fracos e, perfeitamente, ao alcance do seu exército conseguir uma vitória num eventual combate.

Os portugueses tinham-se apercebido dos projectos de “Mandume, rapaz novo, muito vivo e cioso das prerogativas e poder que lhe dava o seu lugar de soba, preparava-se para dar que falar de si, pondo-se em evidência, sonhando até talvez em vir a representar um papel de destaque sobre todos os povos do Ovampo.”<sup>115</sup> O 2º tenente de marinha, César Augusto Braz, governador do Distrito da Huíla, em 1912, no seu relatório de governador dizia que, fundamentalmente, existia nos cuanhamas um “espírito de independência que os torna excepcionalmente orgulhoso.”<sup>116</sup>

Durante o mandato de Mandume todos os chefes da região prestavam-lhe “vassalagem”. Já foi referida a posição de Muatilefu e de Caripaluli, cuamato, que se revoltou contra os portugueses, seus antigos aliados, pois sentia-se mal recompensado por não ter tido grande ajuda dos portugueses para se tornar o chefe de facto. Por este motivo, por volta de 1909, Caripaluli dirigiu-se ao Cuanhama para pedir a “amnístia” por ter trabalhado para Alves Roçadas, em 1907, como guia no ataque aos cuamatos.<sup>117</sup> Sihetekela que tinha sido perseguido por Nande, quando voltou com os alemães que derrotaram os portugueses, em Naulila, entregou a Mandume uma grande quantidade de armas.<sup>118</sup> Com estes tributos, os chefes dos evales e dos cuamatos reconheciam a liderança do Cuanhama no Ovambo. Assim, os povos do Ovambo eram controlados pelos cuanhamas, embora mantivessem a sua autonomia.

Ao mesmo tempo que ia submetendo os seus vizinhos, Mandume incitava-os a revoltarem-se contra os portugueses, esforçando-se por manter o seu exército fora desses levantamentos. Por isso, foram poucas as vezes que os militares cuanhamas tomaram parte nas revoltas, o que foi aproveitado pelo ohamba para dizer que não seria o primeiro a disparar. No entanto, nem sempre as coisas lhe correram de feição e numa das vezes em que os militares

---

<sup>115</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 13.

<sup>116</sup> Idem, pp. 83-84.

<sup>117</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 224.

<sup>118</sup> DIERKS, Klaus, *Biographies of Namibian personalities*, disponível em, [http://www.klausdierks.com/Biographies/Biographies\\_M.htm](http://www.klausdierks.com/Biographies/Biographies_M.htm), acedido a 15.10.2014.

cuanhamas participaram num levantamento, em 1912, foi abatido e decapitado pelos portugueses o lenga Makir, um dos seus melhores chefes militares.<sup>119</sup>

César Augusto Braz também se referiu aos levantamentos e à acção dos cuanhamas, “fomentando e impulsionando todos os vestígios de revolta que se notam nos povos de além Cunene, estão sempre os Cuanhamas, ainda não dominados, cheios de prestígio e bem armados e a quem convêm, para manter a sua independência, e portanto o terror que inspiram e que facilita as suas rasias e incursões e fazer protelar a ocupação que sabe inevitável, o indispor contra nós os povos submetidos.”<sup>120</sup>

Senhor do Ovambo, Mandume tentou impor aos invasores o estado independente do Ovambo, não só por defender a liberdade e a independência das suas gentes, mas também por conhecer as pretensões dos europeus, a importância militar e comercial da localização do seu território. Um Ovambo liderado por Mandume melhorava substancialmente a posição militar dos cuanhamas, pois estariam protegidos pelo conjunto de povos que estavam à sua volta. No caso de os portugueses invadirem a região, os povos que cercavam o Cuanhama serviriam de tropas de choque. Esta situação não chegou a verificar-se, pois a resistência dos povos à volta do Cuanhama foi muito ténue, por vários factores, em especial devido à fome.

### **2.3 O significado dos autos de vassalagem**

Os documentos rubricados pelos africanos e portugueses, em que os primeiros aceitavam tornar-se vassalos do rei de Portugal, serviam, fundamentalmente, para os colonizadores justificarem a ocupação do território junto das potências europeias que estiveram presentes na Conferência de Berlim, conforme estava obrigado pelo clausulado dos acordos celebrados na referida conferência. Como elucida Maria Emília Madeira Santos, “A estratégia seguida pelas potências coloniais, para satisfazermos as condições impostas pela Conferência de Berlim na ocupação de um território, é bem conhecida. Assinavam-se tratados de vassalagem com um soba, estabelecia-se uma missão religiosa, instalava-se o representante de uma companhia comercial, organizava-se a visita de um delegado da potência europeia em acção, acrescentavam-se ou alteravam-se cláusulas ao tratado inicial, (...)”<sup>121</sup>

Os autos de vassalagem eram realizados com pequenas autoridades africanas, pequenos sobados, segundo o entendimento português, e eram assinados pelos chefes

---

<sup>119</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 231.

<sup>120</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 99.

<sup>121</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *Nos caminhos de África, serventia e posse, Angola século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998, p. 410.

africanos e comandantes de colunas, capitães e outras autoridades subalternas portuguesas.<sup>122</sup> Estes documentos eram muito diferentes dos tratados de protectorado, que eram documentos jurídicos, com poucas diferenças dos tratados que os estados europeus celebravam entre si, negociados antecipadamente com as autoridades africanas e nos quais era reconhecida a grandeza e a importância dos soberanos africanos, como aconteceu no tratado de Simulambuco, assinado entre as autoridades cabindenses e as autoridades portuguesas.<sup>123</sup> Ainda assim, é necessário não esquecermos que os tratados de protectorado eram escritos segundo as regras do direito português, o que permitia algumas ambiguidades que acomodavam as estratégias portuguesas de contornarem o clausulado em proveito próprio. Disto resultava que, na prática, os dois documentos, auto de vassalagem e tratado de protectorado, tivessem o mesmo efeito, com os benefícios a penderem fortemente para os colonizadores.<sup>124</sup>

O conteúdo dos autos de vassalagem não era negociado, nem era consentâneo com os regimes jurídicos dos africanos e, para além disto, o seu conteúdo era restrito, não era traduzido na língua da parte africana e, quase sempre, era explicado aos africanos em meia dúzia de palavras mal alinhavadas. No dizer de João Freire, “no caso das vassalagens de simples sobas (...), os processos eram menos complexos e mais impositivos.”<sup>125</sup> Noutra passagem da sua obra “Olhares Europeus sobre Angola”, João Freire afirma, “O mais provável é que, apoiado numa força (militar e psicológica) momentânea, a autoridade portuguesa presente no local impusesse uma “carta de subordinação” do soba ao governo português, cujos termos lhe eram lidos e grosseiramente traduzidos e explicados, seguindo-se a oferta e o içar solene da bandeira das quinas (...).”<sup>126</sup>

Os africanos consideravam os documentos rubricados como “acordos” de boas relações e de respeito mútuo, por terem implícito o reconhecimento e a legitimação das duas partes, sendo para os portugueses uma etapa para a ocupação efectiva do território, pois o seu conteúdo obrigava os africanos a estarem sujeitos à administração portuguesa.

Por volta de 1906, os senhores do Ovambo começaram a sentir que o garrote português começava a apertar e, por isso, sentiam-se cada vez mais “encurrados” entre a submissão e a luta pela liberdade e autonomia. Naquele ano, os portugueses voltaram ao Cuanhama, para se

---

<sup>122</sup> FREIRE, João, *Olhares europeus sobre Angola, ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projectos de modernização (1883-1918), (antologia de textos de época)*, Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, Edições Culturais da Marinha, 2011, p. 23.

<sup>123</sup> Idem, p. 23.

<sup>124</sup> Idem, p. 23.

<sup>125</sup> Idem, p. 24.

<sup>126</sup> Idem, p. 24.

avistarem com Nande, que embora não os receasse, “sentia a maxila do tornilho europeu a fechar-se”<sup>127</sup> Este ohamba foi fortemente pressionado, como diz Napandulwe Shiweda, ao citar Patricia Hayes, “When the two colonial powers finally made contact with the Kwanyama kingdom, Ovakwanyamas were constantly under pressure from them. This is evident during the Kwanyama king Nande’s reign as it was marked by increased informal pressure from both Portuguese and German official visits around 1904-6.”<sup>128</sup> Não eram só os contactos e a pressão dos portugueses que começavam a revelar o cerco que os portugueses delineavam para o Cuanhama, pois dois anos mais tarde, João de Almeida, governador da Huíla, deu início à construção de uma rede de fortes com esse objectivo.

Nesta reclusão, os chefes do Ovambo prontificavam-se a assinar os documentos de vassalagem, desde que vissem a sua integridade ameaçada, mas, logo que tivessem o perigo afastado punham de lado um acordo com os estrangeiros. O seu objectivo era manter a sua integridade territorial, as suas tradições e a sua liberdade de lançarem operações para alargarem o seu território e aumentarem o seu património.

Neste ambiente algo tenso, os cuanhamas procuraram descomprimir celebrando, em 1909, um auto de vassalagem com os portugueses que foi assinado pelo ohamba Nande e por Artur de Moraes, capitão do exército português. Este documento celebrado entre os dois povos, foi redigido pelos portugueses e encerrava cinco cláusulas em que, resumidamente, o ohamba desejava ter a bandeira portuguesa na sua terra, estava pronto a defender os interesses e a auxiliar o comércio dos portugueses, solicitava ao governo de Portugal que pusesse termo às guerrilhas dos cuamatos e consentia a construção de uma linha telegráfica entre os fortes do Cuamato e de Cassinga. Para além dos representantes dos dois povos, o documento foi assinado por sete testemunhas, sendo seis portuguesas e um missionário alemão Carl Jussier.<sup>129</sup> O único africano a assinar foi o ohamba, embora estivessem presentes vários omalenga, sendo as testemunhas, que assinaram, todas portuguesas. Pelo que estava plasmado no auto e pelo número esmagador de intervenientes da parte portuguesa, revelava a secundarização do africano e dos seus interesses e que a sua idoneidade para honrar estes compromissos de nada servia. Em Portugal “a honra era vista, nesta época abordada, como um

---

<sup>127</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 204.

<sup>128</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Ovambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo’s memorials in Namibia and Angola*, disponível em [http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda\\_MA\\_2005.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda_MA_2005.pdf?sequence=1), acessado a 10.09.2014, p. 19.

<sup>129</sup> MORAES Artur, *op. cit.*, pp. 152-153.

dos bens jurídicos mais apreciados da personalidade humana.”<sup>130</sup> Os alemães tinham sensivelmente o mesmo procedimento que os portugueses em relação à credibilidade dos africanos, ou seja, como questão de princípio os tribunais punham em dúvida a credibilidade dos testemunhos dos africanos. Nesta altura, a Liga Colonial Alemã exigia que o depoimento de sete africanos fosse equivalente ao de um homem branco.<sup>131</sup> Não eram só os alemães que viam os “gentios”, como os africanos eram designados pelos europeus, como pessoas sem capacidade de per si atestarem aqueles acontecimentos. O que era necessário é que homens “de honra e civilizados”, os europeus, pudessem confirmar e dar garantias confortáveis às outras potências europeias que tinham tomado parte, presencialmente, na assinatura do documento e que atestavam que a parte africana estava representada pelo seu chefe supremo. É de assinalar que os portugueses tinham um diferendo fronteiriço com os alemães, pelo que tiveram o cuidado de ter a presença do representante de uma igreja alemã, para que o documento fosse confortável e não fosse posto em causa.

“As instruções dadas por Roçadas a João de Almeida revelam a ambivalência das relações dos portugueses com os Cuanhamas. Havia que dar a compreender ao Nande que Portugal tinha soberania no Cuanhama (...).”<sup>132</sup> Esta é a demonstração de que para os portugueses a subordinação dos cuanhamas era um dado adquirido e Nande tinha apenas de aceitar a “realidade” imposta pelos europeus.

Sobre este documento, o governador do distrito da Huíla, João de Almeida, dizia, “apenas conseguimos do soba a prestação de vassalagem que, para êle, segundo o seu modo de pensar, nada implica”<sup>133</sup>, ou seja, os portugueses estavam conscientes da divergência na interpretação que era dada pelos “sobas” a estes autos.

Todavia, em conversações posteriores à assinatura do auto de vassalagem, Nande prontificou-se a receber um representante português na sua embala, o que não foi retribuído pelos oficiais portugueses que assinaram o referido documento, por considerarem que o território era seu *in nomine*,<sup>134</sup> razão pela qual, não tinham de colocar um lugar à disposição dos africanos nas cidades de Luanda ou do Lubango, visto que, no seu entendimento, não eram considerados como contraparte. Atente-se na resposta que Pereira d’Eça deu ao major Pritchard, das forças inglesas do Sudoeste Africano, quando este pediu para intermediar

---

<sup>130</sup> RANGEL, Danny Martins, *O código d’honra e as alterações na prática de duelar em Portugal nos séculos XIX-XX*, disponível em, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10430.pdf>, acessado a 21.10.2014, p. 246.

<sup>131</sup> DRECHSLER, Horst, *Let us die fighting*, London, Zed Press, 1980, p. 133.

<sup>132</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, pp. 203-204.

<sup>133</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 246.

<sup>134</sup> EÇA, Pereira de, General, *Campanha do Sul de Angola em 1915*, Relatório do General Pereira de Eça, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, p. 6.

eventuais negociações com Mandume, “permita-me V. Ex<sup>a</sup> que chame a sua esclarecida atenção para um ligeiro equívoco em que julgo assentar a amável proposta de V. Ex<sup>a</sup>. Não se trata de hostilidades entre as fôrças do meu comando e as do chefe da nação Ovampo, e sim do facto de as fôrças do meu comando, atravessando território incontestadamente português, serem atacadas por gentio que tem como soba o Mandume. É pois dum acto de pura rebelião que se trata e que tem de ser encarado como todos os estados soberanos encaram actos análogos (...).”<sup>135</sup>

Para os europeus, os africanos continuavam a ser gentios e selvagens, tendo Artur de Moraes confirmado essa visão nas palavras que proferiu, depois da assinatura do auto de vassalagem e do içar da bandeira portuguesa na embala de Nande. “Foi a bandeira portuguesa arvorada pelos nossos antepassados em todos os continentes e mares do mundo, que os nossos navegadores levaram à conquista dos povos e das raças mais diferentes, levando-lhes com ela a civilização e a fé. Por isso, o soba Nande do Cuanhama pode orgulhar-se de ter arvorada na sua *embala* a bandeira mais orgulhosa de todas as nações do mundo.”<sup>136</sup> Estas palavras do oficial português significavam que o documento tinha sido rubricado por Nande, pela parte africana, mas era celebrado, indirectamente, com as outras potências coloniais, pois o auto servia apenas para testemunhar a presença dos portugueses no Cuanhama, ou seja, que havia uma ocupação de facto o que garantia a sua titularidade. Os portugueses não estavam interessados em gestos de reciprocidade, visto que não eram consentâneos com os objectivos coloniais e a subordinação, no seu entendimento, era um dado adquirido à partida.

Era apenas necessário e urgente produzir um documento para a aceitação *de jure* dos estados signatários da Conferência de Berlim, pois de facto para os portugueses os cuanhamas eram há muito seus vassalos. Na verdade, o objectivo principal de Portugal era continuar a sua estratégia de apertar o cerco, introduzindo no coração do Cuanhama um “cavalo de Tróia” que espionasse e que pressionasse a elite africana no sentido de aceitar pacificamente a ocupação do seu território.

Para os africanos, o auto de vassalagem não implicava a perda da sua soberania nem a inibição do exercício das suas actividades políticas, religiosas, económicas, sociais e militares. De facto, o soberano africano ao assinar o auto de vassalagem visava defender os seus interesses em relação aos europeus e aos seus vizinhos africanos. Em relação aos primeiros, pretendia manter as forças armadas estrangeiras afastadas do seu território e, também que as relações comerciais entre as duas partes fossem pautadas pelo respeito mútuo. Em relação aos

---

<sup>135</sup> Idem, pp. 665-666.

<sup>136</sup> MORAES Artur, *op. cit.*, p. 153.

segundos e, em especial aos cuamatos, como os temia, caso fosse atacado, teria o apoio dos seus novos “aliados”, embora os seus vizinhos tivessem perdido a sua capacidade militar ao serem derrotados por Alves Roçadas, em 1907.

As relações com os cuamatos nem sempre foram as melhores, pois os cuanhamas temiam os seus vizinhos. Só em 1885 é que os cuanhamas iniciaram o processo para se transformarem na grande potência do Ovambo. Ainda assim, “em 1891 tinham fugido dos Cuamatos e os Vales, que, não tendo a vigésima parte da população Cuanhama, tinham ido devastá-lo.”<sup>137</sup>

Após a assinatura do auto de vassalagem, os cuanhamas continuavam a fazer o que sempre tinham feito, por ser impensável deixarem de lançar as suas operações militares para obterem produtos para troca, o que deixava os portugueses nervosos. As fronteiras dos territórios ocupados pelos colonos e as que tinham sido negociadas entre as potências europeias não eram reconhecidas pelos africanos, porque eram estranhas ao seu modelo de legitimidade política, pelo que era um assunto apenas dos europeus.

Por volta de 1909, os cuanhamas estavam já em posição de começar a erguer o seu estado independente do Ovambo, pois os povos vizinhos não representavam um grande perigo porque muitos deles já estavam submetidos e as relações com os portugueses, no seu entendimento, estavam apaziguadas.

“Embora não tenham hostilizado directamente as nossas fôrças nem atacado os fortes, o que é facto é que as guerrilhas tomaram êste ano uma tal insistência e tenacidade que chega a ser uma verdadeira provocação e ostentação de fôrça. Essas guerrilhas têm assolado tôda a região entre o Cunene e Cubango, a margem direita do Cunene até ao Quipungo e Caconda. O seu atrevimento é tal que têm tentado passar alguns *vaus*, mesmo à vista dos postos, sendo alguns obrigados a fazerem-lhes fogo (...) A sua acção estende-se a um raio de 300 quilómetros onde têm assolado tudo – homens, mulheres, crianças, gados, tudo arrebatam, tudo cai em seu poder.”<sup>138</sup>

Convicto do que significavam os autos de vassalagem para o seu povo, Nande desenvolveu uma intensa actividade diplomática, trabalhando em várias frentes e, em 1908, assinou um acordo com os alemães representados pelo capitão Franke, “no qual reconhecia a

---

<sup>137</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 181.

<sup>138</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 246.

soberania do imperador alemão no Cuanhama”<sup>139</sup> e não se esqueceu de “enviar dois homens ao Cabo para pedir o protectorado britânico.”<sup>140</sup>

Durante o governo de Mandume foram tomadas algumas medidas diplomáticas dentro da estratégia estabelecida pelos seus antepassados, mas o estrangulamento e, posteriormente, a derrota do Cuanhama não permitiu a continuação da referida estratégia, pois a invasão perpetrada pelos portugueses provocou a ruptura de todos os elos diplomáticos e o desmembramento de grande parte da elite africana.

### **3. Alterações económicas e sociais pautadas pelas relações externas**

As relações comerciais com os estrangeiros, o grande canal das relações com o exterior, contendo traços políticos, económicos e diplomáticos, iam-se vulgarizando lentamente, contaminadas pelos interesses dos africanos e dos europeus.

Todavia, os objectivos das duas partes eram diferentes, ou seja, os africanos queriam simplesmente negociar, enquanto os europeus queriam fazê-lo com a intenção de, futuramente, ocuparem o território e imporem a sua administração governativa de maneira a explorarem directamente os recursos do território.

Por volta de 1870, quando as visitas europeias eram isoladas, a actividade económica dos cuanhamas era, essencialmente, constituída pela agricultura, criação de gado, caça, pesca, recollecção, fabrico de louças de barro, produção de cestaria, fabrico de bebidas alcoólicas fermentadas e metalurgia.

Os cuanhamas tinham estabelecido relações comerciais com os povos do Ovambo e de outras regiões, a quem vendiam os seus cereais, louça e peças de ferro e a quem adquiriam, especialmente, gado.

Os produtos agrícolas eram consumidos pelas famílias, sendo que os excedentes eram secados e armazenados em grandes cestos de verga, forrados com barro no interior, o que lhes permitia guardar grandes quantidades de cereais, em excelentes condições, para serem consumidos nos anos de seca e de fracas colheitas e, depois de salvaguardadas as suas necessidades, os excedentes eram exportados para outras regiões ou serviam como moeda nas transacções comerciais. As famílias cuanhamas sempre procuraram produzir excedentes agrícolas. Em 1857, o missionário Carl Hugo Hahn afirmava que as famílias ondongas, povo do Ovambo, adquiriam aos cuanhamas, com regularidade, grandes quantidades de cereais. O

---

<sup>139</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 216.

<sup>140</sup> Idem, p. 216.

Cuanhama tinha uma grande capacidade de produção agrícola. Embora tivessem colhido muito mantimento em Maio e Junho de 1879, nas sementeiras de Setembro desse ano, utilizaram sementes de 1878. Quando os missionários C. Duparquet, em 1879, e F. Bernsmann, em 1891, visitaram o Cuanhama tinha havido uma seca muito grande, mas havia muitos cereais à venda que eles aproveitaram para fazerem algumas compras de massango, milho e de bebidas fermentadas.<sup>141</sup> Emmanuel Kreike refere-se também ao comércio de longa distância feito com povos que estavam localizados fora do Ovambo. “In 1882, in western Oukwanyama, Duparquet met a small trading caravan of Amboellas from the Kavango (Cubango) River who had come to exchange tobacco for gunpowder. Amboella caravans traveled as far as Benguela in Portuguese territory. The Kwanyama trader Nangolo Hamesho acquired copper ore in the Tsumeb area and took it to a blacksmith in Oukwanyama who smelted it and crafted some it into bullets. He sold the bullets to the kings for cattle and goats. Nangolo Hamesho also took copper to the Amboella region, where he exchanged it for beads and livestock.”<sup>142</sup>

A economia cuanhama sofreu grandes alterações depois de terem contactado com os europeus, com quem passaram a negociar. Através das relações que estabeleceram com os europeus, os cuanhamas aprenderam a destilar bebidas alcoólicas a partir dos frutos que recolhiam nas florestas “por meio de um cano de espingarda.”<sup>143</sup> Antes de aprenderem a fazer bebidas destiladas faziam apenas bebidas fermentadas a partir da massambala, *Sorghum*, massango, *Pennisetum echinurus*, do fruto omagonge (*Sansevieria cylindrica*) e da seiva da palmeira leque (*Hyphaena ventricosa*).

As mudanças ocorridas na sociedade cuanhama contribuíram para a redefinição do seu espaço económico, com novos métodos de produção, utilização de novos produtos, adesão a novas moedas e a novas modalidades de pagamento. Com a abertura à economia internacional e a diversificação da sua riqueza, os cuanhamas passaram a presentear as suas visitas com animais, como sempre fizeram, e bens adquiridos nas trocas com os comerciantes estrangeiros. Quando monsenhor Keiling visitou o Cuanhama, em 1915, Mandume ofereceu-lhe “um lindo boi, um cabrito e 10\$000 réis em dinheiro português.”<sup>144</sup>

Na redefinição do espaço económico cuanhama houve profissões que foram desaparecendo com a intensificação do comércio com os europeus, principalmente, após a

---

<sup>141</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 19.

<sup>142</sup> Idem, p. 20.

<sup>143</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 458.

<sup>144</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, *op. cit.*, p.58.

ocupação, por terem aparecido produtos mais baratos, ou por causa da extinção dos produtos de recollecção.

Muitos costumes quase desapareceram, como o curtume de peles para os homens, “no entanto, muitos seculos e vèlhos, quotidianamente, e todo o cuanhama, nas festas solenes, usam o traje nacional.”<sup>145</sup> Os eehamba e os omalenga tinham aderido às indumentárias trazidas pelos comerciantes estrangeiros. Sobre este assunto, João de Almeida, governador da Huíla, no relatório do seu mandato, entre 1908 e 1910, descreveu o que tinha constatado, “hoje quási todos os cuanhamas têm alguma coisa, pelo menos os lengas, usam fato à europeia, lenço ao pescoço, calçado e chapéu, ou pelo menos um grande pano que lhes chega abaixo do joelho”<sup>146</sup> Convém dizer que os eehamba Nande e Mandume vestiam fatos europeus como se pode ver em fotografias que constam nos anexos deste trabalho.

As mulheres foram mais conservadoras, continuaram a usar os seus trajes tradicionais e apenas aderiram ao uso das missangas, que eram conhecidas por *moçambe*<sup>147</sup> por serem levadas para o Cuanhama a partir do porto de Moçâmedes.

Os ferreiros cuanhamas, os mais conhecidos do sul da actual República de Angola, chegaram a ter um papel muito importante na sociedade cuanhama antes da ocupação. No cuanhama “há magníficos serralheiros que fazem as célebres facas chamadas cuanhamas, machadinhas, que são espetadas nos extremos dos porrinhos [mocas semelhantes às de Rio Maior], pulseiras, argolas, enxadas e consertam armas, transformando as de pederneira em pistão; disseram-nos até que um serralheiro transformara uma espingarda de carregar pela bôca em carregamento pela culatra, ainda que tôsicamente.”<sup>148</sup>

Nos finais do século XIX, os cuanhamas tinham começado a emigrar para o território da Damaralândia, hoje Namíbia, o que veio alterar bastante o Cuanhama, do ponto de vista social e económico, porque a sua mão-de-obra que emigrava passou a trazer novos conhecimentos, novas técnicas, novas moedas e novas maneiras de se expressarem. Inicialmente, os cuanhamas partiam para o estrangeiro por ordem dos chefes com o objectivo de enriquecerem os seus cofres e, posteriormente, tiveram de partir para satisfazer as suas necessidades económicas,<sup>149</sup> devido à fome e aos conflitos sociais.

Antes da chegada dos europeus a economia cuanhama satisfazia as suas necessidades de consumo interno e de exportação. Os contactos com os comerciantes europeus alteraram

---

<sup>145</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 363.

<sup>146</sup> *Idem*, p. 363.

<sup>147</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 461.

<sup>148</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 363.

<sup>149</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 220.

profundamente a economia daquele povo com o aparecimento de novas necessidades e a valorização de produtos que os cuanhamas não costumavam cotar. Independentemente dos produtos oferecidos pelos comerciantes como: roupas, tecidos, bijuterias, bebidas alcoólicas destiladas, cavalos, armas, munições, carros bóeres e gramafones, passaram a ser desejados pelos africanos, a verdade é que as necessidades criadas pelo comércio internacional obrigaram os cuanhamas a novos procedimentos e ao alargamento dos territórios económicos. Ainda no final do século XIX, devido à pressão do comércio internacional, foram institucionalizadas as operações militares de alargamento do território económico com o objectivo de arrecadar os meios necessários para solver os seus compromissos na aquisição de produtos estrangeiros. Segundo o governador João de Almeida, em 1909, as guerrilhas tomaram “uma tal insistência e tenacidade que chega a ser uma verdadeira provocação e ostentação de força.”<sup>150</sup> Os cavalos, as armas, as munições e os carros eram dos produtos que exigiam somas avultadas de meios para os adquirir. O aprovisionamento de grande quantidade de cabeças de gado e a intensificação da caça conduziram ao alargamento dos territórios, conforme aqueles bens rareavam. Por estas razões, os militares cuanhamas chegaram a Caconda, no norte da actual província angolana da Huíla, o que significa que tinham de fazer viagens de cerca de mil e quatrocentos quilómetros, ida e volta. A captação de receitas tinha sempre o seu reverso nos custos que eram necessários para manter motivada e em funcionamento uma organização da dimensão do exército do Cuanhama. Os homens que compunham estas unidades passavam por um grande número de dificuldades, permanecendo em campanha durante muito tempo e para os manter motivados era-lhes pago um soldo. Numa das suas conversas com Mandume, monsenhor Keiling tentou demovê-lo a acabar com as acções militares, ao que o ohamba respondeu: “Impedi-las?! Castigar os meus cabos de guerra?! Mas então os brancos não sabem que é êsse o meu ganha-pão, pois é delas que tiro aquilo de que preciso para pagar a minha gente?!”<sup>151</sup>

Segundo aquele sacerdote, Mandume exigia “metade dos despojos, que lhe servem para as despesas do estado e para satisfazer o soldo aos seus soldados.”<sup>152</sup>

Devido às ausências prolongadas dos homens, as mulheres passaram a acumular tarefas, porque para além das suas tarefas do dia-a-dia, passaram a ter outras tarefas que não era costume serem elas a desempenharem, como por exemplo, tratarem das cabeças de gado das suas famílias e executarem as tarefas de limpeza dos terrenos para cultivo, ou seja, as

---

<sup>150</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 246.

<sup>151</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, op. cit., p. 159.

<sup>152</sup> Idem, p. 159.

mulheres passaram a executar também os trabalhos mais pesados, para além das suas tarefas de cozinhar, mondar os campos, abastecer a casa de água, fabricar louças e cestaria e, ainda, cuidar das crianças.

Conforme os povos africanos eram vencidos e a administração colonial avançava, os pontos para atravessar os rios, as cacimbas, os caminhos e os centros comerciais criados pelos africanos, foram, a pouco e pouco, perdendo a sua importância, em favor das povoações e das estradas coloniais. Depois da vitória sobre os africanos, as forças coloniais utilizavam as cacimbas, as chimpacas e os caminhos dos africanos e as estradas rudimentares abertas pelos carros bóeres dos comerciantes, mas a pouco e pouco foram impondo o seu ordenamento de acordo com os seus interesses. O transporte automóvel, por ser mais rápido que os carros bóeres, e as estradas que ligavam os centros comerciais criados pelo poder colonial, passaram, a ser os principais meios de comunicação e de comercialização, sem ter em conta os interesses dos africanos.<sup>153</sup>

#### **4. A liderança dos chefes no comércio externo**

O controlo exercido pelo ohamba sobre o comércio externo e tudo o que se relacionasse, directa ou indirectamente, com as transacções, assim como o papel desempenhado pelos omalenga na cobrança coerciva de impostos e nas acções de guerrilha para o alargamento do território de extracção de riqueza, quer fossem escravos, marfim ou gado, visavam impedir o enriquecimento ilícito que gerasse um novo pólo de poder fora do controlo do poder central.

O controlo era muito apertado e incidia sobre toda a gente, inclusive, sobre os presuntivos herdeiros. O herdeiro de Chipandeca, ou Quipandeca, era “um rapaz chamado Nambadi, que habita a um dia de viagem do Quipandeca. O Rei teme-o como a um pretendente perigoso e não lhe permite que trate facilmente com os europeus. E por isso o pobre príncipe encontra-se à míngua de cartuchos e outras munições. O Sr. Carlson arranjou-lhos, mas tudo teve de ser feito de noite e a ocultas do Rei.”<sup>154</sup>

Todos os funantes, pequenos comerciantes do mato que trabalhavam por conta própria, com o apoio de pequenos créditos concedidos pelos comerciantes das cidades, tinham de aguardar na fronteira e pedir autorização ao ohamba para entrar. Nem sempre a autorização era

---

<sup>153</sup> GARCIA, João Carlos e SANTOS, Maria Emília Madeira, “A representação antes da alienação: imagens cartográficas da organização do espaço angolano (c. 1883 – c. 1930)”, *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930), III Reunião Internacional de História de África*, sob a direcção de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, p. 115.

<sup>154</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, *op. cit.*, p. 129.

concedida e, por vezes, os comerciantes esperavam meses sem obterem a devida autorização, acabando por se retirarem sem se terem encontrado com o chefe dos cuanhamas.<sup>155</sup>

Para os que obtinham autorização do ohamba, “o costume manda que, antes de começada a venda nas terras, se apresentem ao soba as mercadorias para êle as comprar ou para permitir a venda.”<sup>156</sup> Em seguida, os comerciantes estrangeiros de diferentes nacionalidades, de uma maneira geral eram alemães, ingleses e portugueses, recebiam instruções do soberano, que tinham obrigatoriamente de cumprir: como se deviam relacionar entre si no interior do próprio território, e deviam relacionar-se com a população cuanhama.<sup>157</sup> Posteriormente, o chefe indicava os territórios onde os produtos podiam ser comercializados. De uma maneira geral, eram regiões que não representavam nenhum perigo para o soberano.

O padre Keiling descreveu as instruções do ohamba Chipandeca dadas, em Agosto de 1879, a comerciantes portugueses e ingleses. “A estas duas categorias de negociantes designou o soba zonas diferentes para habitarem, proibindo-lhes expressamente comunicações de uns com os outros (...) Como em certa ocasião Chipandeca surpreendesse alguns portugueses ao lado de um carro de ingleses, perseguiu-os com flechas e só na fuga puderam encontrar salvação.”<sup>158</sup>

Com isto, Chipandeca visava impedir a realização de operações ilícitas, e que os dois grupos de comerciantes concertassem estratégias comerciais em que pudessem transaccionar mercadorias entre si para revenderem aos africanos a preços mais elevados, ou manipularem os preços formando um grupo de pressão, de maneira a tirarem o melhor rendimento das transacções com prejuízo para os cuanhamas.

Num dia de 1880, Chipandeca recebeu calorosamente o comerciante Dufour para negociarem, mas o soberano impôs que os pagamentos fossem feitos em gado, o que não foi aceite pelo comerciante, pois queria que as vendas fossem saldadas em penas de avestruz e marfim.<sup>159</sup>

O comércio do marfim era muito antigo, mas, por volta de 1844, conheceu um *boom* por ter aumentado bastante a procura na Europa, e pode-se dizer que foi dos produtos naturais, “aquele que mais contribuiu para que a economia da colónia se libertasse da sua dependência

---

<sup>155</sup> Idem, p. 107.

<sup>156</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 253.

<sup>157</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, op. cit., p. 107.

<sup>158</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, op. cit., pp. 25-26.

<sup>159</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, op. cit., p. 157.

relativamente à América e encontrasse um produto intermediário entre a economia industrial europeia e as economias primitivas africanas.”<sup>160</sup>

“O marfim, o mínimo empenho de capital que exigia era todo o salário de um homem adulto, auferido numa viagem ao interior, depois de devidamente investido em cera ou num escravo.”<sup>161</sup>

O ohamba do Cuanhama conhecia o valor que os europeus davam a cada produto e recusou-se a pagar em marfim e penas de avestruz, porque o gado era a moeda corrente na comercialização, por ser conseguida pela cobrança coerciva de impostos e pelas acções de guerrilha de alargamento do território. O marfim e as penas de avestruz eram, por assim dizer, a moeda forte, a moeda boa, não só pelo valor comercial que lhes era atribuído pelos comerciantes europeus, mas também por não serem tão abundantes e a sua captura estar dependente de uma série de factores, alguns deles estranhos à vontade do homem. A seca, a falta de pastos e a intensificação da caça, obrigavam os caçadores a percorrerem grandes distâncias para terem uma boa caçada. Estas dificuldades faziam encarecer os produtos africanos. Por estes motivos, os chefes cuanhamas tentavam gerir a moeda forte com moderação, guardando-a para operações de uma maior envergadura, pois tinham-se posto ao corrente de uma série de estratégias comerciais dos estrangeiros, pelo que ao guardarem a moeda boa, estavam a defendê-la da vulgarização e, conseqüentemente, da sua desvalorização. Quanto mais a moeda boa se vulgarizasse, menos produtos conseguiam adquirir.

No caso dos negócios com Dufour, o ohamba preferiu utilizar o gado para pagamento, possivelmente por pensar que a operação não tinha muito valor ou por considerar que tinha um grande excedente de gado. Este, que podia representar o excedente de fundo de maneio, era o que capturavam nas okasava e osipolela e esse “que os lengas cuanhamas roubam não é com o fim de os comerem, mas sim de lhes servirem de moeda para a compra de mantimentos.”<sup>162</sup> Por isso, o soberano disse-lhe que não tinha nenhum dos artigos pretendidos, ao que o comerciante respondeu que não queria comprar gado e que pretendia, apenas visitar o Cuanhama. Em seguida, Chipandeca ordenou-lhe que deixasse o território, e como não foi obedecido, “proibiu-lhe então o uso da água e do fogo e mandou a sua gente ao vagão apagar o fogo e deitar fora toda a água que lá houvesse nos barris. Depois tiraram-lhe os bois e os

---

<sup>160</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *Nos caminhos de África, serventia e posse, Angola século XIX, op. cit.*, p. 86.

<sup>161</sup> *Idem*, p. 145.

<sup>162</sup> FELNER, Alfredo Frederico de Albuquerque, *Informação, confidencial, do governo do districto da Huíla para o estado maior, Loanda, missão diplomática ao “Cuanhama” – Incidentes junto à fronteira “Luso-Alemã”, op. cit.*, p. 4.

cavalos. E então o pessoal aterrado, pôs-se em fuga, deixando o snr. Dufour sozinho no seu vagão.”<sup>163</sup>

Para além da forma de pagamento, a modalidade também era imposta pelo ohamba, podendo o pagamento ser feito em prestações que podiam prolongar-se pelas viagens seguintes do comerciante.<sup>164</sup>

Todos os eehamba do Cuanhama quiseram manter boas relações comerciais com todos os funantes, de modo a adquirirem novos produtos que aumentassem o seu prestígio e a sua riqueza, bem como a da sua família e das pessoas mais abastadas. As relações com os estrangeiros interessavam sobretudo à elite política, na medida em que os produtos importados tornavam mais evidentes as diferenças entre os seus membros e a restante população que interferia muito pouco nas transacções, por não ter capacidade de negociar e de ter as suas necessidades resolvidas.

Por esta razão, o soberano controlava o comércio externo para ter a primazia nas transacções e o conhecimento dos *stocks* que entravam no seu território. Nambadi controlava um armazém de grandes dimensões onde havia fazendas, garrafas de vários tipos de bebidas alcoólicas, uma grande grafonola, vestuário, chapéus, livros e etc.<sup>165</sup>

Por sua vez, os comerciantes, querendo manter boas relações com os cuanhamas, não se envolviam na sua vida política. Embora alguns comerciantes tenham cumprido missões de espionagem a favor das autoridades portuguesas, não queriam a derrota dos africanos porque representavam um bom nicho de negócio. Na verdade, queriam comprar e vender, sem qualquer controlo, tudo o que fizesse aumentar os seus ganhos. Nesse sentido, a derrota dos africanos faria com que o comércio fosse exclusivamente regulado pelas autoridades portuguesas e, por conseguinte, seria mais restritivo em relação a algumas operações.

De uma maneira geral, os comerciantes eram pessoas que trabalhavam no interior do sertão, sem qualquer protecção e com mercadoria a crédito que lhes era cedida por grandes comerciantes das cidades. Muitos deles eram pessoas que não olhavam a meios para obterem lucros, chegando a assaltar quartéis portugueses para roubarem armas com o objectivo de as venderem aos africanos e a ameaçar as autoridades portuguesas com revoltas apoiadas pelos chefes seus clientes. Os funantes desenvolviam a sua actividade apoiando-se na parte que lhes era mais conveniente ou melhor, que lhes provocava menos danos. Estas situações foram denunciadas pelas próprias autoridades portuguesas. Quando Mandume resolveu não aceitar o

---

<sup>163</sup> DUPARQUET, Carlos, Padre, *op. cit.*, p. 157.

<sup>164</sup> Idem, p. 127.

<sup>165</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 468.

preço dos alimentos, imposto pelos comerciantes, por não querer que eles “roubassem muito e deu ordem para que a sua gente não desse um boi por menos de 4 saccos de milho! Indignou-se o commercio, o Mandume passou a ser um despota, um ladrão e assassino e os patriotas desataram a gritar que é preciso occupar-se o Cuanhama, levando o seu patriotismo a não quererem negociar mais nas terras d’elle e a pedirem que não consinta que alguém vá lá «funar».”<sup>166</sup> Durante as lideranças de Nande e Mandume, o Cuanhama foi vítima de violentas fomes provocadas por secas muito prolongadas e por conflitos sociais que provocaram uma grande mortandade. As autoridades portuguesas e alemães chegaram a distribuir alimentos pela população do Cuanhama, durante o governo de Nande, para colmatar as suas deficiências alimentares. No meio destas dificuldades, os comerciantes actuaram como detentores do monopólio dos alimentos para aquela região e tentaram realizar grandes mais valias, o que não passou despercebido a Mandume que imediatamente tomou medidas para aplacar o ímpeto dos comerciantes, pois há muito que os eehamba seguiam os preços dos produtos e conheciam as estratégias dos comerciantes. Como a posição do ohamba provocava danos aos seus lucros, os comerciantes resolveram ancorar-se na protecção das forças portuguesas para boicotarem o fornecimento de alimentos aos cuanhamas com o intuito de obrigar Mandume a anular as medidas que tomara.

#### **4.1 O alargamento das fronteiras económicas**

As operações osipolela faziam parte da cultura dos cuanhamas, com o intuito de manterem o prestígio da sua aristocracia e a operacionalidade do seu exército, e também de adquirirem gado, cera, marfim, borracha, penas de avestruzes, escravos e alimentos em anos de fome. Este tipo de operações tornou-se mais usual no final do século XIX, com o objectivo de obterem meios de pagamento que solvessem os muitos negócios que faziam com os comerciantes estrangeiros. Os preços praticados pelos estrangeiros exigiam dos cuanhamas a disponibilização de muitas cabeças de gado. Por exemplo, segundo o padre Carlos Estermann, o ohamba Nambadi dizia que tinha comprado a grafonola que estava no seu armazém, “por vinte bois.”<sup>167</sup> No início de 1880, “the Kwanyama king bought two horses for 161 head of cattle. In the 1890s, the Kwambi king paid 75 head of cattle for horse and the kwanyama king offered 25 pounds in gold for a repeating rifle, while older models cost about 60 cattle

---

<sup>166</sup> FELNER, Alfredo Frederico de Albuquerque, *Informação, confidencial, do governo do districto da Huíla para o estado maior, Loanda, missão diplomática ao “Cuanhama” – Incidentes junto à fronteira “Luso-Alemã”, op. cit., p. 2.*

<sup>167</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 468.

apiece.”<sup>168</sup> Convém esclarecer que os cavalos foram levados pelos europeus para a África Austral. Nos primeiros anos as montadas eram apenas distribuídas aos oficiais portugueses e o resto dos militares marchavam apeados.

Os cavalos adquiridos pelos cuanhamas eram para serem utilizados, principalmente, pelos eehamba e os omalenga, o que lhes dava a mesma “equivalência” das autoridades portuguesas. Embora combatessem sempre apeados, os militares africanos utilizavam os cavalos para fazerem a ligação com as chefias e as várias etangas, unidades militares cuanhamas.

Emmanuel Kreike dá-nos uma noção do número de cabeças de gado envolvidas na aquisição de armas e de cavalos, embora os valores variem de autor para autor, o que nos dá também a noção do esforço desenvolvido pelos cuanhamas para reunirem tantos animais. Assim, “despite the decimation of Oukwanyama's cattle herds in 1897, its inhabitants bought as many as 10,000 firearms in the decade following the rinderpest (including most of the expensive breechloaders). The guns represented a value of up to 20,000 cattle equivalents (400,000,000 reis or 90,000 pounds). Oukwanyama thus exported on average 2,000 cattle equivalents per year for the sole purpose of purchasing guns. In addition, Kwanyama leaders imported a large number of horses. By 1910, King Nande owned approximately 30 horses; his brother, Hamalwa, 20. The *omalenga* headmen owned horses as well; the horse population totaled at least 135 animals, or approximately 3,000 cattle equivalents.”<sup>169</sup>

Os elevados preços praticados nas transacções e o aumento da procura pelos europeus de produtos que não tinham valor comercial para os africanos, fê-los incrementar a disponibilização exaustiva desses produtos, o que obrigou a economia dos africanos a aumentar os seus espaços, no sentido de conseguirem um campo maior de recolha desses produtos.

Por estas razões, “a incursão institucionalizada só no final do século [XIX] ganharia as suas verdadeiras dimensões.”<sup>170</sup> Foi o caso do ataque à missão do Cubango testemunhado pelo monsenhor Keiling, em 1899: “pela primeira vez fomos atacados pelos terríveis cuanhamas, que eram o terror de toda a terra entre Caconda e Menongue”<sup>171</sup>

Antes da intensificação destas operações, os cuanhamas executavam-nas, num pequeno número, para fazer face às necessidades criadas pelas catástrofes ambientais, para manter o

---

<sup>168</sup> MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, Christianity, and Colonialism in Ovamboland*, *op. cit.*, p. 56.

<sup>169</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 42.

<sup>170</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume I, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 80.

<sup>171</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, *Quarenta anos de África*, *op. cit.*, p. 50.

seu exército em actividade numa demonstração do seu poder militar, económico e político. Com o crescimento das relações comerciais com o exterior, o número de operações aumentou todos os anos para adquirirem os meios necessários para liquidarem as dívidas que contraíam e obterem produtos que satisfizessem as suas necessidades alimentares devido às calamidades provocadas pelas secas que se fizeram sentir desde o início do século XX. Embora, paralelamente, os cuanhamas tenham continuado com as relações comerciais antigas, o certo é que os negócios com os europeus cresceram em grande escala.<sup>172</sup> Em resposta à agressividade do comércio internacional que exigia uma grande quantidade de cabeças de gado e às catástrofes ambientais que provocaram a queda do número de manadas, viu aumentar, ferozmente, a actividade do seu exército para a cobrança coerciva de tributos. Com a crise os tributos que eram cobrados consoante a capacidade das pessoas, passaram a ser, nos governos de Weyulu e de Nande, arbitrários e incidiam fundamentalmente sobre as pessoas com menos recursos.<sup>173</sup>

Paralelamente, os cuanhamas executavam operações osipolela, para alargamento do território económico, que os levou até Caconda, que dista cerca de setecentos quilómetros a norte do Ovambo, localizada entre a cidade do Lubango e a cidade do Huambo, da hoje República de Angola, e para leste e nordeste marcharam cerca de quinhentos quilómetros, tendo invadido os territórios dos ganguelas e dos ambuelas.

A nordeste e a leste procuravam gado e no fim da segunda metade do século XIX, com a crescente procura da borracha de “segunda qualidade, borracha vermelha ou das Ganguelas, em zonas vizinhas do Bié, que daria origem ao chamado *boom*, guindando-a ao primeiro lugar entre os produtos de exportação. O crescimento da sua exportação foi vertiginoso.”<sup>174</sup>

#### **4.2 O lançamento de impostos**

Os impostos eram um dos meios que os cuanhamas utilizavam para arrecadarem receitas para satisfazerem as necessidades de fundo de maneio do estado e serviam para impedir que qualquer pessoa acumulasse riqueza suficiente para negociar directamente com os comerciantes europeus, tornando-se, como se escreveu acima, num pólo de oposição com capacidade para enfraquecer a liderança do ohamba no comércio externo e a sua autoridade na gestão do estado. Recordemos que o ohamba Chipandeca temia o seu herdeiro ao trono,

---

<sup>172</sup> MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, Christianity, and Colonialism in Ovamboland*, op. cit., pp. 55-56.

<sup>173</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, op. cit., p. 216.

<sup>174</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *Nos caminhos de África, serventia e posse, Angola século XIX*, op. cit., pp. 147-148.

Nambadi (ver *supra* 4.) e, por isso, não permitia que ele contactasse os comerciantes. Desta maneira, o ohamba impedia o herdeiro de adquirir munições e de tentar a sua deposição. A historiadora Maria Emília Madeira Santos na sua obra *Nos caminhos de África, serventia e posse, Angola século XIX* dá-nos um retrato do que se passava na África Central que serve na perfeição à situação do Cuanhama no mesmo período. “O seu poder dirigia-se aos vassallos e referia-se à manutenção da capacidade de concentrar nas próprias mãos a maior parte do comércio externo. O facto de o território ser disputado como área comercial, por grupos de origens diversas, só lhe dizia respeito na medida em que desejava impedir a troca directa entre os vassallos e os comerciantes. Mas era uma questão que resolvia directamente com os seus povos, forçando-os a entregar-lhes pesado tributo e reduzindo-lhes assim a capacidade de servirem os comerciantes.”<sup>175</sup> Com base neste extracto do trabalho da referida historiadora e no que foi dito anteriormente sobre as acções dos eehamba Chipandeca e Mandume em relação aos comerciantes estrangeiros, a Nambadi, ao controlo dos preços e ao combate para travar os omalenga na cobrança excessiva de impostos, pode-se concluir que o poder do ohamba se estendia a todos os tributários e que detinha nas suas mãos a liderança do comércio com os estrangeiros, não permitindo qualquer negócio directo entre os comerciantes e as populações para evitar possíveis revoltas.

Normalmente, os impostos eram pagos em cabeças de gado, o que foi sendo alterado com a crescente procura dos europeus no sentido de encontrarem novos produtos que entretanto eram introduzidos no circuito comercial e que, paralelamente, passavam a ser exigidos no pagamento dos impostos. Na obra, acima citada, Maria Emília Madeira Santos descreve a evolução dos tributos que passaram dos artefactos e dos géneros alimentares para os produtos que eram valorizados pelo comércio externo,<sup>176</sup> e a “taxação” dos tributos, pois havia um grande controlo das pessoas e o chefe sabia o valor do tributo que cada uma delas podia pagar.<sup>177</sup> No Cuanhama a evolução dos tributos foi sensivelmente igual, pois dos alimentos e do gado passou-se para o marfim, cera e borracha. Por outro lado, os chefes controlavam as pessoas, e através desse controlo sabiam o valor do imposto que cada pessoa podia liquidar. Embora durante os conflitos internos de que nos falou Jan-Bart Gewald os tributos tenham passado a ser excessivos e arbitrários devido à acção dos omalenga e que, mais tarde, Mandume teve de combater.

---

<sup>175</sup> Idem, pp. 396-397.

<sup>176</sup> Idem, p. 449.

<sup>177</sup> Idem, p. 412.

Depois de os residentes serem notificados para pagarem o imposto, se alguém não o fizesse ou não o tivesse feito integralmente, o ohamba ordenava a cobrança coerciva do imposto devido, através de uma operação okasava.

No vencimento do prazo de pagamento dos impostos, as pessoas organizavam caravanas e das várias mucundas convergiam para a embala do ohamba, à porta da qual depositavam os seus tributos<sup>178</sup> para que ele os conferisse.

Um dos impostos que arrecadava mais receitas, incidia sobre os acordos de trabalho emigrante celebrados com os alemães e as autorizações concedidas aos trabalhadores para se ausentarem do território cuanhama. Todos os homens, “antes de sahir da terra, pede licença ao soba ou século”,<sup>179</sup> para trabalharem no exterior. Os impostos cobrados aos trabalhadores emigrantes revelavam uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação da sociedade cuanhama, visto que a emigração fazia baixar o número de efectivos do exército e dos trabalhadores que executavam as tarefas agrícolas e pecuárias. Era necessário estender à emigração a cobrança de impostos para cobrir a riqueza que perdiam devido à ausência dos homens. Os emigrantes eram “taxados” e obrigados a entregar uma compensação ao ohamba no seu regresso a casa, depois de terminado o contrato. Para isso, estendiam também a sua organização administrativa no controlo das pessoas que emigravam, era, por assim dizer, um representante do ohamba que controlava as pessoas e as riquezas arrecadadas. Os emigrantes tinham contratos de seis meses e partiam em grupos organizados idênticos, em certa medida, às unidades militares dos cuanhamas. Estes acordos foram celebrados entre os eehamba e os alemães com a ajuda dos missionários<sup>180</sup> e tiveram como resultado o crescimento do número de trabalhadores emigrantes, pois os eehamba tinham a ambição de conseguirem o maior lucro possível, razão pela qual os trabalhadores partiam em grupo para manterem a coesão e a disciplina para que não houvesse fugas. A tributação que lhes era aplicada fazia lembrar a que era aplicada aos comerciantes de longa distância.<sup>181</sup> No Cuanhama os cargos políticos e administrativos eram exercidos sem qualquer remuneração, com excepção das forças militares que executavam as operações de okasava e osipolela. Por conseguinte, as audiências concedidas pelo ohamba para resolver, em primeira instância, processos de justiça de difícil resolução eram grátis, embora o soberano, por vezes, cobrasse coimas de reduzido valor.<sup>182</sup>

---

<sup>178</sup> D. JOÃO, Bispo de Angola e Congo, *op. cit.*, p. 162.

<sup>179</sup> ALMEIDA, João de, “Os cuanhamas”, *Boletim das Missões Civilizadoras*, *op. cit.*, p. 29.

<sup>180</sup> DIENER, Ingolf, *Namíbia une histoire, un devenir*, Paris, Éditions Karthala, 2000, p. 133.

<sup>181</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 222.

<sup>182</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p. 147.

Como foi dito anteriormente, o marfim e as penas de avestruz eram tratados no Cuanhama como a moeda boa, por serem produtos muito procurados pelos comerciantes estrangeiros. Assim, foi lançado um imposto em que todos os caçadores estavam obrigados a entregar ao ohamba um dente de cada elefante que matassem.<sup>183</sup>

Por sua vez, os estrangeiros estavam sujeitos a um tributo, sob a forma de presente, que incidia sobre os dias em que permaneciam no território, sobre a utilização dos vaus e dos caminhos, liquidando o imposto com os seus produtos ou nas suas moedas. Como exemplo, sobre os tributos a liquidarem pelos estrangeiros (ver *supra* 2), em que o Padre Carlos Duparquet responde ao ohamba Chipandeca, “que também lhe havia trazido um presente, se bem que não tivesse vindo com o intuito de negociar no país, mas unicamente para o visitar.” Embora não tivesse o intuito de negociar, tinha o objectivo de solicitar autorização para construir uma missão no território cuanhama. Depois do ohamba ser presenteado com uma bela espingarda a autorização foi concedida.

Os valores arrecadados contribuía para fazer crescer as disponibilidades do mercado cuanhama que se traduziam no encaixe de uma grande riqueza. Isto, tornou o Cuanhama mais atraente financeiramente por ser um estado rico que realizava um grande volume de transacções, o que fez aumentar o número de comerciantes que visitavam o seu território.

### **4.3 A criação de gado bovino, caprino e equino**

Os cuanhamas inicialmente eram agricultores, e adicionaram a criação de gado às suas actividades económicas<sup>184</sup>, por influência dos povos pastores que contactaram durante o movimento migratório do século XVII que os conduziria aos territórios que, ainda hoje, ocupam.

Bernardino José Brochado, quando visitou o Cuanhama, observou que a “única riqueza d’este gentio o gado em grande quantidade, o qual pouco gosam em consequência do diminuto tempo que nas terras se demora, que não excede de dois a três mezes, tendo de o levar o restante do anno para sitios distantes, por não haver nas proximidades mais pastos; também ha carneiros e cabras em algum numero, bem como porcos de soffrivel raça: esta criação não está ainda generalizada por todas as terras visinhas, salvo alguns Sobas.”<sup>185</sup>

Este era o retrato do gado bovino, caprino e suíno existente no Cuanhama, bem como as técnicas de manutenção das manadas e a sua distribuição pelas populações. Alguns ovine

---

<sup>183</sup> Idem, p. 148.

<sup>184</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 70.

<sup>185</sup> BROCHADO, Bernardino José, *op. cit.*, p. 191.

vomikunda, “e com especialidade o Soba, tem curraes de quatrocentos e quinhentos”<sup>186</sup> animais.

No cacimbo - estação seca, fria e com muitos nevoeiros nocturnos nas regiões planálticas - por falta de pastos e de água, o gado era levado para o Tchimporo, região a nordeste do Cuanhama que estava por tradição dividida e reservada aos criadores que a utilizavam e onde havia bons pastos e as águas eram mais duráveis por existirem muitas mulolas, rios temporários formados pela água das chuvas. O que não significava que os cuanhamas fossem nómadas, pois as famílias permaneciam nos seus eumbos enquanto as manadas eram levadas apenas por um membro da família proprietária com a ajuda de pastores experientes. No período de transumância as mulheres asseguravam um conjunto de tarefas agrícolas que estavam a cargo dos homens. Maria Weyulu deixou-nos uma ideia da vida da sua família antes de 1911, “My father (Weyulu Ndanduka) was a great herdsman and always went to the cattle post while my mother was left at home. He only herded for one cattle owner...an old man Oname. My father would go to the cattle post as early as mid-June/July... He would return from the cattle post in April...My mother (Mauvange Vanyenga) thus had to do most of the garden work. Then people did not use the plow, but we hoed. We started early in the morning. Cultivating was a very difficult task. The problem was that my mother had to hoe the entire field alone while my father was away ... My mother spread manure over our field. My mother had enough manure because of the large herds of cattle in our house. This was because my father was such a good herdsman... Many people had no manure because those who owned herds were scarce. It was the *omalenga* who owned large herds.

Thus, while keeping cattle at remote cattle posts in Oshimolo [Tchimporo] may have made them less vulnerable to raids, it diverted male labor from crop cultivation to herding.”<sup>187</sup>

Como já foi dito no tempo seco, cacimbo, que começa em Junho, período de transumância no Cuanhama, as manadas eram levadas para o Tchimporo por um membro da família proprietária acompanhado de pastores experientes e regressavam às suas casas em Abril, mês em que termina a época das chuvas, pois as chanas já não estavam alagadas, mas ainda conservavam muita água nas cacimbas e chimpacas e havia muito pasto. Quando os homens estavam fora, por razões militares ou de trabalho, as mulheres assumiam as tarefas dos homens e de entre elas, tinham de abrir os campos agrícolas e cuidar dos animais. Por saberem que os seus terrenos agrícolas não eram muito férteis, os cuanhamas usavam o estrume para adubá-las e graças a esta intervenção, nos anos em que não havia seca conseguiam guardar

---

<sup>186</sup> Idem, p. 191.

<sup>187</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 41.

excedentes para os anos em que não chovia e exportar uma parte dos cereais. Era necessário ser um bom pastor para trabalhar para um lenga, pois para além dos proveitos que obtinha podia estacionar nos seus currais uma parte do gado do seu “patrão” que proporcionava algum leite e estrume.

Por força das operações militares que se destinavam a aprovisionar o Cuanhama de excedentes de bois, para servirem de moeda nas suas trocas comerciais, o número de cabeças de gado cresceu velozmente, o que tornava inoperacional a região de transumância devido ao excesso de animais que esgotavam rapidamente as forragens.

Mandume apercebeu-se do perigo que as manadas corriam, pelo que na primeira década do século XX, gizou “um plano que, embora rudimentar, visava reduzir a transumância do Cuanhama para o Chimporo e vice-versa.”<sup>188</sup> Este plano, que foi aproveitado em grande parte pelos portugueses, consistia na construção de chimpacas, construção hidráulica, onde se armazenavam as águas de superfície da estação das chuvas, por todo o território cuanhama de maneira que a região do Tchimporo não fosse tão sobrecarregada e os animais permanecessem o mais perto possível dos eumbos dos proprietários, para rapidamente serem utilizados nas trocas comerciais, pois era no tempo seco que os comerciantes se acercavam do Cuanhama para negociarem, já que durante a época das chuvas grande parte do território estava intransitável por estar inundado.

Depois de os cuanhamas se tornarem criadores de gado, os bois estiveram sempre presentes na sua vida como é patente na literatura oral e em inúmeras tradições. Na poesia que fala da ocupação portuguesa o gado não foi esquecido, bem como, algumas pessoas, como “Sova (natural dos Gambos), Hasela, Heita...”<sup>189</sup>, que ajudaram os estrangeiros. “Nauvinga, minha vaca, vamos fugir depressa. Vamos esconder-nos na mata de Oimbunga. A guerra “Ouwala” [que opôs cuanhamas e portugueses em 1915] está a chegar. Temos de fugir de “Sova”. Nauvinga, vigia bem e toma cuidado de “Hasela” e de “Heita la Kanona.”<sup>190</sup> Esta poesia não servia apenas para denunciar aqueles que apoiaram os invasores, mas também para alertar as pessoas para o que se estava a passar, para que elas pudessem levar os animais, o seu património mais precioso, para um lugar seguro, pois sabiam que o exército colonial apreendia todo o gado que encontrava. Por sua vez, Carlos Estermann ao referir-se à literatural oral dos cuanhamas, fala dos cantos “com que exaltam o gado bovino (*engovela*)”<sup>191</sup>. Na efundula

---

<sup>188</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, p. 243.

<sup>189</sup> MITTELBERGER, Charles, Padre C.S.sp., *Poesia pastoril do Cuanhama, Cunene – Angola*, Edição L.I.A.M., Caritas Portuguesa, (s.d.), p.146.

<sup>190</sup> Idem, p.146.

<sup>191</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p. 115.

eram dados nomes de bois às raparigas, “It seems that several kinds of nicknames, e.g. ox names, were used in Ambo ceremonies in order to avoid the mentioning of the real name of the person. Hopeasalmi (...) says that during the girls’ initiation ceremony, girls were praised because of their virginity and they were given names of oxen: a dark girl was called *Sindongo* and a light one *Kasese*.”<sup>192</sup> Aqui há uma certa masculinização da festa das raparigas que é completada com os inúmeros privilégios que as jovens disfrutavam, havendo partes das festas em que eram tratadas como se fossem rapazes. O gado também era usado nas cerimónias políticas entre os vários povos do Ovambo, conforme relato do missionário Sckär o ohamba do Cuanhama, Chipandeca, celebrou um tratado de paz com os cuambi e os ondonga e os marcadores desse acordo foram contruídos no meio da floresta que separava os três povos. Convém recordar que os eehamba não podiam sair do seu território, sendo representados por delegações. Neste encontro, as delegações dos respectivos povos abateram uma vaca preta e abriram um buraco, onde depositaram o sangue, os ossos e os intestinos do animal. No fim, o buraco foi tapado com folhas de diversas árvores. Com esta cerimónia estava selada a paz entre os três povos. Com o passar dos anos, os marcadores passaram a ser montes perfeitamente visíveis que separavam os povos da região e que simbolizavam a coexistência pacífica e os seus limites territoriais.<sup>193</sup>

No entanto, antes dos cuanhamas entrarem em contacto com os europeus, os bois eram um activo que dava prestígio e riqueza, mas não era uma riqueza dinâmica, pois não era investida noutros bens que conduzissem ao crescimento diversificado da fortuna familiar. As manadas forneciam leite, carne e estrume para adubar as terras.<sup>194</sup> Em relação à carne, convém dizer que os cuanhamas, com excepção das grandes festividades como, por exemplo, a efundula, raramente matavam um boi para comer. Na sua alimentação, utilizavam a carne dos carneiros, cabras, porcos e galinhas que também se destinavam a ofertas às suas visitas, pois os negócios feitos com estes animais tinham pouca relevância nas suas transacções comerciais.

Os cuanhamas conheciam os terrenos agrícolas e sabiam da sua pobreza, motivo pelo qual utilizavam o estrume para os adubar e aumentar a sua produtividade.<sup>195</sup> Com esta técnica, em anos de grande pluviosidade, conseguiam excelentes colheitas, chegando a exportar cereais para outras regiões.

---

<sup>192</sup> SAARELMA-MAUNUMA, Ainna, *Edhina ekogidho – Names as links. The encounter between african and european, anthroponymic systems among, the ambo people in Namibia*, disponível em, <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/19661/edhinaek.pdf?sequence=1>, acedido a 16.10.2014, p.127.

<sup>193</sup> DOBLER, Gregor, *op. cit.*, pp. 9-10.

<sup>194</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, pp. 142-166.

<sup>195</sup> Idem, p. 139.

O gado bovino sempre foi admirado no cuanhama e os proprietários gostavam de exhibir as manadas e de premiar os seus pastores por terem cuidado delas. Porém, os bois não eram símbolo de nenhuma instituição.<sup>196</sup>

Talvez isto explique a razão pela qual este povo nunca considerou os bois como um elemento sagrado, como acontece com os Nyanekas, que sempre fizeram a ondyelwa, festa do boi sagrado em que um animal malhado de preto e branco, depois de percorrer todo o território, tem de comer um pó amargo para que o ano seja de paz e fartura.<sup>197</sup>

Após os contactos com os europeus e com a intensificação do comércio, o gado bovino passou a ser utilizado como moeda nas suas trocas comerciais e para oferecer a pessoas que os cuanhamas consideravam importantes. Nas trocas comerciais que contratavam com os estrangeiros, esforçavam-se para adquirir o maior número possível de cavalos, armas, munições e alimentos.

Até à chegada dos europeus, no sul do continente africano não havia cavalos e os povos da região deslocavam-se apeados ou utilizavam o boi-cavalo. Deve-se ter em consideração que durante muito tempo, as forças portuguesas que eram vistas na região do Cunene marchavam apeadas, com a excepção dos oficiais e que, duma maneira geral, eram apenas dois ou três. Nesse período, os portugueses tinham à sua disposição poucos cavalos que foram trazendo, tal como os alemães, da Europa ou importando da Argentina.

Os cuanhamas rapidamente se aperceberam das potencialidades dos cavalos e do prestígio que davam a quem os utilizava e passaram a adquiri-los, principalmente para uso do ohamba, das tropas que faziam a sua segurança e dos omalenga.

Isto não quer dizer que comprassem um cavalo qualquer, pois tornaram-se, em pouco tempo, grandes conhecedores dos bons cavalos e excelentes cavaleiros. “Há no Cuanhama bastantes cavalos, alguns de criação própria e muitos roubados nas frequentes rasias, podendo o seu número ser calculado em cerca de 300, todos de marca, pois o soba não admite outros no seu território”<sup>198</sup>

#### **4.4 A fome, as revoltas e a emigração**

O Ovambo é uma região de secas cíclicas mas, no período de 1897 a 1916, houve uma série de secas e de pragas que provocaram uma catástrofe sem precedentes naquela região. Em 1897, a peste bovina atingiu o Ovambo e dizimou, em poucos meses, cerca de noventa por

---

<sup>196</sup> Idem, p. 166.

<sup>197</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, pp. 162-163.

<sup>198</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 83.

cento das manadas. Também uma praga de gafanhotos, em 1907, destruiu os *stocks* de cereais.<sup>199</sup>

Nos anos de 1907 e 1908 não choveu mas, em 1909, houve grandes inundações que destruíram os campos agrícolas, razão pela qual as colheitas foram muito fracas. A seca voltou em 1910 e prolongou-se até 1912, o que levou as pessoas a abandonarem as suas terras e a partirem para o exterior à procura de mantimentos. Entre os anos de 1914 e 1915, aconteceu um novo período de estiagem que provocou uma grande mortandade e ajudou o despoletar de grandes conflitos sociais.<sup>200</sup>

Porém, a fome no Ovambo não era apenas o resultado de um desastre ambiental. A fome naquela região resultou da conjugação de fenómenos ambientais com um conjunto de factores sociais e políticos, gerados pela taxaçãõ excessiva dos impostos devido à pressão do comércio internacional. Os cuanhamas que viveram na passagem do século XIX para o século XX, deixaram testemunhos de um verdadeiro inferno provocado por pragas, peste bovina, cobrança excessiva de impostos, invasões, fome e conquista colonial. O colonialismo era uma ameaça para todos os povos do Ovambo. A corrida frenética às armas e à acumulação de gado fez disparar operações *okasava* e *osipolela* que devastavam tudo e não deixavam ninguém em paz, em especial, as mulheres e as pessoas mais velhas que já não podia manter as manadas perto das suas casas, porque sem a proteção de um poderoso patrono, não havia segurança.<sup>201</sup> Por outro lado, a ambição da elite dirigente para refazer rapidamente as manadas que tinha perdido devido à seca, provocou uma série de revoltas quando a população percebeu que a reposição das manadas não estava a ser feita de maneira a compensar todos os antigos proprietários.<sup>202</sup> Jan-Bart Gewald cita Tonjes, na sua obra *Ovamboland*, para afirmar que o gado tendia a concentrar-se nas mãos de pessoas ligadas aos *omalenga* isentos de impostos.<sup>203</sup> A grave situação sócio-política que o Cuanhama viveu naquele período incapacitou a sociedade *cuanhama* de se defender e de lidar com a fome, o que originou uma catástrofe de grandes proporções.<sup>204</sup> Neste período de fomes e de conflitos, quase constantes, os *omalenga* ficaram quase fora do controlo do *ohamba*, o que originou uma série de revoltas populares contra os *omalenga*, já que o soberano continuava a ser admirado e venerado. “Tôda esta gente é de uma dedicação inimaginável, quando se trata do seu senhor, que é para êles como que o

---

<sup>199</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, pp. 216-217.

<sup>200</sup> Idem, pp. 217-218.

<sup>201</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 37.

<sup>202</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 216.

<sup>203</sup> Idem, pp. 216-217.

<sup>204</sup> Idem, p. 216.

omnipotente. A maior honra que pode ter um rapaz novo é ser admitido entre estes privilegiados. É igualmente a maior ambição que pode nutrir um velho: ter um filho na corte! Mas é o excesso de felicidade!!!”<sup>205</sup>

A fome de 1915 foi muito violenta e não foram só as organizações africanas que tiveram dificuldades em lidar com ela. Algumas organizações estrangeiras tiveram de tomar medidas de recurso para tentar salvar o seu pessoal, como aconteceu com a missão católica do Evale que ordenou ao padre Devis que partisse “com uma parte dos cristãos para a floresta, onde procurariam viver de raízes, de caça e de peixes, (...) E não foram só cristãos: catecúmenos e gentios amigos do missionário, ao todo umas 3.000 pessoas, aí vão instalar-se em plena floresta, esperançados todos em que seria por pouco tempo.”<sup>206</sup>

Foi uma fome devastadora, em que as pessoas para sobreviverem tiveram de jogar mão a plantas que nunca tinham utilizado na sua gastronomia, como foi o caso da palmeira leque, que quase desapareceu do Cuanhama na “grande fome de 1915, porque os famintos fizeram alimento da medula do tronco.”<sup>207</sup>

No final de Agosto de 1915, quando a derrota de Mandume começava a concretizar-se, o chefe Ipumbu dos cuambi, na hoje Namíbia, solicitava às tropas sul-africanas que enviassem alimentos para o seu povo que estava a morrer de fome e confessava que, mesmo ele, não tinha nada para comer.<sup>208</sup>

Os portugueses também tiveram a sua quota-parte no recrudescimento da fome, visto que após derrotarem Mandume destruíram as plantações dos cuanhamas e uma boa parte dos cereais encontrados nos eumbos foram utilizados para alimentar os cavalos das tropas coloniais.<sup>209</sup>

Esta catástrofe gerou o desequilíbrio da sociedade cuanhama pelas muitas mortes que provocou e pelo empobrecimento de muitas famílias que foram obrigadas a emigrar, o que fez subir em flecha o número daqueles que partiram para o estrangeiro. No conjunto, gerou-se um círculo vicioso em que a fome, as epidemias de diarreia e de beribéri, a morte e a partida das pessoas conduziram a uma grande quebra de mão-de-obra no território do Cuanhama, deixando

---

<sup>205</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, *op. cit.*, p. 163.

<sup>206</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, *op. cit.*, p. 74.

<sup>207</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 458.

<sup>208</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 218.

<sup>209</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 37.

de haver pessoas para trabalharem os campos agrícolas e pastores que cuidassem dos poucos rebanhos, o que agravou fortemente a situação.<sup>210</sup>

Tudo isto levou, de certa maneira, à perda dos valores solidários e familiares dos cuanhamas, pois houve casais que se separaram para as mulheres voltarem para a casa dos seus familiares, desresponsabilizando os homens pelo que lhes pudesse acontecer, e mães que abandonaram os filhos à sua sorte. Muitos esfomeados pediram auxílio às missões e outros, esfomeados e fugitivos da guerra, procuraram a ajuda dos povos que ainda tinham algumas reservas de alimentos, o que fez a catástrofe expandir-se para outras regiões. Desta multidão de pessoas famintas, muitos acabavam por morrer ao longo da sua via-sacra, sem que os sobreviventes tivessem forças para abrir covas para os enterrar, naquele chão ressequido<sup>211</sup>.

Este cenário, onde morreram milhares de pessoas, abrangia todo o Ovambo, o Humbe, os Gambos e parte da Huíla. “Provavelmente a seca provocou ou provocará ainda (1911-1916) a morte de mais de 80.000 pessoas entre os Nhanecas. Os Humbe teriam passado de 80.000 para 10.000, vinte anos depois. Pelo menos um terço da população do Cuanhama teria morrido de fome em 1915.”<sup>212</sup> Segundo René Pélissier, o governador-geral de Angola, Norton de Mattos, com algum exagero, estimou globalmente, “mais tarde que 250.000 Africanos teriam morrido de fraqueza nas bacias do Cunene e do Cubango.”<sup>213</sup> Vários militares portugueses relataram o cheiro pestilento que pairava pelos campos do Humbe e do Ovambo e o espectáculo macabro protagonizado pelos animais necrófagos, abutres e hienas, que se alimentavam com os corpos em decomposição.

Lapas de Gusmão, que integrou as tropas expedicionárias portuguesas, referia-se a esta catástrofe como “a mais terrível fome, de que não havia memória, acompanhada de doenças várias, lavrava entre êles. O ano tinha sido escasso e mau, mais que qualquer outro (...) Por isso, à roda do acampamento, deambulava a ronda da fome, desgraçados párias que a pouco e pouco iam estoirando e para ali ficavam a apodrecer ao Sol, inchados, cobertos de moscas.”<sup>214</sup> Em seguida, relatava o que sentia ao presenciar tão macabro espectáculo, “e tão familiarizados estávamos já com o espectáculo, e de tal modo insensíveis ao nojo, que nada nos importava *bater a latosa*, ou rilhar um pedaço de chouriço salgado ou uma *tora* de carne cozida, seguindo

---

<sup>210</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, pp. 219-220.

<sup>211</sup> Idem, pp. 217-219.

<sup>212</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, *op. cit.*, p. 366.

<sup>213</sup> Idem, p. 366.

<sup>214</sup> GUSMÃO, Lapas de, *A guerra no sertão, (Sul de Angola)*, Lisboa, Edição do Autor, 1935, pp. 233-234.

ao mesmo tempo, com curiosidade e interêsse, as evoluções dos corvos, encarniçados sôbre um cadáver a desfazer-se...”<sup>215</sup>

Devido à fome, os sobreviventes dos povos sediados a norte do Cuanhama ofereceram uma ténue resistência à progressão dos portugueses por estarem muito debilitados. Tal mortandade acabou por influenciar o desfecho dos combates que opuseram as forças militares de Mandume às de Pereira d’Eça. Segundo Henrique Galvão, “em 1915, só a fome que assolou o sul, e não as colunas militares, de resto dignas de todos os louvores, nos defendeu dum desastre irreparável.”<sup>216</sup> René Pélissier colocou algumas reticências nas palavras de Henrique Galvão, por não considerar que a fome tivesse tido um efeito tão devastador nas hostes africanas.<sup>217</sup>

Porém, Patricia Hayes cita o Coronel Pritchard para dizer que a grande fome, de 1915-1916, tinha enfraquecido fortemente o Ovambo o que facilitou a ocupação. A ocupação colonial ocorreu no contexto da grande fome de 1915-1916, um momento de imensa vulnerabilidade dos africanos que não pode ser subestimada. O líder do governo inglês do Sudoeste Africano, Coronel Pritchard, disse que seria difícil conseguir uma “oportunidade tão única”, como a que aconteceu naquele período, para estabelecer uma administração política numa colónia que, noutras circunstâncias, teria oferecido uma resistência mais forte.<sup>218</sup> Esta é a opinião de alguém que viveu, de perto, os acontecimentos de 1915 no Cuanhama e que, nas palavras de Patricia Hayes, viu os efeitos da grande fome e da invasão portuguesa. Se tivermos em conta a devastação das manadas pela cobrança de impostos, os preços dos alimentos fixados pelos comerciantes, de um boi por quatro sacos de alimentos, embora tenha sido recusado por Mandume, podemos concluir que grande parte da população não tinha nada para comer o que era extensivo aos militares, pois o exército africano não tinha uma logística como a dos portugueses.

## **5. O exército como garante do estado cuanhama**

O exército cuanhama tinha uma estrutura política e social forte e disciplinada que obedecia ao ohamba, seu comandante supremo, o qual estava impedido de combater à frente das suas tropas e a quem competia ordenar o recrutamento de novos soldados e os vários tipos

---

<sup>215</sup> Idem, p. 234.

<sup>216</sup> GALVÃO, Henrique, (Antigo Governador da Huila), *Huila. (Relatório de Governo)*, Lisboa, Edição do Autor, 1929, p. 238.

<sup>217</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941, op. cit.*, p. 366.

<sup>218</sup> HAYES, Patricia, “The «Famine of the dams» gender, labour & politics in colonial Ovamboland 1929-1930”, in VIGNE, Randolph e outros eds., *Namibia under South African rule, mobility & containment, 1915-46*, Oxford, James Currey Ltd, 1998, p. 122.

de operações militares. Mandume foi o único que não respeitou o impedimento a que o ohamba estava sujeito: não combater à frente das suas tropas ao dirigir pessoalmente os seus militares nos combates da Môngua.

Na hierarquia militar cuanhama, a seguir ao ohamba, o comandante-geral das forças armadas, estavam os omalenga, que eram os comandantes militares. Do conjunto de omalenga, um era designado chefe do estado-maior, que na administração de Mandume era desempenhado por Calola. Cada lenga recebia do ohamba um cavalo e algumas armas de fogo<sup>219</sup> e comandava de uma a seis etangas, o governador João de Almeida designava-as por tangas, sendo cada uma constituída por cem homens<sup>220</sup>. Um conjunto de seis etangas tomava o nome da operação que procuravam executar, ou seja, osipolela ou okasava, o que João de Almeida, no relatório do seu mandato de governador do distrito da Huíla, 1908-1910, designava por guerra<sup>221</sup>, e o conjunto de várias guerras tomava o nome de ohita<sup>222</sup>. À frente de uma ohita marchava um ondyai<sup>223</sup>, que dirigia e animava os combatentes de forma a manter a capacidade combativa das suas forças.

A missão principal do exército cuanhama era defender e manter inviolável o território do Cuanhama, zelar pelo cumprimento das leis e a manutenção das tradições e exercer o controlo das pessoas que estavam impedidas de se ausentar do seu território sem a autorização do ohamba.

As chefias cuanhamas sempre se esforçaram por manter os seus militares em actividades com o objectivo de alargarem o seu território económico, demonstrarem a sua força perante os vizinhos mais próximos e também satisfazerem o seu espírito combativo fora das suas fronteiras evitando, com isso, possíveis conflitos no seio da sua sociedade.

Os omalenga que formavam uma instituição muito poderosa, por serem os principais guardiões das tradições e do direito cuanhama, os conselheiros do soberano e governadores de mucundas quando acumulavam com o cargo de ovone vomikunda. Por vezes, para não defraudarem a diplomacia do ohamba, actuavam “clandestinamente” na defesa das leis cuanhamas, criando instabilidade aos estrangeiros que acabavam por partir, sem denegrir a imagem do soberano, pois os colonos passavam a acusar os chefes militares de serem um bando de selvagens, ladrões e criminosos. D. João, Bispo de Angola e Congo dizia que não

---

<sup>219</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 216.

<sup>220</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 365.

<sup>221</sup> Idem, p. 365.

<sup>222</sup> Idem, p. 365.

<sup>223</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 215.

havia “outra maneira de atrair o Cuanhama à nossa soberania e de acabar com a oligarquia dos politiqueros da terra – os lengas sinistros e egoístas”<sup>224</sup>

Os omalenga podiam acumular o cargo de ovene vomikunda, pois não era obrigatório que os chefes de mucundas fossem omalenga.<sup>225</sup> O ovene vomikunda reportava directamente ao ohamba e tinha como obrigações: distribuição de terras, zelar pelo cumprimento das directrizes agrícolas do soberano,<sup>226</sup> recrutamento de jovens para as unidades militares a seu cargo, dar-lhes instrução militar<sup>227</sup> e, no cumprimento das instruções do ohamba, lançar operações com o objectivo de alargar o seu território económico e de cobrar impostos. Desde o início do século XX foram os omalenga que mais contribuíram para o enriquecimento do património cuanhama através das operações militares.

Paralelamente à aquisição de produtos, e através das operações militares, os cuanhama foram controlando os seus vizinhos e, a partir de Nande, o exército foi alimentando a ideia dos eehamba governarem o território do Ovambo independente sob a liderança do Cuanhama.

## **5.1 O papel do exército na adesão à economia internacional**

O exército sempre teve um papel de relevo na sociedade cuanhama, principalmente na defesa do território, das suas populações, das suas leis e tradições. No início do século XX, a sua importância começou a crescer com a institucionalização das operações militares osipolela que visavam o alargamento do seu território económico e a captação de bens patrimoniais que alimentavam a riqueza do estado cuanhama. Devido a estas acções, os omalenga adquiriram um tal poder que chegaram a actuar sem qualquer controlo. (Sobre este assunto, ver *supra* 2.2).

Entretanto, o comércio internacional alargava o universo das operações com a procura de novos produtos e pressionava a economia do Cuanhama a adaptar-se à recolha desses produtos e à sua valoração, pois alguns deles não eram cotados pelos africanos. Tal como Maria Emília Madeira Santos dizia para a África Central, as sociedades africanas que entraram em contacto com a economia internacional, demonstraram uma capacidade de

---

<sup>224</sup> D. JOÃO, Bispo de Angola e Congo, *op. cit.*, p. 155.

<sup>225</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 215.

<sup>226</sup> *Idem*, p. 215.

<sup>227</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 365.

resposta que lhes facultou a integração activa num processo<sup>228</sup> em que o Cuanhama era um dos seus principais contactos no sul do território da actual República de Angola.

Das guerrilhas destinadas à captura de escravos, os chefes africanos passam a promover a recollecção de uma série de produtos. O impacto da procura externa alterou a organização laboral e social dos cuanhamas, por terem aumentado os contingentes militares pois, na década de 1890, os cuanhamas estavam cada vez mais dependentes dos produtos oferecidos pelo comércio internacional. O aumento das transacções comerciais fez crescer as operações de captura de bois e escravos e de tributação.<sup>229</sup> O crescimento dos efectivos militares conduziu à quebra da mão-de-obra doutros sectores produtivos e as tarefas dos homens, abrir novos campos agrícolas e o tratamento das manadas, passaram a ser realizadas pelas mulheres.

Estas foram as grandes alavancas que fizeram com que o exército do Cuanhama visse crescer o seu prestígio e a sua importância na vida do seu povo, cabendo-lhe a missão, para além das que já tinha, de alimentar o património do povo cuanhama para satisfazer uma série de despesas, como a aquisição de armas, munições e o soldo a pagar aos militares. Os cuanhamas fizeram um grande esforço para se armarem, porque rapidamente perceberam a importância das armas de fogo na abertura de novos territórios, submissão de outros povos e na sua defesa.

Em todas as direcções, partiam unidades militares para capturarem pessoas, gado, borracha, marfim e outros produtos que servissem de moeda de troca nas transacções comerciais que acordavam com os comerciantes estrangeiros. As pessoas que eram capturadas aumentavam a mão-de-obra ou eram resgatadas pelas famílias e pelas missões através do pagamento de um determinado valor que enriquecia o património colectivo. João de Almeida dizia que as guerrilhas assolavam “tôda a região entre o Cunene e Cubango, a margem direita do Cunene até ao Quipungo e Caconda.”<sup>230</sup> E mais adiante acrescenta, “A sua acção estende-se a um raio de 300 quilómetros [este cálculo não está correcto, pois de Ondyiva a Caconda são cerca de setecentos quilómetros] onde têm assolado tudo – homens, mulheres, crianças, gado, tudo arrebatam, tudo cai em seu poder.”<sup>231</sup> Por sua vez, o padre Lecomte visitou Weyulu, em 1900, para libertar uma série de pessoas que os cuanhamas tinham raptado na região de Cassinga. Assim, após vários dias de negociações e de “dar presentes aos officiaes e

---

<sup>228</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *Nos caminhos de África, serventia e posse, Angola século XIX*, op. cit., p. 449.

<sup>229</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, op. cit., p. 215.

<sup>230</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 246.

<sup>231</sup> Idem, p. 246.

até oferecer gratificações a quem de boa vontade soltar os prisioneiros”<sup>232</sup>, acabou por conseguir, lentamente, a sua libertação.

A acção do exército acabou, não só por integrar o Cuanhama no mercado internacional mas, paralelamente, fez com que alguns sectores do seu tecido social se adaptassem às exigências da nova economia. As armas tinham-se transformado numa ferramenta de grande importância para a sua economia e, para além de serem caras, a sua aquisição estava dependente da oferta dos comerciantes estrangeiros que, por sua vez, dependiam da legislação dos seus governos que podiam autorizar ou proibir a venda. Esta situação fez com que os cuanhamas se esforçassem para adquirirem todas as armas que os comerciantes apresentavam para venda e procurassem, por todos os meios, diminuir a sua dependência em relação aos europeus no fornecimento de armas e munições. Para responder a estas exigências, os ferreiros cuanhamas tiveram de aprender a reparar e a modificar os vários tipos de armas de fogo que constituíam o seu arsenal e a produzirem munições, conforme relatou o governador do distrito da Huíla, João de Almeida. (ver *supra* 3.).

## **6. O comando do exército perante os desafios exógenos**

Depois da fundação da colónia de Moçâmedes, em 1849, um excelente porto na orla marítima do deserto do Namibe, os portugueses subiram a serra da Leba, uma escarpa com cerca de dois mil metros de altitude que separa o planalto do deserto, e começaram, lentamente, a descer em direcção às regiões do sul do Planalto da Huíla, onde estavam localizados os Gambos, o Humbe e o Ovambo. Nessa caminhada, com cada povo que estabeleciam os primeiros contactos apresentavam os cumprimentos, trocavam presentes e pediam autorização para a construção de quartelamentos militares. Assim, com maior ou menor resistência, os portugueses foram lentamente ocupando os territórios por onde foram passando.

Por sua vez, os alemães da antiga Damaralândia começaram a subir em direcção ao norte da actual Namíbia onde estava sediada parte do povo cuanhama, embora nunca tenham estado em grande número. A acção dos portugueses e dos alemães colocou os povos do Ovambo de alerta e, a pouco e pouco, foram-se apercebendo das intenções dos invasores o que os levou a tomarem providências no sentido de se armarem convenientemente para se defenderem. O ohamba Nambadi foi o primeiro a tomar a decisão de se armar e, em 1883,

---

<sup>232</sup> LECOMTE, Ernesto, Padre, “Chronica ecclesiastica e missionaria os quanhamas”, *Portugal em África (Revista Científica)*, vol. 9, nº 98, Lisboa, Typographia da Companhia “A Editora” 1902, p. 99.

“possuía já vinte cavalos e 3000 homens armados com Martinis e Wastley-Richards”<sup>233</sup> Os alemães não chegaram a entrar em força na região norte da Damaralândia, porque entre 1904 e 1908, <sup>234</sup> tiveram de enfrentar a forte resistência dos Hereros e dos Namas. Entretanto, os alemães resolveram não avançar com a ocupação da Ovambolândia, embora mantivessem o interesse na mão-de-obra e no território cuanhama. Por sua vez, os portugueses estavam interessados em ocupar rapidamente o Ovambo para explorarem as suas riquezas, controlarem o comércio e lançar impostos. Neste cenário, os eehamba começaram a sentir que era quase inevitável o confronto directo com os portugueses por serem os que mais os pressionavam para aceitarem a construção de quartelamentos militares e a ocupação do seu território.

Mandume estava convicto que o confronto acabaria por acontecer e confiante no desempenho do seu exército. Quando monsenhor Keiling, em 1915, quis “mostrar-lhe que, embora valentes e destemidos, os cuanhamas eram impotentes para resistir a uma expedição, convenientemente preparada. Olhou para mim e sorriu-se.”<sup>235</sup>

Segundo o Bispo de Angola que visitou o Cuanhama, em 1910, os cuanhamas muito confiantes gritavam para a caravana do pontífice, “que venha, diziam elles ao nosso carreiro, [homem que seguia à frente dos carros bóeres] que venha essa guerra...que venha essa columna...Mas, sem lhes levar a mal essa attitude, que é a de quem não quer trocar por cousa alguma o que é seu.”<sup>236</sup>

Sentiam-se preparados para o confronto, pois conheciam as dificuldades dos portugueses que viram serem derrotados pelos cuamatos, em 1904, no Vau do Pembe, acompanharam a vitória sofrida de Alves Roçadas, em 1907, que vingou o desastre de 1904 e assistiram à debandada de Naulila, em 1914, quando foram derrotados pelos alemães. Os cuanhamas também tinham conhecimento das dificuldades dos alemães nos confrontos com os hereros e os namas, no território da hoje República da Namíbia. Aliás, a entrada em força no Ovamboland, território do Ovambo localizado no Sudoeste Africano foi feita pelos ingleses depois de os alemães terem capitulado, pois durante a administração alemã havia apenas alguns postos militares com guarnições muito pequenas. Os germânicos mantinham a Ovambolândia como uma “reserva” de mão-de-obra onde iam contratar trabalhadores para as

---

<sup>233</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 151.

<sup>234</sup> HULL, Isabel V., “The military campaign in German southwest Africa, 1904–1907, Forum the measure of atrocity: The German war against the Hereros”, *GHI Bulletin* n° 37 (Fall 2005), disponível em <http://www.ghi-dc.org/publications/ghipubs/bu/037/6hull.pdf>, acessado a 02.11.2014, pp. 39-40.

<sup>235</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n° 19, *op. cit.*, p. 159.

<sup>236</sup> D. JOÃO, Bispo de Angola e Congo, *op. cit.*, p. 155.

minas e algumas produções agrícolas, pois as suas leis e garantias coloniais, principalmente as que concediam casas aos colonos não eram aplicadas naquela região.<sup>237</sup>

Depois das dificuldades que os alemães sentiram nos confrontos com os namas e hereros e devido à pequena dimensão das suas forças, tal como os portugueses, eles evitavam chocar com os cuanhamas.

Atentos a toda a situação político-militar da colónia alemã e do sul da colónia portuguesa, os cuanhamas aprenderam rapidamente que tinham de estar preparados para os confrontos com os europeus, assim como acumular riqueza para adquirirem armas aos estrangeiros, de modo a constituírem um bom arsenal para fazer frente às forças coloniais.

Por isso, aproveitaram a sua localização geográfica por onde passava uma das rotas comerciais mais fortes do Ovambo, tendo a sul os comerciantes do norte da Europa e a norte os portugueses, ajudados pela sua diplomacia no sentido de manterem relações comerciais privilegiadas com todos os comerciantes que operavam na região, independentemente das suas nacionalidades.

Todas as armas de fogo que entrassem no Cuanhama eram imediatamente adquiridas e esta capacidade de as comprar ficou patente na resposta que Nande deu a João de Almeida, quando este lhe pediu que não permitisse a passagem de armas nem munições para o Cuamato: “fiquem descansados. Enquanto houver bois no Cuanhama, tôda a arma ou cartucho que aparecer, cá fica.”<sup>238</sup>

Mas não era só através dos negócios com os comerciantes estrangeiros que os cuanhamas obtinham armamento, pois só libertavam os seus prisioneiros europeus se o resgate fosse pago em armas e cartuchos. Monsenhor Keiling, na sua visita a Mandume, tentou libertar o sargento Reis e um soldado, que tinham sido aprisionados no Evale por Muatilefu, oferecendo-lhe duas caixas de Champagne, que o ohamba não aceitou: “para resgatar prisioneiros negros, me respondeu êle, pode-se muito bem oferecer «Champagne» ou «cognac», e eu não direi que não; mas para resgatar soldados de Muene-Putu...só espingardas finas e cartuchame.”<sup>239</sup>

A intenção de comprarem o maior número de armas que lhes fosse possível adquirir não se restringia às armas de infantaria, ou seja, armas ligeiras como as espingardas, pois sempre tentaram adquirir também armas de artilharia, armas pesadas como canhões e

---

<sup>237</sup> BLEY, Helmut, *Namibia under german rule*, Hamburg, Lit Verlag, 1996, p. 182.

<sup>238</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 365.

<sup>239</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, op. cit., p. 161.

metralhadoras, assim como todos os meios que melhorassem a sua logística, os seus transportes, a eficácia dos seus serviços de informações e da sua cadeia de comando.

Desde Nambadi que os eehamba procuraram comprar cavalos para a sua guarda pessoal e os seus lengas. Isto não quer dizer que tivessem uma arma de cavalaria capaz de atacar o seu inimigo e de carregar quando fosse necessário desalojá-lo, pois combatiam sempre apeados. Os cavalos serviam como uma divisa que distinguia os chefes, para tornar as comunicações entre as unidades e as cadeias de comando mais rápidas e eficientes. Sobre este assunto João de Almeida escreveu no relatório do seu mandato de governador do distrito da Huíla, “Não acreditamos, porém, que haja cavalaria. Os cavalos são destinados aos lengas e estes fazem uso deles à moda bóer. Exploram, completam o serviço de segurança, dirigem a sua guerra, a cavalo, mas apeiam-se para combater”<sup>240</sup>

A sua logística foi melhorada com a aquisição de carros bóeres que Mandume, em 1915, utilizou nos combates da Môngua e, mais tarde, serviu-se deles quando se retirou de Ondyiva. Segundo o tenente-coronel Alberto de Almeida Teixeira, o ohamba tinha “cinco carros boers”.<sup>241</sup>

Se é verdade que foram agressivos na aquisição de armas e de transportes, não o foram nas suas estratégias de combate, pois o exército cuanhama nunca tomou a iniciativa de desenvolver operações ofensivas de maneira a travar, ou a retardar, o avanço dos portugueses durante o tempo seco. A iniciativa foi sempre deixada nas mãos das tropas coloniais.

Os seus serviços de informações funcionavam eficientemente e com rapidez, mantendo os chefes militares a par da organização das colunas militares dos portugueses, visto que Mandume “tinha espias por tôda a parte, até no Humbe e nos arredores de Lubango (...)”<sup>242</sup> De todos os pontos do sul, a partir de Moçâmedes e da Huíla, chegavam informações enviadas por mulheres cuanhamas casadas com europeus<sup>243</sup>, por soldados africanos integrados no exército colonial e por trabalhadores dos portos e das cidades. Segundo Pereira d’Eça, os serviços de informações do exército africano eram rápidos e funcionavam com eficiência.

Com base nas informações que recebia, Madume e o seu estado-maior estavam ao corrente da preparação das forças que iriam invadir o Ovambo, pois as colunas demoravam muito tempo a serem montadas e postas em andamento. Embora na operação do cuanhama,

---

<sup>240</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 365.

<sup>241</sup> TEIXEIRA, Alberto de Almeida, tenente-coronel, *O general Pereira de Eça no Cuanhama*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1935, p. 31.

<sup>242</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, op. cit., p. 38.

<sup>243</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, op. cit., p. 140.

em 1915, o exército português tenha utilizado, pela primeira vez, veículos motorizados, 80 camiões<sup>244</sup> Fiat que foram enviados de Portugal, sem peças sobressalentes.<sup>245</sup> No entanto, grande parte da impedimenta, bagagens militares que podem provocar atrasos a uma coluna por serem difíceis de transportar, foi transportada por carregadores ou em carros bóeres, o que tornou a marcha muito lenta.

Quando o Humbe e os Gambos foram ocupados, em 1915, pelas forças de Pereira d'Eça, os cuanhamas podiam ter tomado a iniciativa de fazer retardar o avanço da coluna com acções de guerrilha que sabiam fazer na perfeição, para que a época das chuvas, que se avizinhava, ajudasse a diminuir a velocidade da coluna ou a imobilizá-la no lamaçal do Ovambo. Carlos Roma Machado, coronel de engenharia do exército português, deixou-nos uma boa imagem do poder das lamas pretas que vão da Kihita ao Cunene: “numa das primeiras viagens que fizemos acompanhando carros boers entre Lubango e Humbe, em Maio de 1916, vimo-nos sèriamente embaraçados, sobretudo desde a Kihita até perto do Humbe, tendo-se virado os carros três vezes, e atolado umas 10, pelo menos.”<sup>246</sup> Com a coluna atolada, os soldados portugueses estariam à mercê dos cuanhamas. Principalmente, a artilharia portuguesa, a sua arma mais devastadora, teria menos mobilidade, o que facilitaria a aproximação e o assalto cuanhama, pois os africanos estavam habituados a viajar pelas chanas alagadas, sendo algumas delas navegáveis, onde os cuanhamas utilizavam as suas canoas ligeiras.

A estação das chuvas, de Setembro a Abril, com temperaturas muito elevadas durante o dia, era um grande inimigo dos portugueses por provocar-lhes um grande número de baixas, vítimas de grandes febres palustres que debilitavam os soldados europeus, como aconteceu com Artur de Paiva e os seus homens na operação que executou em 1898, contra o Humbe.<sup>247</sup> Tal fazia com que os portugueses desenvolvessem as suas operações no tempo do cacimbo, de Maio a Agosto, sem o ambiente que propiciava o aparecimento dos mosquitos que infectavam os soldados europeus, mas com temperaturas idênticas às que os seus soldados estavam mais habituados. A progressão no terreno era feita com maior velocidade porque os terrenos não estavam alagados e, se tivesse chovido bem na estação das chuvas, encontrariam com facilidade água nas nascentes e nas cacimbas para os homens e os animais, desde que as

---

<sup>244</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 8.

<sup>245</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, *op. cit.*, p. 366.

<sup>246</sup> MACHADO, Carlos Roma, Coronel de Engenharia, *op. cit.*, p. 72.

<sup>247</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, p. 183.

operações fossem realizadas até meados do cacimbo. Daí em diante, aumentavam as dificuldades de encontrarem água em grandes quantidades.<sup>248</sup>

Em 1915, choveu muito pouco para alimentar as nascentes e cacimbas. Mandume e os seus omalenga sabiam que em Agosto havia falta de água nas chanas e que isso condicionava a acção das forças portuguesas, pelo que resolveram atrair as forças invasoras para as cacimbas da Môngua, onde foram encurraladas e imobilizadas privando-as de reabastecimentos.

Foi nesse chão que se desenrolaram os combates entre os portugueses e os cuanhamas, que ocorreram entre o dia 18 de Agosto de 1915 e o dia 24 do mesmo mês, sendo o do dia 20 o mais violentos de todos, pois terá durado cerca de dez horas. Os combates dos dias 18 e 19 foram liderados pelos chefes do estado-maior de cada um dos exércitos e terão tido um maior pendor para as forças africanas, visto que obrigaram os portugueses a refazerem as suas defesas<sup>249</sup>. Porém, no dia 18, as forças cuanhamas cometeram o seu primeiro grande erro em combate, o que para os portugueses foi “a salvação de nós outros. Se nessa jornada de 18 de Agosto e nesta chana das Cacimbas Velhas onde a Coluna portuguesa, no efectivo de três mil homens, jazia apertada, sem abrigo, sedenta e extenuada da marcha, o Soba surgisse com vinte mil guerreiros bem armados e municidados, os mesmos que dois dias depois – e irremediavelmente tarde para êle – levou à Môngua, Portugal teria hoje a carpir mais outra página lutuosa na sua gloriosa crónica d’Além-Mar.”<sup>250</sup>

No dia 20, os dois chefes supremos, Mandume<sup>251</sup> e Pereira d’Eça<sup>252</sup>, assumiram o comando das suas forças, embora o ohamba estivesse impedido de o fazer, pois os eehamba “não se expunham”<sup>253</sup>, e o general português tenha sido criticado posteriormente por se ter posto à frente das suas tropas.

Neste combate, as forças portuguesas impuseram o seu poder de fogo, principalmente das suas armas pesadas, e Mandume e Calola, o lenga que chefiava o estado-maior cuanhama, não conseguiram desalojar os portugueses, tendo as suas forças sofrido um grande número de baixas. Embora o combate tenha sido favorável aos portugueses, os chefes cuanhamas sabiam

---

<sup>248</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *Visões estratégicas no final do império, conduta das operações coloniais – 1944, lições de estratégia – 1953*, Lisboa, Editora Tribuna da História – Edições de Livros e Revistas, Lda, 2007, pp. 73-74.

<sup>249</sup> Idem, p. 139.

<sup>250</sup> GONÇALVES, Júlio, *Sul d’Angola e o quadrado da Môngua, na epopêa nacional d’Africa, notas dum expedicionário de 1914 a 1915*, Lisboa, J. Rodrigues & C<sup>a</sup>, 1926, p. 120.

<sup>251</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 34.

<sup>252</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, pp. 140-141.

<sup>253</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941, op. cit.*, p. 372.

que os portugueses estavam desgastados e enredados na teia que tinham tecido para os apanhar.

Como os sitiados não se mexiam, pois “chega-se então a este semiparadoxo: vencedor, a 18-20 de Agosto, o general não se pode mexer (...).<sup>254</sup> Mandume deixou-os completamente cercados, a debaterem-se com uma ração mínima e sem água, com os dias abrasadores e as noites muito frias do Ovambo, e com a esperança de que em breve iniciariam as operações de retirada que seriam aproveitadas pelas suas tropas para passarem ao assalto final. Todavia, o ohamba “esqueceu-se” que havia outros destacamentos nas redondezas que deviam ser impossibilitados de romperem o cerco e reabastecerem as tropas que estavam imobilizadas pelos cuanhamas.

Esse erro custou-lhe caro, visto que o destacamento do Cuamato rompeu o cerco e entrou no quadrado, no dia 24, dando uma nova força aos portugueses<sup>255</sup>. Esta operação surpreendeu os cuanhamas que, enfraquecidos pelas baixas que sofreram, a falta de mantimentos e a falta de munições, ofereceram uma fraca e dispersa resistência. Mandume também estava cansado e preocupado, mas aquela era a sua terra e dos seus antepassados e, segundo ele, todos sabiam pertencer-lhes, o que o obrigou a um último esforço para conseguir armas no Sudoeste Africano e tentar expulsar a força invasora.

Entretanto, no dia 27, juntou-se ao quadrado o destacamento do Evale<sup>256</sup> e o estado maior português aproveitou para reorganizar as suas forças, juntando ao destacamento do Cuanhama grande parte dos efectivos dos destacamentos do Evale e do Cuamato para criar o destacamento de Ondyiva que, sob o comando do coronel Veríssimo de Sousa, comandante do antigo destacamento do Cuamato, tinha como missão marchar para Ondyiva com o objectivo de a ocupar.

Passados alguns dias as tropas portuguesas levantaram o acampamento e empreenderam a marcha para continuarem a operação a que se tinham proposto. Mesmo depois da derrota nas cacimbas da Môngua, os cuanhamas tiveram a possibilidade de provocar muitas baixas aos portugueses, porque o destacamento português transformou-se numa fila muito longa, um verdadeiro “formigueiro” de homens indisciplinados, desidratados e esfomeados que foram abandonando as armas ao longo do caminho, negligenciando totalmente a sua segurança. Este cenário levou o Coronel Alberto Salgado a dizer que os portugueses entraram em Ondyiva “à formiga [entrar em pequenos grupos dispersos e

---

<sup>254</sup> Idem, p. 374.

<sup>255</sup> Idem, p. 374.

<sup>256</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 39.

desordenados] (...) se tivesse havido alguma coisa, isto é, um ataque sério, era um desastre dos mais graves para as tropas. Enfim, falam da entrada na Ngiva como uma das maiores vergonhas”<sup>257</sup>.

### 6.1 Os efectivos e a mobilização

A caça e o facto dos soldados cuanhamas terem estado em intensa actividade, a partir do início do século XX, na execução das operações osipolela e okasava e de marcharem com pouco equipamento, deu-lhes uma grande capacidade de resistência, grande mobilidade, bom sentido de orientação e transformou-os em excelentes pisteiros e bons conhecedores do terreno, o que lhes permitia uma grande aproximação das linhas inimigas sem serem vistos. No seu relatório, o general Pereira d’Eça disse que os combatentes cuanhamas tinham revelado uma grande moral, boa instrução de tiro e um grande aproveitamento dos abrigos que honrariam as melhores tropas brancas.<sup>258</sup>

Estas qualidades militares são a explicação para terem resistido durante cerca de seis dias ao ataque perpetrado por uma força portuguesa que tinha sido preparada para atacar os alemães da Damaralândia, acabando por ser manietada pelos africanos.

O Cuanhama era uma sociedade militarizada e “em geral todos os cuanhamas andam armados com armas de fogo, azagaias ou pelo menos com facas, e pode dizer-se que desde muito novos”<sup>259</sup> eram recrutados para o treino militar e a acompanharem os mais velhos, como carregadores, nas operações militares<sup>260</sup>.

No seu “Relatório de um governo de distrito (1908-1910)”, João de Almeida dizia que o recrutamento podia ir de rapazes de 15 anos a velhos de 60 anos.<sup>261</sup>

Nos combates, os homens armados com espingardas constituíam a primeira linha e os que tinham armas brancas formavam a segunda linha, uma força de reserva, que era utilizada nos assaltos quando se apercebiam que o inimigo começava a fraquejar ou a manifestar indícios de querer retirar.

Os atiradores especiais eram constituídos por homens de todos os escalões etários que compunham o exército e tinham como missão anular a cadeia de comando do inimigo, entre mortos e feridos os portugueses tiveram 91 baixas, das quais 13 eram oficiais, e abater o maior

---

<sup>257</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p. 229.

<sup>258</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 46.

<sup>259</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 364.

<sup>260</sup> *Idem*, p. 364.

<sup>261</sup> *Idem*, p. 365.

número de cabeças de gado da coluna e montadas,<sup>262</sup> para paralisar o inimigo e impedi-lo de retirar ordenadamente. Júlio Gonçalves, oficial do exército português, descreveu o soldado cuanhama como sendo um “adversario, manhoso, amestrado em felonias, arguto conhecedor do nervosismo do branco. E porisso, hoje como ontem, era sempre a mesma a sua tática: a agressão violenta de início, para perturbar e confundir, levando o Quadrado ao gasto imoderado das suas munições; a seguir, apenas o fogo de atiradores experimentados, enervante, de alvos certos, pontarias baixas, para desmoralizar ou forçar o Quadrado a cerrar a defeza – e despender mais munições sem proveito; e então, tranquilamente, sem arredar pé, aguardar que o Quadrado dê mostras de esgotamento, para sobre êle lançar a horda alucinada (...). Porisso, desta feita, sem nunca dar tréguas á sua sanha, em dado momento a fuzilaria afrouxou e só tiros isolados se ouviram, mas certos, insistentes, implacáveis, (...)”<sup>263</sup>

Para alcançarem os seus objectivos, paralisar o inimigo e impedi-lo de retirar ordenadamente, os cuanhamas desencadeavam o ataque com uma barragem de fogo intenso e prolongado, para, em seguida, passarem a executar tiro selectivo. Com esta tática, pretendiam criar um grande stress nos militares portugueses, de maneira a fragiliza-los psicologicamente para os impedir de responderem calmamente e sem grandes consumos de munições, fazendo fogo apenas com a visualização do inimigo. Para fechar a teia em que enredavam os seus adversários, procuravam abater o maior número possível de oficiais, cavalos e de animais de tracção para que uma eventual retirada do inimigo fosse feita de uma forma lenta e desordenada.

Não se sabe, ao certo, quais eram os efectivos do exército cuanhama, pois João de Almeida estimava em 25.000 homens a partir de uma população de cerca de 245.000 almas.<sup>264</sup> No entanto, noutra passagem do seu relatório estimava “que o Cuanhama terá uma população de 100.000 a 150.000 habitantes.”<sup>265</sup>

Por sua vez, René Pélissier estimou que Mandume teria um exército, “provavelmente de 30 a 50 000 guerreiros (com 12 000 a 15 000 espingardas de guerra).”<sup>266</sup> Embora o Cuanhama mantivesse um exército de mobilização permanente, tem de ser tomado em consideração que o período das grandes secas, fome e pragas de insectos tinha começado, em 1897, o que tinha provocado uma grande quebra na população cuanhama e muitos dos sobreviventes estavam muito debilitados sem forças para combater. Por outro lado, o exército

---

<sup>262</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 247.

<sup>263</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, p. 130.

<sup>264</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 365.

<sup>265</sup> *Idem*, p. 360.

<sup>266</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, *op. cit.*, p. 362.

cuanhama não tinha uma intendência, serviço de logística militar que trata do aprovisionamento da alimentação e dos fardamentos, como os portugueses, não tinha reservas alimentares para os militares. A comida para os combatentes era feita pelas mulheres e os soldados comiam o que havia.

Com base nas várias estimativas populacionais publicadas, e tendo em conta a mortandade causada pelas catástrofes ambientais, o número de emigrantes e também que cerca de trinta por cento dos combatentes disponíveis, permanecia na retaguarda para proteger a população<sup>267</sup> numa eventual retirada, é mais credível que o número de combatentes, nas cacimbas da Môngua variasse, em média, entre os 20.000 e os 25.000 homens, estando cerca de metade armados.

É provável que os cuanhamas tenham recebido reforços dos evales e dos cuamatos, mas não terão sido em número muito significativo, pois aquelas populações também tinham sofrido perdas muito grandes com as invasões e as catástrofes ocorridas no Ovambo. Nunca os povos a norte do Cuanhama tinham deixado passar os portugueses sem oferecer uma forte resistência, o que não aconteceu com a coluna de Pereira d'Eça que, devido à fome, teve de enfrentar pequenos focos de fraca resistência.

## **6.2 O treino militar e o seu arsenal**

Nambadi, que governou até 1885, foi o primeiro ohamba a lançar as bases para fazer do cuanhama a maior potência do Ovambo chegando a ter 3000 homens armados.

Foi um processo lento apoiado numa diplomacia empreendedora, ambiciosa e resguardada, enquanto perseguiram o seu objectivo de armarem convenientemente as suas forças armadas.

Os portugueses sempre acusaram os alemães de apoiarem os cuanhamas e os cuamatos, em especial, quando eram derrotados pelos africanos. Não foram encontradas provas desse apoio. No entanto, os comerciantes vindos do Sudoeste Africano foram os que mais armas venderam naquela região ou que facilitaram a sua venda, embora todos os comerciantes, independentemente da sua nacionalidade, vendessem armas aos povos do Ovambo.

A 23 de Janeiro de 1893, o governador-geral de Angola dava conhecimento ao governo central português, por telegrama, que “Paiva communica caçador elephantes Ericson recebeo Transwal cavallos armas aperfeiçoadas que vendeo Cuanhama vindo tudo por terra

---

<sup>267</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 365.

atravéz territorio Inglez Allemão Diz transvaal permite venda armas para colonias estrangeiras.”<sup>268</sup>

Como já foi dito, todos os comerciantes venderam armas no Ovambo, inclusive os portugueses, porque a procura por parte dos africanos era muito grande, uma vez que sentiam há bastante tempo a pressão dos portugueses. Durante o governo de Nande, os cuanhamas intensificaram o seu esforço para aumentarem a sua capacidade militar. O contrabando era um negócio que envolvia muita gente, somas muito avultadas e fuga de impostos. Nesse negócio estavam envolvidos militares, grandes comerciantes das cidades, funantes, missionários e seus seguidores. Quando as forças portuguesas ocuparam o Evale, em 1909, descobriram com espanto uma carabina Mannlicher que tinha sido vendida ilegalmente por um funcionário português de Benguela. Os cuanhamas compravam cada vez mais e melhores armas para defenderem o seu património, as suas comunidades e darem uma resposta à violência do colonialismo.<sup>269</sup>

Depois de Alves Roçadas derrotar os cuamatos, ficou surpreendido com o elevado número de armas que foi aprisionado e ordenou um inquérito para saber qual a proveniência de tão grande arsenal. O resultado do inquérito foi uma grande surpresa, por ter levado à descoberta que muitas das armas tinham sido vendidas por comerciantes portugueses da Huíla.<sup>270</sup>

Os chefes cuanhamas conheciam perfeitamente a capacidade de tiro de todas as armas dos europeus e, portanto, para além das armas de infantaria tentaram adquirir armas de artilharia. Para isso, contactaram vários comerciantes que operavam no Ovambo, mas nunca chegaram a concretizar a operação.

Ainda assim, não pararam de tentar alcançar os seus intentos, o de possuírem armas pesadas e passaram a palavra a todas as unidades cuanhamas no sentido de que tinham de as capturar. Segundo o coronel Alberto Salgado, quando as tropas portuguesas entraram em Ondyiva encontraram “a peça Ehrardt que apanharam há anos a um sargento, duas peças de 7cm. [de] bronze estriado, e uma metralhadora que queimaram (...).”<sup>271</sup> A metralhadora Ehrardt e o sargento português foram capturados por Muatilefu, chefe do Evale, que, posteriormente, entregou a Mandume que era, nessa altura, o verdadeiro líder do Ovambo. Embora o ohamba do Cuanhama tivesse armas pesadas, nunca conseguiu comprar ou capturar

---

<sup>268</sup> FELNER, Alfredo de Albuquerque, *Angola, apontamentos sôbre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*, (Obra póstuma), Documentos, Volume III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 292.

<sup>269</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 43.

<sup>270</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, pp. 198-199.

<sup>271</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p. 229.

as respectivas munições, porque elas não eram comercializadas por civis e não eram abundantes nas unidades militares. Restava aos africanos atacarem as colunas de transporte para se apoderarem das referidas munições. “Como viam que entre o quadrado de Môngua e o Humbe [base operacional portuguesa, última posição antes de atravessarem o rio Cunene e de entrarem no Ovambo] se estabeleceu, (...) um comboio de reabastecimento, calculou que nele houvesse farta provisão de projecteis de artilharia, e que, estes servissem em qualquer peça. E, com este fim, [Mandume] mandou atacar um desses comboios, em local afastado do quadrado; mas o chefe encarregado dessa diligência, (...) assaltou o primeiro que encontrou e que, efectivamente, ia reabastecer-se à base do Humbe. Aí perdemos (...) dois outros camiões que, entre outras coisas levavam cofres de granadas, com invólucros vazios, para se abastecerem no Humbe. Examinada a prensa, e abertos os cofres, só deram com invólucros vazios, que para nada serviam.”<sup>272</sup>

Todavia, nunca utilizaram aquelas armas, pois os portugueses retiraram algumas peças, antes de as abandonar e por não terem munições. Em relação à peça de artilharia, *Erhardt*, foi a única que conseguiram reparar e que tentaram utilizar por terem algumas munições.

Imediatamente, o ohamba procurou junto dos seus combatentes quem teria conhecimentos para manejar aquela arma. A sorte parecia estar com Mandume, pois de entre os seus militares havia três soldados que tinham desertado do exército português e que estavam capacitados para fazer tiro com a *Erhardt*, com base nas suas observações, pois nunca a tinham manejado enquanto estiveram integrados no exército colonial.

Segundo o coronel António de Quadro Flores, um membro do exército cuanhama, de seu nome Francisco, que fora nomeado por Mandume para exercer as funções de secretário para os “Negócios Portugueses”, pois tinha estudado na Missão da Huíla, falava e escrevia correctamente em português, nas declarações que prestou quando se entregou ao exército português disse, em relação à *Erhardt*, que “desmontaram a culatra e deram pela falta da mola do percutor. O Francisco lembro-me bem disso, afirmou que a improvisaram com arame do telégrafo (...)”<sup>273</sup>

Com esta improvisação, conseguiram pôr a arma a funcionar, mas só dispararam uma vez, visto que a arma tinha apenas três munições. Ainda assim, Mandume levou-a para os combates da Môngua tendo sido aconselhado pelos omalenga a não utilizá-la por ter poucas

---

<sup>272</sup> FLORES, António de Quadros, Coronel, *Recordações do sul de Angola, 1914-1929*, Guimarães, Livraria L. Oliveira & C<sup>a</sup>, 1952, p. 242.

<sup>273</sup> Idem, p. 241.

munições, uma vez que isso podia denunciar o seu posicionamento sem capacidade para ripostar.

Em 1915, segundo os números publicados, é possível que os cuanhamas tivessem de 10.000 a 15.000 soldados armados com armas de fogo de vários tipos, desde *Mauser* e *Winchester* que eram distribuídas aos omalenga e aos ovene vomikunda, *Martini-Henry* e *Kropatschek*, que armavam os seus subalternos, e as *Snyder* e de pistão, havendo poucas de pederneira, que estavam distribuídas pela maioria dos soldados<sup>274</sup>. Segundo o tenente-coronel Alberto de Almeida Teixeira e René Pélissier, os cuanhamas possuíam “abundantes munições, que consumiam sem hesitação”<sup>275</sup> e que podiam chegar aos 800.000 cartuchos.<sup>276</sup>

O treino militar dos cuanhamas consistia em corridas, saltos de obstáculos, luta corpo a corpo, e treino com armas brancas e de fogo. A caça também lhes dava grande experiência em seguir as pistas que o inimigo ia deixando no terreno, manter a sua invisibilidade a coberto da floresta e dos morros de salalé, ser paciente na observação do inimigo e estar sempre alerta para interpretar os ruídos e movimento suspeito e também obterem grande precisão no tiro aos alvos em movimento. “Bom tipo de corredores. Não acreditamos muito no valor individual. Arrastados, porém, pelos lengas, que parecem arrojados e fanáticos, serão para reçar as suas arremetidas.”<sup>277</sup>

Para além da sua capacidade operacional, os militares cuanhamas era disciplinados, como observou monsenhor Luís Keiling: “não me fartava de admirar o porte airoso dos soldados, que, enquanto com êles falo, para mostrar o respeito, viram o cano das espingardas para o chão e cravam as lanças no solo.”<sup>278</sup>

---

<sup>274</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 365.

<sup>275</sup> TEIXEIRA, Alberto de Almeida, tenente-coronel, op. cit., p. 40.

<sup>276</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, op. cit., p. 231.

<sup>277</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 365.

<sup>278</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, op. cit., p. 163.

## **PARTE II – Guerra e desagregação**

## 1. Os objectivos portugueses para o Cuanhama em 1900

O Cuanhama estava localizado no eixo da principal via comercial que cruzava a fronteira traçada por alemães e portugueses, ou seja, esta compreendia o Ovambo, situado no sul dos territórios da actual República de Angola, e a Ovambolândia, localizada no norte da actual República da Namíbia, por onde se faziam inúmeras transacções comerciais sem qualquer controlo pelas forças militares portuguesas do tipo de produtos comercializados e da recolha de impostos.

A insubmissão do Cuanhama representava uma grande preocupação para os portugueses por verem a sua autoridade ameaçada, não exercerem o controlo do território e, conseqüentemente, não poderem investir e lançar impostos sobre a actividade comercial e o património, porque não havia estabilidade e a qualquer momento os chefes militares cuanhamas podiam destruir ou provocar sérios danos nas estruturas criadas nos territórios que já se encontravam sob a jurisdição portuguesa. César Augusto de Oliveira Moura Braz, governador do distrito da Huíla, em 1912, elencou no relatório da sua administração uma série de razões que, na sua opinião, eram suficientes para que os portugueses ocupassem o Cuanhama. Segundo o governante colonial, a ocupação daquele território era uma questão de prestígio, de administração e de patriotismo, visto que os outros povos da região podiam pensar que os portugueses tinham medo dos cuanhamas e que eram impotentes para os dominar.<sup>279</sup> César Augusto de Oliveira Moura Braz referiu-se também aos proveitos que os portugueses podiam arrecadar e considerou a ocupação do Cuanhama como uma questão de administração, tendo em vista os ganhos que o distrito da Huíla podia ter, em virtude de um melhor aproveitamento do solo e da cobrança do imposto de cubata.<sup>280</sup>

Mas havia ainda outras razões: a necessidade de darem um grande golpe nas pretensões territoriais dos alemães<sup>281</sup> e poderem obter uma grande quantidade de produtos naturais, como era o caso do gado, da possibilidade de terem culturas fáceis, como por exemplo o algodão e uma grande reserva de preciosos braços.<sup>282</sup>

A estas razões estava subjacente o *deficit* das contas da administração colonial portuguesa, que tinha de reequilibrar e fortificar urgentemente as suas finanças, depauperadas pelas operações militares e do fraco nível das suas receitas. Tinha também que investir para melhorar as condições das populações, em especial das forças militares que se encontravam nas zonas operacionais, pois as más condições dos quartelamentos criavam alguma

---

<sup>279</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 75.

<sup>280</sup> Idem, p. 76.

<sup>281</sup> Idem, pp. 76-77.

<sup>282</sup> Idem, p. 79.

instabilidade nas forças armadas portuguesas. O capitão Manuel Gomes da Costa dava disso conta ao referir-se ao aquartelamento que comandava, no Humbe, “uma velha fortaleza, mas uma fortaleza que é um curral.”<sup>283</sup>

Devido à situação delicada das finanças e às muitas carências da colónia, as autoridades do distrito da Huíla, de que o Cuanhama fazia parte, sentiam necessidade de lançar impostos nas regiões que iam ocupando. Durante o período de 1908 a 1910, em que João de Almeida foi governador do distrito da Huíla, apenas faltava ocupar o Cuanhama. Porém, o governador receava que o lançamento do imposto de cubata provocasse um levantamento incontável das populações de todo o Ovambo devido à “influência das guerrilhas e estado de insubmissão do Cuanhama estende-se a todo o distrito. Várias regiões, como o Pocolo dos Gambos, o Hae, o Tapa, Tchipeio, Napalanca, vertente S.O. da Lufinda, etc., não obedecem nem obedecerão às nossas autoridades, enquanto se não ocupar o Cuanhama.”<sup>284</sup>

César Augusto Braz, governador do distrito da Huíla, revelou no seu relatório de 1912 as razões por que deviam ocupar o Cuanhama: “embaraçam o govêrno do distrito e até o da província e muito principalmente para que acabe êste encargo pesadíssimo que onera extraordinariamente o orçamento da colónia com tendência para aumentar sendo certo que as despesas a fazer com uma ocupação imediata serão abundantemente compensadas pela diminuição da despesa e inevitável aumento de receitas que se hão-de seguir.”<sup>285</sup>

Por estas razões, a autonomia cuanhama gerava insegurança e mal-estar na administração colonial, porque Portugal não tinha efectivos suficientes para ocupar o território e qualquer rebelião podia gerar uma grande instabilidade. Os fortes tinham poucos efectivos para a grandeza do território e da população e os comerciantes do Humbe, Gambos e os que iam comercializar no Cuanhama estavam por sua conta e risco, sem qualquer apoio das entidades administrativas e militares portuguesas.

Os portugueses consideravam imperioso o controlo daquela extensa e porosa fronteira para assim travarem as pretensões dos alemães de ocuparem parte daquele território e “pacificar” os cuanhamas trazendo a estabilidade a todo o Ovambo, passando a controlar a circulação de pessoas e bens entre os territórios das actuais Repúblicas de Angola e da Namíbia. Os fortes construídos por João de Almeida tinham como missão cercar o Cuanhama e apoiar as forças portuguesas numa futura operação de ocupação daquele território e controlar

---

<sup>283</sup> DUARTE, José Bento, *Senhores do sol e do vento. Histórias Verídicas de Portugueses, Angolanos e Outros Africanos*, Lisboa, Editorial Estampa 1999, p. 221.

<sup>284</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 247.

<sup>285</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, op. cit., p. 74.

a fronteira com o Sudoeste Africano. A ocupação de Cafima e do Tchimporo são os melhores exemplos da estratégia de João de Almeida, visto serem pontos geoestratégicos importantes. Cafima “era um centro importantíssimo de contrabando frequentado por alemães, que pacientemente catequizavam os indígenas visando substituir-se a Portugal na ocupação do Sul, quantas vezes ajudados por portugueses que, criminosamente, na mira do lucro fácil, transaccionavam armas com os autóctones.”<sup>286</sup> Em relação ao Tchimporo, “havia que passá-la para a nossa jurisdição, pois assim se infligia rude golpe aos «Ovampo», que dependiam vitalmente das suas imensas potencialidades piscícolas e dos seus recursos hídricos, tão escassos em todo o Cuanhama.”<sup>287</sup>

Para além de estabilizarem as suas fronteiras, com estas ocupações os portugueses podiam arrecadar mais impostos e davam um rude golpe na economia do Cuanhama com a ocupação do Tchimporo, que era uma região de transumância de vital importância para a sua economia, pois garantia a manutenção das suas manadas, durante o cacimbo, devido aos seus excelentes recursos para o pastoreio.

Mandume, depois de abandonar a embala de Ondyiva, construiu outra no Yole, localizada na Zona Neutra, de onze quilómetros de largura, que separava as duas colónias europeias e continuou a circular entre o Sudoeste Africano, ex-Damaralândia e o seu antigo território localizado na hoje República de Angola. A coberto da relativa segurança do Sudoeste Africano, Mandume fez ataques na Zona Neutra e em Angola<sup>288</sup> até à sua morte. Em 1916, um grupo de guerrilheiros cuanhamas atacou uma unidade militar portuguesa e abateu um oficial, perto de Cafima, na parte oriental da planície do norte, que se tinha transformado num centro de resistência contra o domínio português e que esteve activo até pelo menos 1917, tendo sido utilizado impunemente pelos cuanhamas, liderados por Mandume, para atacarem o território ocupado pelos portugueses.<sup>289</sup> O oficial a que Emmanuel Kreike se refere foi abatido, a 30 de Outubro de 1916, na acção mais visível da guerrilha de Mandume que numa emboscada matou o tenente Raul José d’Andrade, 16 soldados europeus e um motorista civil.<sup>290</sup>

A acrescentar à instabilidade criada pelos cuanhamas havia uma parte do comércio dos portugueses que fugia ao controlo das autoridades coloniais, a indisciplina, o descontrolo dos

---

<sup>286</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, p. 212.

<sup>287</sup> *Idem*, p. 212.

<sup>288</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 61.

<sup>289</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>290</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p.254.

militares e a falta de segurança dos seus paíóis que eram assaltados pelos portugueses para obterem armas e munições que depois vendiam em todo o Ovambo.

Durante o governo da Huíla, de Alfredo Frederico de Albuquerque Felner, descobriram que tinha havido no destacamento de Cafu “um roubo de cartuchos e dias depois era apreendido a um negociante, um carro que ia «funar» para o Cuanhama, levando armas e munições. O comandante militar do Humbe, com o meu inteiro apoio, tem prendido varios indivíduos, apreendido gado, e segundo me consta, todo o honrado commercio receia ser preso, porque uns vão cumprimentando os outros. É fora de duvida que ha muita gente, de grande nome e vastos serviços prestados, cumprimentada no negocio dos cartuchos.”<sup>291</sup>

O mesmo governador do distrito da Huíla, desconfiado, culpou os comerciantes portugueses por Mandume não ter aceitado a ocupação portuguesa. Segundo o governante português, a ocupação do Cuanhama não interessava aos comerciantes e, por isso, opuseram-se ao controlo militar das margens do rio Cunene e organizaram um *complot* para impedir o acordo entre as autoridades portuguesas e as autoridades cuanhamas, visto que não lhes convinha, “a ocupação do Cuanhama, assim como lhe não convinha e por isso protestou e ameaçou com as guerrilhas cuanhamas, quando se mudou o posto do Cafu para a margem esquerda do Cunene, porque são obrigados ahi a deixarem revistar os seus carros com que vão funar.”<sup>292</sup> Este facto ocorreu, porque os interesses dos comerciantes eram idênticos aos dos cuanhamas, mas se os interesses deixavam de ser idênticos, as duas partes chocavam e alteravam as suas posições.

Como medida de prevenção as autoridades coloniais tinham proibido a comercialização de alguns produtos, como armas e munições, e começaram a revistar os carros dos comerciantes para um melhor controlo das mercadorias que seguiam para o Ovambo. Imediatamente, os comerciantes portugueses rejeitaram o controlo militar, que passava pela revista dos carros, pois queriam continuar a vender tudo, sem restrições, o que interessava aos chefes cuanhamas que procuravam adquirir todas as armas, munições e cavalos que estivessem à venda (sobre este assunto, ver *supra* 6., da Parte I).

No final de 1907, Portugal já tinha alguns postos nos Gambos, Humbe, Evale e tinha derrotado o Cuamato. Os Gambos e o Humbe, submetidos em 1881<sup>293</sup> e 1898<sup>294</sup> e os evales,

---

<sup>291</sup> FELNER, Alfredo Frederico de Albuquerque, *Informação, confidencial, do Governo do districto da Huíla para o Estado Maior, Loanda, Missão diplomática ao “Cuanhama” – Incidentes junto à fronteira “Luso-Alemã”*, *op. cit.*, p. 2.

<sup>292</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>293</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 148.

<sup>294</sup> *Idem*, p. 178.

em 1909,<sup>295</sup> encetaram uma manobra diplomática ao “pedir a construção de um posto.”<sup>296</sup> Convém sublinhar que embora os portugueses tivessem aquartelamentos naqueles territórios, não tinham o seu controlo absoluto. Sihetekela, ohamba do Cuamato Pequeno, derrotado por Alves Roçadas, em 1907, conseguiu escapar ileso e reorganizou as suas forças que passaram a executar operações de guerrilha. Até 1910, Otokero foi a base de resistência dos cuamatos sob a liderança de Sihetekela.<sup>297</sup> Era muito difícil aos portugueses terem um controlo absoluto sobre todo o território e as suas populações, por terem efectivos e meios muito reduzidos para áreas tão grandes. Por outro lado, apesar da cobrança excessiva de impostos, o Cuanhama era a maior potência da região e um abrigo seguro para refugiados e emigrantes.<sup>298</sup> Isto representava um perigo para os portugueses, porque estas populações passavam a estar sob o controlo do seu principal inimigo nas regiões do sul da actual República de Angola.

Assim sendo, os portugueses receavam que os povos das regiões vizinhas fossem contaminados pela permanente instabilidade criada pelas actividades dos cuanhamas, pelo que pretendiam quebrar rapidamente o empecilho que lhes amputava parte do território e que lhes criava muitos problemas políticos, económicos, sociais e militares.

De acordo com os interesses da administração colonial deviam ser os portugueses a fixarem os preços, a negociarem directamente com os produtores e recolectores, independentemente da sua região e do seu estatuto político e social, a abrirem estradas sem pedir autorização aos chefes africanos e a lançarem impostos para a correcção do *deficit* da colónia e do distrito da Huíla. Das dificuldades orçamentais do distrito deu-nos conta o governador César Augusto de Oliveira Moura Braz, ao afirmar no seu relatório, referente ao ano de 1912, que havia muitas carências financeiras, em virtude da deficiência de comunicações para o distrito que dificultavam a chegada de verbas para o seu fundo de maneio e que, por vários motivos, as suas receitas ficavam muito abaixo das necessidades da sua administração e das expectativas dos governantes. Estes transtornos financeiros provocavam sobressaltos na economia do distrito pela falta de moeda, o que impedia o cumprimento de compromissos comerciais e influenciavam profundamente a disciplina das tropas pelo consequente atraso no pagamento dos seus salários.<sup>299</sup>

---

<sup>295</sup> Idem, pp. 219-220.

<sup>296</sup> Idem, p. 212.

<sup>297</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 46.

<sup>298</sup> Idem, p. 43.

<sup>299</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, pp. 11-12.

João de Almeida também nos deixou a sua opinião sobre os benefícios da ocupação do Cuanhama ao chamar a atenção para os montantes das receitas que podiam ser arrecadadas pela administração colonial na cobrança de impostos, licenças e despachos alfandegários.<sup>300</sup>

O cenário de falência financeira obrigava os portugueses a tomarem medidas para melhorarem as suas receitas. Era uma tarefa difícil, porque as infraestruturas e os recursos humanos implantados na colónia de Angola eram reduzidos e não cobriam o seu vasto território. Os portugueses tinham de investir em meios humanos e materiais para garantirem o controlo do território, dos preços e da circulação de pessoas e bens. O retorno destes investimentos seria alcançado através do crescimento da arrecadação de impostos. Portugal tinha de seguir as pisadas das outras potências europeias que detinham colónias em África, a partir dos finais do século XIX, que investiram fortemente na dotação de estruturas e de pessoas (militares, missionários, técnicos, agentes da administração colonial, comerciantes e colonos), necessárias para o controlo do território e o funcionamento de toda a máquina da administração colonial, com o objectivo de explorar os recursos e as populações africanas.<sup>301</sup> Um dos objectivos do colonialismo era a criação de novos mercados para escoarem os produtos das metrópoles e adquirirem novos produtos e matérias-primas que alimentassem a sua indústria e o seu comércio. Entre 1865 e 1913, Portugal integrava o grupo de países europeus que apresentavam nas suas contas uma relação positiva entre crescimento das exportações e aumento do produto interno bruto. No período entre 1892 e 1913, as remessas de produtos para as colónias atingiram cerca de 14% do total das exportações portuguesas. A exportação para as colónias exigia que fosse criada naqueles mercados uma grande procura dos produtos portugueses.<sup>302</sup>

Neste cenário, o espaço económico dos estrangeiros e as instituições africanas tinham uma convivência consentida, enquanto beneficiava os interesses das duas partes.<sup>303</sup> Se isso não se verificasse, os interesses das forças coloniais e das instituições cuanhamas caminhavam para o choque porque os espaços que as forças estrangeiras queriam ocupar eram os que estavam ocupados pelos africanos que os defendiam cada vez com mais agressividade.

---

<sup>300</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, op. cit., p. 248.

<sup>301</sup> HENRIQUES, Isabel Castro, “Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870-1950)”, *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África, sob a direcção de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, p. 71.

<sup>302</sup> SANTOS, Maciel, Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932). O efeito renda. Disponível em <http://ras.revues.org/245>, visitado a 01.05.2015.

<sup>303</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *Nos caminhos de África, serventia e posse, Angola século XIX*, op. cit., p. 396.

Após a derrota dos cuanhamas, as rotas comerciais foram substancialmente alteradas, passando a ser feitas segundo os interesses políticos, comerciais e militares dos portugueses. Por outro lado, as ligações entre os espaços coloniais começaram a ser mais rápidas e mais seguras devido à revolução dos transportes de longa distância, provocada pelo aparecimento dos automóveis, o que levou a que muitos lugares africanos que tinham dado apoio aos viajantes comesçassem a ser preteridos, pois já não era necessário parar para descansar em segurança, adquirir alimentos e água. Como dizia o general Pereira d’Eça, depois da chegada do automóvel o trajecto, Moçâmedes – Ondyiva, que era feito em 60 a 80 dias, passou a ser percorrido em trinta e seis horas (sobre o assunto, ver *infra* 2.4 da Parte II).

A pouco e pouco, os cuanhamas começaram a ter de se deslocar aos centros comerciais dos colonos para venderem e adquirirem produtos, ao contrário do que acontecia anteriormente.

Todavia, quando as autoridades coloniais impuseram o estabelecimento de fronteiras para a ocupação real e efectiva do território e instalaram as suas forças armadas, administração colonial, religiosos e colonos,<sup>304</sup> os africanos viram-se limitados e obrigados a criarem rapidamente as suas defesas, procurando novas formas e espaços para comerciar. Muitas pessoas do Ovambo preferiram passar a fronteira e negociar no território da actual Namíbia, onde a estrutura social e política dos africanos foi menos desarticulada e mais aproveitada pelo governo colonial inglês para um melhor controlo das populações. Carlos Roma Machado criticou fortemente a política seguida pelo seu governo que, em sua opinião, deveria ter optado por uma política de atracção idêntica à que foi seguida pelas autoridades coloniais do Sudoeste Africano,<sup>305</sup> e apontava uma solução, “em vez desta má política, [seguida pelo governo português] é necessário ter em conta os costumes, os hábitos e o carácter dos indígenas. E êsse o ponto de partida da pacificação e do desenvolvimento económico”<sup>306</sup> Para além destas questões sociais e políticas, a administração colonial portuguesa adoptou medidas laborais e fiscais muito violentas. Do lado português, a carga fiscal era muito pesada, e os métodos utilizados para cobrarem os impostos eram extremamente violentos. Por vezes, as pessoas tinham de vender o seu próprio gado, para libertarem os seus familiares que estavam detidos por não terem pago os impostos. Para além dos impostos, o governo colonial Português introduziu o trabalho forçado. Com tanta violência, muitas pessoas fugiram para a Zona Neutra ou para o Sudoeste Africano. Se os chefes decidiam ir para o sul levavam

---

<sup>304</sup> HENRIQUES, Isabel Castro, *op. cit.*, p. 77.

<sup>305</sup> MACHADO, Carlos Roma, Coronel de Engenharia, *op. cit.*, p. 78.

<sup>306</sup> *Idem*, p. 79.

consigo toda a sua povoação. Assim, a população da Zona Neutra aumentou rapidamente com a chegada dos refugiados. Como consequência da intervenção colonial, o território das comunidades políticas do Ovambo, e principalmente do Cuanhama, começou a mudar.<sup>307</sup>

## 2. A acção do exército português

Durante muito tempo, as incursões do exército português na região do Cunene foram pontuais e eram maioritariamente constituídas por africanos comandados por um reduzido número de oficiais portugueses. Esta situação prolongou-se até as operações do capitão João Maria de Aguiar, em 1904, contra os cuamatos.

Em Julho de 1891, após derrotarem as forças do Humbe, as tropas portuguesas, comandadas pelo major Justiniano Padrel, auxiliadas por cerca de quinhentos homens do Humbe e cerca de três mil e quinhentos cuanhamas, perseguiram o soberano do Humbe, Luhuna, que se tinha refugiado no Cuamato.<sup>308</sup> Durante a noite de 12 para 13 de Julho, as forças portuguesas entraram no território cuamato e bivacaram na chana de Dombeafungue,<sup>309</sup> onde foram atacadas violentamente pelos africanos, o que levou a deserção de dois mil e quinhentos cuanhamas;<sup>310</sup> muito antes dos portugueses retirarem apressadamente perante um exército cuamato bem organizado e com grande poder de fogo para evitarem uma pesada derrota, pois já tinham quarenta e duas baixas, onze mortos e trinta e um feridos, e a artilharia aniquilada.<sup>311</sup>

Este sobressalto de Padrel teve origem na sua atitude pouco cautelosa e reveladora do menosprezo que nutria pelos seus inimigos. Nalgumas operações, o menosprezo pelos inimigos e a impetuosidade desmedida dos comandantes militares portugueses custaram caro às suas forças, para além dos muitos descatos que provocavam junto da população africana.

A falta de disciplina e o *stress* de combate faziam com que os soldados portugueses, com alguma facilidade, abandonassem desordenadamente as frentes de combate: “excelentes quando sitiados (enquanto as muralhas aguentarem), os Portugueses perdem demasiadas vezes o seu sangue frio quando sofrem um revés e se vêem tomados de um desatino incontrolável. Em Naulila, a 18 de Dezembro de 1914, os seus oficiais não só recuaram como foram

---

<sup>307</sup> DOBLER, Gregor, *op. cit.*, p. 12 .

<sup>308</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 165.

<sup>309</sup> Idem, p. 166.

<sup>310</sup> NASCIMENTO, J. Pereira do, Medico da Armada Real, “Da Huilla ás terras do Humbe, (notas a lapis), Maio de 1891, da Huilla para o Humbe, (continuado do numero anterior), Capitulo VII, da fortaleza para o Kuamatui, Regresso”, *Jornal de Mossamedes*, Anno – XI , nº 193, Mossamedes, 15.11.1892, p. 2. [coluna 2].

<sup>311</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, pp. 166-167.

incapazes de travar um salve-se quem puder que não é apenas físico. É o moral que é atingido e com ele a autoconfiança.”<sup>312</sup>

O exército tinha uma organização muito deficiente e estava mal apetrechado. A sua logística era pouco eficiente com as linhas de etapas mal localizadas e mal alimentadas, com os produtos do rancho em excesso nalguns postos e em falta nos restantes. Muitas vezes, as forças portuguesas operavam com armamento degradado e munições envelhecidas que não funcionavam e, em algumas operações, foram fornecidas munições de armas que os operacionais não possuíam nas suas unidades. “No combate de Naulila, em 18 de Dezembro de 1914”, a 16ª Companhia Indígena de Moçambique (Landins) estava armada com a *Kropatschek*... já incapaz de bom serviço pelo muito uso, não funcionando na maioria o mecanismo de repetição.”<sup>313</sup>

As forças colocadas nos teatros de operações tinham muitas baixas provocadas pelas doenças tropicais e actuavam quase sem apoio médico, como testemunhou Artur Moraes: “o serviço de saúde reduzia-se a uma pequena ambulância, cujos medicamentos não chegaram para pensar os feridos naquele desgraçado dia 25 de Setembro de 1904.”<sup>314</sup> O parque de transportes era deficiente e as tropas eram obrigadas a deslocarem-se apeadas com o apoio de carros bóeres, puxados por espanas de bois, dez juntas de bois, ou seja, vinte bois, que transportavam víveres, material de guerra e alguns pertences dos militares.

A cavalaria no Vau do Pembe, em 1904, era constituída por um esquadrão de dragões, que estava aquartelado no planalto, mas “não se podia considerar arma de combate porque era composta por muares estropiados e bravos, que tinham feito parte da guerra Anglo-Bóer.”<sup>315</sup>

Muitos muares não estavam treinados para entrar em combate e aos primeiros tiros disparavam a todo o galope em direcção às linhas inimigas, levando consigo o cavaleiro.<sup>316</sup> Durante as campanhas do Humbe, Gambos, Cuamatos e Cuanhamas, muitos militares queixaram-se da utilização de muares em combate que, em sua opinião, não eram os animais indicados para montadas de combate. Segundo o governador César Augusto Braz, “em combate a muar é a perda certa de quem a monta e estabelece a confusão numa fôrça aos primeiros tiros, ou logo que se faça o mais pequeno movimento táctico.”<sup>317</sup>

---

<sup>312</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, *op. cit.*, p. 354.

<sup>313</sup> MACHADO, Ernesto, General, *No Sul de Angola*, *apud* PINTO, Renato Fernando Marques, Major-general, *As indústrias militares e as armas de fogo portáteis no exército português*, disponível em, [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=528](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=528), acedido a 10.06.2014.

<sup>314</sup> MORAES, Artur de, Major, *op. cit.*, p. 121.

<sup>315</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>316</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>317</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 35.

Algumas colunas expedicionárias eram formadas por companhias que chegavam de várias regiões da colónia e partiam para as frentes sem qualquer treino<sup>318</sup>, acabando por actuar como forças desgarradas sem qualquer ligação o que impediu, em algumas situações, de alcançarem os seus objectivos.

Este era o retrato do exército português no final do século XIX, num cenário muito grave no sul da hoje República de Angola, o que levou o governador da Huíla, capitão João Maria Aguiar, a deslocar-se a Lisboa para transmitir as suas preocupações ao governo português e pedir que as forças do sul da colónia fossem reforçadas em homens e material de guerra, para porem fim à resistência dos povos do Ovambo.

Os meios requeridos pelo capitão João Aguiar foram concedidos na quase totalidade e, ao chegar ao Lubango, organizou uma coluna irrepreensível do ponto de vista administrativo, embora revelasse algumas faltas de material de guerra, e com os objectivos bem definidos, mas não tinha capacidade de liderança no cenário de guerra, nem capacidade para escolher os oficiais mais bem preparados que deviam chefiar as operações necessárias para alcançarem os objectivos que levaram à organização da coluna, ou seja, derrotar os povos do Ovambo. O comandante dirigia as tropas com grande autoritarismo, o que gerou um grande mal-estar entre elas, porque não tinham conhecimento das acções que o comandante pretendia fazer.<sup>319</sup> Gomes da Costa, que anos mais tarde encabeçou o golpe de 28 de Maio de 1926, era o chefe do concelho do Humbe, e desabafava com Aires de Ornelas, sobre a actuação de João Aguiar, “o governador faz caixinha e andamos às escuras; ele o pagará, porque muito serviço que poderia fazer-se não se faz.”<sup>320</sup>

A coluna atravessou o Cunene e bivacou junto ao rio num local inapropriado, onde foram derrotados pelos cuamatos, a 25 de Setembro de 1904, e que ficou conhecido pelos portugueses como o Desastre do Vau do Pembe e a que Norton de Mattos, governador-geral de Angola, naquela data, se referiu como sendo uma “terrível derrota, mais massacre do que derrota”.<sup>321</sup>

Os portugueses aprenderam rapidamente com os seus erros e começaram a preparar uma nova coluna para vingar os mortos do Vau do Pembe. Entretanto, havia sido nomeado governador-geral de Angola o capitão Henrique Mitchell de Paiva Couceiro (1907-1909) que alterou substancialmente uma série de procedimentos e o seu mandato “deve ser considerado

---

<sup>318</sup> MORAES Artur, *op. cit.*, pp. 120.

<sup>319</sup> DUARTE, José Bento, *op. cit.*, pp. 228-229.

<sup>320</sup> *Idem*, p. 229.

<sup>321</sup> MATTOS, Norton de, *op. cit.*, p. 81.

como o da grande viragem da história de Angola no início do século XX. A conquista passou de fortuita a planificada.”<sup>322</sup>

Como afirma Maria Emília Madeira Santos, “o militar, no final do séc. XIX, iniciará uma outra relação de força pela conquista que atingirá, no final do período, a própria destruição do sítio do poder. O caminho para a sede do poder africano era o caminho gentílico, aberto por decisão local, sob solicitação do viajante com condições impostas ou negociadas. A via para o estabelecimento do poder colonial e até para a conquista militar era a estrada carreteira, aberta pelos carros de bois e posteriormente percorrida pelos camiões.”<sup>323</sup>

Na sua caminhada para o sul, os portugueses conseguiram submeter com grande dificuldade o povo cuamato que se apresentava, no início do século XX, como o mais aguerrido e mais perigoso para os portugueses, pois já tinham obrigado o major Padrel a bater em retirada e derrotado o capitão João Maria Aguiar, no Vau do Pembe, acabando por serem derrotados pelo capitão Alves Roçadas, em 1907 (Sobre a capacidade combativa dos cuamatos ver também *supra* 2.3, da Parte I). Na opinião de Gomes da Costa, “o inimigo pior não é o Cuanhama, que eu, se me deixassem lá ir, conseguiria amoldar à nossa vontade. O inimigo pior são os Evals e sobretudo os Cuamatos.”<sup>324</sup>

Ultrapassado o Cuamato, o seu primeiro grande obstáculo no Ovambo, os políticos e os militares portugueses utilizaram várias estratégias como a rede de fortes de João de Almeida, a espionagem de missionários e comerciantes e o garrote da fome, com a imposição de um embargo comercial, para fazer o Cuanhama ceder.

Rapidamente o povo cuanhama ultrapassou estas dificuldades, visto que o comércio com os alemães passou a ser mais volumoso e, por vezes, iam às lojas das zonas controladas pelos portugueses, na medida em que os fortes que cercavam o seu território não tinham capacidade de reacção, pois eram meras ilhas portuguesas perdidas no sertão. O embargo ao Cuanhama não proporcionou qualquer benefício aos portugueses, nem malefícios aos africanos, visto que não se renderam pela fome e continuaram a satisfazer as suas necessidades através do contrabando dos comerciantes portugueses, da fronteira com o território alemão que o exército português não fiscalizava por não ter acesso ou os cuanhamas

---

<sup>322</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume I, *op. cit.*, p. 221.

<sup>323</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *Em busca dos sítios do poder na África Centro Ocidental. Homens e caminhos, exércitos e estradas, (1483-1915)*, *op. cit.*, p. 2.

<sup>324</sup> DUARTE, José Bento, *op. cit.*, p. 228.

deslocavam-se ao Evale e ao Humbe para adquirirem nas lojas existentes naquelas regiões, os produtos que desejavam.<sup>325</sup>

Entretanto, os portugueses sofreram um grande desaire, em Naulila, a 18 de Dezembro de 1914, contra as tropas alemães comandadas pelo Major Franke, o que os levou a retirarem-se precipitadamente para os Gambos, onde estabelecem o seu quartel-general, abandonando todo o sul por pensarem que se tratava de uma invasão alemã em larga escala.

Esta derrota obrigou Portugal a rever a preparação de uma nova investida em direcção ao Ovambo, pois tinha perdido tudo o que tinha construído e conquistado e tinha um novo inimigo, os alemães. Segundo o capitão, escritor e político, Augusto Casimiro, Alves Roçadas retirou-se “sem ter visto a derrota que se oculta indecisa, receosa do gesto resolutivo que só tiveram os alemães. Em Naulila, durante o combate, não há direcção, não há comando, embora a grande maioria das fôrças empenhadas se batam, durante quatro horas, com energia, tenacidade e valor.”<sup>326</sup> O comandante português precipitou-se e avaliou mal a situação e receando estar a ser cercado, acabou por cometer um grande e trágico erro ao mandar retirar dos fortes do Cuamato, que ele próprio mandara edificar em 1907, dos que tinham sido erguidos por João de Almeida e até do Forte Roçadas. Foi um salve-se quem puder além-Cunene.<sup>327</sup>

Após tantas improvisações, conjugadas com a deficiente preparação das forças armadas e uma série de desaires, o governo de Lisboa começou a olhar com apreensão, para a grave situação que as suas forças viviam no sul da colónia e tomou um conjunto de medidas para que as suas forças chegassem à fronteira com a colónia alemã sem mais demoras.

Assim, os portugueses começaram por entregar o comando da missão a um general, António Júlio da Costa Pereira d’Eça, experiente e autoritário, que não cedia ao governo português na exigência de tudo o que achava necessário para levar a bom porto a sua tarefa.

No mês de Fevereiro de 1915, Pereira d’Eça aceitou o convite que lhe foi dirigido pelo ministro da guerra e presidente do governo, Pimenta de Castro, para assumir o comando da expedição que tinha como objectivo vingar a derrota infligida pelos alemães, em Naulila, e invadir e ocupar o Cuanhama. No mês seguinte, embarcou para Angola tendo chegado a Luanda no dia 21 de Março, onde tomou conhecimento de que o governo que o nomeara tinha sido substituído. Esta alteração, leva-o a perguntar ao ministro das colónias, José Maria Teixeira Guimarães, em nota confidencial de 30 de Março de 1915, se tinha “a ampla e

---

<sup>325</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 14.

<sup>326</sup> CASIMIRO, Augusto, *Naulila*, Lisboa, Seara Nova, 1922, p. 204.

<sup>327</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 236.

absoluta confiança que merecia ao seu antecessor. Devo mais fazer saber a V. Ex<sup>a</sup> que a minha aceitação do convite a que acima me referi foi sob condição de serem aprovadas as propostas que fiz, (...).”<sup>328</sup> A terminar o referido documento, o general reafirmou, “ venho declarar a V. Ex<sup>a</sup> que é absolutamente indispensável: 1º Que sejam satisfeitas todas as minhas requisições; (...).”<sup>329</sup>

Pela primeira vez, o exército sediado no sul da colônia, utilizou um número apreciável de automóveis, oitenta camiões, e construiu estradas para esses veículos. Para além destas inovações, aumentou a linha do caminho-de-ferro de Moçâmedes, foram implantadas novas linhas telefónicas e mobilizados todos os recursos humanos e materiais para que o desembarque e transporte do material de guerra, de cerca de sete mil e oitocentos militares, entre oficiais, sargentos e praças enviados de Portugal, e ainda cerca de três mil cavalos, destinados à cavalaria e a todos os oficiais, sargentos e praças que estavam autorizados a utilizá-los, para que assim se processasse rapidamente e o mais bem acomodados possível.<sup>330</sup>

É certo que, inicialmente, Portugal preparara a campanha para vingar a derrota sofrida em Naulila pelo que esperava dar combate aos seus inimigos alemães, nem que tivesse de entrar nos territórios da colônia alemã<sup>331</sup>. Entretanto, ao chegar ao Lubango, antiga cidade de Sá da Bandeira, Pereira d’Eça recebeu a notícia de que os alemães da Damaralândia tinham capitulado, a 09 de Julho de 1915, perante as forças do general inglês Botha, deixando-o muito aborrecido por não poder vingar o sangue português derramado em Naulila.<sup>332</sup> Agora, restava aos portugueses ocuparem os territórios que tinham abandonado, a sul dos Gambos, e invadir o Cuanhama. Todavia, convém dizer que este cenário foi o melhor que podia acontecer ao general português, visto as dificuldades que teve para vencer os cuanhamas, pior seria se tivesse de enfrentar os dois inimigos a que se tinha proposto dar combate. Podia haver algum desgaste nas forças alemães provocado pelas guerras contra os namas e hereros, mas haveria, concerteza, muita experiência obtida naqueles conflitos que se prolongaram por cerca de sete anos. Por outro lado, estavam com certeza mais bem armados que os cuanhamas, visto que possuíam metralhadoras e canhões que podiam provocar um grande número de baixas aos portugueses.

---

<sup>328</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 91.

<sup>329</sup> Idem, p. 94.

<sup>330</sup> Sobre as primeiras medidas tomadas pelo general Pereira d’Eça, em Moçâmedes, para aligeirar o transporte de homens, cavalos e do material de guerra para a frente de combate, cfr., EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, pp. 7-128.

<sup>331</sup> Sobre a vingança da derrota sofrida em Naulila, a tomada de conhecimento da capitulação alemã e os inimigos que restavam, cfr., EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, pp. 6-23.

<sup>332</sup> Idem, p. 22.

## 2.1 A rede de fortes em redor do Ovambo

O capitão João de Almeida foi um oficial batalhador e lúcido que traçou uma estratégia bem definida com a qual, lentamente, foi cercando o Cuanhama,<sup>333</sup> com o objectivo de fazer o *xequete-mate*, ao fechar o cerco e utilizar a fome como arma. Todavia, o embargo ao Cuanhama só foi implementado, em 1911, pelo governador da Huíla, Alfredo Frederico de Albuquerque Felner, sucessor de João de Almeida, quando Mandume fez baixar o preço de compra do milho, os comerciantes portugueses protestaram e exigiram que os seus governantes proibissem o comércio com aquele povo. O governador Felner acedeu ao pedido dos comerciantes, “não por eles, mas porque essa medida era necessária á nossa politica, pois necessitamos provocar maior fome no Cuanhama da que realmente existe e essa é grande.”<sup>334</sup> O embargo viria a revelar-se uma medida catastrófica, apenas para os portugueses, pois os cuanhamas criaram outros canais comerciais de que saíram beneficiados os fornecedores de outras nacionalidades. Aliás, o embargo também revelava que os portugueses desconheciam, ou não levavam muito a sério, as capacidades dos africanos criarem novos canais de comercialização e de encontrarem novos agentes com quem pudessem transaccionar. Dificilmente este embargo resultaria, visto que o próprio Cuanhama continuava a ser uma porta aberta para a Damaralândia e, no interior do actual território de Angola, as forças portuguesas eram muito pequenas para deterem os cuanhamas e impedi-los de alcançarem o Humbe e os Gambos. Por sua vez, os comerciantes portugueses contornavam os postos de controlo e negociavam directamente com os cuanhamas (sobre este assunto ver também *supra* 2. da Parte II).

João de Almeida teve a seu favor o facto do seu mandato de governador da Huíla (1908-1910) ter coincidido, em parte, com o mandato de governador-geral Paiva Couceiro (1907-1909) um oficial veterano que, anos antes, tinha cumprido uma comissão na região sudeste da actual República de Angola, localizada entre o Cuando e o Barotze. Paiva Couceiro conhecia bem a região e, por isso, aprovou imediatamente o plano proposto pelo governador da Huíla para a ocupação do sul da colónia,<sup>335</sup> com o objectivo de ocupar e balizar a fronteira sul até à região sudeste. Desta tinham apenas notícias trazidas por caçadores bóeres<sup>336</sup>, já que

---

<sup>333</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, pp. 199-200.

<sup>334</sup> FELNER, Alfredo Frederico de Albuquerque, *Informação, confidencial, do Governo do districto da Huíla para o Estado Maior, Loanda, Missão diplomática ao “Cuanhama” – Incidentes junto à fronteira “Luso-Alemã”*, *op. cit.*, p. 2.

<sup>335</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 219.

<sup>336</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, pp. 200-202.

o último relatório da região era da autoria de Paiva Couceiro e referia-se à comissão cumprida em 1890,<sup>337</sup> o que revela que aquela região estava abandonada pelos portugueses.

Com este apoio, embora tivesse poucos recursos ao seu dispor, João de Almeida organizou, em 1909, uma expedição em direcção ao Baixo Cubango com o objectivo de impor a soberania portuguesa aos povos da região para facilitar a drenagem dos produtos, em especial da borracha, ocupar a região para que o comércio fluísse livremente e tomar medidas no sentido de se precaverem das ambições dos alemães e dos ingleses.<sup>338</sup>

Durante a expedição, João de Almeida edificou uma série de postos militares fortificados que balizavam a fronteira sul da colónia de Angola com a colónia alemã da Damaralândia e que cercavam os cuanhamas a leste<sup>339</sup>, uma vez que o objectivo principal era dominar e ocupar o Cuanhama e conseqüentemente a fronteira com a colónia alemã que atravessava aquele território.

Depois de cumprida a sua missão a sudeste, encaminhou-se para o Ovambo para fechar o cerco e ocupar pacificamente o Cuanhama, pois o Evale e o Cuamato tinham sido derrotados, por Roçadas, nas operações que decorreram, em 1907, embora os portugueses não dominassem totalmente os territórios dos povos submetidos.

O governador da Huíla sabia que não tinha grandes meios para esta epopeia pelo que tentou a ocupação pacífica<sup>340</sup> do Cuanhama, tendo instruído os seus soldados para privilegiarem o diálogo com autoridades africanas e os seus mais velhos, no sentido de não criarem conflitos com os povos da região, por forma a captarem a sua boa vontade e adesão aos intentos dos portugueses.<sup>341</sup>

Entrou no Ovambo no final de 1909 pelo Evale, que não reagiu devido à fome o que fez o ohamba Cavanguela aceitar a construção de um forte que recusara a João de Almeida, em 1906.<sup>342</sup> Em seguida, dirigiu-se para o Cuamato que, em 1910, permanecia inseguro devido à acção dos eehamba do Cuamato Grande, Chaúla, e do Cuamato Pequeno, Sihetekela,<sup>343</sup> que tinham conseguido escapar, em 1907, às forças vitoriosas de Alves Roçadas. Caripaluli, o candidatado a ohamba expulso do Cuamato por Chaúla, que aceitara

---

<sup>337</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 217.

<sup>338</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, pp. 202-203.

<sup>339</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 226.

<sup>340</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, pp. 212-213.

<sup>341</sup> *Idem*, p. 213.

<sup>342</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 219.

<sup>343</sup> *Idem*, p. 224.

guiar as tropas de Roçadas, achava-se “mal recompensado pelos serviços que prestara, fez-se também rebelde, tomou o caminho do Cuanhama e procurou obter o perdão da sua colaboração levando uma parte do Cuamato Grande a sublevar-se contra o forte de Nalueke.”<sup>344</sup> Apesar da instabilidade existente na região, João de Almeida conseguiu construir, sem grandes contratemplos, o forte de Otokero.

Pacientemente, o capitão João de Almeida foi pondo em prática a sua estratégia de encurralar o Cuanhama, a qual ficaria completa com a ocupação de Cafima e do Tchimporo que eram de grande importância estratégica para fechar o cerco de fogo e de fome que encerrava o Cuanhama.<sup>345</sup>

Cafima era um grande centro de negócios, que os portugueses não controlavam pelo que não conseguiam cobrar impostos e onde se compravam e vendiam muitas armas. Os comerciantes opuseram-se fortemente à ocupação de Cafima, porque grande parte dos seus proveitos resultavam da venda de armas e das operações osipolela dos cuanhamas.<sup>346</sup>

Se a ocupação de Cafima, pelas forças portuguesas, visava também impedir o negócio de armas que estava proibido pela administração colonial, a ocupação do Tchimporo visava alavancar os efeitos da tumultuosa crise que o Cuanhama vivia devido à seca, ou seja, a fome e o empobrecimento faziam parte da estratégia de ocupação pacífica traçada por João de Almeida.<sup>347</sup> O Tchimporo era uma região de transumância para os gados do Ovambo por manter, na época seca, uma boa quantidade de água e de pastos pelo que nessa época os gados eram levados para aquela região e por lá ficavam, até a chegada das chuvas.

A rede de fortes edificados do Humbe ao Cubango, passando por Cafima e Cafu, do Evale ao Cuamato e à Dongoena, com camaratas para oficiais, sargentos e praças, apoiados por hortas e currais para criação de animais de modo a garantir a alimentação dos militares.<sup>348</sup>

Apesar do esforço gigantesco do governador da Huíla e dos seus homens de levarem por diante estas tarefas e de terem obrigado os alemães a adoptarem estratégias cautelosas, revelaram-se muito frágeis devido aos fracos recursos de que dispunham. Com o Cuanhama cercado a norte, permanecia aberta a parte sul que os portugueses ainda não tinham ocupado e por onde, o comércio entre os cuanhamas e os alemães continuou a processar-se. Por outro lado, o protagonismo alcançado por João de Almeida não era bem visto por alguns oficiais do Quartel-General de Luanda que tudo fizeram para diminuir a sua capacidade operacional,

---

<sup>344</sup> Idem, pp. 224-225.

<sup>345</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, p. 212.

<sup>346</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 226.

<sup>347</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, p. 212-213.

<sup>348</sup> Idem, p. 203.

recusando-lhe tropas que colmatassem as baixas sofridas pelas unidades operacionais.<sup>349</sup> Esta situação fez com que alguns aquartelamentos não houvesse oficiais, as guarnições não eram reabastecidas e rendidas o que fez aumentar as deserções e a falta de material de guerra.<sup>350</sup>

João de Almeida terminou o seu mandato, em 1910, sem completar a tarefa a que se tinha proposto, pois tinha a intenção, na última fase do seu plano, de introduzir militares disfarçados de comerciantes “cujos carros transportariam o material, os mantimentos e as munições para as tropas. As guarnições dos fortes em redor do Cuanhama convergiriam para ali em marchas forçadas e fortificar-se-iam antes que Nande se refizesse da surpresa.”<sup>351</sup>

Tendo em conta a excelente organização dos serviços de informação dos cuanhamas, a sua desconfiança e oposição depois da ocupação do Tchimporo e de Cafima e a estratégia dos comerciantes portugueses, esta operação apresentava poucos indícios de resultar, no mínimo era muita arriscada.

## 2.2 O efeito da derrota de Naulila

Os alemães da Damaralândia, os seus compatriotas residentes na colónia portuguesa de Angola e alguns sectores da Alemanha defendiam a apropriação de alguns territórios do sul da colónia portuguesa e tinham planos de investimento para os referidos territórios. O major Artur de Moraes descreveu a vigilância exercida, em 1912, sobre o vice-cônsul alemão, Schoss, sediado no Lubango, e um seu colaborador, como suspeitos de venderem armas aos cuanhamas.<sup>352</sup> César Augusto Braz era governador da Huíla, quando se levantaram dúvidas sobre as actividades de Schoss, mas não se referiu às suspeitas no seu relatório, talvez por não as considerar graves. Aquele governante referiu-se às conversações e à correcção da localização do posto fronteiriço português do Mucusso e de pequenos desentendimentos fronteiriços entre portugueses e alemães, mas considerou-os “uma questão de somenos importância.”<sup>353</sup> As relações entre os militares dos dois lados da fronteira luso-germânica “vinham sendo as melhores, retraindo-se de então para diante, as guarnições alemães.”<sup>354</sup> A retracção dos alemães era causada pelas ligações de Portugal à Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial. Apesar destas contrariedades, os militares portugueses aquartelados no Baixo Cubango, sudeste da colónia portuguesa, esforçavam-se por manter boas relações com os

---

<sup>349</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 223.

<sup>350</sup> *Idem*, p. 223.

<sup>351</sup> *Idem*, p. 227.

<sup>352</sup> MORAES, Artur de, *op. cit.*, pp. 177-178.

<sup>353</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 15.

<sup>354</sup> CASIMIRO, Augusto, *op. cit.*, p. 84.

alemães pela mão do tenente Durão. “O Capitão-mór, sem notícias de Portugal, mantinha ainda relações epistolares com o chefe do pòsto alemão. A êste comunicou Durão, [tenente que desempenhava as funções de capitão-mor] em fins de Setembro, ter enfim recebido uma comunicação oficial de que Portugal estava neutro e o Sul de Angola em estado de sítio por causa do Cuanhama.”<sup>355</sup>

Todavia, em 1913, por exemplo, houve contactos entre alemães e ingleses para subtraírem a Portugal as suas colónias.<sup>356</sup> Depois do início da Primeira Guerra Mundial, apesar de Portugal ser aliado da Inglaterra e dos contactos, em 1913, entre alemães e ingleses, foram mantidas as boas relações entre os alemães e os portugueses, tanto em África como nas respectivas metrópoles. Com excepção dos acontecimentos de Naulila e de todos os que a eles estavam ligados, como foram os casos dos ataques aos postos do Cuangar, não houve mais nada de significativo entre alemães e portugueses que demonstrasse a intenção dos germânicos se apropriarem dos territórios da colónia dos seus vizinhos do norte.<sup>357</sup> Convém recordar que no Sudoeste Africano, os alemães lançaram uma guerra de genocídio contra os hereros e os namas, para calar as revoltas dos africanos.<sup>358</sup> Foi neste período que os alemães ensaiaram as primeiras experiências com campos de concentração. Segundo se pode depreender das palavras de Klaus Dierks, em 1908, o conflito com os namas continuava aceso, pois Klein-Hendrik, filho do chefe nama Hendrik Witbooi, e o seu povo mantinham-se activos contra os germânicos. Klein-Hendrik acabaria por ser deportado para a colónia alemã dos Camarões.<sup>359</sup> Na verdade, os alemães estavam demasiadamente ocupados com os problemas da sua colónia para terem problemas com os seus vizinhos e preferiram “guardar” a Ovambolândia para um período mais favorável. Segundo Emmanuel Kreike, a ameaça dos alemães não passava de palavras, visto que não estavam interessados em novos investimentos, embora os alemães tenham projectado criar, em 1906, a Reserva da Ovambolândia. Com isto, a administração alemã não queria ter outra guerra, com custos tão elevados, como fora a que tinha enfrentado os hereros e os namas.<sup>360</sup> Os alemães tinham feito um grande investimento no centro e no sul da Damaralândia, onde havia grandes minas de diamantes e ficava-lhes muito dispendioso, por ser muito distante, avançar para a Ovambolândia e fazer novos investimentos para a sua

---

<sup>355</sup> Idem, pp. 84-85.

<sup>356</sup> PIMENTA, Fernando Tavares, *op. cit.*, p. 38.

<sup>357</sup> CASIMIRO, Augusto, *op. cit.*, pp. 82-85.

<sup>358</sup> GEWALD, Jan-Bart, *Herero genocide in the twentieth century: Politics and memory*, disponível em, <https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/4845/asc-1293873-014.pdf?sequence=1>, acedido a 01.11.2014, p. 281.

<sup>359</sup> DIERKS, Klaus, *German south west Africa consolidates 1907-1914*, disponível em, <http://www.klausdierks.com/Chronology/65.htm>, acedido a 01.11.2014.

<sup>360</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 42.

ocupação que eles consideravam muito avultados. Em termos económicos, acreditavam que a ocupação da Ovambolândia era pouco atractiva e que a agricultura tinha poucas hipóteses de sucesso. Por isso, proibiram a ida de civis para aquela região, para não serem obrigados a investir na criação de infraestruturas civis e militares e na colocação dos respectivos efectivos castrenses.<sup>361</sup>

Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial, na Europa, o território sob jurisdição alemã apenas dispunha do mar como única via terrestre de contacto com o exterior, pois estava cercado pelas colónias inglesas, Rodésia do Norte, hoje Zâmbia, Bechuanalândia, hoje Botswana, e África do Sul. Entretanto, tropas que subiram da África do Sul em direcção ao Sudoeste Africano capturaram os portos de Lüderitz Bay e Swakopmund e calaram as suas rádios, incluindo a maior da colónia, sediada na capital, Windhoek, que, quando as condições permitiam, conseguia enviar mensagens para Nauen, na Alemanha.<sup>362</sup>

Esta clausura, que quase não deixava os alemães respirarem, fez crescer o interesse pelos territórios do sul da colónia portuguesa no sentido de terem uma saída para o exterior, que permitisse a circulação de pessoas e produtos e que as comunicações fluíssem com a metrópole e o resto do mundo.

Em Outubro de 1914, o comissário distrital de Outjo, Schultze-Jena, procurava recuperar uma remessa de alimentos que esperavam de Angola e que tinha desaparecido. Segundo Augusto Casimiro eram os produtos enviados por Schoss, vice-cônsul Alemão, sediado no Lubango.<sup>363</sup> Schultze-Jena atravessou ilegalmente a fronteira com a colónia portuguesa e encontrou-se com o alferes do exército português, Sereno, que lhe pediu para o acompanhar até Naulila. Devido a um desentendimento houve uma troca de tiros onde morreu a maioria dos alemães.<sup>364</sup> Na comitiva alemã estava integrado o dinamarquês Jensem, com a missão de intérprete nas negociações luso-germânicas,<sup>365</sup> que provocou o conflito militar entre as duas partes por falar muito mal o idioma luso.

Durante alguns dias, as autoridades das duas colónias permaneceram incomunicáveis, enquanto na Europa as relações entre Portugal e a Alemanha permaneciam sem sobressaltos, havendo a registar alguns protestos apresentados por Herr Rosen, representante alemão, em

---

<sup>361</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, op. cit., p. 19.

<sup>362</sup> PATERSON, Hamish, "First allied victory, The South African campaign in German South-West Africa, 1914 – 1915", *Military History Journal*, Vol. 13 Nº 2, South African National Museum of Military History, disponível em <http://samilitaryhistory.org/vol132hp.html>, acessado a 14.11.2014.

<sup>363</sup> CASIMIRO, Augusto, op. cit., p. 69.

<sup>364</sup> DIERKS, Klaus, *German south west Africa consolidates 1907-1914*, disponível em, <http://www.klausdierks.com/Chronology/72.htm>, acessado a 01.11.2014.

<sup>365</sup> CASIMIRO, Augusto, op. cit., p.74.

Lisboa, “em nome do seu govêrno, referindo-se unicamente à prisão de Schubert e ao seu internamento no forte de S. Fernando, em Mossâmedes, bem como à concentração em Loanda de todos os alemães que se encontram em Angola. Sôbre os acontecimentos de Naulila, silêncio de parte a parte.”<sup>366</sup>

Contudo, na colónia alemã, a vingança da morte dos seus soldados fermentava lentamente e aos poucos começaram a preparar as suas forças para atacarem os portugueses que, atempadamente, receberam informações do Soba do Cuambi, Ipungo, de que uma coluna alemã fortemente armada marchava pelos territórios semi-desérticos do norte da hoje República da Namíbia, em direcção à fronteira da sua colónia.<sup>367</sup>

A 31 de Outubro de 1914, tropas alemãs, comandadas pelo capitão Lehmann, atacaram os fortes do Cuangar e do Cubango, sudeste do actual território de Angola, chacinaram as suas guarnições e incendiaram os aquartelamentos, fazendo desaparecer a autoridade portuguesa daquela região.

José Augusto Alves Roçadas, agora com a patente de tenente-coronel que, em 1907, havia vingado os mortos do Desastre do Vau Pembe contra os cuamatos, tinha saído do Lubango à frente de uma coluna com o objectivo de impor ao Cuanhama a soberania portuguesa e, ao chegar à Chibia, teve conhecimento dos ataques alemães no sudeste da colónia, Cuangar e Cubango, o que impunha no mínimo a tomada de medidas defensivas, enquanto tentava saber a verdadeira dimensão dos acontecimentos.

O comandante português, depois de ouvir o seu estado-maior, distribuiu as suas forças pelo território, com grandes dificuldades devido à falta de água, de forragens para os animais que acompanhavam as tropas e de um deficiente abastecimento das linhas de etapas.<sup>368</sup>

Entretanto, a coluna alemã comandada pelo “Major Franck, velho e consagrado soldado da Dámara” ia subindo lentamente em direcção ao Ovambo, com dificuldades idênticas às dos portugueses, mas mais disciplinados e mais bem organizados.

Chegados à região do Cunene, a coluna alemã dividiu-se em duas, sendo a principal comandada pelo veterano major Franke e a outra, que seguiu pelo mato, liderada pelo alferes Von Water e ambas marcharam em direcção ao posto português onde tinham morrido os seus camaradas.<sup>369</sup>

---

<sup>366</sup> Idem, p. 83.

<sup>367</sup> Sobre a vingança alemã e as informações de Ipungo, cfr., CASIMIRO, Augusto, *op. cit.*, pp. 83-104.

<sup>368</sup> A propósito dos ataques alemães aos fortes do Cuangar e do Cubango e a distribuição das tropas portuguesas no terreno, cfr., CASIMIRO, Augusto, *op. cit.*, pp. 85-101.

<sup>369</sup> Sobre os comandantes militares alemães e a distribuição das suas forças, cfr., CASIMIRO, Augusto, *op. cit.*, pp. 108-153.

A 18 de Dezembro de 1914, os alemães atacaram Naulila, onde os dois exércitos combateram ferozmente, com os portugueses em superioridade numérica, mas mal organizados e mal municiados. A estas deficiências, juntavam-se a lentidão dos transportes e o facto de entregarem aos cuamatos, que Roçadas derrotara em 1907, a defesa de um dos flancos e a vigilância avançada das suas forças.<sup>370</sup>

Em relação aos cuamatos, os portugueses, para além de lhes terem entregado os sectores defensivos já referidos, esqueceram-se de que o antigo ohamba do Cuamato Pequeno, Sihetekela, tinha conseguido escapar da chana do Mufilo em 1907, e que permanecia livre.

Numa guerra, os erros de uns são os ganhos dos outros. Se os portugueses se esqueceram de Sihetekela, os alemães lembraram-se dele e jogaram este trunfo para o teatro das operações, primeiro como guia dos alemães e depois como chefe dos cuamatos que fez desertar os que estavam integrados nas forças portuguesas.

Uma nota oficiosa do Governo divulgada pelo *Jornal O Século*, de 30.12.14, com base num telegrama recebido a 29.12.14, do estado-maior das tropas portuguesas, sediadas na colónia de Angola, dava conta que: “Em Naulila havia pouca cavalaria, sendo o serviço de vigilancia especialmente feito por auxiliares de cuamatas, que fugiram à aproximação dos alemães.”<sup>371</sup>

Os dois exércitos combateram violentamente durante horas e chegaram a disputar posições com uma grande proximidade, cerca de 50 metros. A debandada dos cuamatos deixou desguarnecidas as primeiras linhas portuguesas e, segundo Augusto Casimiro, ao tentarem refazer os contactos, as patrulhas do tenente Aragão já não os encontram nos seus postos, o que permitiu a entrada dos alemães nas suas linhas defensivas. O rompimento das defesas portuguesas provocou a desarticulação das suas forças, impedindo-as de combater em sintonia e de informarem correctamente o seu comando sobre a evolução das forças inimigas. A pouco e pouco, os portugueses foram perdendo o controlo da situação e as suas forças começaram a dispersar-se.

O comandante português, tomado pelos velhos fantasmas portugueses dos rumores e das ambições desmedidas dos seus vizinhos, reagiu precipitadamente e retirou-se antes da derrota se ter consumado. Em Naulila não houve um comando forte capaz de coordenar a retirada que foi feita desordenadamente com o pânico a apoderar-se dos portugueses. Durante a retirada o comando português ordenou a destruição dos paióis dos seus aquartelamentos,

---

<sup>370</sup> Sobre a organização, o armamento e os transportes do exército português e os auxiliares cuamatos, cfr., CASIMIRO, Augusto, *op. cit.*, pp. 97-145.

<sup>371</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p. 269.

mas como nada foi feito em sintonia, gerou-se um grande pânico nas suas forças sempre que ouviam os rebentamentos, pois supunham que era a artilharia alemã a persegui-los. Alves Roçadas ordenou a retirada, sem qualquer enquadramento das suas forças, o que redundou num grande desastre, pois foi um verdadeiro salve-se quem puder em que foram abandonados mortos, feridos e material de guerra.<sup>372</sup>

René Pélissier fez uma síntese do resultado catastrófico da retirada desordenada em que, “todo o material militar que não foi danificado nem levado caiu, portanto, nas mãos dos Ovambos. Pior ainda: Roçadas mandou precipitadamente evacuar o Humbe (19 de Dezembro) para levar os vencidos, os retardatários e os feridos para os Gambos pela pista que conduzia ao planalto. Esse abandono do Humbe mais parecia uma fuga, foi um erro estratégico e, principalmente, um colossal erro de política indígena, visto que surgiu num momento: i) em que os Portugueses tinham perdido o prestígio; ii) numa região prostrada pela fome; iii) num povo que não esquecera 1885, 1891 nem, principalmente, 1897-1898. Depois da evacuação de Quiteve e Mulondo para Capelongo, não havia já nem uma só força portuguesa entre o Cunene e a fronteira rodesiana.”<sup>373</sup>

Na opinião do general Gomes da Costa, o resultado da acção de Roçadas foi perdedor, quer pelos “incidentes” ocorridos com os alemães, quer por causa do «desastre de Naulila» de 18 de Dezembro de 1914, pois paralisou completamente a estratégia da campanha que ele tinha previamente traçado com o objectivo principal de ocupar o Cuanhama.<sup>374</sup>

Os povos sediados a sul da Gambos há muito que esperavam uma oportunidade deste tipo para se levantarem contra os portugueses, sem qualquer incitamento alemão, pois logo que viram a tropa em debandada encetaram-lhes uma tenaz perseguição. Esta maneira de agir fazia parte das suas estratégias de guerrilha, ou seja, sempre que o inimigo recuava ou demonstrava querer recuar, passavam ao ataque para destruí-lo. Por isso, não quiseram perder a oportunidade de atacar os invasores que desrespeitavam as suas mulheres, que se apropriavam dos seus gados e que queimavam os seus eumbos. Norton de Mattos, citado por René Pélissier, retratou perfeitamente o que os africanos pensavam dos europeus, ao dizer que tinha “a noção e a convicção íntima que o preto tem, de resto tão justificadas, que nós viemos á África simplesmente para o roubar, para o espoliar, para o vexar e humilhar, para o

---

<sup>372</sup> A propósito da proximidade dos combatentes, o rombo nas linhas portuguesas provocado pela deserção dos cuamatos, a incapacidade dos comandos portugueses serem informados, a perda de controlo e a retirada dos portugueses, cfr., CASIMIRO, Augusto, *op. cit.*, pp. 158-204.

<sup>373</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 238.

<sup>374</sup> FREIRE, João, *op. cit.*, p. 162.

considerar como um animal a dominar, como um ente desprezível indigno de qualquer liberdade, de qualquer consideração, de qualquer respeito.”<sup>375</sup>

Mandume estava atento a estes acontecimentos e não desperdiçou a oportunidade de intervir no plano diplomático, com o intuito de saber quais eram as intenções dos alemães, pois sabia que, até aí, eles tinham uma presença muito pequena na Ovambolândia e que apenas estavam interessados na sua mão-de-obra. Por este motivo, Mandume queria saber se os germânicos estavam dispostos a permanecer na região, o que não era do seu agrado, ou se manteriam a Ovambolândia “trancada”. Para isso, “enviou ao governador [alemão] três prisioneiros portugueses (...) para lhe mostrar (...) que tinha feito alguma coisa e que estava do lado dos Alemães.”<sup>376</sup>

A derrota sofrida em Naulila fez com que os portugueses mobilizassem uma grande quantidade de recursos humanos e materiais e colocassem pela primeira vez à frente das suas tropas expedicionárias um oficial general. Até esta altura, Alves Roçadas, então tenente-coronel, tinha sido o militar mais graduado a combater no sul da colónia. Foi devido à sua graduação que o tenente-coronel sugeriu ao general Pimenta de Castro, presidente do governo português, que fosse nomeado um oficial de patente superior para o substituir no comando das tropas e que o mais indicado era o general António Júlio da Costa Pereira d'Eça,<sup>377</sup> um veterano das campanhas em África, antigo companheiro de Mouzinho de Albuquerque, em Moçambique. A sugestão teve o acordo do chefe do governo de Lisboa que formalizou o convite, tendo o mesmo sido aceite pelo general. Para esta nova missão, Pereira d'Eça acumulou o cargo de comandante das forças expedicionárias com o de governador-geral de Angola, com o objectivo de atacar os alemães para vingar os mortos de Naulila e ocupar militarmente o Cuanhama.

### **2.3 O comando do exército**

Pereira d'Eça exerceu o seu comando com autoritarismo e não deixou nada por resolver ou em meias-palavras. Aqueles que questionavam as suas ordens eram imediatamente obrigados a cumpri-las para não sofrerem pesadas sanções. Por esta razão, esteve prestes a fuzilar os condutores que fingiam estar doentes ou que sabotavam os camiões e os que abandonavam os veículos perante os ataques dos cuanhamas para fugirem das zonas mais

---

<sup>375</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume I, *op. cit.*, p. 234.

<sup>376</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, *op. cit.*, p. 356.

<sup>377</sup> Sobre a nomeação do general Pereira d'Eça, o seu curriculum e os cargos que ocupou em Angola, cfr., TEIXEIRA, Alberto de Almeida, tenente-coronel, *op. cit.*, pp. 9-14.

perigosas. “Os motoristas civis, quando o transportavam, tremiam de medo. Sobre alguns, que tentaram sabotar os carros para não avançarem para lugares considerados menos seguros, esteve iminente a ameaça de um pronto fuzilamento.”<sup>378</sup> Os oficiais que constituíram o estado-maior e outros que comandaram unidades da coluna de Alves Roçadas regressaram a Portugal e os que ficaram foram colocados por Pereira d’Eça em unidades da retaguarda, caso houvesse dúvidas sobre as suas capacidades de comando ou se tivessem tido um comportamento pouco abonatório contra os alemães, como foi o caso do major Alberto Salgado.<sup>379</sup> No dia 18 de Agosto de 1915, Salgado, já sob o comando de Pereira d’Eça, anotou no seu diário, “acabo de receber um dos maiores pontapés que tenho levado. Recebeu-se uma ordem do Quartel-General Superior para ficar no Cuamato com as forças que aqui ficavam mais um pelotão de Cavalaria. O pelotão de Cavalaria deve fazer o reconhecimento do caminho para Ngiva. Custa-me bem esta massada, onde concerteza me deixam esquecido.”<sup>380</sup>

Antes da coluna sair para o teatro de operações foram feitos reconhecimentos, recolha de informações sobre o inimigo e aniquilamento de alguns pequenos focos de resistência dos povos localizados a sul dos Gambos. Pereira d’Eça no seu relatório descreveu algumas dessas operações, como a que reconheceu a região entre os Gambos e o Mulondo, “havendo toda a conveniência em estabelecer comunicações directas entre os Gambos e o Mulondo, encarreguei o capitão Roby, meu oficial às ordens, de realizar o reconhecimento dos caminhos entre essas localidades, tendo êsse oficial iniciado a marcha no referido dia 3 de Julho.”<sup>381</sup> Sobre o aniquilamento de pequenos focos de resistência o general registou no seu relatório, “nesta altura, teve lugar o primeiro contacto das fôrças do meu comando com o gentio revoltado, contacto efectuado pelas nossas tropas avançadas que se encontravam no Tchicusse, (...) que, a pedido instante do superior da missão do Tchipelongo, foram em socorro da mesma (...).”<sup>382</sup>

Na colónia portuguesa de Angola, no início do século XX, a maior parte das operações militares eram executadas no tempo do cacimbo e nas regiões mais áridas era muito importante ter o controlo das cacimbas e das nascentes, principalmente no fim da referida estação, porque a água rareava. Independentemente de como decorreu a campanha contra os cuamatos, em 1907, o certo é que a existência de água nas cacimbas de Damequero, para além

---

<sup>378</sup> PADRÃO, F. Cerviño, *op. cit.*, p. 239.

<sup>379</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, pp. 168-187.

<sup>380</sup> *Idem*, pp. 219-220.

<sup>381</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 21.

<sup>382</sup> *Idem*, p. 19.

de aliviar o sofrimento dos soldados portugueses, transformou-se numa pesada derrota para os Cuamatos.<sup>383</sup>

Apesar de todas as cautelas, os portugueses colocaram em perigo toda a operação por terem executado a operação em Agosto, final da estação seca, quando havia dificuldade em encontrar água para os soldados e os animais e se for tomado em consideração o elevado número de homens e de animais que integravam a coluna, num ano de grande seca, vemos que os portugueses correram sérios riscos.<sup>384</sup>

Pereira d'Eça devia ter desencadeado as operações no início do cacimbo, Abril ou Maio, quando as cacimbas e as nascentes ainda conservavam água suficiente para satisfazer as necessidades dos homens e dos animais, pois assim tinham a possibilidade de ainda encontrar bons pastos para o gado e o solo não estava tão seco e poeirento, o que teria permitido uma progressão mais rápida.<sup>385</sup>

Em Outubro de 1905, o major Eduardo da Costa chamava a atenção para os efeitos das inundações na estação das chuvas, e da seca na estação do cacimbo no território do Cuanhama. “Durante as chuvas, são difíceis os movimentos de tropas, pelo alagado das terras; e, quando vae longa a estiagem, a falta de agua torna também de execução critica qualquer marcha, da mesma tropa.”<sup>386</sup>

Por força da grande mobilidade dos africanos, as tropas portuguesas fixaram a sua base operacional no Humbe, “utilizando” o rio Cunene como barreira defensiva da base,<sup>387</sup> e operaram no Ovambo com quatro destacamentos: de Naulila, do Cuamato, do Cuanhama e do Evale,<sup>388</sup> de maneira a fraccionar as forças africanas na defesa dos seus respectivos territórios e impedir que formassem uma grande massa de combatentes capaz de travar a invasão portuguesa.<sup>389</sup>

O destacamento de Naulila desenvolveu as suas operações nesta localidade para, em seguida, ir juntar-se ao destacamento do Cuamato que, entretanto, já deveria ter reocupado o forte do Cuamato. Ao destacamento do Cuanhama, em que seguia o comandante geral, competia avançar para a embala de Ondyiva com o objectivo de a tomar e ocupar. O

---

<sup>383</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, op. cit., pp. 291-292.

<sup>384</sup> MONIZ, Júlio Botelho, op. cit., p. 73.

<sup>385</sup> Idem, p. 73.

<sup>386</sup> COSTA, Eduardo da, Major do S.E.M., “A questão do cuanhama II, o teatro de operações e o inimigo”, *Revista Militar*, 10, Anno LVII, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1905, p. 779.

<sup>387</sup> EÇA, Pereira de, General, op. cit., p. 7.

<sup>388</sup> MONIZ, Júlio Botelho, op. cit., p. 134.

<sup>389</sup> Idem, p. 136.

destacamento do Evale desceria do Mulondo em direcção ao Evale com a missão de reocupar aquele território.<sup>390</sup>

Por determinação do comandante geral das forças operacionais, general Pereira d'Eça, os destacamentos deveriam ligar-se transversalmente durante a marcha e imediatamente após terem concretizado as missões de que estavam incumbidos e progredir em coluna tripla pelas razões já explicadas e por facilitar, a cada uma delas, a rápida formação em quadrado perante um ataque de surpresa em meia-lua o que era uma tática usual dos povos do Ovambo.<sup>391</sup>

Durante os primeiros combates nas cacimbas da Môngua, o comando português cometeu outro erro, menosprezando a eficácia das forças que se lhe opunham, quando mandou a sua infantaria combater de pé com o inimigo muito próximo, o que diminuía a sua eficácia de tiro e expunha desnecessariamente os seus homens. No dia 18 de Agosto de 1915, após três horas de combate, o general português mandou sair os esquadrões de cavalaria, em perseguição dos cuanhamas, e foram quase aniquilados, tendo sofrido um elevado número de baixas por se terem afastado demasiado do quadrado e por terem penetrado profundamente na floresta para onde os cuanhamas tinham recuado e se reagrupado para contra-atacarem.<sup>392</sup> Os cavaleiros portugueses, ao entrarem na floresta tão profundamente, cometeram um erro grave, por ser difícil manobrar uma unidade de cavalaria em formação de combate, visto que a sua dispersão os tornava alvos fáceis.

Segundo Botelho Moniz, este revés resultou do facto de Pereira d'Eça ter-se deixado surpreender pelo inimigo cujo valor não avaliou correctamente. Júlio Gonçalves também criticou o estado-maior português pela ligeireza como olhou para a capacidade das forças cuanhamas e a maneira como as subestimou, quando notou que “a expedição colhia neste transe de angustia os frutos da ligeireza com que haviam fraccionado os seus efectivos, sem a noção exacta da tactica, da resistencia e do poderio do adversario. Lançada à aventura, incontestavelmente êsse fruto seria de estranho e agro sabor.”<sup>393</sup>

Por outro lado, não foram tomadas medidas de segurança quando o quadrado estava estacionado, pondo em risco os seus homens. Só nos dias 19 e 20 é que implementaram as medidas de segurança devido à imobilização do quadrado na chana da Mula, limitada por muito arvoredado, que reduzia o campo de tiro,<sup>394</sup> e ao cerco cerrado imposto pelos cuanhamas.

---

<sup>390</sup> Sobre as missões dos quatro destacamentos portugueses, as ligações entre eles, a disposição das suas forças durante a progressão, o menosprezo pelo seu inimigo, as cargas da cavalaria de Pereira d'Eça, os erros cometidos pelo comando português e as suas deficientes avaliações, cfr., MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, pp. 134-138.

<sup>391</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, pp. 134-135.

<sup>392</sup> Idem, p. 137-138.

<sup>393</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, p. 137.

<sup>394</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 139.

No dia 20 de Agosto, às 07.30 horas da manhã, os cuanhamas atacaram violentamente com fogo cerrado que se prolongou pelo dia fora sempre com a mesma intensidade.<sup>395</sup> Nos dois primeiros dias, a artilharia portuguesa, canhões e metralhadoras, foram um grande trunfo, principalmente nos ataques dos cuanhamas, em meia-lua, em que procuravam envolver o quadrado português, mas no dia 20, só as várias investidas cadenciadas das unidades de infantaria conseguiram afastar os cuanhamas.<sup>396</sup>

Conforme as colunas portuguesas se internavam no território inimigo diminuía os reabastecimentos, pois não foram implementadas medidas de segurança para os comboios de camiões, que rodavam sem escoltas para reabastecerem os destacamentos, o que originou a perda de condutores e de camiões com os reabastecimentos. Apercebendo-se destas brechas, os cuanhamas conseguiram cortar as linhas da retaguarda do destacamento do Cuanhama ao interporem algumas das suas unidades militares entre a base do Humbe e o destacamento, deixando-o sem reabastecimentos. As dificuldades começaram quando os portugueses se aproximaram das cacimbas da Môngua, pois “já nos dias 18 e 19, os camiões de reabastecimento que, do Cunene, deviam alcançar a Coluna, tinham cessado de aparecer. Na manhã de 19, após a partida do comboio de feridos, nitidamente se ouvira tiroteio á retaguarda; e um pelotão da marinha, mandado ao reconhecimento e á reocupação das cacimbas velhas, regressàra constatando que o inimigo se aprazia nessa altura, em fustigar com vilania os comboios de abastecimento, forçando os *chauffeurs* apavorados a virar precipitamente de rumo, abandonando por vezes os carros.”<sup>397</sup>

Algumas unidades portuguesas actuavam desligadas das outras. O exemplo mais paradigmático aconteceu com o destacamento do Cuamato, quando marchava em auxílio do destacamento principal, sitiado junto às cacimbas da Môngua, e se viu obrigado a incorporar no seu seio um comboio de reabastecimento, que seguia paralelamente ao destacamento sem qualquer apoio. Este acto negligente podia ter provocado outro desastre, visto que o comboio foi atacado e quase aniquilado pelos cuanhamas, tendo sido obrigado a recuar e a marchar no interior do quadrado do destacamento do Cuamato.<sup>398</sup>

O Major Alberto Salgado anotou no seu diário que o coronel Veríssimo de Sousa, comandante do destacamento do Cuamato, numa conversa sobre a progressão do destacamento do Cuanhama, lhe havia dito: “o destacamento do Cuanhama tem as

---

<sup>395</sup> Idem, pp. 139-140.

<sup>396</sup> Sobre a capacidade da artilharia e as baixas provocadas no exército cuanhama, cfr., TEIXEIRA, Alberto de Almeida, tenente-coronel, *op. cit.*, pp. 26-33.

<sup>397</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, pp. 136-137.

<sup>398</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 112.

comunicações cortadas e que um comboio de víveres, em *camions*, foi atacado, matando um *chauffeur* e perdendo uns cinco ou seis automóveis.”<sup>399</sup>

Por fim, o destacamento principal deveria ter acomodado no seu interior um comboio de reabastecimento que garantisse a sua autonomia para resistir e manter a sua liberdade de movimentos para o bom andamento da missão, apesar da reacção dos africanos.<sup>400</sup> A logística não podia parar, porque as frentes de combate tinham de ser alimentadas e municionadas constantemente, o que a torna uma das unidades mais importantes de qualquer força em cenário de guerra, pois se ela falhar pode colocar em causa toda a operação e a segurança dos seus combatentes.

Estes erros, conjugados com o cerco imposto pelas forças de Mandume, quase fizeram fracassar a operação, tendo o estado-maior reunido para decidirem se retiravam ou não das chanas do Ovambo. “Que fazer então ante a perspectiva desalentada do isolamento e da fome? Retirar? Esperar? Avançar a despeito de tudo? Mas avançar como, sem carros, sem munições, sem viveres, abandonando metralhadoras e peças? Retirar como, sem estimular a sanha do adversario e sem oprobrio nacional? Mas, para esperar, confiar em quê, se para lá dessa malfadada Chana do Huilo nada passa ou, passando, nada volta?”<sup>401</sup>

Os portugueses decidiram não recuar e enviaram mensagens a pedir ajuda aos outros destacamentos, acabando por serem salvos pelo destacamento do Cuamato, comandado pelo Coronel Veríssimo de Sousa, que ao entrar no quadrado foi aclamado até às lágrimas por todas as tropas sitiadas,<sup>402</sup> pois o desespero tinha-se instalado no seio dos militares portugueses, uma vez que começavam a faltar munições, as rações distribuídas aos soldados estavam reduzidas a  $\frac{1}{4}$ <sup>403</sup> da quantidade que lhes era fornecida em situações normais e eram, basicamente, constituídas por bolachas. Mas a redução das rações não era só para os homens, pois abrangia também os animais. O êxito desta operação do destacamento do Cuamato foi um duro golpe na estratégia do exército de Mandume. A partir daqui, o exército cuanhama não conseguiu actuar organizadamente, tendo o ohamba se deslocado ao Sudoeste Africano para tentar obter o apoio dos ingleses para continuar a lutar, o que lhe foi recusado pelo major S.M. Pritchard. A decisão do oficial inglês deixou Mandume triste, revoltado e desanimado por não conseguir o apoio que desejava.

---

<sup>399</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p. 221.

<sup>400</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 113.

<sup>401</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, pp. 137-138.

<sup>402</sup> TEIXEIRA, Alberto de Almeida, tenente-coronel, *op. cit.*, p. 37.

<sup>403</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 37.

## 2.4 Os efectivos e o seu material de guerra

Desde a base marítima de Moçâmedes até à Môngua, no Cuanhama, foram mobilizados todos os meios que podiam ser disponibilizados para transportarem a impedimenta e os homens nas melhores condições para a frente de combate.

Para que o transporte se processasse mais rapidamente, o governador-geral ordenou a aquisição de três locomotivas, à África do Sul, mais modernas que as máquinas, lentas e degradadas, que existiam no caminho-de-ferro de Moçâmedes.<sup>404</sup> Como a base marítima não tinha um cais acostável e a ponte cais não dava vazão a um tráfego tão grande, mandou construir uma ponte flutuante e requisitou todas as embarcações para um rápido descarregamento dos navios que transportavam o material de guerra.<sup>405</sup>

Os 80 camiões Fiat enviados por Portugal vieram diminuir substancialmente a viagem entre a base marítima, em Mossâmedes, e a frente de combate, no Cuanhama, pois “o trajecto entre Moçâmedes e Ngiva, que anteriormente se fazia em 60 a 80 dias, passou a fazer-se, num caso de urgência, em 36 horas!”<sup>406</sup>

As comunicações também foram substancialmente alteradas, pois os serviços telegráficos e telefónicos passaram a estar subordinados ao comando militar e foram estendidas novas linhas telegráficas e telefónicas que passaram a cobrir cerca de oitocentos quilómetros. As linhas de etapas também foram “esticadas” passando a cobrir cerca de mil e duzentos quilómetros.<sup>407</sup>

Por fim, foram construídas novas estradas e melhoradas algumas das que já existiam e a ferrovia passou a ter a última estação no quilómetro 184, no sopé da serra da Chela.<sup>408</sup>

O melhoramento dos veículos de transportes e das infra-estruturas agilizaram a logística portuguesa no transporte rápido e em boas condições de cerca de sete mil e homens, três mil cavalos e todo o seu material de guerra.<sup>409</sup>

O general português sabia que quanto mais depressa reunisse as suas forças e iniciasse a marcha para o objectivo a que se propunha, maior era a possibilidade de vencer, visto que manter as tropas imobilizadas nos acampamentos, a aguardar ordens para marcharem para a frente de combate, gerava ansiedade, desmotivação e indisciplina. Assim, esforçou-se para rapidamente colocar toda a sua máquina de guerra em movimento.

---

<sup>404</sup> Idem, p. 14.

<sup>405</sup> Idem, p. 11.

<sup>406</sup> Idem, pp. 8-44.

<sup>407</sup> Idem, pp. 128-131.

<sup>408</sup> Idem, pp. 14-16.

<sup>409</sup> Idem, p. 7.

A partir do planalto, juntaram-se cerca de quatro mil homens que tinham feito parte das colunas anteriores e que estavam aquartelados naquela região. O comando português implantou, provisoriamente, a sua base de comando no Lubango e começou a dividir as suas forças pelo terreno em direcção ao Cuanhama. No Lubango permaneceu o batalhão de infantaria nº 16, em Capelongo, Cahama e nos Gambos ficou sediado o batalhão de infantaria nº 14. Para o Forno de Cal foram enviados o batalhão de marinha e uma bateria de montanha, na Chibia bivacou uma bateria de montanha e uma bateria de metralhadoras, e para Tchiapepe foram enviados o esquadrão de cavalaria nº 9, por fim, os auxiliares bóeres estacionaram no Otchinjau. Não podemos afirmar com clareza quantos homens estiveram envolvidos nas operações contra os cuanhama, mas, segundo René Pélissier, “Pereira de Eça tinha reunido no Sul 317 oficiais, 6166 soldados europeus, 763 soldados africanos, 310 auxiliares europeus e 3711 auxiliares africanos, com 26 peças de artilharia, 28 metralhadoras, 4700 espingardas, 795 carabinas, 410 carros de cavalos, 340 carros boers e 82 camiões (...)”<sup>410</sup>

Deste impressionante contingente terão saído do Humbe, base operacional, e atravessado o rio Cunene cerca de seis mil homens, devidamente enquadrados nas forças operacionais que tomaram parte na invasão do Cuanhama, sendo 218 oficiais, 4936 soldados, 593 auxiliares, 100 degredados, 18 canhões, 28 metralhadoras, 406 carros bóeres, 812 cavalos, 1247 mulas e 73 camelos.<sup>411</sup> Porém, João Sarmento Pimentel falava em “dez mil homens de guerra”.<sup>412</sup>

Os batalhões portugueses que operavam em África de uma maneira geral integravam quatro companhias que totalizavam cerca de mil homens e, de uma maneira geral, eram apoiados por armas de artilharia. Estas unidades eram constituídas por militares portugueses e africanos das actuais Repúblicas de Angola e Moçambique.

Os africanos estavam integrados nas companhias indígenas e nas unidades irregulares de auxiliares e constituíam as forças de vanguarda das colunas. Tinham como missão explorar os territórios por onde as colunas deviam passar e perseguir o inimigo, o que os colocava na posição de serem os primeiros a entrarem em contacto com os seus oponentes. Por isso, o número de baixas das tropas africanas foi sempre superior ao número de baixas dos soldados europeus. Para Botelho Moniz, os soldados africanos que constituíam as unidades regulares indígenas de infantaria não precisavam de muita coisa, fardamento, material de guerra e outros bens necessários ao soldado em campanha, o que lhes dava uma maior mobilidade. Os

---

<sup>410</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, pp. 241-242

<sup>411</sup> Idem, p. 244.

<sup>412</sup> PIMENTEL, João Sarmento, *Memórias do capitão*, 2ª edição, Porto, Editorial Inova, 1974, p. 158.

elementos das unidades indígenas adaptavam-se melhor às operações coloniais, por terem maior resistência ao clima, melhores condições para os serviços de exploração, capacidade de infiltração, de orientação e de observação superiores, o que aconselhava a sua colocação nas guardas avançadas sob a chefia de graduados europeus de valor profissional e conhecedores dos métodos coloniais. Paralelamente às tropas indígenas regulares, eram utilizadas as tropas irregulares ou auxiliares que eram, basicamente, empregados como batedores sempre enquadrados por graduados e oficiais com grande experiência de comissões nas colónias.<sup>413</sup>

Eram soldados, em grande parte recrutados à força ao abrigo de acordos celebrados entre a administração colonial e os eehamba, mal armados, mal fardados, mal alimentados, “sem impedimenta completa” como dizia Botelho Moniz, e tinham um tratamento muito diferente do que era dado aos soldados brancos, pois eram tratados com violência, dormiam ao relento, uma vez que não lhes eram distribuídas tendas e a sua dieta alimentar era muito pobre em comparação com a que era dada aos europeus. No relatório nº 10 do Director do Estado-Maior do Serviço de Étapes foi plasmado que no posto da Quihita os géneros existentes “estavam na sua quási totalidade incapazes para consumo. Foram depois empregados no pagamento ao gentio de serviços prestados e na compra de capim.”<sup>414</sup> As tropas indígenas e os auxiliares deviam fazer a segurança das “patrulhas de cavaleiros, formando à sua volta uma cortina protectora e ficando às últimas reservada a missão de ligação com os exploradores. Os auxiliares marchavam entre 1000 a 2000 metros de distância do grosso, o máximo, nos terrenos mais acessíveis.”<sup>415</sup> Estas forças estavam mal instruídas e mal armadas<sup>416</sup> e a marcharem a esta distância da coluna, se fossem submetidas às descargas intensas que eram habituais os exércitos livres africanos fazerem nos primeiros contactos, os auxiliares das tropas portuguesas tinham poucas probabilidades de evacuarem, servindo apenas de isco para sinalizarem a presença do inimigo. No entanto, este estratagema não funcionou em Naulila, porque os cuamatos que constituíam as primeiras linhas das tropas portuguesas, abandonaram as trincheiras para se reunirem a Sihetekela.

Durante as marchas, por não estarem habituados a fazer uma boa gestão da água, os soldados europeus assaltavam os carregadores africanos que ainda tinham alguma água graças à sua boa gestão, e roubavam-lhes o líquido milagroso. Numa qualquer noite da invasão do Cuanhama, os soldados portugueses tinham acabado de bivacar, acampar, e preparavam-se para dormir com a sede a queimar-lhes o corpo, quando souberam que “numeroso bando de

---

<sup>413</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 90.

<sup>414</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 176.

<sup>415</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 106.

<sup>416</sup> *Idem*, p. 96.

carregadores negros acabava de entrar no acampamento, os quais eram portadores de água, mas simplesmente água para seu consumo próprio. Todavia, não hesitámos. E a exemplo de outros, de muitos, de quasi todos, assaltámos o acampamento dos míseros negros e, por jeito ou à fôrça, tratámos de lhes arrancar os nojentos recipientes onde recolhiam aquele líquido tão àvaramente guardado e tão ferozmente disputado, e, sem qualquer espécie de asco ou de repugnância, devorávamos o conteúdo, deixando os pobres párias à míngua do que, tanto êles como nós, todos necessitávamos por idênticas exigências do nosso organismo.”<sup>417</sup> Depois de assaltarem os “míseros negros” sentiram nojo dos odores exalados dos seus corpos suados, de carregarem bens que os europeus necessitavam para invadirem os territórios dos seus irmãos, e fracos, da fome que esmagava aquelas paragens. Lapas de Gusmão que integrou a coluna que invadiu o Cuanhama, como soldado raso, escreveu mais tarde que: “só então me dei conta que preto, cabaça e tudo exalava um cheiro horrível a *catinga* e sebo humano, que punha náuseas no estômago mais encurtado.”<sup>418</sup>

Este era o tratamento que os oficiais e soldados portugueses davam aos “párias” africanos que serviam de carne para as balas cuanhamas ao marcharem na frente das colunas e que, na sua opinião, não precisavam de ter as mesmas condições que os soldados europeus.

Muitos elementos das companhias indígenas e das unidades irregulares de auxiliares acabavam por desertar levando consigo o material que lhes havia sido distribuído, devido ao tratamento violento de que eram vítimas, por não estarem motivados pois eram forçados a integrar o exército português e por não estarem habituados ao tipo de guerra desenvolvido pelos europeus. Alguns chefes militares e membros do governo de Mandume tinham desertado do exército português.

Mas os africanos tinham a sua opinião sobre os europeus, sobre os produtos que vendiam e sobre a dualidade de critérios quando julgavam casos que envolviam africanos e europeus. O padre Ignácio dos Santos da missão do Jau, na região da Huíla e relativamente perto do Lubango, numa carta que foi publicada em 1898 numa revista de Lisboa, relatava a sua visita à povoação de Mukuma e o que o seu chefe pensava dos brancos. Embora seja da região da Huíla e não do Cuanhama, não deixa de reflectir o que os africanos, de uma maneira geral, pensavam dos brancos, pois no seu entendimento “não, os brancos não são bons, não. Porque é que nos trouxeram a aguardente que não conhecíamos e vivíamos sem ela contentes e sossegados? Agora os meus súbditos não passam de uns bêbados (...) que vão vender o mantimento por um copo de mata-bicho e ficam a morrer de fome durante meio-ano. Porque é

---

<sup>417</sup> GUSMÃO, Lapas de, *op. cit.*, pp. 212-213.

<sup>418</sup> *Idem*, p. 214.

que nos mostraram fazendas e missangas que nunca tínhamos visto? A troca dos nossos bois, ficamos com uns trapos que, bonitos no primeiro dia, no segundo são pretos, como nós, e no terceiro furados e rasgados em bocados. Porque nos trouxeram espingardas tentando-nos a vender os nossos filhos? Porventura a zagaia e o arco, a machadinha e a faca não bastaram aos nossos antepassados? Não, os brancos não são bons, não. Já em tempos nos fizeram guerra e ali adiante matámos dois soldados, mas foi em defesa própria; o que nós queremos é que nos deixem em paz. Quando nos roubam, as autoridades não fazem caso, mas quando queremos compensar-nos dos danos que nos causaram, temos logo a guerra à porta. Digo-te isto e podes mandá-lo dizer ao rei de Portugal.”<sup>419</sup>

Neste trabalho já foi referida a acção dos omalenga e dos quimbandas cuanhamas na defesa do seu tecido económico, social, político, cultural e religioso. Neste texto que o padre Ignácio nos deu a conhecer é patente a dor do chefe africano ao ver a organização do seu povo alterar-se e desconjuntar-se, devido à influência dos europeus. Para ele, o seu povo tinha resolvido as suas necessidades e as trocas comerciais com os estrangeiros apenas lhes criavam problemas. Nas sociedades africanas da região todos os sectores sociais tinham as suas tarefas bem definidas. As mulheres cuidavam da educação das crianças, da confecção das comidas e bebidas, asseguravam o abastecimento de água e trabalhavam nos campos na preparação das terras, sementeiras, mondas e colheitas. Os homens abriam os campos agrícolas, integravam as forças armadas, construía e faziam a manutenção dos eumbos. Por fim, as crianças e os adolescentes pastavam o gado e guardavam as plantações de cereais afastando os bandos de pássaros que tentavam subtrair-lhes os preciosos grãos.

Os efeitos nefastos do álcool vendido pelos portugueses, segundo o chefe africano, faziam-se sentir na economia com a venda dos mantimentos a qualquer preço, originando situações de fome por não aprovisionarem reservas alimentares. Por outro lado, havia quebra de mão-de-obra dos homens, pelo efeito do álcool, e dos filhos que eram vendidos. Como contrapartida da venda dos seus bois, adquiriam vestuário que era muito menos durável que o vestuário tradicional, o que significava que não era um bom investimento da sua riqueza. De certa maneira, acusava os portugueses de os obrigar a consumir, exageradamente, o que conduzia a delapidação do seu património. Por fim, acusou os portugueses de aplicarem penas diferentes para os mesmos crimes, conforme fossem praticados por europeus ou por africanos.

Com esta perspectiva, os africanos não necessitavam de incitamentos alemães, porque também tinham conhecimento dos crimes praticados pelos germânicos contra os namas e os

---

<sup>419</sup> FREIRE, João, *op. cit.*, p. 100.

hereros. Mandume falou com monsenhor Keiling sobre a guerra entre os germânicos e os hereros, e sabia que os objectivos dos alemães eram idênticos aos dos portugueses.

### 3. As batalhas entre os cuanhamas e os portugueses

O território cuanhama tinha permanecido inviolável até 1915 e os portugueses que comandavam os destinos políticos e militares do sul da colónia revelavam terem dado pouca atenção aos escritos sobre os cuanhamas, de homens como, Bernardino José Brochado, João de Almeida e Eduardo Costa, pois menosprezaram o valor dos militares africanos e as condições climáticas da região. Embora Pereira d'Eça dissesse que tinha lido os trabalhos “executados por distintos oficiais como, por exemplo, os de Eduardo Costa, Alves Roçadas, Eduardo Marques e João de Almeida (...),”<sup>420</sup> descorou a segurança das suas tropas e pô-las a combater de pé o que as transformava num alvo fácil para os seus opositores. Por várias vezes, ao longo dos confrontos, os portugueses revelaram conhecer mal os cuanhamas e a sua capacidade combativa. Um povo guerreiro, orgulhoso das suas tradições e cultura, da sua independência e habituado a grandes privações provocadas por desastres ambientais, que soube, com pragmatismo, beneficiar da sua localização geográfica que lhe facilitava o contacto com militares, comerciantes e religiosos de várias nacionalidades para os conhecer e aos seus verdadeiros objectivos e, conseqüentemente, de preparar a sua defesa.

Mesmo depois da derrota sofrida na Môngua mantiveram a sua altivez. No seu livro, *Recordações do Sul de Angola, 1914-1929*, o coronel António de Quadros Flores relatou as suas relações com a “rainha” Anhanca, tia de Mandume que foi entronizada pelos portugueses: “não convinha ao mesmo tempo exercer violências, por razões várias, e a Anhanca parece que percebendo isso, deixava-se estar na sua embala, acatava todas as ordens menos a de aparecer na Ngiva.”<sup>421</sup>

Perante a violenta repressão das forças portuguesas, Anhanca sabia que tinha pouca margem de manobra para recusar as directrizes da administração colonial, mas também sabia que apresentar-se em Ondyiva, a mando dos portugueses, onde eles tinham edificado a sede do seu poder, sobre os escombros da embala do ohamba era reconhecer de facto o poder colonial e ultrajar o lugar que abrigara Mandume, “o cavaleiro incomparável”, como diz o poema popular.

Anhanca esforçava-se para continuar a marcar o andamento das relações com os estrangeiros, como tinham feito os seus antecessores, e tentava resistir às imposições do novo

---

<sup>420</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, pp. 6-7.

<sup>421</sup> FLORES, António de Quadros, *op. cit.*, p. 172.

poder. Porém, meses mais tarde, “estava eu [coronel António de Quadros Flores] em Namacundi, fui prevenido de que Anhanca, já investida no seu cargo de soba pela morte do Mandume em Fevereiro desse ano [1917], ia à Zona Neutra visitar os seus súbditos e procurar o seu regresso ao nosso território como a grande maioria deles desejava. Foi-me visitar antes de encetar diligências, e foi uma entrevista cheia de cordealidade.”<sup>422</sup>

Mandume tinha morrido e os tempos eram outros, os cuanhamas iniciaram um novo período da sua história e, em sua representação, Anhanca comunicou ao representante da autoridade colonial que iria visitá-lo. Agora era ela que tinha de se deslocar à sede do poder colonial, mas era Anhanca que ainda marcava o andamento do protocolo e da resistência. Era uma resistência pacífica, pois os acontecimentos impuseram-lhe novas formas de agir que teve de seguir porque não dispunha da capacidade militar e financeira que os seus antecessores tiveram.

As batalhas com os portugueses e com os outros europeus não se reduziram aos confrontos militares e estenderam-se a minuciosos jogos diplomáticos, com o objectivo de não permitirem a ocupação do seu território pelas forças europeias. Na prossecução das suas metas aliaram-se tanto a portugueses contra os seus vizinhos, como ter-se-ão aliado aos seus vizinhos contra os portugueses. Eram acções que visavam, sempre que fosse possível, desgastar o inimigo que se apresentava com menos possibilidades de vencer, aliando-se aos mais fortes de maneira que o seu território permanecesse inviolável.

Os portugueses tiveram de defrontar várias vezes os Gambos, o Humbe, o Cuamato, e o Evale, mas com os cuanhamas, beneficiários da sua posição geográfica, de facto, só se defrontaram em Agosto de 1915. Um ou outro lenga, como foi o caso de Makiri, terão participado em combates contra os portugueses, ao lado de evales e de cuamatos, mas o povo cuanhama só teve um conflito armado com os portugueses, que foi o de 1915. Na verdade, o Cuanhama estava cercado por um grupo de povos aguerridos que ofereceram uma grande resistência aos portugueses e que nunca lhes deram estabilidade para que pudessem tratar calmamente do seu eterno problema, o Cuanhama. Entalado entre a fortaleza formada pelos seus aguerridos vizinhos e os ingleses, é possível que Mandume tenha pensado que os portugueses nunca invadissem o Cuanhama. Embora estivesse preparado dentro das suas possibilidades, acreditava que os portugueses o temiam, como disse a monsenhor Keiling, mas nunca os provocou verdadeiramente e, por este motivo, Mandume pensava que os portugueses

---

<sup>422</sup> Idem, p. 176.

o tinham atacado, sem qualquer razão que fizesse com que as duas partes entrassem em guerra.

Segundo o major S.M. Pritchard, oficial inglês encarregado dos negócios no protectorado do Sudoeste Africano, Mandume disse-lhe que “o seu povo de ha muitos anos conhecia os portuguezes, com os quais mantinha grandes transacções comerciais e de quem se fornecia de grande quantidade de espingardas finas, munições e aguardente, em troca de gado e marfim. Afirmou de que os portuguezes nunca tentaram qualquer medida no sentido de anexar o seu paiz, muito menos de o pretender administrar e que tanto ele como os seus antecessores, consideravam-no sempre de direito pertencer-lhes.”<sup>423</sup>

Não é verdade que os portugueses não tenham tentado, pacificamente, ocupar o Cuanhama. Mesmo no tempo de Mandume houve conversações em que os portugueses tentaram obter a permissão de ocupar o território dos cuanhamas, o que foi sempre recusado pelos eehamba. Mas também é verdade que a situação se foi arrastando sem que nenhuma das partes tivesse disparado contra a oponente. Por outro lado, alguns autores e autoridades religiosas, civis e militares, reconheciam que os africanos tentavam defender o que era seu e dos seus antepassados. D. João, Bispo de Angola e Congo, por exemplo, disse que compreendia a luta dos africanos por não quererem trocar a sua terra por nada (sobre este assunto ver *supra* 6., da Parte I).

Conforme iam penetrando no Ovambo, os portugueses foram traçando estratégias para ocupar o Cuanhama, mas nem sempre o fizeram da melhor maneira. Uma vez por menosprezarem o apego dos cuanhamas à sua terra e, de uma maneira geral, de todos os povos do Ovambo e, outras vezes, por falta de meios e de organização.

Para além de algumas medidas que não tiveram nenhum efeito, como o embargo comercial imposto pelo governador Felner, sempre que tudo parecia encaminhar-se para a invasão, aconteciam situações que obrigavam o seu adiamento, como foi o caso, da coluna organizada em 1905, que acabou por ser adiada por ordem do governo central português, perdendo-se os víveres e uma boa parte do material de guerra que já tinha sido distribuído pela linha de etapas. No ano de 1909, o capitão Artur de Moraes ouviu Nande argumentar com o assédio às mulheres, para não aceitar a edificação de um posto militar. Em 1914, Alves Roçadas descia da Huíla à frente de uma coluna para ocupar o Cuanhama. Porém, quando chegou à Chibia, teve de alterar os seus planos, ao ter conhecimento da tomada dos fortes do

---

<sup>423</sup>MORBEY, Tomás M., oficial da secretaria-geral, tradutor, *Apontamentos extraídos do relatório apresentado ao governo da União Sul Africana, pelo Major, S.M. Pritchard*, (s. d.), Arquivo Histórico Ultramarino, DGFC, 1906, Política do Sul de Angola, Cuanhama, missões Alemães, Soba Mandume, 1H, Cx n° 798, parágrafo n° 37.

Cuangar pelos alemães e da entrada da coluna do major Franke que derrotou os portugueses em Naulila.

Em 1915, o Cuanhama foi fortemente atacado por uma força portuguesa que fora preparada para vingar a derrota infligida pelos alemães, em Naulila. A ouwala, como ficou conhecida a invasão entre os cuanhamas, foi uma guerra sem quartel, onde durante cerca de seis dias os cuanhamas resistiram ao ataque, chegando a criar grandes dificuldades aos militares portugueses.

Os portugueses tiveram problemas devido à falta de água, mas tiveram a seu favor as inovações tecnológicas, a nível do armamento e dos transportes, ainda que nem sempre tenham sido bem administradas. No ataque às cacimbas da Môngua, o general Pereira de Eça mandou fazer tiros de artilharia sobre os reservatórios de água, pois pensava que estavam ocupados pelos cuanhamas, durante a noite de 18 para 19 de Agosto. O grande consumo de munições de artilharia provocou o desmuniamento dos portugueses e reduziu a sua capacidade defensiva nos combates seguintes.<sup>424</sup>

Por sua vez, as tropas cuanhamas para além de nunca terem tomado a iniciativa, não foram céleres em cortar as linhas que ligavam o Humbe ao destacamento português do Cuanhama e a força que empregaram no dia 20 de Agosto, deveriam tê-la utilizado nos dois dias anteriores, como dizia Júlio Gonçalves, no seu livro *Sul d'Angola e o quadrado da Môngua, na epopeia nacional d'Africa* (sobre este assunto, vide *supra* 6., da Parte I).

Por outro lado, as tropas de Mandume não conseguiram travar os destacamentos do Cuamato e do Evale, uma vez que permaneciam frescas por terem encontrado fraca resistência, por parte de Sihetekela, no Cuamato, e de Muatilefu e Chimbobolo, no Evale,<sup>425</sup> e, ao entrarem no quadrado português, acabaram por dar nova força ao destacamento do Cuanhama, o que acabou por ditar a derrota das forças cuanhamas na Môngua e o arranque para a ocupação da embala de Mandume. De facto, os dois destacamentos levaram nova força aos “tres mil soldados de Portugal, erguendo nas mãos uma bandeira triunfante, [o autor refere-se aos combates dos dias 20 e 21 de Agosto de 1915] mutilada pelas balas, jazem ao desamparo numa chana bloqueada de sertão, à mercê do acaso...”<sup>426</sup> O destacamento do Cuamato, liderado pelo coronel Veríssimo de Sousa, tinha conseguido reabastecer o

---

<sup>424</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 144.

<sup>425</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 244.

<sup>426</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, p. 136.

destacamento do Cuanhama, depois de uma extenuante marcha forçada, sendo recebido em festa pelos seus camaradas.<sup>427</sup>

### 3.1 As estratégias e as táticas utilizadas

Habitados à guerra de guerrilhas, os militares cuanhamas atraíam o inimigo para o local que escolhiam para o emboscar. De uma maneira geral, os povos do Ovambo atraíam ou deixavam as forças europeias progredirem e bivacarem junto de locais com água que permitissem as tropas dessedentar-se. Foi junto a um reservatório de água que os portugueses foram derrotados pelos cuamatós, em 1904, no Vau do Pembe e garantiram a vitória junto às cacimbas de Damequero, em 1907, que vingou o desastre de 1904, e da Môngua, em 1915, contra os cuanhamas. “Os combates travam-se, em particular, nos locais onde existe água (em número reduzido na quadra seca, factor muito de considerar na escolha da época propícia às operações) ou nas passagens obrigatórias e difíceis (regiões montanhosas e de dunas).”<sup>428</sup> Os africanos preferiam actuar de surpresa tirando todo o rendimento dos obstáculos do terreno, emboscar o inimigo e flagelá-lo com violência, mesmo quando os combates se travavam em campo aberto,<sup>429</sup> como se tratasse de uma armadilha de caça, em que a água servia de isco, para onde a presa era atraída e atacada por um efectivo superior ao das forças sitiadas.

Os cuanhamas sabiam perfeitamente que a progressão das forças portuguesas só era possível, desde que fossem controlando as várias cacimbas construídas pelos cuanhamas ao longo das suas rotas. A logística portuguesa, com os seus camiões em constante movimento, não tinha capacidade para ser autosuficiente em água e manter a sua frente de combate com reservas para satisfazer as suas necessidades. Tal sucedia devido ao número de combatentes e de animais de tracção do destacamento do Cuanhama que quanto mais se internava no Ovambo, mais se afastava do rio Cunene, a sua fonte abastecedora, pelo que tinha forçosamente de tentar conquistar as cacimbas. Nestas circunstâncias, foram facilmente atraídas, pelos cuanhamas, para aqueles locais.

Contra os portugueses utilizaram a sua tática tradicional, ou seja, quando tinham o inimigo na armadilha desferiam um violento ataque de início, para o desassossegar e embaraçar, fazendo com que os portugueses consumissem descontroladamente grande quantidade de munições para, em seguida os seus atiradores especiais com grande experiência passarem a fazer fogo selectivo criando nas forças portuguesas uma situação de *stress* de

---

<sup>427</sup> Idem, p. 141.

<sup>428</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 81.

<sup>429</sup> Idem, p. 79.

combate que as deixava desconfortáveis nas suas posições. Por fim, com o inimigo já imobilizado, desgastado e contaminado pelo *stress*, passavam ao assalto para o destruir.<sup>430</sup>

Nos dois primeiros dias os cuanhamas conseguiram que os portugueses consumissem uma grande quantidade de munições de infantaria e de artilharia. O próprio general Pereira d’Eça testemunhou que nos combates do dia 18 de Agosto, os seus soldados, enervados pelo baptismo de fogo, tinham consumido munições um pouco exageradamente.<sup>431</sup>

Em seguida, os africanos passavam a fazer tiro selectivo, esforçando-se por eliminar a cadeia de comando, porque os oficiais tinham sempre algo que os distinguiu dos outros militares, recursos equestres para paralisar a cavalaria, uma arma muito rápida e poderosa, principalmente em terrenos abertos sem grande cobertura de vegetação, e animais de tracção. Eliminando a cavalaria, os africanos eliminavam a possibilidade de serem envolvidos e cercados por esta arma ser muito rápida e com grande capacidade de se movimentar em campo aberto. Por outro lado, ao anularem a cavalaria, quebravam um elo muito importante na cadeia de comunicações entre os vários destacamentos presentes no cenário de guerra e impediam que eles se socorressem uns aos outros e a evacuar militares feridos.

No dia 19 de Agosto de 1915, o major Alberto Salgado escreveu no seu diário, com base nos relatos de mulheres que passaram pelo seu posto, vindas do Cuanhama, que os portugueses teriam levado uma grande tarefa.<sup>432</sup> Pereira d’Eça, comandante do exército invasor, reconheceu no seu relatório que o fogo cuanhama tinha causado, “em pouco tempo, importantes baixas, em oficiais, praças e gado.”<sup>433</sup> Mais adiante, o general revelou que no dia vinte, quando quis fazer sair a cavalaria para arejar o quadrado, foi-lhe dito pelo comandante do grupo de esquadrões que “só tinha quatro”<sup>434</sup> cavalos.

Depois da barragem de fogo intenso e da passagem para tiro selectivo, se os cuanhamas vissem que os sitiados começavam a fraquejar, passavam ao assalto num combate de corpo a corpo executado pelas suas tropas armadas com lanças, outras armas brancas e porrinhos.

“O ataque era desferido em grupo de atiradores mais ou menos concentrados, usando a emboscada e tirando sempre partido da surpresa. Para fazer fogo, aproveitavam o cerrado das

---

<sup>430</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, p. 130.

<sup>431</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 32.

<sup>432</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p. 220.

<sup>433</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 31.

<sup>434</sup> *Idem*, p. 35.

matas, procurando tenalhar sempre o adversário; e quando viam este hesitante, falho de munições e exausto, arremessavam-se sobre ele à azagaia, completando o envolvimento.”<sup>435</sup>

Era uma estratégia enervante, como dizia Júlio Gonçalves na sua obra *Sul d'Angola e o quadrado da Môngua* que desgastava os sitiados. Quando eram atacados, os cuanhamas enfrentavam os seus inimigos, deixando sempre um canal aberto para uma eventual retirada. Se o inimigo encetasse manobras de retirada ou ficasse imobilizado, as forças cuanhamas passavam ao assalto para a destruição da outra parte.

Todavia, se o inimigo resistia e não mostrasse que estava a fraquejar preferiam retirar para voltarem a atacar noutro local que achassem mais apropriado. Isto foi o que aconteceu no dia 18 de Agosto de 1915, quando o general português mandou os esquadrões de cavalaria perseguirem as tropas cuanhamas que recuaram para o interior da floresta, onde se reagruparam e contra-atacaram provocando-lhes “perdas consideráveis.”<sup>436</sup> Pereira d’Eça disse no seu relatório que os cavaleiros conseguiram dispersar as forças africanas, mas à custa de várias baixas.<sup>437</sup> No interior de uma floresta a infantaria tem mais mobilidade que a cavalaria, a que se deve acrescer o facto de os africanos serem excelentes a tirarem proveito dos obstáculos que a vegetação lhes proporcionava. Um contra-ataque africano muito semelhante, já havia acontecido no Cuamato constituindo a acção que ditou a derrota dos portugueses no Vau do Pembe.

Mandume e o seu estado-maior sabiam que as armas pesadas podiam desequilibrar a correlação de forças durante os combates, pelo que tentaram por todos os meios adquirir metralhadoras e canhões, mas não conseguiram concretizar a sua aquisição.

Por seu turno, os portugueses utilizaram a coluna tripla como formação de progressão, por ser mais fácil de manobrar e rapidamente passarem à formação do quadrado, que era a formação de defesa que utilizavam em caso de ataque inimigo.<sup>438</sup> Assim, entraram no Ovambo com três colunas, em que as laterais tinham a obrigação de acabarem com núcleos de resistência e atrair forças inimigas para aliviar a pressão sobre a coluna principal, onde seguia o comandante-chefe, que tinha a missão de tomar Ondyiva. As colunas procuravam estar sempre na ofensiva, na medida em que os portugueses consideravam que os soldados das forças africanas ficavam moralmente fragilizados com os ataques continuados das forças invasoras, principalmente quando sentiam ameaçada a sua retaguarda e a possibilidade de

---

<sup>435</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 74

<sup>436</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 138.

<sup>437</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 31.

<sup>438</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, pp. 134-135.

retirada.<sup>439</sup> Esta situação aconteceu nas cacimbas da Môngua, quando o general português, no dia 20 de Agosto, ordenou o contra-ataque com pelotões alternados para afastar os cuanhamas. De uma maneira geral, os exércitos do Ovambo colocavam os seus familiares em vias que consideravam propícias para uma eventual retirada, para melhor os protegerem e processarem a evacuação mais rapidamente.<sup>440</sup>

No quadrado da coluna do Cuanhama, o contra-ataque dos portugueses com pelotões alternados visava aliviar a pressão que era exercida pelos africanos sobre o quadrado, sem deixar intervalos para impedir a infiltração dos soldados cuanhamas o que podia gerar um fatal corpo-a-corpo.<sup>441</sup>

Enquanto isso, os outros destacamentos portugueses foram cumprindo os seus objectivos, desgastar as forças africanas, proceder à ocupação dos seus territórios e executar as operações que fossem necessárias para desafogar a coluna onde seguia o general Pereira d'Eça. O general português, quando sentiu que a sua coluna estava a ser fortemente pressionada, correndo um grande perigo por estarem imobilizados pelo cerco imposto pelos cuanhamas, enviou uma mensagem ao comandante do destacamento do Cuamato a ordenar-lhe que atacasse “a Ngiva”<sup>442</sup> para descomprimir a situação que viviam no quadrado. A situação dos sitiados era tão aflitiva que esta acção não chegou a ser realizada, porque o destacamento teve de empreender uma marcha forçada e enfrentar vários ataques dos africanos, para acudir o destacamento do Cuanhama com víveres e munições.<sup>443</sup>

Durante as acções militares, a artilharia portuguesa desempenhou um papel muito importante, pois sempre que era possível utilizá-la, ajudava a abrir caminho ou a desalojar as forças cuanhamas, como aconteceu nas cacimbas da Môngua numa tentativa de impedir que as entupissem de areia e ramos de espinheiras, ou envenenassem a água dos reservatórios.

A artilharia desempenhou também um papel importante para desafogar o quadrado da pressão exercida pelas forças cuanhamas, a quem causou um elevado número de baixas, principalmente no combate do dia 20 de Agosto.

O general português que menosprezou o valor dos soldados cuanhamas acabou por confessar que “não esperava uma tam dura investida do gentio, nem que êste estivesse tam bem armado, municiado e instruído.”<sup>444</sup>

---

<sup>439</sup> Idem, p. 129.

<sup>440</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 365.

<sup>441</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, 140.

<sup>442</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 33.

<sup>443</sup> Idem, p. 38.

<sup>444</sup> Idem, p. 32.

### 3.2 A derrota dos cuanhamas e o abandono de Ondjiva

Os combates da Môngua foram muito violentos e, segundo monsenhor Keiling, “de parte a parte houve feitos dignos de louvores. Uns e outros comportaram-se como heróis.”<sup>445</sup>

Pereira d’Eça prestou homenagem aos seus opositores, onde “no último combate, durou dez horas a uma distância que chegou a ser de 50 metros, revela um moral e uma instrução de tiro e de aproveitamento dos abrigos que fariam honra às melhores tropas brancas.”<sup>446</sup>

Os dois exércitos bateram-se com grande bravura e muita coragem, mas os portugueses tinham a seu favor as armas pesadas e a grande mobilidade das suas forças operacionais e da sua logística. Estas armas portuguesas associadas à fome que assolava o Cuanhama acabaram por decidir o resultado da invasão a favor dos portugueses.

Mandume não conseguiu adquirir armas pesadas e, ao ver que não conseguia desalojar os portugueses, retirou-se por volta do dia 24 de Agosto para Ondjiva. Em seguida, partiu para o Sudoeste Africano, onde se encontrou, no dia 29 de Agosto, com as autoridades inglesas para lhes pedir o seu apoio, em virtude de ter perdido muitos homens e de querer continuar a combater os atacantes.<sup>447</sup>

Convém sublinhar que o ohamba não fugiu, ao contrário do que René Pélissier afirmou, pois Mandume tinha a intenção de conseguir o apoio dos ingleses para continuar a luta contra o exército colonial português.<sup>448</sup>

Os oficiais britânicos recusaram conceder-lhe apoio militar, o que, nas palavras do major S.M. Pritchard, fez Madume ficar “desapontado e aflito perante minha decisão, os olhos encheram-se-lhe de lágrimas e estava completamente desanimado.”<sup>449</sup>

Contudo, os ingleses prometeram ao ohamba a sua protecção, visto que consideravam Mandume um bom chefe que exercia um excelente controlo sobre as suas populações e que arrastaria consigo uma boa parte dos seus “súbditos” que também interessavam aos ingleses, por serem excelente mão-de-obra. Aliás o Sudoeste Africano já tinha um grande contingente de trabalhadores cuanhamas que haviam sido contratados durante a administração colonial

---

<sup>445</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, *op. cit.*, p. 75.

<sup>446</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 46.

<sup>447</sup> MORBEY, Tomás M., oficial da secretaria-geral, tradutor, *op. cit.*, parágrafo, 37.

<sup>448</sup> PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, *op. cit.*, p. 374.

<sup>449</sup> Idem, parágrafo, 42.

alemã. Um oficial colonial ao comentar a fome, no Ovambo, disse que ela iria obrigar um grande número de pessoas a deixarem a sua terra à procura de emprego.<sup>450</sup>

A grande movimentação das populações para sul, em direcção ao território da actual Namíbia, devido à guerra e às catástrofes ambientais, preocupava os ingleses e alguns chefes africanos do Sudoeste Africano. Como já foi dito os ingleses estavam interessados na mão-de-obra dos cuanhamas, mas queriam que a sua entrada no território colonial inglês se processasse sem grandes convulsões. Por este motivo, o major britânico Pritchard encontrou-se com o chefe Ondonga, Martin ja Kazikua, e pressionou-o a ajudar Mandume, tendo Martin expressado o seu temor de que os portugueses iriam empurrar os cuanhamas para a Ovambolândia e que isso provocaria muitos tumultos e confusão, com consequências desastrosas, pois o povo Ondonga não tinha comida suficiente e não podia ajudar os refugiados cuanhamas.<sup>451</sup> Assim, os britânicos resolveram proteger o chefe cuanhama, tendo subjacente a defesa dos seus interesses que era o de manter a ordem na região, visto que, naquela altura, tinham poucos efectivos na Ovambolândia.

Enquanto, Mandume tentava obter o apoio dos ingleses para expulsar os portugueses que estavam totalmente imobilizados, quando partiu para a colónia inglesa, o seu exército começou a esboroar-se. Alguns dos seus chefes e as suas tropas começaram a abandonar a linha da frente ou a entregarem-se às tropas portuguesas. A fome, as munições que começavam a escassear, o cansaço dos militares cuanhamas por estarem a combater há vários dias, tendo em consideração que não tinham a mesma logística que os portugueses, e de não terem conseguido desalojar os invasores, foram algumas das razões que levaram ao abandono do campo de batalha. Por outro lado, o Cuanhama pouco antes da “entronização” de Mandume vivia um período de grande anarquia, a que o chefe teve de pôr fim. Havia uma grande tensão devido à fragmentação do poder central no tempo dos eehamba Weyulu e Nande (antecessores de Mandume), onde os herdeiros do poder e os omalenga começaram a juntar seguidores e a criar vários locais de poder. Esta situação provocou graves tensões entre o ohamba e os omalenga.<sup>452</sup> Por isso, Mandume legislou com mão de ferro, principalmente, para acabar com os abusos de poder de altos dirigentes. Segundo Napandulwe Shiweda, que cita Patricia Hayes na sua obra “A History of the Ovambo of Namibia, 1880-1930”,

---

<sup>450</sup> GEWALD, Jan-Bart, Dr, “Ondjala yawekomba: Near death in the streets of Karibib”, disponível em, <http://www.namibweb.com/kar.htm>, acedido a 10.11.2014.

<sup>451</sup> GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *op. cit.*, p. 218.

<sup>452</sup> SHIWEDA, Napandulwe, *Omheddi: Displacement and legitimacy in oukwanyama politics, Namibia, 1915 - 2010*, disponível em, [http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/2922/Shiweda\\_PHD\\_2011.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/2922/Shiweda_PHD_2011.pdf?sequence=1), acedido a 10.10.2014, p. 25.

Mandume, pôs fim aos tiros desnecessários e as pessoas só podiam utilizar as armas no cumprimento de missões superiormente atribuídas. Começou a julgar e a punir aqueles que declaravam ter enfeitado outras pessoas. Com a implementação destas medidas Mandume começou a atacar as bases e o poder dos seus rivais, para acabar com os abusos de poder dos omalenga. Os chefes prevaricadores foram acusados de matarem pessoas para se apropriarem das suas colheitas e do seu gado.<sup>453</sup> Os omalenga tinham-se apossado de poderes excessivos e alguns actuavam com a ajuda dos portugueses para desafiar Mandume.<sup>454</sup>

O conjunto destas situações, a fome, a falta de munições, o cansaço, os resquícios de lutas antigas, a ajuda inglesa que não se concretizou, o surgimento de novos candidatos a ohamba, o que implicou imediatamente a divisão da instituição militar devido ao alinhamento dos seus efectivos com as várias candidaturas e o abandono a que Mandume foi votado, como diz a canção popular, “tamuefele Naingo, abandonastes cobardemente o chefe”, foram o fio condutor que levou à desintegração do exército Cuanhama. Note-se que Mandume ao legislar contra os “nobres” pretendia impedir o seu enriquecimento e conseqüentemente acabar com os focos de oposição.

Perante esta situação, o chefe cuanhama regressou a Ondyiva para tirar o armamento disponível e os seus bens e regressou ao Sudoeste Africano, visto que, segundo as autoridades inglesas, aceitou mudar-se para a Zona Neutra, onde tinha a sua protecção, desde que não desenvolvesse actividades militares contra os portugueses. “Mandumbi, chegou, igualmente á tarde. Informou-me haver posto fogo á sua povoação e removido todos os seus haveres para a fronteira, á procura de protecção.”<sup>455</sup> A concessão de protecção a Mandume ficou plasmada num acordo de protecção que ele assinou com os ingleses e onde estavam estabelecidos uma série de impedimentos à sua actividade na Zona Neutra e nos territórios administrados pelos portugueses e pelos ingleses.<sup>456</sup>

Entretanto, os portugueses permaneceram imobilizados, cerca de doze dias, no mesmo local, pois só saíram da Môngua a 2 de Setembro, sem qualquer reacção por parte dos cuanhamas.

No dia 4 de Setembro, as tropas portuguesas começaram a entrar em Ondyiva numa imensa fila sem qualquer controlo com os homens a abandonarem o seu equipamento militar,

---

<sup>453</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, op. cit., p. 21.

<sup>454</sup> VIGNE, Randolph, “The moveable frontier, the Namibia-Angola boundary demarcation 1926-1928”, in VIGNE, Randolph e outros eds., *Namibia under South African rule, mobility & containment, 1915-46*, Oxford, James Currey Ltd, 1998, p 295.

<sup>455</sup> MORBEY, Tomás M., oficial da secretaria-geral, tradutor, op. cit., parágrafo, 46.

<sup>456</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, op. cit., p. 26.

o que podia ter sido um desastre, caso os cuanhamas se reorganizassem e tivessem contra-atacado. Devido à entrada anárquica, em Ondyiva, alguns oficiais “falam da entrada na Ngiva como uma das maiores vergonhas.”<sup>457</sup> Segundo o major Salgado os militares entraram “à formiga” na capital de Mandume, o que quer dizer que entraram em grupos isolados, sem qualquer ligação, transformando a coluna numa unidade nada compacta devido à sua extensão. Segundo Botelho Moniz, “a vulnerabilidade do *comboio* reside, sobretudo, no *alongamento*, que o comandante do comboio deverá reduzir, o mais possível, am cada alto [ordem de estacionar para as tropas descansarem].”<sup>458</sup>

Nessa marcha, os próprios portugueses reconheceram que, devido à falta de disciplina, qualquer ataque inimigo podia facilmente criar-lhes grandes dificuldades.

“Pensei então que, se nêsse instante, os alemães da Dámara, guerreiros do Mandume, o pobretão do Calola, meia dúzia de selvagens, surgissem na orla afastada do mato, atacando com firmeza, tudo se entregaria tudo se deixaria chacinar a troco duma golada de água.”<sup>459</sup>

Os primeiros homens a entrarem em Ondyiva apenas encontraram ruínas ainda fumegantes, pois a população tinha incendiado a embala por ordem de Mandume, antes de partirem para o Yole, onde foi construída a nova embala.

Segundo testemunhos da população, ouvidos por monsenhor Keiling, Mandume, passado algum tempo, voltou a Ondyiva, aproximou-se do local da sua embala, “onde não pôde penetrar por se achar ocupada pelos soldados europeus. Deu, conta a tradição local, duas ou três voltas por fóra do cercado da libata e disse: «É inútil; está tudo perdido.»”<sup>460</sup>

Depois de ter assumido a chefia do seu exército na batalha da Môngua, das deserções de alguns dos seus “generais” e da perda de grande quantidade de armas e de munições, Mandume resolveu conduzir pessoalmente as operações, a começar pelas de reconhecimento para, em seguida, desenvolver acções de guerrilha. Por esta razão, terá pensado em reocupar Ondyiva por ser um local estrategicamente bem colocado, com “água em abundância”<sup>461</sup> e de ter a cobertura de cerca de dois terços dos cuanhamas, ao contrário do Yole, onde construiu a sua nova embala, que estava localizado na Zona Neutra e onde apenas vivia um terço do povo cuanhama. Por outro lado, a partir da sua nova embala, Mandume teria de enfrentar o exército inglês que o tinha proibido de realizar operações militares e o exército português quando desencadeasse operações no território administrado por Portugal. Se conseguisse reocupar

---

<sup>457</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p.229.

<sup>458</sup> MONIZ, Júlio Botelho, *op. cit.*, p. 104.

<sup>459</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, p. 150.

<sup>460</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, *op. cit.*, p. 76.

<sup>461</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p.229.

Ondyiva apenas teria de se haver com o exército luso. Mas isso era impossível e foi isso que Mandume terá concluído, por já não ter a mesma capacidade militar e ao ver as tropas portuguesas já instaladas, com os dispositivos de segurança estabelecidos.

### 3.3 A repressão portuguesa

Com a tomada de Ondyiva os portugueses iniciaram a destruição da hierarquia de toda a sociedade cuanhama e de todos os que se tinham destacado em combate contra os portugueses. Os africanos que se entregavam eram imediatamente fuzilados desde que tivessem tido um papel de relevo na sociedade cuanhama ou nos combates contra os portugueses.

Na sua Portaria nº 40 publicada pelo governo geral de Pereira d'Eça, logo após a ocupação do Cuanhama, ficou plasmado um extenso “programa de governo” do Baixo-Cunene que abarcava, desde a situação político-militar às questões económicas e financeiras, passando pela justiça e um conjunto de disposições gerais.

No capítulo da “Acção Política”, alíneas b) e c) do artigo nº11 da referida portaria, foi instituído o que a seguir se discrimina pela ordem indicada das alíneas: “procurar conhecer as rivalidades entre os diferentes povos, aproveitando-as, já opondo uns aos outros, já apoiando-se nuns para subjugar os outros (...) Ter em atenção que o elemento essencialmente prejudicial são os chefes grandes, convindo portanto acabar com eles, destruir-lhes o prestígio e constituir núcleos pequenos sob a direcção de chefes que possam merecer confiança e que deverão ser muito vigiados.”<sup>462</sup>

Na alínea h) do artigo 18º, da mesma portaria, foi legislado o seguinte: “facilitar o angariamento de serviçais, tanto para o trabalho na zona ou sector como para qualquer parte da província e ainda para a ilha de S. Tomé, tendo em vista a influência civilizadora que resulta do trabalho, como ainda a vantagem económica para a província que resulta do trabalho em S. Tomé.”<sup>463</sup>

Nesta portaria foi também legislado que todas as autoridades africanas, as que reportavam ao administrador do concelho e as que foram desautorizadas, deviam estar sob controlo rigoroso.

A partir dos Gambos, os portugueses começaram a enforçar e a fuzilar aqueles que não colaboravam com a força invasora. O “soba” dos Gambos e outras pessoas foram mortas porque não colocaram carregadores à disposição do exército português, visto que não os

---

<sup>462</sup> EÇA, Pereira de, General, *op. cit.*, p. 671.

<sup>463</sup> *Idem*, p. 673.

tinham, pois muita gente tinha partido para sul à procura de alimentos, para se abrigarem nos territórios cuanhamas e muitos dos que ficaram nas suas casas estavam em dificuldades devido à fome. O soberano do Humbe foi “detido e amarrado, à espera da hora da fôrca. Essa hora chegou no dia seguinte, pelo meio-dia. Firme, resoluto, aparentando uma indiferença superior, a cabeça erguida, numa expressão de desafio e de orgulho formidável, êle próprio subiu à fôrca, meteu a cabeça no laço da corda”<sup>464</sup>

A política de terror implementada pelos portugueses, com inúmeros fuzilamentos, enforcamentos e raptos fez aumentar as dificuldades que o Ovambo vivia devido à seca e levou a que muitas pessoas se refugassem em territórios que não estavam sob administração portuguesa. A invasão coincidiu com a pior fase de uma fome severa, que ficou conhecida como a “fome que varreu” e em que, segundo estimativas, terão morrido 20.000 a 30.000. No Cuamato e no Cuanhama, localizado na colónia portuguesa, a violência física e a apreensão de cereais, fizeram crescer os efeitos da fome que matou centenas, possivelmente milhares, de pessoas e fez aumentar o número de refugiados, incluindo chefes, que rumaram para a Ovambolândia.<sup>465</sup> Depois dos combates da Môngua, muitos cuanhamas entregaram-se às forças portuguesas que os recebeu com violência. “Mas detestando a duplicidade, nem sempre o oficial se deixa ir no lôgro, e aos mais descarados logo ali os suspende dos galhos, de laço ao pescoço...O castigo de Mueneputo necessita de ser inexorável. Pelo caminho, para que perdure, memória desta soberana passagem, ardem os chilongos em fogo devastador e a ira dos nossos auxiliares não sofre restrição na sua vindita.”<sup>466</sup>

Os cuanhamas considerados muito perigosos eram condenados sumariamente e a pena executada imediatamente. Sobre este assunto o coronel Alberto Salgado escreveu no seu diário, no dia 05.09.1915, o seguinte: “o (capitão) Sebes mandou-me apresentar três pretos, um dos quais foi *lenga* do Tchiataquela, soba do Cuamato, um companheiro deste e um cuanhama que lhes dava asilo. (O capitão) mandou fazer essa prisão porque o gentio da região se foi lá queixar de (que) andavam por lá a roubar gado. Mande-os fuzilar bem como a dois Muhumbes.”<sup>467</sup>

Para além destas medidas, foram feitas deportações para Luanda e outras regiões da colónia e para as ilhas de S.Tomé e Príncipe e Cabo Verde, uma confiscação de grande número de cabeças de gado e a destruição pelo fogo de inúmeros eumbos. O conjunto destas

---

<sup>464</sup> GUSMÃO, Lapas de, *op. cit.*, p. 237.

<sup>465</sup> HAYES, Patricia, “The «Famine of the dams» gender, labour & politics in colonial Ovamboland 1929-1930”, *op. cit.*, p. 121.

<sup>466</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, p. 146.

<sup>467</sup> SALGADO, Alberto, Coronel, *op. cit.*, p.229.

medidas repressivas visavam empobrecer os cuanhamas e pô-los à mercê dos portugueses, porque num ano de grande fome, sem gado, sem mantimentos e com as suas propriedades destruídas, só lhes restava aceitar as condições de trabalho impostas pelos portugueses e sujeitarem-se aos preços que os colonos ofereciam pelos seus reduzidos produtos.

Era uma situação extremamente humilhante para aquele povo que se via a braços com novos problemas e sem meios para os resolver, pois para além de terem de alimentar as suas famílias, tinham de ter património para liquidarem o imposto de cubata lançado pelos portugueses. Esta medida fiscal e de submissão política ao novo poder era cega, por não ter em conta se os contribuintes e tributários tinham ou não património para o liquidar, como acontecia com a carga fiscal lançada pelo ohamba, que conhecia os contribuintes e lançava os impostos de acordo com as suas possibilidades. Quem não tinha meios para pagar os impostos, lançados pela administração colonial, era incorporado na massa de trabalhadores que prestavam trabalhos forçados.

Após a ocupação de Ondyiva, as medidas repressivas que os portugueses impuseram tiveram uma grande repercussão e produziram um efeito devastador nas populações do Humbe, Dongoena, Cuamato e Cuanhama, com a fuga de muitos populares para os territórios da actual Namíbia levando consigo os seus bens e o gado que lhes restava. Chegavam a partir eumbos inteiros, tendo alguns deles sido interceptados pelos militares portugueses, que os obrigavam a regressar às suas terras.

“O Humbe, vi-o eu ainda um formigueiro humano, é hoje a desolação; a Donguena era povoadíssima e está deserta, quasi sem pretos. O Cuamato e Cuanhama despovoaram-se; por toda a parte se vêem indícios de culturas e Chilongos abandonados.”<sup>468</sup>

### **3.4 A desintegração do exército cuanhama**

A derrota imposta por Pereira d’Eça aos cuanhamas e a decapitação do seu exército conduziu à desarticulação do aparelho político-militar, económico e social do Cuanhama e ao quase desaparecimento das elites próximas do poder derrubado.

Porém, de acordo as alíneas c) e d) do nº 11 da já referida Portaria nº 40, a administração colonial não destruiu completamente o aparelho administrativo dos africanos, mantendo os seculos, governadores de mucundas que não tiveram um grande desempenho na guerra contra os portugueses, e nomearam alguns da sua confiança que respondiam directamente ao administrador (sobre este assunto ver *supra*, 3.3 da Parte II.)

---

<sup>468</sup> MACHADO, Carlos Roma, Coronel de Engenharia, *op. cit.*, p. 79.

Os portugueses tomaram estas medidas, pois as mucundas eram mais fáceis de controlar, ao contrário das povoações com uma grande densidade populacional. Se os portugueses não tivessem tomado estas medidas corriam o risco de não conseguirem controlar o território e de se verem constantemente envolvidos em rebeliões, por não terem meios suficientes de por si só conseguirem dominar todo o território.<sup>469</sup>

Isto significou que os poucos eehamba que permaneceram no activo passaram a ser menos importantes que os seculos a quem cabia resolver pequenos problemas da população por serem o veículo de ligação entre o seu povo e a administração colonial. No entanto, em algumas situações os eehamba, mesmo os desautorizados, podiam ser ouvidos em segunda instância na resolução de algumas desavenças.<sup>470</sup> “De um modo geral, embora com um êxito variável, a administração colonial tentou fortalecer a posição dos «seculos» em detrimento da dos «sobas». Porém, conforme as situações, os agentes económicos e administrativos da sociedade central não raramente solicitaram a colaboração dos «sobas» quando tal parecia indispensável ou prometia dar resultados melhores.”<sup>471</sup>

Esta medida administrativa de governação indirecta, foi também implementada pelos ingleses, por preferirem os cuanhamas que se mantinham fiéis às suas leis e tradições, aos que se tinham proletarizado e que perante a violência e as injustiças dos patrões se tornavam mais reivindicativos, o que para as entidades patronais era o mesmo que conflituosos. Para os empregadores os emigrantes que viviam de acordo com os seus costumes não precisavam de um controlo tão apertado como aqueles que, depois de anos de contacto com os europeus, adquiriam vícios próprios dos centros urbanos.<sup>472</sup> O que os empregadores queriam não eram trabalhadores disciplinados, mas submissos que trabalhassem de sol a sol e a troco de quase nada. Muitas vezes eram tratados com violência e as rações que lhes eram distribuídas nem sempre estavam em condições para o consumo humano. Perante um tratamento tão aviltante, as pessoas acabavam por se revoltar.

Deve-se recordar que alguns eehamba tiveram um papel vital na massificação da contratação e na disciplinação dos trabalhadores emigrantes.<sup>473</sup> (a este propósito ver *supra*, 4.2 da Parte I). Apesar disto, os chefes africanos entravam muitas vezes em conflito com as autoridades coloniais, por terem de defender os seus interesses e das suas populações, visto

---

<sup>469</sup> GARCIA, João Carlos e SANTOS, Maria Emília Madeira, “A representação antes da alienação: imagens cartográficas da organização do espaço angolano (c. 1883 – c. 1930)”, *op. cit.*, pp. 96-97.

<sup>470</sup> *Idem*, pp. 96-97.

<sup>471</sup> SILVA, Elisete Marques da, *Impacto da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola*, Lisboa, ISCTE-Centro de Estudos Africanos, 2003, p. 32.

<sup>472</sup> EMMETT, Tony, *Popular resistance and the roots of nationalism in Namibia*, Basel, P. Schlettwein Publishing, 1999, p. 199.

<sup>473</sup> *Idem*, p. 204.

que tinham como referência as suas leis e tradições e não conheciam plenamente os objectivos das autoridades coloniais. Uma simples pergunta para obter informações das autoridades coloniais, em alguns casos, podia ser considerada uma instrução. Quando estas contradições se agudizavam as autoridades coloniais, portuguesas e inglesas, usavam a força e demitiam os chefes incumpridores.<sup>474</sup>

Devido ao esboroar do exército cuanhama, foram poucos os omalenga que acompanharam Mandume até à nova embala, no Yole, com o objectivo de continuarem a luta contra os portugueses. Muitos omalenga entregaram-se ao exército invasor, a julgar pelos relatos portugueses, e abandonaram o seu chefe supremo.

Como diz a canção popular cuanhama: “Ovakwanyama ‘malai! Vós, Cuanhamas, sois estúpidos! Tamuefele Naingo Abandonastes cobardemente o chefe, Adalwa ko ina ewifa, Ele, filho único de sua mãe, Semuweda okakambe O cavaleiro incomparável, N’outa wosalupenda! Com a sua bela arma Mauser!”<sup>475</sup>

O ohamba sentiu muitas dificuldades para reorganizar as suas forças e a economia do Cuanhama, para continuar a sua luta contra o invasor e tentar atenuar os efeitos da fome. Tudo parecia contra Mandume, pois além da determinação dos portugueses para eliminá-lo e dos efeitos da derrota militar e da fome, o ohamba teve de lidar com os resultados das suas tentativas para restaurar a sua autoridade. A destruição de reservas de cereais feita pelas autoridades coloniais, num momento de escassez de alimentos prejudicava a autoridade de Mandume, pois ele não conseguia fornecer rações aos seus seguidores e manter as provisões para satisfazer as necessidades do povo. Esta situação minava a autoridade de Mandume, pois ohamba era abandonado se não conseguisse assegurar a satisfação das necessidades do povo.<sup>476</sup> Era o ohamba que assegurava a abundância das chuvas, marcava a época das sementeiras e das colheitas e defendia a manutenção das provisões, ou seja, assegurava as condições necessárias para que o povo tivesse muitos mantimentos. A ausência destas condições conduzia à diminuição da sua autoridade.

Foram de facto muitas as contrariedades para Mandume, a fome, a derrota militar e o abandono a que foi votado por alguns chefes militares, a quem castigava por terem desistido de lutar, o que fez engrossar o número dos que se afastaram dele, pois o grande chefe via

---

<sup>474</sup> Idem, p. 204.

<sup>475</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p. 109.

<sup>476</sup> VIGNE, Randolph, “The moveable frontier, the Namibia-Angola boundary demarcation 1926-1928”, in VIGNE, Randolph e outros eds., *Namibia under South African rule, mobility & containment, 1915-46*, *op. cit.*, p. 295.

inimigos em todo o lado e já não procurava fazer alianças ou acções diplomáticas de maneira a ter sempre uma saída.

Entretanto, os ingleses encontraram-se com os portugueses e acertaram uma série de assuntos para a definição definitiva da fronteira entre a colónia inglesa e a colónia portuguesa. Nesse encontro, ficou estabelecido que a Zona Neutra seria administrada conjuntamente pelos dois poderes coloniais e que seriam colocados, em Namakunde, os seus representantes. Nestas reuniões foram também discutidas as frequentes viagens do ohamba entre os territórios sob administração portuguesa e inglesa.

Mandume não concordou com os acordos saídos destes encontros porque, na sua opinião, significavam a separação definitiva de uma grande parte dos seus territórios, o impedimento de acompanhar uma parte significativa do seu povo e de exercer a sua autoridade e defender o seu povo. O clausulado destes acordos limitava fortemente a circulação do chefe africano que o desrespeitava constantemente no exercício da sua autoridade, pelo que os ingleses começaram a vê-lo como um impecilho nas relações luso-britânicas. Por estas razões, Mandume concluiu que não podia confiar em nenhum dos poderes coloniais e revoltou-se.

Assim, a partir da sua nova capital, Mandume e os poucos omalenga que o tinham acompanhado, encetaram acções de guerrilha executadas por pequenos grupos guerrilheiros, que criaram sérios problemas ao poder colonial, embora estivessem proibidos pelas autoridades inglesas. Numa operação realizada, no dia 30 de Outubro de 1916, esmagou uma coluna portuguesa comandada por Raul José d'Andrade que tinha como objectivo submeter definitivamente o soberano cuanhama.<sup>477</sup>

Segundo os ingleses, Mandume não estava a cumprir o que havia acordado, pois continuava a movimentar-se entre as duas colónias, inglesa e portuguesa, e a exercer a sua autoridade sobre todos os seus “súbditos”, pelo que devia ser castigado, pois as suas actividades estavam a gerar conflitos entre as duas potências coloniais. Apesar de lhe ser apontada a violação da fronteira cartográfica, negociada pelas potências coloniais, os ingleses e os portugueses consideravam imperdoável o facto de Mandume querer manter as suas fronteiras de fidelidade. Entretanto deu-se o embate, de 30 de Outubro de 1916, entre os cuanhamas e os portugueses, em que as forças coloniais foram derrotadas, tendo morrido dezanove soldados, incluindo o seu comandante, e capturado quatro cavalos, metralhadoras, viaturas, espingardas e munições. Um funcionário colonial afirmou que Mandume tinha

---

<sup>477</sup> PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, volume II, *op. cit.*, p. 254.

executado as referidas operações para unir o seu povo dos dois lados da fronteira colonial, o que criava uma situação perigosa. Na verdade, esta situação não ia ao encontro dos objectivos coloniais, visto que pretendiam, precisamente, a divisão dos cuanhamas. Depois destes acontecimentos, o general Botha envolveu-se no caso e disse a Mandume para se apresentar em Windhoek, capital do Sudoeste Africano.<sup>478</sup>

Neste cenário, o ohamba recusou-se a apresentar-se na capital da colónia inglesa porque estava localizada fora do território cuanhama e, como já foi dito, segundo as leis cuanhamas Mandume estava impedido de sair do seu território. A posição do chefe africano foi considerada pelos britânicos como uma afronta merecedora de castigo e, assim, atacaram a sua embala, a 6 Fevereiro de 1917, onde Mandume viria a morrer. As tropas inglesas cercaram a embala de Mandume pelo lado oposto em que o ataque foi feito, possivelmente, para que ele se rendesse sem violência. O chefe dos cuanhamas não fugiu nem se rendeu, optou por combater, embora estivesse em desvantagem.<sup>479</sup> Desta maneira, Mandume cumpriu o que dissera aos ingleses quando o mandaram apresentar-se em Windhoek, ou seja, que não era um animal, que era um homem e que lutaria até ao seu último cartucho.<sup>480</sup>

Na versão do povo cuanhama, Mandume foi atacado pelos ingleses na sua embala, no Yole, onde combateu acompanhado de jovens soldados, alguns eram seus familiares, mas já não tinha ao seu lado nenhum dos seus grandes chefes militares e nem Calola saiu em defesa do seu chefe. Durante o combate, o ohamba foi ferido e, sentindo que podia ser capturado por já não ter capacidade para continuar a lutar, preferiu suicidar-se.<sup>481</sup> Segundo o padre Charles Mittelberger, que viveu cerca de cinquenta anos no Cuanhama, a versão popular é a mais consensual.<sup>482</sup>

### 3.5 O fim da autonomia dos cuanhamas

A derrota sofrida pelos cuanhamas e a ocupação da embala do ohamba, localizada em Ondyiva, deitou a perder o jogo diplomático que Nande conduzira inteligentemente, no

---

<sup>478</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, op. cit., p. 29.

<sup>479</sup> Idem, p. 31.

<sup>480</sup> SILVESTER, Jeremy, *My heart tells me that I have done nothing wrong: The fall of Mandume*, apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, disponível em [http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda\\_MA\\_2005.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda_MA_2005.pdf?sequence=1), acedido a 10.09.2014, p. 30.

<sup>481</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, "Cuanhamas", *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, op. cit., p. 76.

<sup>482</sup> PADRÃO, F. Cerviño, op. cit., p. 245.

sentido de manter boas relações com os portugueses, alemães e ingleses e acabou com o sonho que ele e Mandume tiveram de edificar um Ovambo uno e autónomo sob a sua direcção.

Com efeito, o fim do exército cuanhama criou inúmeros problemas à sociedade cuanhama, por lhe terem partido a coluna vertebral. De repente, as chefias desapareceram e a autoridade foi transferida para outras pessoas, os jovens, a grande força do exército, passaram a vaguear sem nada que fazer, devido ao fim das operações de cobrança de impostos e captação de novos territórios e de novos produtos, pelo que foram rapidamente absorvidos pelo mercado de trabalho colonial. Há muito que os portugueses ambicionavam possuir o manancial da extraordinária mão-de-obra cuanhama. “Na sua população excepcionalmente densa e muito sãdia contêm uma reserva de braços altamente apreciável e absolutamente necessária para o desenvolvimento agrícola da colónia.”<sup>483</sup> No entanto, essa grande alteração não trouxe riqueza ao povo cuanhama, porque para além do trabalho forçado, a maior parte dos trabalhadores não eram remunerados.

Por sua vez, os ingleses procuraram não perder a grande quantidade de mão-de-obra que se refugiara nas regiões sob a sua administração e incitaram muitos cuanhamas a atravessarem a fronteira entre as duas colónias para se alojarem no Sudoeste Africano. Aos que aceitaram as suas propostas foram atribuídas terras, adquiridas pelos ingleses, e concederam-lhes uma série de benefícios. Muitos dos cuanhamas que passaram para o Sudoeste Africano eram omalenga que tinham sido convidados a fugir do lado português, por funcionários ingleses que prometiam generosas concessões de terras aráveis e os empregos mais bem pagos. Para dar andamento a este plano, Hahn, governante inglês, comprou a área de Eenhama, no leste da Ovambolândia, ao Rei Martin de Ondonga, e passou a designá-la por Cuanhama Oriental. A área adquirida foi colocada sob a autoridade dos omalenga que tinham a confiança das autoridades inglesas e estava reservada aos refugiados do Cuanhama e a todos os que aceitavam a autoridade dos chefes. A todas as pessoas que estavam nestas situações, as autoridades coloniais inglesas entregaram meios para a construção de estradas de terra, furos de água e poços.<sup>484</sup> Nos novos territórios, os refugiados ergueram as suas casas da mesma maneira que os seus antepassados, embora estas estivessem muito afastadas umas das outras, contrariamente ao que acontecia antes. As casas construídas, até 1950, não eram diferentes das que tinham sido construídas no tempo do ohamba Weyulu, pois os construtores tinham sempre em atenção a localização de lugares com água.<sup>485</sup>

---

<sup>483</sup> BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, *op. cit.*, p. 76.

<sup>484</sup> KREIKE, Emmanuel, *op. cit.*, p. 182.

<sup>485</sup> Idem, pp. 184 -185.

A decapitação do exército conduziu à desintegração da sociedade cuanhama, restando apenas o respeito pelos mais velhos e algumas tradições das linhagens sanguíneas, pois, para além das alterações motivadas pela fuga, desmembramento das famílias e a fome, o número de cristãos começou a crescer rapidamente e a influenciar a vida dos cuanhamas. A pouco e pouco, as regras cristãs foram-se impondo, independentemente das populações continuarem “clandestinamente” a realizar os seus rituais tradicionais. As mulheres, por exemplo, na governação de Mandume passaram a ter direitos que antes apenas pertenciam aos homens. Porém, depois da derrota dos cuanhamas a pouco e pouco as mulheres foram perdendo esses direitos, devido à acção das missões cristãs e dos governos coloniais de Angola e do Sudoeste Africano. Os maridos passaram a ser considerados os chefes das famílias e os donos das propriedades agro-pecuárias, em contraste com o que acontecia até 1920, em que o marido e a mulher eram os co-proprietários das suas propriedades.<sup>486</sup>

Antes de 1915, os cristãos do Cuanhama formavam uma minoria isolada e insignificante. Entre 1920 e 1930, o número de cristãos cresceu e com a ajuda dos missionários, na década de 1930, eles desafiaram os mais velhos e os chefes por questões relacionadas com o casamento e a iniciação. Esta disputa, pelo menos em parte, era sobre a terra e o controlo do trabalho doméstico, o que ajuda a explicar a ferocidade dos conflitos de 1930.<sup>487</sup> Em certas regiões da Ovambolândia, a terra tornou-se um bem escasso o que gerou discórdias relacionadas com as fronteiras internas, tendo algumas destas persistido até ao presente, como foi o caso, em 2004, na Namíbia, entre o Cuanhama e o Ondonga.<sup>488</sup>

Sobre as cinzas da embala de Ondyiva foi erguida a sede do poder militar e administrativo colonial, numa demonstração de que imperava o poder exercido pelos portugueses e que tudo estava perdido para os cuanhamas, enquanto povo autónomo e livre.

A pouco e pouco, a sociedade foi-se adaptando ao novo cenário institucional, o que conduziu ao aparecimento de novos actores sociais e económicos. Os emigrantes bem sucedidos, principalmente os mineiros que trabalhavam nas minas da vizinha colónia inglesa, anteriormente alemã, refizeram as suas manadas de gado.

Todavia, a antiga elite cuanhama começou a sentir-se ultrapassada por este grupo jovem emergente e reagiu, numa tentativa de fazer valer a sua autoridade, com a exigência do cumprimento de algumas leis que há muito, mesmo antes da invasão, que não eram tomadas

---

<sup>486</sup> Idem, p. 184

<sup>487</sup> Idem, p. 182.

<sup>488</sup> DOBLER, Gregor, *op. cit.*, pp. 21-22.

em consideração. Neste quadro em que os mais velhos não tinham o mesmo papel que usufruíam antes da colonização, cresceu a sua revolta contra os jovens. Os mais velhos fizeram as suas próprias reivindicações sobre os novos produtos trazidos pelos jovens, através da revisão de uma instituição pré-colonial conhecida como *omutenge* (literalmente fardo). Muita gente que foi inquirida já não se lembrava desta instituição, o que revelava que já antes era marginal. *Omutenge* era um sistema em que um jovem prestava um serviço ao pai ou a outro parente do sexo masculino e, em contrapartida, recebia uma vaca ou uma cabra para começar a construir o seu próprio rebanho. Ter pelo menos um animal era visto como um pré-requisito para o casamento, visto que um homem não era um adulto se não fosse proprietário de um animal. Com o passar do tempo, o «fardo» aumentou substancialmente depois de ter sido redefinido em termos de uma economia de dinheiro e se tornou uma prática universal.<sup>489</sup>

Depois da derrota nas cacimbas da Môngua, os *cuanhamas* foram resistindo conforme lhes foi possível, mas nunca perderam o orgulho nas suas tradições e na sua língua e terão sido os últimos a revoltarem-se contra o governo colonial português, em 1972, com manifestações de rua em Ondyiva. Depois das manifestações apresentaram ao Governador-Geral, em visita à região, um conjunto de reivindicações como o fim das fazendas, herdades, cercadas com arame farpado, redução do imposto para o valor em vigor no Sudoeste Africano, a eliminação do imposto de bicicleta, construção de escolas e recusaram-se a falar em português por estarem na sua terra. Com receio que a luta anti-colonial se estendesse até ao sul, a maior parte das reivindicações foram aceites pela administração colonial.<sup>490</sup>

Contudo, no campo da resistência tem de se destacar o papel de Mandume, devido à sua importância em todo o processo de resistência à ocupação estrangeira, na defesa da autonomia do *Cuanhama* e na tentativa da formação de uma unidade política que abrigasse todos os povos do *Ovambo*. Recordemos que o *ohamba* disse ao Major Pritchard que, tanto ele como os seus antecessores, consideravam que o seu “paiz” por direito sempre lhes pertencera. Pelas palavras de Mandume podemos ver que tinha a noção da sua autonomia e da sua história pelo que exigia que esta fosse respeitada.

Mandume foi sobretudo um inovador na governação do *Cuanhama*, num período conturbado, tendo, primeiramente, lançado uma série de medidas para estabilizar a economia e dar segurança à população. Ele é tido nas fontes escritas e orais, como sendo o primeiro que teve uma visão coerente da necessidade de mudanças internas. Mandume emitiu pela primeira

---

<sup>489</sup> MCKITTRICK, Meredith, “Generational struggles & social mobility, in Western Ovambo communities, 1915-54”, in VIGNE, Randolph e outros eds., *Namibia under South African rule, mobility & containment, 1915-46*, Oxford, James Currey Ltd, 1998, p. 251.

<sup>490</sup> SILVA, Elisete Marques da, *op. cit.*, p. 34.

vez uma lei sobre as árvores de fruto, em que proibiu a colheita de fruta que não estivesse madura, principalmente, das árvores omuandi cujo fruto tinha sido colhido prematuramente durante as últimas secas, com autorização de Nande, seu antecessor. O primeiro prevaricador foi obrigado a comer todos os frutos que tinha colhido.<sup>491</sup> Ainda no âmbito dos melhoramentos económicos e sociais, impôs a manutenção e limpeza das cacimbas por quem as utilizasse para que tivessem sempre água. Mandou construir pelos seus territórios inúmeras chimpacas para aliviar o Tchimporo que estava saturado devido ao crescimento das manadas.<sup>492</sup> Controlou e impôs preços para os cereais que eram vendidos no Cuanhama e incitou os seus “súbditos” a aumentarem a produção agrícola, exortando-os a cultivar mais terras, para diminuir os efeitos da seca e a escassez de alimentos.<sup>493</sup>

O chefe cuanhama revogou uma antiga lei que impedia as mulheres de serem proprietárias de cabeças de gado, fazendo aprovar uma nova lei que dava às mulheres todos os direitos de terem as suas manadas e penalizava aqueles que agissem contra elas. A partir da entronização de Mandume, em 1911, tudo melhorou, mas durante o reinado de Weyulu algumas pessoas submetiam as outras pessoas a pesados impostos. As mulheres não podiam manter o gado em suas casas, visto que só os chefes e outras pessoas bem colocadas é que podiam ter gado. Quando Mandume tomou o poder decretou que todos podiam ter gado, incluindo as mulheres e prometeu castigar todos os que se apossassem do gado e dos cereais que era propriedade delas.<sup>494</sup>

Com estas medidas, o ohamba pretendia tornar o Cuanhama auto-suficiente em produtos alimentares, em cabeças de gado, diminuir os gastos na compra de cereais, e tornar mais consistente a segurança das populações. Com a abertura de cacimbas e chimpacas por todo território cuanhama, não era necessário levar o gado para o Tchimporo e, por isso, o gado podia permanecer mais perto dos seus proprietários o que facilitava a sua guarda, a negociação com os comerciantes estrangeiros e melhorava as dietas alimentares pois o fornecimento de leite podia ser feito mais regularmente.

Desde o início da sua governação, Mandume encetou contactos com os outros povos do Ovambo para que fossem celebrados acordos de amizade e de boa vizinhança que, mais tarde, proporcionaram ao chefe dos cuanhamas uma grande ascendência sobre as outras

---

<sup>491</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, op. cit., p. 21.

<sup>492</sup> PADRÃO, F. Cerviño, op. cit., p. 243.

<sup>493</sup> SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, disponível em [http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda\\_MA\\_2005.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda_MA_2005.pdf?sequence=1), acedido a 10.09.2014, p. 24.

<sup>494</sup> KREIKE, Emmanuel, op. cit., p. 47.

partes. Ao abrigo destes tratados em caso de invasão do Cuanhama os povos em seu redor funcionariam como tampões, o que veio a acontecer quando as tropas de Pereira d'Eça atravessaram o Cunene, embora a resistência desses povos tenha sido fraca devido a uma série de factores, como a fome e algum desgaste militar provocado por anteriores investidas dos portugueses. Para salvaguardar a boa implementação dos acordos, Mandume tomou algumas medidas para punir quem não os respeitasse. Assim, proibiu a captura de gado nos territórios dos seus vizinhos com quem tinha celebrado os acordos. O primeiro transgressor foi forçado a beber o leite de todas as vacas que tinha capturado.<sup>495</sup>

Depois de implementadas estas medidas, o ohamba atacou os elementos que punham o Cuanhama em polvorosa devido às suas ambições. Neste sentido, para acabar com os focos de oposição, encabeçada por alguns omalenga poderosos, e unificar todo o povo cuanhama, Mandume procurou impor a autoridade central, lançando ataques contra os omalenga, que tinham muito poder e, como tal, tinham a capacidade de criar grupos de seguidores.<sup>496</sup> Nessa luta, o ohamba utilizou o ritual de iniciação das raparigas para acalmar os omalenga e centralizar o governo. Numa dessas acções, onde Mandume demonstrou a sua determinação em acabar com a anarquia, opôs-se aos missionários alemães, impondo que as raparigas não se casassem nas igrejas cristãs sem terem participado na efundula, festas das raparigas que as preparava para o casamento.<sup>497</sup>

Na verdade, na entronização de Mandume, o Cuanhama passava por um período de grande turbulência e insegurança, com abusos de poder por parte dos chefes militares. Durante os governos de Weyulu e de Nande houve uma violência galopante no cuanhama, em que os velhos e as mulheres sofreram muito.<sup>498</sup>

Mandume era membro da linhagem mais importante do Cuanhama, foi educado pelos chefes mais ilustres do Cuanhama e frequentou a escola de uma missão alemã. Os relatos orais retratam Mandume como sendo uma pessoa pacífica que fez tudo o que podia pelo seu povo.<sup>499</sup> Este perfil do ohamba foi, de certa maneira, confirmado por monsenhor Keiling quando o visitou, em 1914, e que nos deixou as imagens do encontro que teve com o chefe cuanhama. “Acho-me afinal em frente de Mandume, esse déspota temido dos pretos num raio de 20 dias, o incendiário da nossa missão, o terror dos brancos e o pesadelo do govêrno.

---

<sup>495</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, op. cit., p. 22.

<sup>496</sup> Idem, p. 22.

<sup>497</sup> HAYES, Patricia, *Efundula and history: Female initiation in pre-colonial and colonial Northern Namibia*, op. cit.

<sup>498</sup> KREIKE, Emmanuel, op. cit., p. 37.

<sup>499</sup> SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, op. cit., p. 23.

Esperava ver um bandido terrível, de olhar sanguíneo, movimento nervoso, aspecto feroz, e, em vez disso, tenho diante de mim um rapaz novo de 24 a 25 anos apenas, de uma estatura imponente, bastante nutrido, cara imberbe, apresentando uma leve cicatriz no olho esquerdo. Estende-me cortêsmente a mão e responde sem acanhamento ao meu cumprimento.”<sup>500</sup>

A sagacidade, inteligência, e o relacionamento que o ohamba mantinha com os seus conterrâneos não deixou impassíveis alguns dos seus oponentes, como por exemplo Júlio Gonçalves, do qual transcrevemos a sua opinião sobre o chefe dos cuanhamas, “Mandume, diziam, não era falho de cultura (...) Para com os subditos, tinha a mão doce e firme que faz os bons dirigentes, nunca usando de crueldades, mas nunca descendo a convivências comprometedoras. Era um chefe negro (...), docil mas valente, rijo caçador de elefantes, amigo de proteger as permutas comerciais no seu domínio.”<sup>501</sup>

Ainda assim, Mandume, por vezes, não deixou de utilizar a força e de exercer o poder de forma autoritária para impôr as suas ideias e leis. De facto o ohamba era uma pessoa forte e controversa. Isto é evidente na forma como ele se opôs aos missionários e ao cristianismo. Em Fevereiro de 1912, Mandume ordenou que jovens pastores levassem o gado para pastar nos campos da comunidade vinda da Renânia, com o objectivo de destruir as suas colheitas. Em outro caso, Mandume deu um tiro num jovem por ter dado o grito de guerra que estava proibido, enquanto poupava um companheiro do transgressor depois do seu pai lhe ter pago com a entrega de uma cesta de cereais.<sup>502</sup>

---

<sup>500</sup> KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, *op. cit.*, pp. 157 e 158.

<sup>501</sup> GONÇALVES, Júlio, *op. cit.*, p. 152.

<sup>502</sup> HAYES, Patricia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930* apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, *op. cit.*, p. 23.

## CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu estudar o fim da autonomia dos cuanhamas, entre 1900 e 1915, com o objectivo de sublinhar a historicidade africana no processo e afastar algumas ideias eurocêntricas que lhe foram associadas. Nesta jornada evitamos utilizar a terminologia europeia que em nada valoriza a história de África. Com isto, pretendeu-se valorizar a história daquele continente e do mundo, pois sempre que a história de uma das suas partes não está escrita na sua própria perspectiva, toda a história do mundo está desvalorizada.

Nesta perspectiva, procuramos estudar, como já foi dito, o fim da autonomia dos cuanhamas que, no início do século XX, era dos povos mais populosos de todo o Ovambo e estendia-se pelo sul e norte dos actuais territórios de Angola e da Namíbia, respectivamente. A região onde se fixaram era privilegiada pela sua riqueza agrícola e pecuária e a sua localização, por onde passaria a partir dos finais do século XIX o eixo de uma das maiores rotas comerciais da África Austral, tornar-se-ia muito importante para o enquadramento do Cuanhama na economia internacional.

Os cuanhamas eram liderados por um ohamba que após a sua investidura fazia uma viagem pelo interior para conhecer o seu território e se dar a conhecer às populações, pois estava impedido de sair das suas fronteiras e não podia entrar em combate. Quando havia assuntos a tratar no exterior, enviava uma comissão que agia em seu nome.

O chefe máximo dos cuanhamas exercia um poder centralizado, pois controlava o comércio externo, chefiava o exército, marcava as datas das sementeiras, colheitas, pesca, início das principais festividades e das obras hidráulicas.

Um conselho consultivo dava-lhe apoio na aplicação das suas políticas governativas, no julgamento e aplicação de penas, principalmente às pessoas que eram enviadas para as zonas desabitadas que circundavam o território cuanhama

O povo podia dirigir-se directamente ao ohamba, em especial, na entronização em que era aberto um período para lhe serem feitas queixas, críticas e sugestões. Apesar do apoio do conselho e da ligação directa ao povo, o ohamba procurava controlar tudo e não permitia veleidades aos estrangeiros e opositores.

A liderança forte e autónoma revelou-se, mais tarde, de grande importância, pois garantiu a unidade do povo cuanhama, especialmente a partir da sua inserção na economia internacional onde esteve sujeito a grandes e diversas influências que geraram conflitos internos, mas não o dividiram, como aconteceu, por exemplo, com os cuamatos, ondongas e temporariamente os evales.

Mesmo os governos, de Weyulu e de Nande, que internamente permitiram os roubos e abusos de poder, contra as mulheres e os mais velhos, que geraram tumultos sociais de grandes dimensões, externamente sempre se mantiveram irredutíveis na defesa do seu território e do seu povo. Para manterem a sua autonomia chegaram a assinar autos de vassalagem com as potências coloniais da região, pois para eles era uma maneira de terem novos aliados e de manterem os estrangeiros afastados do seu território. No entanto, para os europeus era o começar da ocupação. Os eehamba tinham um espírito forte enraizado na defesa da autonomia e dos interesses dos cuanhamas, que ficou retratado nas palavras de Mandume quando disse ao major S.M. Pritchard, oficial inglês, que aquela terra era sua e dos seus antepassados. Perante a coragem, ousadia e persistência dos cuanhamas em defenderem a sua terra, alguns religiosos e oficiais do exército português corroboraram, através dos seus escritos, este sentimento de Mandume.

Os cuanhamas eram empreendedores e organizados e comerciavam com toda a gente que os visitava, desde que cumprissem rigorosamente as suas leis. Pelas suas terras passavam africanos de outras paragens e europeus de várias nacionalidades com quem trocavam produtos e experiências, visto que as elites cuanhamas eram bastante pragmáticas e estiveram sempre viradas para a inovação da sua sociedade de maneira a fazerem face aos novos desafios que se lhe apresentavam.

Como já foi dito, as suas terras eram privilegiadas pela sua riqueza agrícola, pois produziam grande quantidade de cereais e de hortícolas. Tinham um bom sistema de armazenamento de cereais que geriam no sentido de garantirem a sua sustentação e de venderem os excedentes. Em anos de seca recebiam a visita de muitas pessoas, evales, ondongas, cuamatos, cuambis, cafimas e até os europeus acorriam ao Cuanhama para adquirirem cereais e frutos secos. Se as colheitas fossem boas e de grandes excedentes chegavam a exportar para as regiões da Huíla. A sua excelente rede de reservatórios de água garantia a satisfação das suas necessidades e a dos seus animais. No tempo seco faziam a transumância para o Tchimporo para manterem o gado em bom estado. As suas casas eram construídas nos pontos mais elevados das chanas, onde tinham os campos agrícolas e currais. Nos pontos baixos das chanas construíam os reservatórios de água e verdadeiros viveiros de peixes e de rãs que utilizavam na sua alimentação e vendiam, frescos ou secos. Tinham excelentes ferreiros que eram afamados no interior e exterior do Ovambo e fabricavam as suas próprias roupas. Os “gentios”, como os cuanhamas eram tratados pelos europeus, tinham uma forte organização política, militar e económica e as suas necessidades, até à chegada dos europeus e com excepção dos anos de seca extrema, eram perfeitamente resolvidas

internamente. A comercialização dos seus produtos, cereais, frutos e peixes secos, facas, enxadas, louças de barro e gado, revelava uma sociedade estruturada, em desenvolvimento e perfeitamente integrada nos mercados regionais.

Todavia, estas capacidades não fizeram dos cuanhamas o povo mais forte da região onde estava inserido. Durante muitos anos tiveram grandes dificuldades para se defenderem de ondongas, cuamatos, evales e cuambis. Temiam os seus vizinhos, em especial os cuamatos, e, em 1891, aliaram-se ao exército colonial, liderado pelo Major Padrel, para os atacarem. No entanto, nunca mais voltaram a ser submetidos depois de se terem libertado do Humbe.

Com a sua postura hospitaleira, os cuanhamas permitiram a abertura de missões cristãs no seu território, embora as controlassem de perto, mas nunca permitiram a construção de aquartelamentos militares das forças coloniais. Não se recusaram a negociar com os comerciantes europeus, adquiriram os produtos que eles tinham para oferecer e corresponderam às suas solicitações. O encontro das duas economias produziu efeitos nas duas partes negociadoras, pois tiveram reflexos nas sociedades, africana e europeia. Neste período, a sociedade cuanhama conheceu um grande crescimento do recrutamento militar para satisfazer a procura da economia internacional e a aquisição dos produtos que ela oferecia o que produziu grandes alterações no tecido socioeconómico dos cuanhamas e fez com que algumas actividades, como a dos ferreiros e dos curtumes, fossem caíndo lentamente. Por estes motivos, os cuanhamas começaram a abandonar alguns produtos que produziam, como foi o caso da roupa tradicional.

Algumas das alterações foram muito bruscas e tiveram um efeito muito violento na vida das populações cuanhamas, por terem sido efectuadas num período muito curto, em que havia muitas situações novas difíceis de controlar. De facto foi tudo muito rápido, se atentarmos que no início da segunda metade do século XIX, o Cuanhama era tributário do Humbe, de que se libertou entre 1853 e 1856.<sup>503</sup>

Até aos finais do século XIX, o Cuanhama fazia poucas operações militares sendo a maior parte para adquirirem alimentos, em anos de seca profunda. “Pulula omukwaita omukwandyala, ota ti: okwa li haili nyangele sange. Interroga o guerreiro a respeito da fome e ele responde: “Eu vou à guerra para remediar a minha fome.”<sup>504</sup> Calar a fome era o objectivo das suas operações militares, pois as secas cíclicas e a fome sempre foram o grande flagelo de todo o Ovambo.

---

<sup>503</sup> HAYES, Patricia, *Efundula and history: Female initiation in pre-colonial and colonial Northern Namibia*, op. cit.

<sup>504</sup> MITTELBERGER, Charles, Pader C.S.sp., op. cit., p. 103.

A partir dos finais do século XIX, o Cuanhama intensificou as operações de alargamento do seu território económico para a captura dos produtos que o comércio externo procurava. As operações militares e a violência cresceram conforme se foram intensificando as relações com os comerciantes europeus. Depois de ser inserido na economia internacional, o Cuanhama tornou-se muito mais violento, devido às operações militares que organizavam para adquirirem os produtos que procuravam. Os seus soldados estavam em constante movimento e exerciam uma grande pressão e violência sobre os povos por onde passavam. Porém, nos governos de Weyulu e de Nande a população do Cuanhama também foi vítima dessa violência. Antes da sua inserção no mercado internacional havia muito menos violência, pois havia muito menos operações e algumas delas eram combinadas pelos eehambas que resultavam na tomada de algumas cabeças de gado para melhoramento das manadas do beneficiário. Com a sua entrada no mercado internacional, segundo Emmanuel Kreike, os cuanhamas exportavam cerca de 2.000 cabeças de gado por ano. Isto exigiu um grande esforço militar para reunir, anualmente, tão grande quantidade de bois. Se tivermos em conta que, segundo Jan-Bart Gewald, 1897, a peste bovina tinha destruído cerca de noventa por cento das suas manadas, o cenário torna-se ainda pior.

Os *stocks* amealhados (bois, escravos, cera, marfim, borracha e penas de avestruz) serviram de alavanca para projectar o Cuanhama para um grande enriquecimento, o que representou um salto qualitativo da sua sociedade.

O que os terá levado a juntar grandes quantidades dos produtos procurados pelo mercado internacional, o que representava uma grande riqueza?

As suas capacidades, a sua localização privilegiada e os contactos que ela proporcionava foram o fulcro para aquela decisão estratégica e a acumulação dos produtos desejados pela economia internacional foram a alavanca para que o Cuanhama se transformasse na maior potência do Ovambo. A sua inserção na economia internacional representou um grande salto que fez deles o povo mais poderoso do Ovambo e da Ovambolândia e um porto de abrigo para os refugiados de várias regiões, durante as secas e as guerras internas ou contra as forças coloniais. Os cuanhamas conseguiram amealhar uma grande riqueza para adquirirem o seu arsenal militar, alimentos, carros bóer, cavalos, roupas, bebidas e outros bens.

Na verdade, o comércio externo proporcionava mais-valias muito superiores às que eram proporcionadas pelo comércio regional. Estas mais-valias vieram apressar o salto qualitativo de uma sociedade em grande evolução e com grande capacidade de adaptação aos novos ventos, se tivermos em conta os excelentes trabalhos dos seus ferreiros na reparação de

armas, conforme testemunhou o governador português da Huíla, João de Almeida. Rapidamente, após terem começado a contactar com os europeus, passaram a utilizar os carros bóer, cavalos e aprenderam a destilar bebidas alcoólicas.

Para resolverem algumas dificuldades suscitadas pela integração no mercado internacional, os cuanhamas utilizaram com habilidade alguns dos seus rituais, entre os quais o da circuncisão e da iniciação das raparigas. A abolição da circuncisão deu aos chefes um maior controlo sobre a acção das linhagens nas suas actividades relacionadas com a circuncisão e a influência que tinham sobre os jovens. Com o fim da circuncisão os cuanhamas procuravam libertar recursos humanos e aumentar os efectivos militares para dar cumprimento à nova estratégia de alargamento do território económico. Convém salientar que nunca houve a intenção de ocupar outros territórios e de ter possessões, mas exerciam o controlo sobre outros povos, como aconteceu no Ovambo antes da invasão de 1915.

Com o desaparecimento da circuncisão, o ritual de iniciação das raparigas assumiu uma grande importância na vida dos cuanhamas que Mandume utilizou para acabar com os distúrbios sociais e centralizar politicamente o governo.

Com o crescimento do recrutamento militar houve uma quebra na produção agrícola que foi reparada pelas mulheres que passaram a executar todas as tarefas que pertenciam aos homens. A acumulação de tarefas por parte das mulheres fez aumentar a sua importância na sociedade cuanhama. Disso se apercebeu Mandume que, primeiro, deu permissão às mulheres para terem gado e cereais e descriminalizou as que engravidavam antes da efundula, para depois se lançar no ataque aos omalenga responsáveis pela insegurança interna. Ao conceder estes direitos às mulheres, quando estava interessado em fazer crescer a produção de cereais e de animais, o ohamba sabia que a produção de alimentos dependia muito do trabalho das mulheres e, por outro lado, conseguia o seu apoio na luta contra os omalenga.

De facto, os primeiros anos de governação de Mandume foram dedicados à luta contra os omalenga, alguns dos quais eram descendentes de linhagens “nobres”, que tinham poderes excessivos e cobravam impostos arbitrariamente, sem terem em conta se os tributários tinham condições de os solver.

Pode-se dizer que pouco antes da invasão portuguesa, o Cuanhama vivia uma grande revolução, para a recentralização do poder.

Entretanto, nas duas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX, Portugal sofreu duas grandes recessões e vivia momentos muito difíceis, o que obrigou as colónias a viverem, basicamente, com os seus recursos.

Por estas razões, a guerra, principal consumidor de recursos, tinha de acabar e a “pacificação” tinha de ser feita rapidamente, pois os investidores da colónia pretendiam obter somas avultadas para continuar a investir e a crescer. Assim, para além da necessidade de serem cumpridos os acordos saídos da Conferência de Berlim, o capital residente na colónia de Angola sentiu necessidade de acabar com os intermediários para negociar directamente com os detentores dos produtos. Neste espaço económico, os europeus e africanos mantinham uma convivência tacitamente aceite pelas duas partes, enquanto beneficiava os seus interesses. Se isso deixava de acontecer, as partes entravam em choque. Na verdade, a autonomia cuanhama gerava insegurança e mal-estar na administração colonial.

Estas eram as grandes razões que moviam os portugueses para invadirem o Cuanhama, o que veio a acontecer em 1915. Foi uma guerra onde as armas pesadas, a artilharia, e a fome foram trunfos importantes para os portugueses, conjugados com alguns erros estratégicos dos cuanhamas e por nunca terem conseguido adquirir armas pesadas prontas a serem utilizadas.

Em 1915, o Ovambo era controlado pelos cuanhamas, o que era confortável para eles, visto que, numa eventual invasão, os povos do noroeste funcionariam como as suas primeiras linhas de defesa. Todavia, isso não aconteceu, porque a fome foi decisiva na fraca resistência oferecida pelos cuamatos, comandados por Sihetekela, e os evales comandados por Muatilefu, pois obrigou grande parte das suas populações a emigrar e tinha depauperado os que ficaram. Aliás, a fome também tinha estado na base de muitos tumultos sociais e de grandes quebras populacionais. Segundo Patricia Hayes, o major Pritchard afirmou que a fome de 1915-1916 tinha enfraquecido fortemente o Cuanhama.

Embora os cuanhamas tenham oferecido uma grande resistência e tenham conseguido um ascendente nos combates dos dois primeiros dias, não conseguiram desalojar os portugueses por terem permitido que as suas forças fossem reforçadas e abastecidas pelas colunas que operavam paralelamente à coluna principal.

Enquanto as tropas portuguesas se reagrupavam para avançar sobre Ondyiva, Mandume não deixou o campo de batalha em fuga, como muitas vezes é dito. O chefe do Cuanhama partiu para o Sudoeste Africano, e segundo o testemunho do major inglês Pritchard, contactou as autoridades inglesas para obter o seu apoio para continuar a luta contra os portugueses. No entanto, René Pélissier afirmou que Mandume fugiu de Ondyiva para se refugiar na Ovambolândia. Aliás, o historiador francês tem uma opinião pouco abonatória em relação à maioria dos eehamba.

Nesta guerra, o maior número de baixas foram dos africanos independentemente do exército onde estivessem integrados. As metralhadoras e os canhões foram das armas mais

importantes na decisão dos combates a favor dos portugueses ao fazerem grande número de baixas nas hostes dos cuanhamas. Mandume, em conversa com o major Pritchard, reconheceu que tinha sofrido grandes perdas. Depois de alcançarem a vitória os portugueses trataram os prisioneiros com violência, sendo muitos deles condenados à morte, por enforcamento ou fuzilamento, e outros foram enviados para outras paragens de Angola e para S. Tomé.

A coluna que invadiu o Cuanhama integrava soldados africanos e auxiliares de Angola e soldados africanos oriundos de Moçambique. No final do século XIX e início do século XX, o exército português sempre fez rodar pelas suas colónias algumas das suas unidades militares, constituídas por africanos, para tirá-los do seu meio e evitar deserções. As forças africanas eram sempre comandadas por um oficial português e uma parte substancial dos seus soldados e auxiliares era colocada na cabeça da coluna, constituindo a força que chocava de frente com o exército cuanhama, pois marchava entre mil a dois mil metros do grosso das forças portuguesas. Os restantes soldados africanos formavam uma linha de protecção em redor do corpo da coluna. Eram efectivos mal instruídos, mal armados, mal alimentados e recebiam um tratamento diferente do que era dado aos seus camaradas europeus. Os auxiliares eram carregadores, batedores e estafetas de ligação entre as colunas. Na maior parte das vezes actuavam sozinhos no interior do território adversário. As condições e as tarefas que eram dadas aos africanos deixava-os numa situação de grande vulnerabilidade, pelo que sofriam muitas baixas. Para os comandos do exército português os soldados africanos não necessitavam de ter o mesmo material e fardamento que os seus camaradas europeus e segundo o Director do Estado-Maior do Serviço de Étapes do exército português, os alimentos que estavam quase incapazes para consumo eram distribuídos aos africanos como forma de pagamento.

Entretanto, Mandume, após a derrota na Môngua, retirou-se para o Yole para continuar a lutar contra as forças coloniais, pois sempre recusou o poder e as fronteiras estabelecidas pelas duas potências europeias que coarctaram a liberdade do seu povo e dividiram a sua terra e dos seus antepassados. De certa maneira, grande parte da literatura europeia que trata deste período da colonização, trata este chefe como foram tratados, décadas mais tarde, os guerrilheiros dos movimentos de libertação, ou seja, um selvagem que espalhava o terror por onde passava. Claro que Mandume cometeu erros e que algumas das medidas que tomou podem ser polémicas, mas acima de tudo ele queria defender a liberdade do seu povo.

O ohamba parecia adivinhar o sofrimento por que iriam passar os cuanhamas. Com a ocupação colonial apareceram as grades de arame farpado das cadeias a céu aberto, primeiro, apenas como fronteiras que dividiam, entre os invasores, os antigos territórios do Cuanhama e

depois com o arame farpado das fazendas, herdades dos colonos, que impediam os africanos de circularem normalmente e de utilizarem os antigos territórios de caça e de transumância.

Na sequência da implantação colonial, os cuanhamas tentaram resolver os seus problemas, procurando novos territórios de caça e de transumância. No entanto, anos mais tarde, voltaram ao Tchimporo que ficava cada vez mais longe, principalmente, para os cuanhamas que se tinham refugiado no Sudoeste Africano, pois tinham de percorrer grandes distâncias para contornarem os obstáculos implantados pelos fazendeiros e as autoridades coloniais. Estes entraves à livre circulação das pessoas e do gado foram sempre um problema para os cuanhamas o que fez com que reivindicassem, junto do governo-geral de Angola, o seu levantamento.

A derrota infligida pelo exército português provocou o desmembramento do exército cuanhama e a desarticulação de toda a sua sociedade, visto que dependia, essencialmente, das acções do exército. Esta nova alteração na economia dos cuanhamas criou-lhes grandes dificuldades para lidarem com a fome e uma enorme quantidade de inactivos que pertenciam ao seu aparelho militar. Esta situação conduziu ao caos e à massificação da emigração, o que provocou alterações sociais profundas.

Durante a viagem para o sul, devido à guerra, as catástrofes ambientais e a falta de uma liderança forte foi um verdadeiro salve-se quem puder, em que certos chefes africanos da Ovambolândia viram com apreensão, e alguns até tentaram impedir, a passagem de tantas pessoas de um lado para o outro. A situação era preocupante, pois a maior parte da população do Ovambo estava do lado português, cerca de dois terços, e a passagem para uma área muito menor podia criar grandes desequilíbrios sociais.

Nesta altura, devido ao crescimento da população, um dos conflitos gerados começou com a ocupação das áreas abertas, que circundavam os territórios dos vários povos da região e que, antes da colonização, eram apenas um lugar para onde enviavam os prevaricadores. Rapidamente a terra, que era um recurso abundante, passou a ser escasso e muito disputado pelos povos vizinhos. Os espaços abertos foram bastante reduzidos e a fronteira entre os povos era apenas uma linha muito estreita.

No entanto, a situação foi estabilizada graças à acção das autoridades inglesas do Sudoeste Africano que usaram a sua influência sobre as chefias africanas, que tinham sido mantidas em funções, o que acabava por ser uma forma de governo e de controlo indirecto. Os portugueses também acabaram por implementar um conjunto de medidas parecidas, mas sem tanta autonomia como os ingleses tinham permitido. Contudo, os chefes africanos entravam muitas vezes em conflito com as autoridades das duas colónias, por terem de defender os

interesses das suas populações, visto que as leis e os objectivos dos europeus não eram os mesmos da população africana. Convém afirmar que muitos conflitos relacionados com as fronteiras internas permanecem latentes.

Nos novos territórios, durante muitas décadas, os refugiados ergueram as suas casas da mesma maneira que os seus antepassados, tendo nas cercanias uma cacimba e um terreno agrícola.

Ao contrário das casas, que não eram diferentes das que tinham construído antes da invasão, os direitos das pessoas começaram a regredir, ou seja, depois da derrota dos cuanhamas, a pouco e pouco, os direitos alcançados pelas mulheres na governação de Mandume foram desaparecendo, devido à acção das missões cristãs e dos governos coloniais de Angola e do Sudoeste Africano. Os maridos passaram a ser considerados os chefes das famílias e os únicos donos das propriedades agro-pecuárias, quando anteriormente o marido e a mulher eram proprietários com direitos iguais.

Desta forma, gradualmente, os cuanhamas foram-se adaptando às novas realidades e tentando defender as suas tradições. Foram tempos difíceis devido à pressão dos governos coloniais e das igrejas cristãs. Não obstante todos estes escolhos, os cuanhamas nunca perderam o orgulho pela sua cultura e, em 1972, empreenderam a sua última revolta contra o governo colonial português.

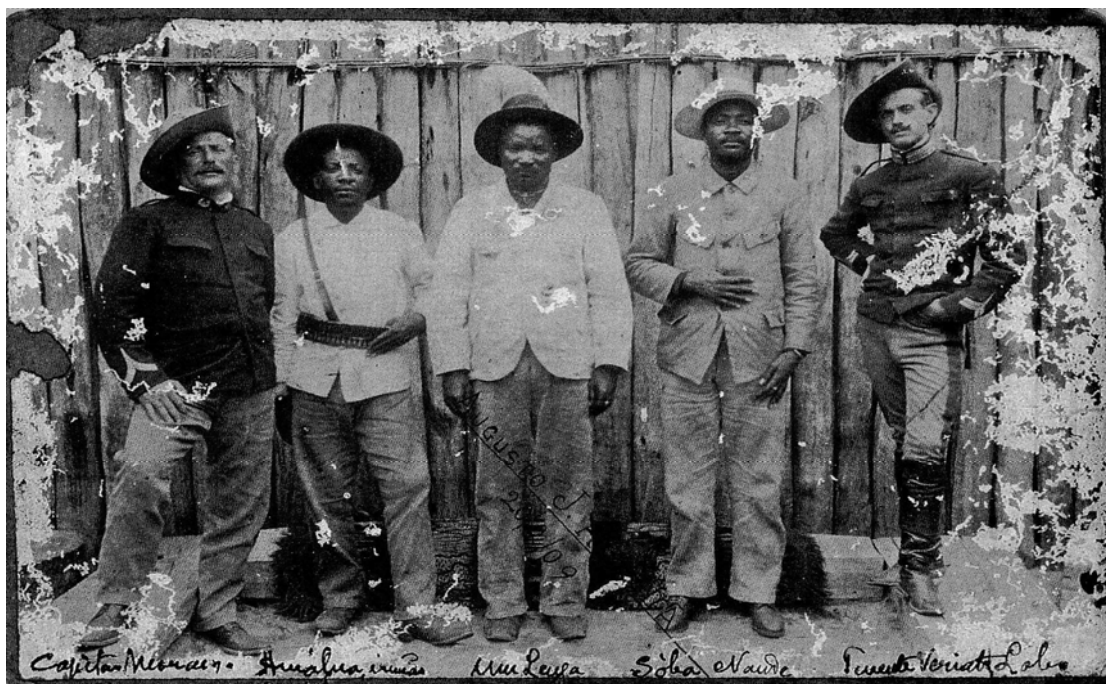


## EEHAMBÁ DO CUANHAMA<sup>505</sup>

<b>Nome</b>	<b>Período de governação</b>
Kambungu kaMuheya	ca. 1600
Mushindi uaKanene	ca. 1600
Kavonga kaHaidong	ca. 1600
Heita yMuvale	ca. 1650
Hautolonde uaNdja	ca. 1650
Shimbilinga shaNailambi	antes 1800
Haihambo yaMukwanuli	antes 1807
Hamangulu yaNahambo	1807-1811
Haimbili yaHaufiku	ca. 1811-1858
Haikukutu yaShinangola	1858-1859
Sefeni shaMukuyu	1859-1862
Mweshipandeka sha Shaningika	1862-1882
Namadi ya Mweihanyeka	1882-1884
Weyulu ya Hedimbi	1884-1904
Nande Hedimbi	1904-1911
Mandume ya Ndemufayo	1911-1917
Cornelius Mwetupunga Shelungu	1998-

<sup>505</sup> DIERKS, Klaus, *Index: Traditional leaders in the history of Namibia*, disponível em, [http://www.klausdierks.com/Chronology/index\\_kings.htm](http://www.klausdierks.com/Chronology/index_kings.htm), acedido a 01.11.2014.

Fotografia tirada a 20 de Fevereiro de 1909, na embala do ohamba Nande, após a assinatura do auto de vassalagem. No verso da fotografia, escrito pela mão de Artur de Moraes, lê-se: “O Nande não quis ficar ao centro do grupo para não dizerem que estava preso.” Da esquerda para a direita, Capitão Artur de Moraes, Amália, irmão de Nande, um Lenga, Soba Nande e o Tenente Veriato Lobo. Disponível em MORAES, Artur de, Major, *Memórias de Angola*, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2ª edição, Casal de Cambra, Abril de 2007, pp. 154 e 155.



Assinatura de Mandume aposta no caderno do monsenhor Keiling, quando visitou o Cuanhama em 1915, disponível em, <http://mossamedes-do-antigamente.blogspot.pt/2011/01/mandume-ndemufayo-seculo-xx.html>, acedido a 15.10.2014.

Mandume ya Ndemufayo sentado entre militares ingleses, disponível em, <http://tudosobreangola.blogspot.pt/2011/07/mandume-ndemufayo-entre-as-autoridades.html>, acedido a 15.10.2014.



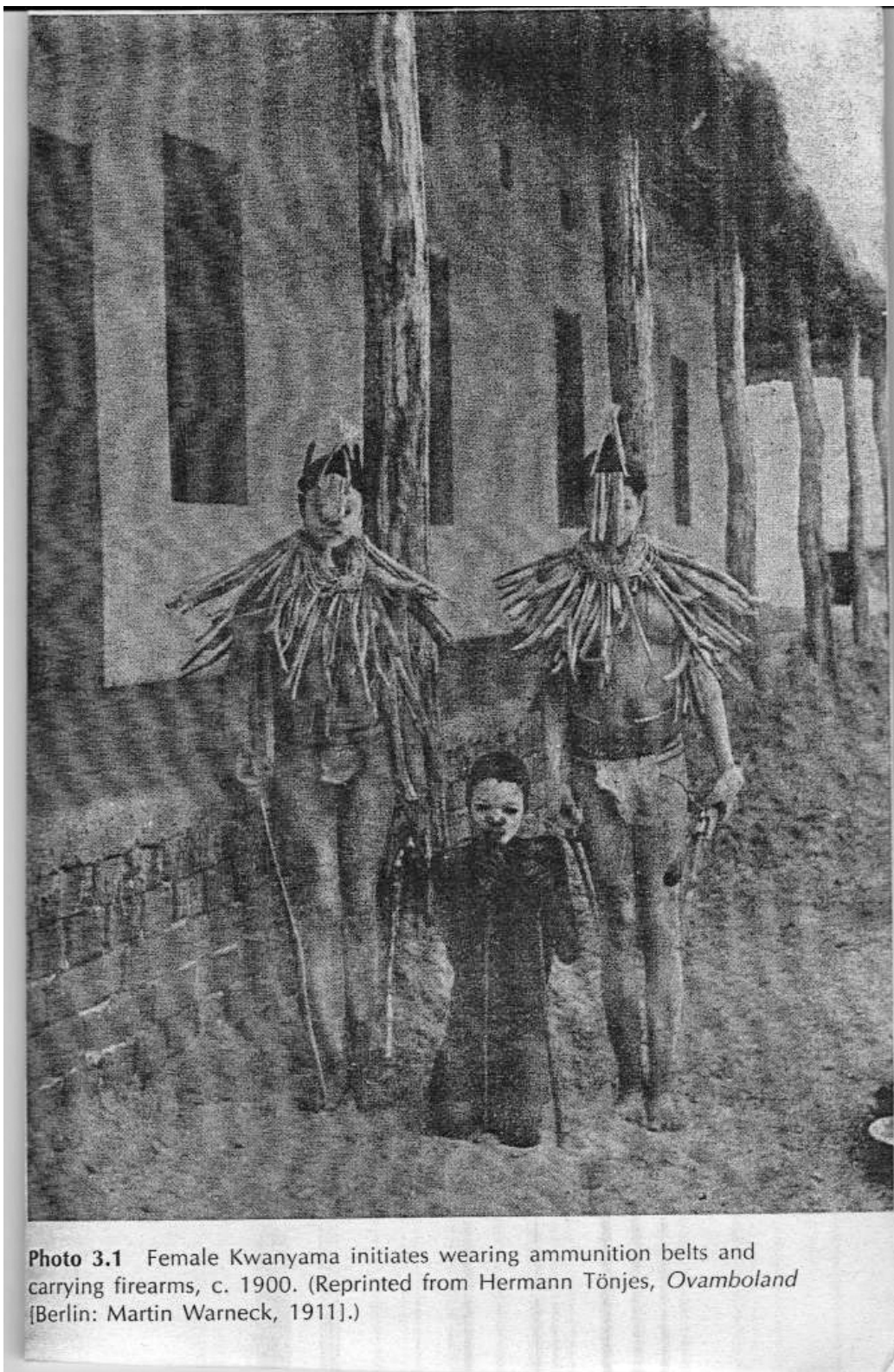
Decapitação de Mandume por militares ingleses, disponível em, <http://angola-luanda-pitigrili.com/who%E2%80%99s-who/m/mandume-ya-ndemufayo>, acedido a 15.10.2014.



Túmulo de Mandume que foi sempre muito visitado, disponível em, <http://mossamedes-do-antigamente.blogspot.pt/2011/01/mandume-ndemufayo-seculo-xx.html>, acedido a 15.10.2014.

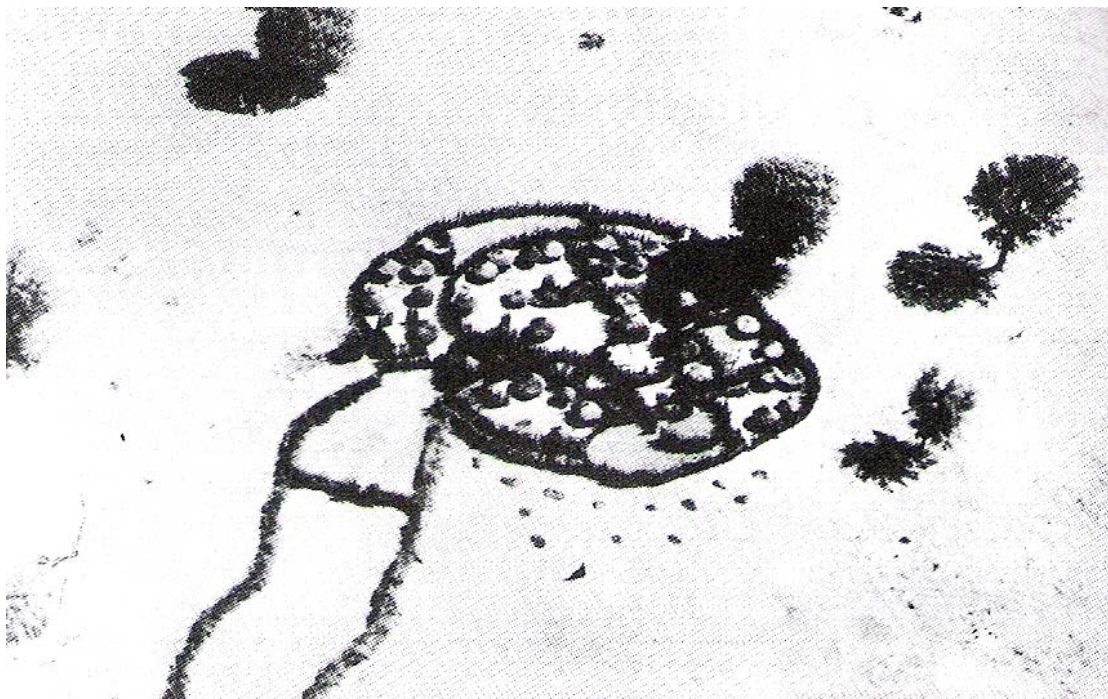


Raparigas cuanhamas na fase da festa de iniciação em que se pintam com cinzas, usam armas e têm comportamentos iguais ao dos rapazes. Disponível em MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, christianity, and colonialism in Ovamboland*, Cape Town, David Philip Publishers (PTY) Ltd, 2002, p 63.

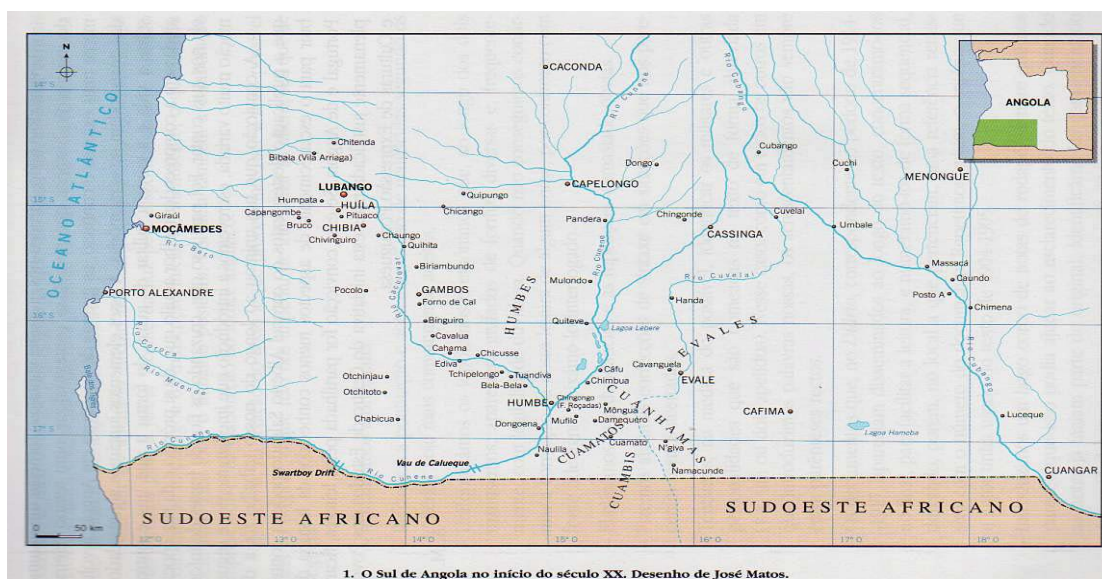


**Photo 3.1** Female Kwanyama initiates wearing ammunition belts and carrying firearms, c. 1900. (Reprinted from Hermann Tönjes, *Ovamboland* [Berlin: Martin Warneck, 1911].)

Eumbo Cuanhama, disponível em, <http://mossamedes-do-antigamente.blogspot.pt/2011/01/mandume-ndemufayo-seculo-xx.html>, acessado a 15.10.2014.

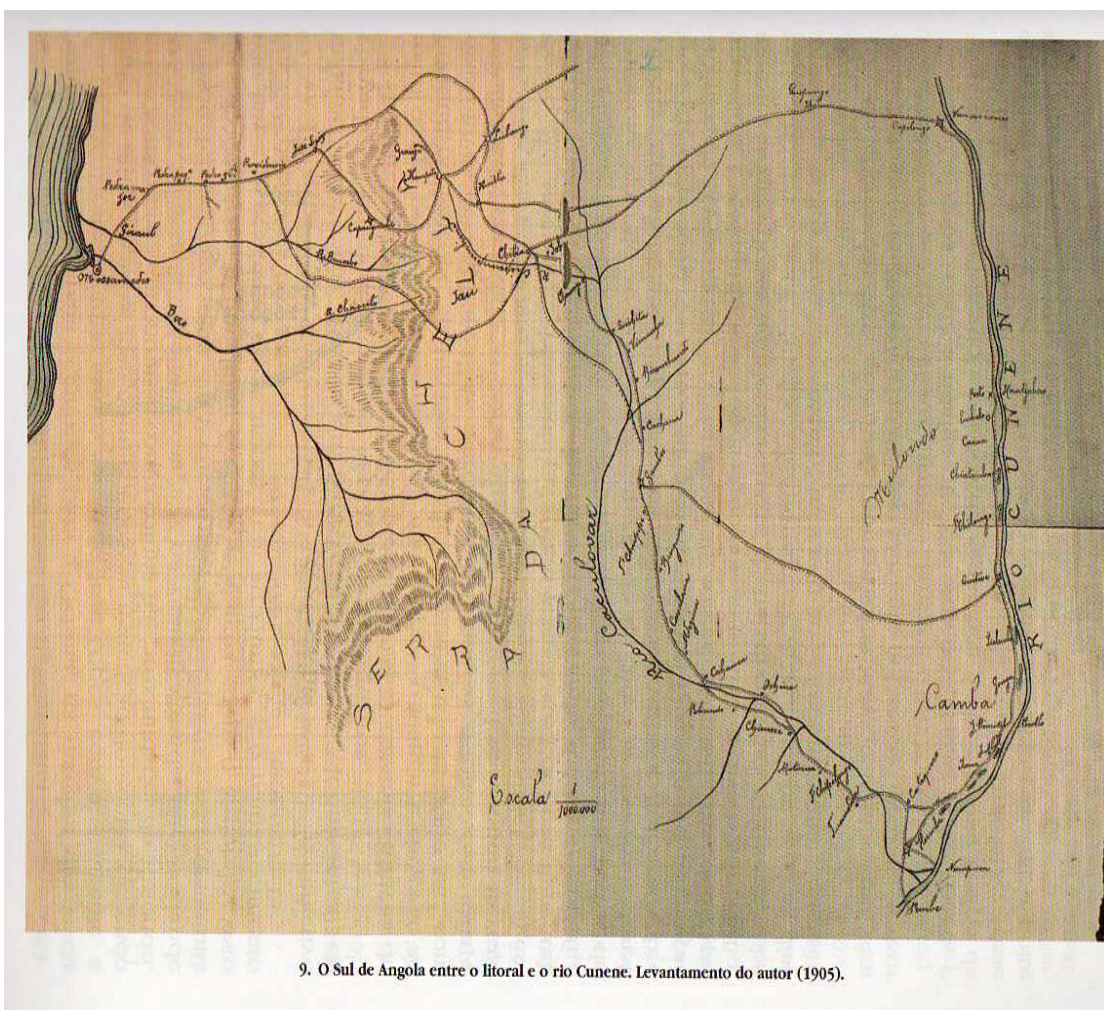


Mapa do sul de Angola no início do século XX. Desenho de José Matos. Disponível em SALGADO, Alberto, Coronel, *O Sul de Angola no início do século XX*. Cadernos de Guerra. Coordenação de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, Edição do CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 12.





O sul de Angola entre Mossamedes e o rio Cunene, 1905. Levantamento do coronel Alberto Salgado. Disponível em SALGADO, Alberto, Coronel, *O Sul de Angola no início do século XX*. Cadernos de Guerra. Coordenação de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, Edição do CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 98.



9. O Sul de Angola entre o litoral e o rio Cunene. Levantamento do autor (1905).

Carta de Angola, 1892, autores: Briesemeister, A., fl. ca 1891-1892, grav.; Couceiro, L., fl. ca 1890-ca 1900, tec. graf., publicada pela Comissão de Cartographia. Disponível na Biblioteca Nacional Digital, cota CC-215-R, <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=121K94409V062.21174&profile=bn&menu=tab20&subme nu=subtab94&ts=1215950179718>, <http://purl.pt/22486/2/>, acessado a 13.08.2015.



Colónia de Angola, 1929, material cartográfico, esboço da carta escolar / coord. por Armando Teles, inspector escolar ; Henrique Moreira, des. ; V. Simões, lith., publicada por Papelaria e Tipografia Mondego. Disponível na Biblioteca Nacional Digital, cota CC-211-R, <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=121K94409V062.21174&profile=bn&menu=tab20&subme nu=subtab94&ts=1215950179718>, <http://purl.pt/8143/3/>, acessado a 13.08.2015.



## FONTES

### Arquivos

#### 1.1 Arquivo Histórico Militar [AHM].

FELNER, Alfredo Frederico de Albuquerque, *Informação, confidencial, do governo do districto da Huíla para o estado maior, Loanda, missão diplomática ao “Cuanhama” – Incidentes junto à fronteira “Luso-Alemã”*, Arquivo Histórico Militar, 2ª Divisão, 2ª Secção, nº 2, Caixa 18, 1911-1912, Governo do Districto da Huíla.

#### 1.2 Arquivo Histórico Ultramarino [AHU].

MORBEY, Tomás M., oficial da secretaria-geral, tradutor, *Apontamentos extraídos do relatório apresentado ao governo da União Sul Africana, pelo Major, S.M. Pritchard*, (s. d.), Arquivo Histórico Ultramarino, DGFC, 1906, Política do Sul de Angola, Cuanhama, missões Alemães, Soba Mandume, 1H, Cx nº 798.

Telegrama nº 672 do Governador-Geral de Angola (08.Nov.1915)", Arquivo Histórico Ultramarino, Ministério das Colónias-6ª Repartição, 1H, Cx. nº 798.

## 2. Fontes Impressas

ALMEIDA, João de, “Os cuanhamas”, *Boletim das Missões Civilizadoras*, Sernache do Bomjardim, Instituto de Missões Coloniais, nº 3, 1920.

ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, 2ª edição, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1936.

BRAZ, César Augusto de Oliveira Moura, 2º Tenente de Marinha, *Distrito da Huíla, Relatório do governador, ano de 1912*, Coimbra, Ministério das Colónias, Biblioteca e Arquivo Histórico, Imprensa da Universidade, 1918.

BROCHADO, Bernardino José, “Descrição das terras do Umbe, Camba, Mulondo, Quanhama, e outras, contendo uma idéa da sua população, seus costumes, vestuários, etc.”, *Annaes do Conselho Ultramarino*, parte não official, Série I, Fevereiro de 1864 a Dezembro de 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, pp. 187-197.

CASIMIRO, Augusto, *Naulila*, Lisboa, Lisboa, Seara Nova, 1922.

COSTA, Eduardo da, Major do S.E.M., “A questão do cuanhama II, o teatro de operações e o inimigo”, *Revista Militar*, 10, Anno LVII, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1905, pp. 773-782.

D. JOÃO, Bispo de Angola e Congo, *Visita pastoral do Bispo de Angola, Humbe – Dongoena - de 06 a 16 de Setembro de 1910, Além Cunene - Cuanhama – de 20 de Setembro a 07 de Outubro de 1910*, Diocese de Angola e Congo, Visitas Pastoraes, em 1910, Loanda, Imprensa Nacional de Angola, 1912.

DUPARQUET, Carlos, Padre, *Viagens na Cimbebásia*, Luanda, Edição do Museu de Angola, 1953.

EÇA, Pereira de, General, *Campanha do sul de Angola em 1915, Relatório do General Pereira de Eça*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921.

FELNER, Alfredo de Albuquerque, *Angola, apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*, (Obra póstuma), Documentos, Volume III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

FLORES, António de Quadros, Coronel, *Recordações do sul de Angola, 1914-1929*, Guimarães, Livraria L. Oliveira & C<sup>a</sup>, 1952.

FREIRE, João, *Olhares europeus sobre Angola, ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projectos de modernização (1883-1918)*, (antologia de textos de época), Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, Edições Culturais da Marinha, 2011.

GALVÃO, Henrique, (Antigo Governador da Huila), *Huila. (Relatório de Governo)*, Lisboa, Edição do Autor, 1929.

GONÇALVES, Júlio, *Sul d’Angola e o quadrado da Môngua, na epopeia nacional d’Africa, notas dum expedicionário de 1914 a 1915*, Lisboa, J. Rodrigues & C<sup>a</sup>, 1926.

GUSMÃO, Lapas de, *A guerra no sertão, (Sul de Angola)*, Lisboa, Edição do Autor, 1935.

KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 18, Ano II, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1926, pp. 20-40.

KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, Ano III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1927, pp. 138-163.

KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, “Cuanhamas”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 20, Ano III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1927, pp. 58-79.

KEILING, Luís Alfredo, Monsenhor, *Quarenta anos de África*, Fraião – Braga, Edições das Missões de Angola e Congo, (s.d.).

LECOMTE, Ernesto, Padre, “Chronica ecclesiastica e missionaria, os quanhamas”, *Portugal em África (Revista Científica)*, vol. 8, nº 96, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1901, pp. 685-687.

LECOMTE, Ernesto, Padre, “Chronica ecclesiastica e missionaria, os quanhamas”, *Portugal em África (Revista Científica)*, Vol. 9, nº 97, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1902, pp. 31-37.

LECOMTE, Ernesto, Padre, “Chronica ecclesiastica e missionaria, os quanhamas”, *Portugal em África (Revista Científica)*, vol. 9, nº 98, Lisboa, Typographia da Companhia “A Editora”, 1902, pp. 97-102.

MACHADO, Carlos Roma, Coronel de Engenharia, “A região Cuamato-Cuanhama celeiro do planalto. Sua questão indígena e relação com a fronteira sul de Angola. Repovoação e cultura”, *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 19, Ano III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1927, pp. 69-84.

MITTELBERGER, Charles, Pader C.S.sp., *A sabedoria do povo cuanhama em provérbios e adivinhas, Cunene – Angola*, Edição L.I.A.M., Caritas Portuguesa, (s.d.).

MITTELBERGER, Charles, Pader C.S.sp., *Poesia pastoril do Cuanhama, Cunene – Angola*, Edição L.I.A.M., Caritas Portuguesa, (s.d.).

MORAES, Artur de, Major, *Memórias de Angola*, 2ª edição, Casal de Cambra, Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, SA, 2007.

NASCIMENTO, J. Pereira do, Medico da Armada Real, “Da Huilla ás terras do Humbe, (notas a lapis), Maio de 1891, da Huilla para o Humbe, (continuado do numero antecedente), Capitulo VI, na fortaleza, 27 de Junho”, *Jornal de Mossamedes*, Anno – XI , nº 190, Mossamedes, 01.10.1892, p. 3. [coluna 2].

NASCIMENTO, J. Pereira do, Medico da Armada Real, “Da Huilla ás terras do Humbe, (notas a lapis), Maio de 1891, da Huilla para o Humbe, (continuado do numero anterior), Capitulo VII, da fortaleza para o Kuamatui, Regresso”, *Jornal de Mossamedes*, Anno – XI, nº 193, Mossamedes, 15.11.1892, p. 2. [coluna 2].

“Quanhama”, *Jornal de Mossamedes*, Anno – XI, nº 181, Mossamedes, 15.05.1892, p.3. [Quinta notícia da segunda coluna]

SALGADO, Alberto, Coronel, *O Sul de Angola no início do século XX*. Cadernos de Guerra. Coordenação de Arlindo Manuel Caldeira, Lisboa, Edição do CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2011.

TEIXEIRA, Alberto de Almeida, tenente-coronel, *O general Pereira de Eça no Cuanhama*, Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1935.

## BIBLIOGRAFIA

### 1.1 Bibliografia Geral

APARÍCIO, Alexandra, “O último reino independente de Angola e a fixação da fronteira sul (1910-1926)”, *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África, sob a direcção de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 221-229.

BLEY, Helmut, *Namibia under german rule*, Hamburg, Lit Verlag, 1996.

DIENER, Ingolf, *Namibie une histoire, un devenir*, Paris, Éditions Karthala, 2000.

DRECHSLER, Horst, *Let us die fighting*, London, Zed Press, 1980.

DUARTE, José Bento, *Senhores do sol e do vento. Histórias Verídicas de Portugueses, Angolanos e Outros Africanos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

EMMETT, Tony, *Popular resistance and the roots of nationalism in Namíbia*, Basel, P. Schlettwein Publishing, 1999.

ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Colectânea de artigos dispersos, Volume I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Colectânea de artigos dispersos, Volume II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

ESTERMANN, Carlos, Padre e COSTA, Elmano da Cunha e, *Negros*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d.

FREIRE, João, *Olhares europeus sobre Angola, ocupação do território, operações militares, conhecimentos dos povos, projectos de modernização (1883-1918)*, (antologia de textos de época), Lisboa, Comissão Cultural de Marinha, Edições Culturais da Marinha, 2011.

GARCIA, João Carlos e SANTOS, Maria Emília Madeira, “A representação antes da alienação: imagens cartográficas da organização do espaço angolano (c. 1883 – c. 1930)”, *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional

*de História de África*, sob a direcção de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp.91-115.

HAYES, Patricia, “The «Famine of the dams» gender, labour & politics in colonial Ovamboland 1929-1930”, in VIGNE, Randolph e outros eds., *Namíbia under South African rule, mobility & containment, 1915-46*, Oxford, James Currey Ltd, 1998, pp. 117-146.

HENRIQUES, Isabel Castro, “Comércio e organização do espaço em Angola (c. 1870-1950)”, *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 – c. 1930)*, III Reunião Internacional de História de África, sob a direcção de Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 2000, pp. 71-88.

KREIKE, Emmanuel, *Re-creating éden, land use, environment, and society in Southern Angola and Northern Namíbia*, Portsmouth, Heinemann Reed Elsevier Inc., 2004.

MATTOS, Norton de, General, *Memórias e trabalhos da minha vida*, Volume I, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, Lda, 1944.

MCKITTRICK, Meredith, “Generational struggles & social mobility, in Western Ovambo communities, 1915-54”, in VIGNE, Randolph e outros eds., *Namíbia under South African rule, mobility & containment, 1915-46*, Oxford, James Currey Ltd, 1998, pp. 241-262.

MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, christianity, and colonialism in Ovamboland*, Cape Town, David Philip Publishers (PTY) Ltd, 2002.

MONIZ, Júlio Botelho, *Visões estratégicas no final do império, conduta das operações coloniais – 1944, lições de estratégia – 1953*, Lisboa, Editora Tribuna da História – Edições de Livros e Revistas, Lda, 2007.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *Os ambós de Angola antes da independência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1994.

MUACA, Eduardo André, D., *Breve história da evangelização de Angola 1491 – 1991*, Cucujães, Secretariado Nacional das Comemorações dos 5 Séculos, 1991.

PADRÃO, F. Cerviño, *A Colonização do Sul de Angola 1485-1974*, Mira-Sintra, Gráfica Europam, Lda, 1998.

PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola – Resistência e Revoltas 1845-1941*, 2ª edição, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

PÉLISSIER, René, *As campanhas coloniais de Portugal 1844-1941*, 1ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2006.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Portugal e o século XX, estado-império e descolonização (1890-1975)* Porto, Biblioteca das Ciências Sociais, Edições Afrontamento, 2007.

PIMENTEL, João Sarmiento, *Memórias do capitão*, 2ª edição, Porto, Editorial Inova, 1974.

SANTOS, Maria Emília Madeira, *Nos caminhos de África, serventia e posse, Angola século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

SILVA, Elisete Marques da, *Impacto da ocupação colonial nas sociedades rurais do sul de Angola*, Lisboa, ISCTE-Centro de Estudos Africanos, 2003.

VIGNE, Randolph, “The moveable frontier, the Namibia-Angola boundary demarcation 1926-1928”, in VIGNE, Randolph e outros eds., *Namíbia under South African rule, mobility & containment, 1915-46*, Oxford, James Currey Ltd, 1998, pp. 289-304.

## 1.2 Referências Electrónicas ou Sitiografia

BANCO DE PORTUGAL, *Taxas de câmbio do escudo para divisas (séries históricas)*, disponível em, [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/MetadadataItens/Metadadata\\_Ramo\\_HistoricoEscudo.htm](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/MetadadataItens/Metadadata_Ramo_HistoricoEscudo.htm), acessido a 15.10.2014.

DAVIES, Gwyneth, Doctor of Philosophy, *The medical culture of the Ovambo of Southern Angola and Northern Namibia, Chapter Four: Indigenous specialists*, University of Kent at Canterbury, 1994, disponível em, <http://www.the-eis.com/data/literature/Owambo%20medical%20culture%20Gwyneth%20Davies%20thesis%201994.pdf>, acessido a 10.04.2015.

DIERKS, Klaus, *Biographies of Namibian personalities*, disponível em, [http://www.klausdierks.com/Biographies/Biographies\\_M.htm](http://www.klausdierks.com/Biographies/Biographies_M.htm), acessido a 15.10.2014.

DIERKS, Klaus, *Index: Traditional leaders in the history of Namibia*, disponível em, [http://www.klausdierks.com/Chronology/index\\_kings.htm](http://www.klausdierks.com/Chronology/index_kings.htm), acessido a 01.11.2014.

DIERKS, Klaus, *German south west Africa consolidates 1907-1914*, disponível em, <http://www.klausdierks.com/Chronology/65.htm> e <http://www.klausdierks.com/Chronology/72.htm> acessido a 01.11.2014.

DIGITAL, Biblioteca Nacional, Disponível em, <http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=121K94409V062.21174&profile=bn&menu=tab20&submenu=subtab94&ts=1215950179718>, acessido a 13.08.2015.

DOBLER, Gregor, “Boundary drawing and the notion of territoriality in pre-colonial and early colonial Ovamboland”, *Journal of Namibian Studies*, 3 (2008): xx – xxx, disponível em, [https://www.ethno.uni-freiburg.de/dok/publikationen\\_dobler/dobler\\_territoriality\\_jns.pdf](https://www.ethno.uni-freiburg.de/dok/publikationen_dobler/dobler_territoriality_jns.pdf), acessido a 15.10.2014.

GEWALD, Jan-Bart, “Near death in the streets of Karibib: famine, migrant labour and the coming of Ovambo to central Namibia”, *Journal of African History*, 44 (2003), pp 211-39, disponível em, <https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/4847/ASC-1293873-016.pdf?sequence=1>, acessado a 10.05.2014.

GEWALD, Jan-Bart, *Herero genocide in the twentieth century: Politics and memory*, disponível em, <https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/4845/asc-1293873-014.pdf?sequence=1>, acessado a 01.11.2014.

GEWALD, Jan-Bart, Dr, *Ondjala yawekomba: Near death in the streets of Karibib*, disponível em, <http://www.namibweb.com/kar.htm>, acessado a 10.11.2014.

HAYES, Patricia, *Efundula and history: Female initiation in pre-colonial and colonial Northern Namibia*, disponível em, <http://web.uct.ac.za/org/gwsafrica/knowledge/patricia/efprint.htm>, acessado a 30.09.2014.

HAYES, Patrícia, *A History of the Owambo of Namibia, 1880-1930*, apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, disponível em [http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda\\_MA\\_2005.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda_MA_2005.pdf?sequence=1), acessado a 10.09.2014.

HULL, Isabel V., “The military campaign in German southwest Africa, 1904–1907, Forum the measure of atrocity: The German war against the Hereros”, *GHI Bulletin n° 37(Fall2005)*, disponível em <http://www.ghi-dc.org/publications/ghipubs/bu/037/6hull.pdf>, acessado a 02.11.2014.

MACHADO, Ernesto, General, *No Sul de Angola*, apud PINTO, Renato Fernando Marques, Major-general, *As indústrias militares e as armas de fogo portáteis no exército português*, disponível em, [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=528](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=528), acessado a 10.06.2014.

PATERSON, Hamish, “First allied victory, The South African campaign in German South-West Africa, 1914 – 1915”, *Military History Journal*, Vol. 13 N° 2, South African National Museum of Military History, disponível em <http://samilitaryhistory.org/vol132hp.html>, acessado a 14.11.2014.

RANGEL, Danny Martins, *O código d'honra e as alterações na prática de duelar em Portugal nos séculos XIX-XX*, disponível em, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10430.pdf>, acessado a 21.10.2014, p. 246.

Revista de Pesca Esportiva, disponível em <http://revistapesca.com.br/peixes/bagre-africano/>, acessado a 26.12.2014.

SAARELMA-MAUNUMA, Ainna, *Edhina ekogidho – Names as links. The encounter between african and european, anthroponymic systems among, the ambo people in Namíbia*, disponível em, <https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/19661/edhinaek.pdf?sequence=1>, acedido a 16.10.2014.

SAID, Victor, *Escorbuto e beribéri*, disponível em [http://www.ebah.pt/content/ABAAAFx\\_EAH/escorbuto-beriberi](http://www.ebah.pt/content/ABAAAFx_EAH/escorbuto-beriberi), acedido a 26.12.2014.

SALOKOSKI, Marta, *How Kings are made – how kingship changes. A study of rituals and ritual change in pre-colonial and colonial Owamboland, Namibia*, disponível em <http://ethesis.helsinki.fi/julkaisut/val/sosio/vk/salokoski/howkings.pdf>, acedido a 15.11.2014.

SANTOS, Maciel, *Borracha e tecidos de algodão em Angola (1886-1932). O efeito renda*, disponível em, <http://ras.revues.org/245>, acedido a 01.05.2015.

SANTOS, Maria Emília Madeira, *Em busca dos sítios do poder na África Centro Ocidental. Homens e caminhos, exércitos e estradas, (1483-1915)*, International symposium Angola on the Move: Transport Routes, Communication, and History, Berlin, 24-26 September 2003, disponível em, [http://www.zmo.de/angola/Papers/Maria\\_Santos%205-7-2006\\_.pdf](http://www.zmo.de/angola/Papers/Maria_Santos%205-7-2006_.pdf), acedido a 15.05.2014.

SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, disponível em [http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda\\_MA\\_2005.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda_MA_2005.pdf?sequence=1), acedido a 10.09.2014.

SHIWEDA, Napandulwe, *Omheddi: Displacement and legitimacy in oukwanyama politics, Namibia, 1915-2010*, disponível em, [http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/2922/Shiweda\\_PHD\\_2011.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/2922/Shiweda_PHD_2011.pdf?sequence=1), acedido a 10.10.2014.

SILVA, J. Lino da, “Habitat e aspectos vários da vida Cuanhama”, *Separata da Revista Portuguesa de Geografia, Finisterra*, Volume X, nº 19, 1975, disponível em, [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1975-19/19\\_02.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1975-19/19_02.pdf), acedido a 10.06.2014, p. 56.

SILVESTER, Jeremy, *My heart tells me that I have done nothing wrong: The fall of Mandume*, apud SHIWEDA, Napandulwe, *Mandume ya Ndemufayo's memorials in Namibia and Angola*, disponível em

[http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda\\_MA\\_2005.pdf?sequence=1](http://etd.uwc.ac.za/xmlui/bitstream/handle/11394/210/Shiweda_MA_2005.pdf?sequence=1), acessado a 10.09.2014.

YAKULEINGE, Gaudêncio Félix, *O sacro-religioso nos ritos de infância e adolescência de ovakwanyama*, disponível em, <http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9363/1/disserta%20C3%A7%C3%A3o%20intermedi%C3%A1ria.pdf>, acessado a 03.05.2014.

## GLOSSÁRIO

“À formiga” - entrar em grupos dispersos e desordenados.

**Alves Roçadas** – José Augusto Alves Roçadas, 1865-1926, oficial do exército que cumpriu comissões de serviço em Angola, Moçambique, Índia e Macau. Em Angola, foi governador do distrito da Huíla e comandou a coluna que derrotou os cuamatos vingando a derrota que os portugueses haviam sofrido no Vau do Pembe. Em 1914, foi derrotado pelos Alemães em Naulila, Angola.

**Aymbire ou Haimbili** – ohamba cuanhama que governou entre 1811 e 1858.<sup>506</sup>

**Bagre-africano, *Clarias gariepinus*** - é um peixe da família *Siluridae* que vive em poços profundos e próximo à beira do lago<sup>507</sup> e junto ao fundo dos rios, de águas escuras, tem uns “bigodes” para detectar obstáculos e a dimensão das suas tocas.

**Beribéri** – a dieta alimentar pobre em vitamina B1 provoca fraqueza muscular, dificuldades respiratórias, alterações neurológicas, cerebrais e cardíacas.<sup>508</sup>

**Cacimbo** – estação seca, fria e húmida nalgumas regiões devido aos cerrados nevoeiros. Nos planaltos os nevoeiros fazem-se sentir, apenas durante a noite.

**Cacimba** – poços que os cuanhamas cavavam para se abastecerem de água.

**Cafima ou Ova-kafima** - teve origem em Okafima, pequena cacimba.<sup>509</sup>

**Carreiro** – referente ao *carreiro* de que faz alusão o Bispo de Angola, era o guia que seguia à frente dos bois que puxavam os carros bóeres.

**Canet** - arma de artilharia, este canhão também era conhecido por Schneider-Canet. Era um canhão de 75mm, em aço, de tubo estriado com carregamento pela culatra, tiro rápido de médio e longo alcance. Foi adquirido aos franceses no âmbito da reorganização da arma de artilharia, em 1901, e foi usado por franceses, americanos, brasileiros, ingleses, portugueses, polacos, entre outros.

**Chana ou oshana** – terreno muito largo, plano, arenoso, com muita erva alta e sem árvores que é alagado, na estação das chuvas, pelas águas do rio Cuvelai.<sup>510</sup>

**Chibia** – antiga Vila João de Almeida.

**Chimpaca** - construção hidráulica, onde armazenavam as águas de superfície das chuvas para serem utilizadas durante o cacimbo e que consistia numa escavação feita nas depressões das

---

<sup>506</sup> DIERKS, Klaus, *Index: Traditional leaders in the history of Namibia*, *op. cit.*

<sup>507</sup> Revista de Pesca Esportiva, disponível em <http://revistapesca.com.br/peixes/bagre-africano/>, acessado a 26.12.2014.

<sup>508</sup> SAID, Victor, *Escorbuto e beribéri*, disponível em [http://www.ebah.pt/content/ABAAAfX\\_EAH/escorbuto-beriberi](http://www.ebah.pt/content/ABAAAfX_EAH/escorbuto-beriberi), acessado a 26.12.2014.

<sup>509</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 318.

<sup>510</sup> MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, Christianity, and Colonialism in Ovamboland*, *op. cit.*, p. 281.

chanas de terreno argiloso, impermeável, com cerca de três metros de profundidade e cem metros quadrados de superfície.<sup>511</sup>

**Chipandeca, Tyipandeca sha Shaningika, Sipandeka ou Quipandeca** – ohamba cuanhama que sucedeu a Siefeni e que governou até 1882.<sup>512</sup>

**Congregação do Espírito Santo** – instituição da igreja católica a que pertenciam os primeiros missionários europeus que contactaram com os povos do Ovambo e eram, na sua maioria, oriundos da França.

**Cua** - grito de guerra, utilizado no sul da hoje República de Angola, para chamar as pessoas para o combate e durante o combate para que as forças passem ao assalto.

**Cuanhama, Ovakwanyama ou Kuanyama** - significa com (ao pé ou para) (d)a carne. Também foi traduzido por os da carne ou da terra da carne.<sup>513</sup>

**Cuamato, Ovakwamatwi ou Ovambadya** - os cuanhamas apelidaram este povo de kwamatwi que significa, com ou perto das orelhas, por estarem sempre de ouvido à escuta na guarda do seu gado.<sup>514</sup> A designação correcta deste povo é Ovambadya ou Ombamdja.

**Cuvelai** - rio que nasce nas cercanias do planalto da Huíla. Tem uma extensão de cerca de duzentos quilómetros e é o principal contribuinte para as inundações do Ovambo. O seu caudal é bastante volumoso durante seis a oito meses. No tempo seco o seu leito forma como que uma cadeia de grandes e pequenas lagoas.<sup>515</sup>

**Dámara** - nome pelo qual os portugueses designavam a colónia alemã da Damaralândia.

**Ddatioli ou Nda Kioli** – “Rainha-mãe”, do Cuanhama, teve quatro filhos, Weyulu, Auficu, Nande e Hamaloi.<sup>516</sup> Morreu em Junho de 1903.

**Dombondola, Ovandombondola** - um dos povos do Ovambo com muito pouca população.

**Dragonas** - divisas militares com franjas douradas que ornavam os ombros dos militares.

**Eehamba** – plural de ohamba.

**Efundula** – festa da puberdade das raparigas. Após a festa, passam a viver com o marido.<sup>517</sup>

**Efundya** – inundação das terras do Ovambo pelas águas que transbordam do rio Cuvelai e de alguns rios temporários (mulolas) a que se juntam as águas das chuvas. Convém dizer que o rio

---

<sup>511</sup> SILVA, J. Lino da, *op. cit.*, p. 56.

<sup>512</sup> DIERKS, Klaus, *Index: Traditional leaders in the history of Namibia, op. cit.*

<sup>513</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, pp. 207- 318.

<sup>514</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 82.

<sup>515</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, pp. 393-394.

<sup>516</sup> LECOMTE, Ernesto, Padre, “Chronica ecclesiastica e missionaria, os cuanhama”, *Portugal em África (Revista Científica)*, vol. 8, nº 96, Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora, 1901, p. 687.

<sup>517</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, pp. 196-197.

Cuvelai também é temporário e que o seu caudal tem uma duração de cinco a seis meses, enquanto que caudal das mulolas tem uma duração muito mais pequena.<sup>518</sup>

**Embala ou Ombala** – moradia do ohamba, capital do povo cuanhama durante o mandato do chefe que a mandou construir. Um ohamba quando assumia o poder mandava construir a sua embala num lugar diferente do que tinha sido escolhido pelo seu antecessor.<sup>519</sup>

**Erahardt** – canhão de montanha de origem alemã, calibre 7,5cm/15, tiro rápido que foram adquiridos em 1905.

**Espana** – dez juntas de bois, ou seja, vinte bois que puxavam carros bóeres que chegavam a transportar entre duas toneladas e meia a três toneladas.

**Etanga, Tanga** – sensivelmente o mesmo que uma companhia do exército português, cerca de cem homens.<sup>520</sup>

**Eumbo** – morada de um agregado familiar onde cultivam os produtos agrícolas e criam os seus animais. De uma maneira geral, estão construídos nos pontos mais altos das chanas onde há muitas árvores. Propriedade familiar semelhante a uma quinta portuguesa<sup>521</sup>

**Feijão makunde, (*Vigna unguiculata*)** - feijão parecido ao feijão frade que terá dado o nome à cidade de Namakunde, porque a região produz grandes quantidades da referida leguminosa.<sup>522</sup>

**Fiado** – o pequeno comerciante trabalhava à confiança do grande comerciante e só pagava os produtos adquiridos conforme os fosse vendendo.

**Funante** – de raiz verbal *funa* com o significado de procurar, catar, negociar. Negociante ambulante do mato,<sup>523</sup> que trabalhava com fiados ou pequenos créditos concedidos pelos comerciantes das cidades.

**Hamálua, Hamaloi ou Amálua** – irmão de Nande e filho da rainha Ddatioli a quem sucedeu na Matadiva.

**Impedimenta** – bagagens militares que podem provocar atrasos a uma coluna por serem difíceis de transportar.

**Intendência** – serviço da logística militar que trata do aprovisionamento da alimentação e dos fardamentos.

**Lenga ou ononkhinyi** - chefe militar e conselheiro do soberano. Podia ser nomeado pelo ohamba por ser poderoso ou por se ter destacado em combate.<sup>524</sup>

---

<sup>518</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 457.

<sup>519</sup> Idem, p. 404.

<sup>520</sup> ALMEIDA, João de, *Sul de Angola. Relatório de um govêrno de distrito (1908-1910)*, *op. cit.*, p. 365.

<sup>521</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, pp. 123-124.

<sup>522</sup> SILVA, J. Lino da, *op. cit.*, pp. 68-69.

<sup>523</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume II, *op. cit.*, p. 334.

<sup>524</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p. 30.

**Linha de etapas** – pequenos postos militares localizados ao longo do itinerário seguido pelas forças expedicionárias, onde eram guardados alimentos e louças para confeccionarem as refeições e forragens para os animais de tracção.

**Lubango** – antiga cidade de Sá da Bandeira, capital da província da Huíla.

**Mata-bicho** – para as populações urbanas significa pequeno-almoço e para as populações negras rurais ou que viviam nos bairros periféricos significa também, gorjeta ou esmola.

**Maboque ou omomi** (*Strychnos cocculoides*) – fruto com a forma de uma laranja com a casca muito dura e a sua polpa é doce e acidulada.<sup>525</sup>

**Mandume ya Ndemufayo** – sucedeu a Nande e foi o último ohamba do Cuanhama do período colonial, terá nascido no ano de 1884 e morreu a 6 de Fevereiro de 1917.<sup>526</sup> Segundo o Padre Charles Mittelberger, também era tratado por Kayala. Falava e escrevia fluentemente em português e alemão.

**Mapulanguene** – local moçambicano em que foi capturado o chefe tsonga Maguiguana, que dista cerca de dez quilómetros da fronteira com o Transvaal.

**Massango, omahangu** (*Pennisetum echinurus*) - cereal miudinho muito resistente à falta de água e aos insectos, que se dá em solos pobres. Os cuanhamas reduzem o cereal a farinha para fazerem papas e bebidas.<sup>527</sup>

**Massambala, oiliavala** (*Sorghum spp.*) - cereal avermelhado que os cuanhamas utilizam na sua alimentação depois de reduzida a farinha e na confecção de uma cerveja natural, omalodo.<sup>528</sup>

**Mossâmedes ou Moçâmedes** – actual cidade do Namibe, capital da província com o mesmo nome, que foi fundada em 1849 por portugueses vindos de Pernambuco (Brasil), devido à pressão dos elementos da Revolução Praieira.

**Munhandes, eñandi**, (*Dióspiro mespeliformis*) - fruto semelhante ao dióspiro.<sup>529</sup>

**Mucunda** - divisão administrativa, aproximadamente, equivalente a um município. A mucunda era constituída por um número variável de eumbos.<sup>530</sup>

**Muene-puto ou Maniputo** – expressão aportuguesada do kimbundo, (Muene – Rei, Chefe e Puto – Portugal) que os portugueses utilizavam para designar o Rei de Portugal.

**Mulola** – rio temporário formado pela água das chuvas da época e na estação seca, as maiores ficam quase sem água e as mais pequenas ficam totalmente secas.

---

<sup>525</sup> SILVA, J. Lino da, *op. cit.*, p. 60.

<sup>526</sup> DIERKS, Klaus, *Index: Traditional leaders in the history of Namibia, op. cit.*

<sup>527</sup> SILVA, J. Lino da, *op. cit.*, p. 67.

<sup>528</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, pp. 160-161.

<sup>529</sup> SILVA, J. Lino da, *op. cit.*, p. 58.

<sup>530</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 235.

**Nambadi ya Mweihanyeka ou Namadi** - ohamba cuanhama que sucedeu a Chipandeca e que governou até 1885.<sup>531</sup>

**Nande Hedimbi** - ohamba cuanhama que sucedeu a Weyulu e que governou até 1911.<sup>532</sup>

**Ngongo, omungongu, (*Sclerocarya birrea*)** - fruto parecido a uma ameixa branca. Depois de descascados e espremidos ainda verdes é fermentado e produz uma bebida do mesmo nome. As mulheres põem a secar os caroços e, posteriormente, partem-nos para retirarem amêndoas de sabor agradável e das quais fazem um excelente óleo para a alimentação.<sup>533</sup>

**N'gundafana** - estado-maior, conselho consultivo.<sup>534</sup>

**Nonkhayhamba** – Rainha.

**Ohamba ua Tylongo ou Hamba** – pessoa diferente das outras, o senhor da terra, dirigente máximo dos cuanhamas<sup>535</sup> a quem os portugueses designavam por soba.

**Ohita** – o mesmo que um exército.

**Okasava ou okashava** - cobrança coerciva de impostos a quem não os pagava de acordo com o que estava estipulado.<sup>536</sup>

**Omagonge** – plural de ngongo.

**Omalenga** – plural de lenga.

**Omalodo** – cerveja feita a partir da massambala grelada. Também é conhecida por macau, expressão muhumbe<sup>537</sup> que se generalizou pelo sul da actual República de Angola.

**Omutenge** – Afirmação da autoridade dos anciãos através da exigência de um bem adquirido por um jovem emigrante.

**Omuti omuhalo** - árvore do amor.<sup>538</sup>

**Ondyai** - Tinha funções idênticas às de comissário político ou de psicólogo das forças cuanhamas, mas não era propriamente um comandante militar. Alguns autores e alguns comandantes portugueses consideravam-no um chefe de guerrilha. Esta designação deve ter tido origem no facto de o Ondyai encabeçar as suas forças. Na verdade, os comandantes militares eram os omalenga.

**Ondyelwa** – festa dos povos do grupo Nhaneka que começa com um cortejo liderado por um boi malhado de preto e branco, acompanhado de outro boi e de uma vitela e seguido por

---

<sup>531</sup> DIERKS, Klaus, *Index: Traditional leaders in the history of Namibia*, *op. cit.*

<sup>532</sup> *Idem.*

<sup>533</sup> SILVA, J. Lino da, *op. cit.*, p. 59.

<sup>534</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 235.

<sup>535</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p. 147.

<sup>536</sup> MITTELBERGER, Charles, Padre C.S.sp., *Poesia pastoril do Cuanhama, Cunene – Angola*, *op. cit.*, pp. 142-143.

<sup>537</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, p. 221.

<sup>538</sup> ESTERMANN, Carlos, Padre, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Volume I, *op. cit.*, p. 197.

homens e mulheres enfeitados. As cerimónias são dirigidas pelo chefe dos pastores do soba e o cortejo percorre todos os eumbos até chegarem à casa do soba onde o boi come um pó amargo da casca de uma árvore, o que significa que o ano será de fartura, de paz e de muita felicidade. O soba faz um discurso e fala do seu programa de actividades e das relações com outros povos. Se o boi não comer o pó será um ano muito mau.<sup>539</sup>

**Ondyiva ou Ngiva** - sede do governo de Mandume. Capital da província do Cunene da actual República de Angola, antiga cidade de Pereira d'Eça.

**Osipolela** - operação de guerrilha dirigida a outros povos para adquirirem gado e outros produtos procurados pelos comerciantes.<sup>540</sup>

**Ovambo** - nome atribuído pelos hereros à região do sul do território da actual República de Angola, habitada pelo grupo de povos a que pertencem: Cuamato, Cuanhama, Dombondola, Evala e Cafima, que significa os que vivem com as avestruzes<sup>541</sup>. No Ovambo, os ovos e as penas de avestruz eram utilizadas pelas mulheres e pelos homens. As mulheres utilizavam cintos de discos feitos com a casca de ovos e os homens utilizavam as penas nos seus toucados e chapéus.<sup>542</sup> Os portugueses designavam incorrectamente estes povos por Ambós.

**Ovamboland, Ovambolândia** – parte do Ovambo que estava localizado na antiga colónia inglesa do Sudoeste Africano, hoje República da Namíbia. Após a definição das fronteiras entre as duas colónias, o Ovambo foi dividido em duas partes ficando: dois terços do Ovambo para Portugal e um terço para os ingleses.

**Ouwala** – é o nome da guerra, de 1915, contra a ocupação dos portugueses.<sup>543</sup>

**Ovene vomikunda ou mwene womukunda** - governador de uma mucunda<sup>544</sup>, a quem os portugueses designavam por seculo, respondiam directamente ao ohamba.<sup>545</sup>

**Pereira d'Eça** – António Júlio da Costa Pereira d'Eça, 1852-1917, general do exército português, companheiro de Mouzinho de Albuquerque em Moçambique que o indicou para governador do distrito de Lourenço Marques. Mais tarde, foi chefe do estado-maior de Cabo Verde e em 1915 foi nomeado governador-geral de Angola e comandante das tropas expedicionárias portuguesas que derrotaram Mandume e ocuparam o Cuanhama.

---

<sup>539</sup> Idem, pp. 186-191.

<sup>540</sup> MITTELBERGER, Charles, Padre C.S.sp., *Poesia pastoril do Cuanhama, Cunene – Angola, op. cit.*, pp. 143-145.

<sup>541</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, pp. 70-71.

<sup>542</sup> ALMEIDA, João de, *Os cuanhamas*, Boletim das Missões Civilizadoras, *op. cit.*, pp. 29-30.

<sup>543</sup> MITTELBERGER, Charles, Padre C.S.sp., *Poesia pastoril do Cuanhama, Cunene – Angola, op. cit.*, pp. 146-147.

<sup>544</sup> MCKITTRICK, Meredith, *To dwell secure, generation, Christianity, and Colonialism in Ovamboland, op. cit.*, p. 280.

<sup>545</sup> ALMEIDA, João de, *Os cuanhamas*, Boletim das Missões Civilizadoras, *op. cit.*, p. 27.

**Porrinho** – moca idêntica à de Rio Maior.

**Quimbanda** – palavra do kimbundo que significa curandeiro, médico. O equivalente ao ondudu, plural eendudu ou endudu, para os cuanhama. A medicina era exercida pelos quimbandas e cada um tinha a sua especialidade, o que não significa que actuassem isolados uns dos outros. Pelo contrário, eles complementavam-se uns aos outros e cooperavam no sentido de alcançarem o seu objectivo comum: a saúde e a harmonia. Os quimbandas eram escolhidos pelos antepassados para lidarem contra os males dos doentes, com vista a restabelecer a harmonia social e o bem-estar. Os endudu tinham uma hierarquia bem organizada e podiam progredir na sua carreira profissional ascendendo aos patamares cimeiros. As regras ditadas pelos quimbandas eram seguidas escrupulosamente pelos seus clientes. Através das suas acções, eram os principais expoentes da harmonia em termos de ordem e estabilidade.<sup>546</sup> Por sua vez, o Padre Carlos Estermann e Elmano da Cunha Costa diziam que “existe entre os feiticeiros [referem-se aos quimbandas] uma graduação, uma hierarquia que é originada pelo grau diferente da iniciação.”<sup>547</sup>

**Réis** – moeda portuguesa que circulou em Portugal e nas colónias até 1911 e que foi substituída pelo escudo ao cambio de mil réis por um escudo.<sup>548</sup>

**Tchimporo ou Oshimolo** – região de transumância situada a nordeste do Cuanhama, onde existem grandes mulolas e muito pasto e onde as zonas de pastoreio estavam por tradição reservadas aos utentes.<sup>549</sup>

**Vale, Evale, Ova-vale** - deriva de vavale que significa homem alto.<sup>550</sup>

**Vau do Pembe** – local em que se podia atravessar o rio Cunene com facilidade e onde, em 1904, as tropas portuguesas lideradas pelo capitão de engenharia João Maria de Aguiar foram derrotadas pelos cuamatos.

**Weyulu ya Hedimbi ou Eyulu** - ohamba cuanhama que sucedeu a Nambadi e que governou até 1904.<sup>551</sup>

---

<sup>546</sup> DAVIES, Gwyneth, Doctor of Philosophy, The medical culture of the Ovambo of Southern Angola and Northern Namibia, Chapter Four: Indigenous specialists, University of Kent at Canterbury, 1994, disponível em, <http://www.the-eis.com/data/literature/Ovambo%20medical%20culture%20Gwyneth%20Davies%20thesis%201994.pdf>, acedido a 10.04.2015, p. 30.

<sup>547</sup> Sobre a designação dos quimbandas no Cuanhama e a sua organização, cfr., ESTERMANN, Carlos, Padre e COSTA, Elmano da Cunha e, *Negros*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d., p. 42-48.

<sup>548</sup> BANCO DE PORTUGAL, *Taxas de câmbio do escudo para divisas (séries históricas)*, disponível em, [http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/Metadatas/Metadatas\\_Ramo\\_HistoricoEscudo.htm](http://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/Metadatas/Metadatas_Ramo_HistoricoEscudo.htm), acedido a 15.10.2014.

<sup>549</sup> MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *op. cit.*, pp. 84-85.

<sup>550</sup> Idem, p. 83.

<sup>551</sup> DIERKS, Klaus, *Index: Traditional leaders in the history of Namibia, op. cit.*

**Yole** – capital cuanhama edificada na zona neutra, após a retirada de Ondyiva.

## **CRONOLOGIA**

**1849**, chegam à baía do Namibe, no dia 4 de Agosto, os primeiros colonos vindos de Pernambuco e fundam a colónia de Moçâmedes.

**1850**, Bernardino José Brochado realiza, a que terá sido, a primeira grande viagem de um português ao Ovambo.

**1882**, morre o ohamba Tyipandeca sha Shaningika, Chipandeca, Sipandeka ou Quipandeca que tinha sido proclamado em 1862. Foi sucedido por Nambadi ya Mweihanyeka.

**1884**, início da Conferência de Berlim.

**1885**, encerramento da Conferência de Berlim.

**1885**, morre o ohamba Nambadi ya Mweihanyeka ou Namadi. O seu sucessor foi Weyulu ya Hedimbi.

**1885**, em Janeiro, chegam ao planalto da Chela, os primeiros colonos madeirenses que fundam a colónia de Sá da Bandeira no dia 19 do mesmo mês.

**1891**, no dia 11 de Janeiro, os ingleses fazem um ultimato aos portugueses, reivindicando os territórios entre Angola e Moçambique.

**1891**, uma coluna portuguesa liderada pelo major Lourenço Justiniano Padrel ataca o Humbe para pôr fim à revolta de Luhuna. Posteriormente, o comandante decide atacar o Cuamato, onde se tinham refugiado muitas pessoas do Humbe. Foi o primeiro contacto militar dos portugueses com os povos do Ovambo que foi rechaçado pelo exército dos cuamatos, sendo as forças coloniais, a 12 de Julho, obrigadas a retirar.

**1904**, uma expedição portuguesa comandada pelo capitão João Aguiar, para “pacificar” e ocupar o Cuamato, sofre uma grande derrota, a 25 de Setembro, que fica conhecida pelos portugueses como o “desastre do Vau do Pembe”.

**1904**, morre o ohamba Weyulu ya Hedimbi ou Eyulu, sendo “entronizado” Nande.

**1907**, uma coluna do exército português liderada pelo capitão Alves Roçadas derrota e ocupa o Cuamato Pequeno, a 22 de Setembro, e o Cuamato Grande, a 4 de Outubro.

**1909**, Nande rubrica, a 22 de Fevereiro, um auto de vassalagem com os portugueses.

**1911**, Mandume é proclamado ohamba dos cuanhamas e sucede a Nande que havia morrido no mesmo ano.

**1914**, a 28 de Julho começa a 1ª Guerra Mundial que se prolonga até 11 de Novembro de 1918.

**1914**, os alemães atacam Naulila e derrotam os portugueses, a 18 de Dezembro.

**1915**, a 9 de Julho de 1915, os alemães da Damaralândia capitulam frente aos ingleses que se apoderam daquele território.

**1915**, o general Pereira d'Eça derrota as forças de Mandume, no dia 20 de Agosto, e ocupa todo o Ovambo. Mandume aceita a protecção dos ingleses e constrói uma nova embala no Yole.

**1917**, Madume morre, a 6 de Fevereiro, na sua embala no Yole. Há duas versões sobre a morte do ohamba, a dos ingleses e a dos cuanhamas. Os britânicos dizem que ele foi alvejado pelo das suas metralhadoras e que morreu em combate. A versão dos cuanhamas é que Mandume se suicidou, depois de ter sido gravemente ferido, para não ser aprisionado pelas tropas inglesas.